

A Defesa Nacional



OUTUBRO

1 9 4 7

NÚMERO

4 0 1

Coronel RENATO BAPTISTA NUNES Diretor Presidente
 Coronel ARMANDO VILANOVA P. DE VASCONCELOS Diretor Secretário
 Major BELLARMINO NEVES GALVAO Diretor Gerente
 Major JOSÉ CODECEIRA LOPES Auxiliar
 Capitão OCTAVIO ALVES VELHO Auxiliar
 Capitão L. E. JOÃO CAPISTRANO MARTINS RIBEIRO Tesoureiro

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIV

Brasil — Rio de Janeiro, Outubro de 1947

N. 401

SUMARIO

	Págs.
EDITORIAL	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A Propósito da Reestruturação — Coronel João V. Sagão Cardoso	5
O Problema da unificação de nossas Forças Armadas — Ten.-Cel. M. Poppe de Figueiredo	15
O Regimento de Infantaria no Combate Defensivo — Ten.-Cel. J. B. de Mattos	33
A 4. ^a Seção na Campanha da Itália — Ten.-Cel. Senna Campos	65
Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição no Grupo — Major Jaridel Fabricio	79
A Técnica da Instrução — Capitão de Cavalaria Gilberto Pessanha	97
Cooperação Artilharia-Cavalaria — Major Hal D. Steward	115
Uma Sugestão... — Major Paulo E. F. da Silva	117
"O Cretino do Instrutor" — Major Victor Hugo de Alencar Cabral	123
Serviço de Saúde da Artilharia Divisionária — Cap. Dr. H. A. Martins Pereira	135
Rações de Campanha — Cap. José J. Camerino	171
O Pelotão de Minas do Regimento Sampaio — Cap. José de Freitas Lima Serpa	151
Impressões de um Aluno — Ten. Luiz Tabajara	175
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Uma nova ciência: a "Polemologia"	181
Debates sobre o Problema do Petróleo — General Juares Távora	187
A Ciência, a Guerra e a América — Cel. I. B. Magalhães	199
Volta Redonda, Fundamento de Liberdade Econômica e Política do Brasil — Major Stoll Nogueira	201
Linha Montes Claros-Monte Azul — Ten. Cel. Olimpio Mourão Filho	207
Como o Petróleo Ajudou a Vitória — José Caó	213
Brigadeiro João Manoel — Major Felicissimo de Azevedo Aveline	225
Como estudar para fazer o concurso de admissão à Escola de Estado Maior ? — Cap. Nilton Freixinho	237
ASSUNTOS DIVERSOS — BOLETIM	
— GUIA DO CANDIDATO A E. E. M.	
Revista em Revista	265
Da Província	267
Trinta e nove Batalhão de Caçadores — Cap. Hugo de Sá Campelo Filho	273
Notícias Militares	277
Juramento à Bandeira	283
Noticiário & Legislação	289

EDITORIAL

Com este número, completa "A Defesa Nacional" o 34.º ano de sua marcha incessante na perseguição de objetivos, alcançados uns e sempre fugidios outros, que balizam a estrada interminável da evolução.

As realizações de hoje não são, jamais integralmente, os ideais mirados ontem. As conquistas realizadas já estão ultrapassadas pelas novas aspirações ou necessidades que a previsão do futuro deixa entrever, e, daí, a ânsia sempre insatisfeita dos que procuram a suficiência e o aperfeiçoamento das coisas. É a luta perene pelo ideal, aquela que torna a vida digna de ser vivida. Felizes, portanto, os que não esmorecem em meio da jornada sem fim, e que, ao contrário, encontram em cada desilusão ou dificuldade aparentemente invencível, uma nova fonte de energias e de esperança.

Este tem sido o quadro da vida e a maneira de conduzir-se de "A Defesa Nacional", desde que um pugilo de jovens idealistas e sinceros a lançou, há 34 anos, na senda rectilínea dos ideais patrióticos. Por ela tem trilhado a coorte dos que, a qualquer preço, vão procurando impulsionar para a frente e para cima os anseios e as realizações, qual uma cadeia contínua de forçados acorrentados entre si e ao peso da carga que é preciso arrastar, custe o que custar, até o destino final. Quando um tomba, outro lhe toma resolutamente o lugar, e a

marcha penosa e lenta continua. Não importa se alguns céticos ou incrédulos se deixam ficar contemplativos e apáticos à margem da estrada, esperando que o acaso ou o esforço alheio realizem aquilo que lhes minguia o ânimo para realizar. As vezes, é mesmo um deles que se transfigura num momento, e vai acorrentar-se espontaneamente à coorte dos idealistas esforçados que nunca esmorecem, porque não alimentam a ilusão de querer atingir a perfectibilidade das cousas. Contentam-se com conservar melhorando sempre. Sabem que a perfeição é como um "limite matemático", que norteia mas é inatingível; daí, sua esperançada perseverança.

O melhor é o inimigo do bom, diz o sábio prolóquio francês; convictos dessa verdade, procuremos acrescentar sempre alguma coisa ao que temos de bom, sem nunca perder de vista o que o futuro poderá proporcionar de melhor.

Tem sido êste o lema e o estímulo de todos quantos temos lutado nesta arena intelectual que são as páginas desta revista, certo de que os esforços honestos jamais restam inúteis e improdutivos. São como a semente que, lançada em solo aparentemente estéril, sempre acabam por encontrar reunidas, um dia, as condições favoráveis a uma germinação que parecia impossível.

Encetemos, pois, prezados camaradas, unidos, coesos, esperançados e sem desfalecimentos, uma nova etapa dessa jornada das almas fortes; congreguemos nossos esforços em prol do ideal que, sendo uma aspiração contínua, nem sempre proporciona satisfações imediatas nem admite objetivos integralmente alcançados.

Os homens podem baquear, podem ir ficando pelo caminho, outros virão. Mas o que comanda e impulsiona a coorte são as forças do espírito, e o espírito é imortal.

A Proposito da Reestruturação

Cel. João V. Sayão Cardoso

Tenho sido constantemente surpreendido, quando encontro velhos camaradas, ou jovens oficiais que comigo servirão em outras épocas, sobre a maneira porque está pouco difundida a Reestruturação do Exército.

A princípio, dizia para mim mesmo ser isto natural, por haver muito pouco tempo que se operara a Reestruturação. Hoje, porém, que ultrapassa de ano, é deveras desanimador que ainda se desconheça os seus princípios fundamentais. Já não digo o desconhecimento dos pormenores de organização, mas as idéias que a presidiram e as linhas gerais, ainda são também desconhecidas da maioria dos nossos camaradas.

Não sei a que atribuir tal fato, talvez seja por falta de tempo para a leitura dos novos regulamentos, talvez falta de adequada documentação. Seja como for, já é tempo para que, pelo menos os oficiais superiores estejam ao par do quadro geral que corresponde à Reestruturação do Exército.

Para tornar mais objetivo o nosso comentário, vamos reproduzir fragmentos das palestras que tenho mantido ultimamente com alguns camaradas nossos, sob a forma de diálogo.

Como passei algum tempo fóra do Rio, a primeira pergunta que se apresenta é :

— “Onde estás servindo agora ?” — Como é natural, respondo : “na Diretoria do Material Bélico”.

— “Ah ! então agora, estás servindo com o General Fiuza de Castro ?”

— “Não, meu amigo, estou servindo com o General Nestor Pegado”.

— “Como é isso ? o General Fiuza não é mais diretor do Material Bélico ?”

— “Não, agora o Diretor do Material Bélico é o General Pegado”.

— “Interessante, não sabia dessa substituição”.

— “Não houve substituição, meu caro, o que houve foi Reestruturação”.

— “Ah ! essa tal de Reestruturação !... disse eu não entendo” (alguns não confessam tão rapidamente); outros dizem : “parece que essa embrulhada foi feita para criar umas tantas sinecuras, não ?”

Outros, ainda, nêsse ponto diferem, pensam que é uma grande confusão, mas no fundo o que há é completo desconhecimento do fato.

Voltemos ao diálogo :

— “Não. A Reestruturação foi uma nova organização capaz de sem abandonar os métodos utilizados pelo Exército Brasileiro nestes últimos decênios, adaptar-se aos processos utilizados na última guerra pelos Norte-Americanos”.

— “Sim senhor, isto é que se chama uma bonita defesa, de um golpe baixo”. Desculpem os nossos leitores essas expressões, porém, desejamos fazer sentir as realidades do momento, sem tomar o caráter formal de uma instrução. — “Bem mostras que foste professor”.

— “A Reestruturação teve como base o estudo da organização do país para a guerra, levando em consideração o que temos feito nesses últimos decênios, certos hábitos e rotinas da nossa gente”.

— “Como assim ? Não vejo nada que leve em conta hábitos e rotinas”.

— “Olhe, por exemplo : a criação do Ministro da Guerra = comandante do Exército, não é a consagração de um velho hábito ?”

— “Lá isso é verdade, por mais que se lutasse, que a Missão Militar Francesa ensinasse, o Ministro continuou sempre a comandar o Exército”.

— “Então, aí está como a Reestruturação consagrou um hábito e uma rotina. Mas para que isso não prejudicasse a função político-administrativa do Ministro, foi criado um órgão para se encarregar da administração, de forma tal, que este, se pudesse dedicar inteiramente à função político-comando”.

— “Realmente isto que me estás contando é completamente novo para mim. Como explicar então que o Gabinete do Ministro continue daquêlê tamanho ?”

— “Bem, isto é outra coisa. Os órgãos criados pela Reestruturação ainda não estão completamente em funcionamento, muita coisa ainda tem de ser feita. É por isso que certos órgãos antigos continuam hipertrofiados e outros recém-criados ainda não estão em pleno rendimento”.

— “Estou vendo que andaste co' conversando com os autores dessa trapalhada. São teus amigos ?”

— “Não, meu caro, como sabes estive quase sete anos fóra do Rio, só voltando em meados de 1946. Não podia ter tomado parte nos estudos que deram êsse resultado e não sei quem foram os seus autores. A minha teoria é que toda organização é boa, desde que se a ponha integralmente em funcionamento, para corrigir-lhe os pormenores. Só depois da coisa ter funcionado a pleno regime e com todos os seus órgãos, é que se pôde dizer se é boa ou má”.

— “Isto é carapuça para mim?”

— “Não. Bem sabes que dada a nossa camaradagem de tantos anos, poderia tomar a liberdade de dizer francamente as coisas se assim fôsse. Quiz, apenas, te alertar para os rumores que por aí correm”.

— “Bem, mas... até agora só me mostraste uma das rotinas que foram consagradas. Como é que essa organização responde ao caso da guerra?”

— “Como sabes a estrutura do Ministério da Guerra passou a se assentar em três Departamentos que são o Estado-Maior do Exército, o Departamento de Administração e o Departamento Técnico de Produção”.

— “Não. Não sabia disso. Sempre pensei que havia cinco”.

— “Quais os outros dois?”

— “O Gabinete e a Secretaria Geral da Guerra”.

— “Sobre o funcionamento destes órgãos mais tarde poderei te dizer alguma coisa, por ora quero somente focalizar o espírito da Reestruturação no ponto de vista das funções precipuas do Exército”.

— “Então, vamos adiante, e vejamos qual a ligação entre o tempo de paz e o de guerra”.

— “Já lêste o regulamento dos grandes comandos?”

— “Ainda não. Para o que tenho a fazer não é preciso andar lá pela estratosfera”.

— “Ai é que está o teu engano. Para se fazer qualquer coisa de útil no Exército, é necessário conhecer a sua estrutura geral, do contrário iremos dar funções secundárias a órgãos que devem ficar desembaraçados para funções mais importantes, hipertrofiando-os e atrofiando àquelles que deviam receber a tarefa em estudo”.

— “Está certo fessor, mas... o que quero saber é como a coisa vai funcionar em tempo de guerra”.

— “É muito simples, não haverá necessidade de modificações de última hora. O Ministro será o Comandante em Chefe do Exército, como já o é em tempo de paz. O Estado-Maior do Exército continúa na sua função. O Chefe do Departamento de Administração

passa automaticamente a Comando do interior e a Chefe do Departamento Técnico de Produção a Ministro da Produção Nacional".

— "Como é isso? O Chefe do Departamento Técnico passa a Ministro? Não entendo".

— "Falei de um modo figurado. O que quiz dizer é que por ocasião da guerra, o Departamento Técnico de Produção, tornar-se-á independente do Ministério da Guerra, incorporar-se-á aos departamentos técnicos dos outros ministérios e sob a direção do Conselho Nacional de Segurança transformar-se-á no Ministério da Produção Nacional".

— "Muito bem, já entendi, pôde continuar que estou gostando dêsse geito de aprender a Recstruturação pelo método de Berlitz".

— "Para que essa organização se tornasse efetiva foram reunidas no Departamento Geral de Administração, tôdas as Diretorias correspondentes a todos os serviços provedores e transportadores do Exército e para as forças em operações. No Departamento Técnico de Produção tudo que se relacionasse com a produção, atividades científicas e independesse da vida do Exército em tempo de guerra".

— "Ah! então aí é que está o busilis?"

— "Sim, é aí. Para conseguir êste último desiderato foi-se obrigado a desdobrar algumas das antigas Diretorias. Assim se procedeu com as antigas Diretoria de Material Bélico, Diretoria de Engenharia e com o Serviço Geográfico do Exército".

— "Como assim?"

— "A Diretoria de Material Bélico se desdobrou em duas outras Diretorias, a de Fabricação e a de Material Bélico propriamente dito, e dela saíram os elementos constitutivos do Departamento Técnico de Produção. A Diretoria de Engenharia se desdobrou em Diretoria de Obras e Fortificações e Diretoria de Engenharia propriamente dita. O Serviço Geográfico do Exército se transformou em Diretoria do Serviço Geográfico do Exército".

— "Que é isso? Então o Exército não precisa de Serviço Geográfico na guerra?"

— "Precisa e muito. Precisa tanto, que se foi obrigado a levá-lo para o campo, junto da tropa".

— "Então como é isso?"

— "Faz parte das coisas novas criadas, a exemplo do que fizeram os Americanos na guerra. São as Companhias Topográficas da Arma de Engenharia".

— "Muito bem. Entendido. Não nos deixemos pegar pelas correntes parasitas e vamos ver qual o resultado disso que me acabas de ensinar".

— "Foi
Diretorias, po
funcional, nos
Serviços do I
Produção am
Exército para

— "Aí

— "Par
pergunta: a
rial do Exé
função?"

— "A
4.º escalões

— "P

— "F
fabricação

— "
vamos ra

— "
material
é isso q
que nós,
dado pe

— "
gamos
portugu
era uti

— "
os trê

— "
guerr
pesso

— "
gera

— "
intr
de
da
idé
ma

— “Foi realmente interessante essa medida de desdobrar as Diretorias, porque em tempo de guerra, sem que haja perturbação funcional, nos Serviços do Exército, estes passarão a trabalhar como Serviços do Exército em Campanha e o Departamento Técnico de Produção amplia apenas o setor de suas atividades, passando do Exército para a Nação.”

— “Ai está, parece que agora já entendi a Reestruturação”.

— “Para tornar mais objetiva essa explicação, vou te fazer uma pergunta : a quem deve pertencer o serviço de manutenção do material do Exército, isto é, qual deve ser o órgão encarregado dessa função ?”

— “Acho que é preciso separar a manutenção de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º escalões, da de 5.º”.

— “Porque deve ser separado esta função em dois grupos ?”

— “Porque a manutenção de 5.º escalão tem muito a ver com a fabricação”.

— “É. À primeira vista parece que estás com a razão mas vamos raciocinar e encarar a questão pelas três faces que apresenta”.

— “Que faces são essas ? Eu só vejo a questão de conservar o material do Exército em condições “*optime*” de funcionamento. Não é isso que vocês “americanos” chamam de *manutenção* ? Sim ! Porque nós, os antigos, ainda empregamos esta palavra com o significado dado pelo Laudelino Freire em seu dicionário”.

— “Tens razão, é realmente aquêlo o significado com que empregamos hoje no Exército esta palavra manutenção. Mas é tão bom português como o outro significado militar do Laudelino, apenas, não era utilizado antigamente entre nós com esse sentido.

— “Bem, mas... não nos desviemos da questão. Quais são os três aspectos da função “manutenção” ?

— “São êles o aspecto geral de serviço de Exército em tempo de guerra, o aspecto técnico em tempo de paz e o aspecto psíquico do pessoal empregado nessa função.”

— “Bem, vamos adiante e vejamos o que chamas de aspecto geral do serviço do Exército em tempo de guerra”.

— “A própria organização mostra isso, sendo o serviço ligado intrinsecamente à conservação dos efetivos em material, e, em tempo de guerra devendo a Diretoria de Fabricação ficar fóra do Ministério da Guerra (Ministério de Produção Nacional), não corresponde a idéia geral dada à Reestruturação, no momento em que o Exército mais necessita da manutenção, se veja dela privado. Ou então, no

— “Esta sim envolve um problema técnico : Organização de projetos, provas e cadernos de encargos. — Depois da verificação sua viabilidade econômica, haverá um segundo problema técnico que é a execução do projeto”.

— “Então, recapitulando, somente neste caso está realmente interessado o Departamento Técnico de Produção”.

— “Entendido. Falta-nos apenas encarar a manutenção pelo lado psíquico do pessoal que a executa”.

— “Como sabes as mentalidades do fabricante e do remendão são absolutamente antônimas”.

— “Ah ! isto eu sei, porque eu tenho mentalidade de fabricante, isto é, do homem que gasta largamente, pena é que não tenha muito para gastar”.

— “E o remendão, também conheces ?”

— “Conheço sim, é a mentalidade do usurário, que aproveita até os fósforos usados, tenho recorrido em minha vida muitas vezes aos agiotas, é por isso que os conheço”.

— “Pois muito bem, já que definiste as duas mentalidades tão precisamente, é fácil compreender porque as operações de fabricar e consertar não devem ficar afetas aos mesmos indivíduos, do contrário uma delas será prejudicada”.

— “Lá isso é verdade, creio ser esta a razão capaz de explicar a morosidade incompreensível no conserto de certos materiais do Exército”.

— “Isto mesmo meu amigo. Já pensaste nas fábricas Ford, consertando automóveis que elas mesmas fabricaram há 10 ou 15 anos passados ? Imaginaí só ! Levar 20 dias a consertar uma coisa que foi fabricada em menos de um dia. Fazer isto é preciso realmente ter uma mentalidade muito especial.

— “Aí está porque, qualquer que seja a face do problema da manutenção pela qual se a encare é uma função puramente administrativa do material. Tanto mais, que do contrário, iríamos contrariar o princípio geral da Reestruturação. Como diz o velho ditado “o olho do dono é que engorda o gado” : só quem emprega o material tem interesse em conservá-lo.

— “Agora que já conheces os princípios gerais da Reestruturação, e, até estudaste um caso concreto, podes compreender a causa de muita coisa não estar ainda nos seus devidos lugares”.

— “Muito obrigado pela lição. Não ficarias aborrecido se te fizesse uma pergunta indiscreta ?”

— “Não. Tenho sempre grande prazer em esclarecer os assuntos pertinentes à nossa profissão”.

— “Lá vai : tôdas as vezes que se vai atribuir uma função a um órgão recém-criado, faz-se êste raciocínio ?”

— “Isto eu não sei, meu caro, porque não tenho autoridade, nem meios para criar nada. Também não é de minha função, mas penso que sim. É só isso que me tinhas a perguntar ?”

— “Não. A tua palestra de hoje despertou-me a curiosidade e estou querendo saber muitas outras coisas, minúcias e pormenores da organização, a questão da Moto-Mecanização, da Engenharia, da Cavalaria, da Intendência, etc...”

— “Muito bem. Estou sempre ao teu dispor, hoje porém, vamos ficar por aqui. Quando quizeres vai ao Material Bélico e lá me encontrarás para a continuação”.

Fábrica de Móveis “REAL”

de Adolpho Schechtman

Rua General Caldwell, 173/5 — Telefone. 43-1989

DEPÓSITOS DE MADEIRAS “RIO PARANA”

Compensados de todas as qualidades

Rua Frei Caneca, 157 — Telefone 32-0144

CASA CASTRO

FUNDADA EM 1875

End. Teleférico: “SAMARITO”

Líquidos e comestíveis finos — único importador dos vinhos verde,
região montanhas

João Batista de Magalhães

SUCCESSOR DE MAGALHÃES & QUEIROZ

Rua Coronel Rangel, 101 — Telefone 29-8084 — CASCADURA

TINTURARIA SPORT

Sempre preferida por todos pela perfeição nos seus serviços e pontualidade na entrega, especialidade em lavagens de Flanela, Vestidos de Senhoras, concerta-se roupas de Homens, Reforma-se Chapéus de homens

S. RODRIGUES VOLTA

Rua Cardoso de Moraes, 142 — Bonsucesso — Tel. 30-3492
RIO DE JANEIRO

Elimine as **BARATAS** *de uma vez...*



— com aplicações de

DETEFON

— o inseticida de "ação permanente"



Quem poderá negar que as baratas mereçam a pena de morte?... Como é repugnante o seu contato!... Quanto prejuízo causam aos alimentos!... Inimiga declarada da higiene do seu lar, as baratas devem ser exterminadas de uma vez para sempre. Agora isto se tornou muito fácil, com DETEFON - o poderoso inseticida líquido, à base de D.D.T. Sua aplicação é diferente e seu efeito extraordinário. Pulverize DETEFON, com as bombas comuns, no interior dos armários e guardadoiras nas paredes, portas, janelas e todos os recantos do seu lar. Faça 7 aplicações, durante 15 dias, um dia sim, outro não. Para matar moscas, pulgas, traças, percevejos, etc., basta uma aplicação, bem feita, por mês. DETEFON é absolutamente inofensivo ao homem. Comece a usá-lo hoje mesmo.



ESTABELEÇA UM
CORDÃO DE
ISOLAMENTO

Apesar DETEFON se aplica com as instruções inseridas na lata. Para as áreas visitadas para inspeção inspecione as paredes com DETEFON. Detestável, assim, um verdadeiro "cordão de isolamento" entre o seu lar e a infestação das baratas. Comece para a limpeza da casa, imediatamente, para um bom fim.

DETEFON

UM PRODUTO DA FOMBO-QUIMICA S.A.

Atuadores para Armários e Armários:
Instituto Medicamento Fomboa S.A.



O problema da unificação de nossas forças armadas

Ten. Cel. M. Poppe de Figueiredo

I — O problema tal qual se apresenta

— *Preparação* — A guerra moderna adquiriu uma nova conceituação — em que pese aos idealistas que ainda crêm nas servidões impostas por uma moral internacional — a de ação violenta e rápida, por todos os meios, para obter a decisão no menor tempo possível.

Da paz passa-se à guerra, diretamente, sem o período clássico da tensão política, muitas vezes, mesmo, sem a declaração que exigem os códigos internacionais. Não mais haverá tempo para a mobilização, nos moldes antigos, de homens e meios e para sua concentração. Tudo deverá estar preparado desde o tempo de paz para fazer face ao ímpeto inicial do inimigo e anulá-lo.

A *preparação* para a guerra — no seu quintuplo aspecto do potencial humano, material, econômico, financeiro e psicológico — deverá, pois, ser levada o mais fundo possível. Confiar em improvisações na hora undécima significará a certeza antecipada da derrota.

Cooperação — Por outro lado, a *cooperação* entre as forças que fazem a guerra, ganhou extrema importância.

Essa cooperação, o homem a conhece desde os primórdios da criação, pois é imposta pela comunidade de interesse. Existiu desde que os primeiros homens tiveram de enfrentar um perigo comum. Da solidariedade de uns poucos, evoluiu até impôr em nossos dias, ante a magnitude da ameaça, a fusão de todas as energias de cada povo em suas Forças Armadas.

Até o período que antecedeu a 2.^a Grande Guerra, ainda era possível pensar em guerra terrestre, marítima ou anfíbia. Hodiernameamente, a realidade que constitui o advento da poderosa arma aérea, erigiu-lhe uma terceira dimensão : a guerra passou, segundo expressão que já vimos usada algures, a ser trifíbia.

São do Gen. Dwight Eisenhower, o Supremo Comandante dos Exércitos Aliados na Europa, as seguintes palavras :

"There was no such thing in Europe as a separate air war, sea war, ground war, logistic war. The war has been an integration of all types of power.

When do you put sea, ground and air together the result you get is not the sum of their separate powers. You multiply their power rather than add".

Coordenação — Finalmente, uma terceira condição — esta adquiriu, com a última guerra, importância transcendente — a *coordenação* dá o vértice do triângulo.

A preparação e cooperação podem existir no mais alto grau. Seu valor, contudo, é função dessa outra variável, a coordenação, sem a qual podem nada valer. A multiplicação dos esforços componentes, a que se refere o Gen. Eisenhower, somente será possível se existir esse fator. Caso contrário, quando muito haverá somação. Mas comumente dispersão e conseqüente perda de esforços.

Cooperação e coordenação significam *ação de equipe* ("team-work" dos norte-americanos). A guerra moderna, segundo eles, nada mais é que o resultado da ação de uma multidão de equipes bem treinadas e equipadas. Desde a fração de tropa mais simples, até o mais elevado escalão da organização militar, nada poderá ser feito sem a ação de equipe.

As Forças Armadas passaram a constituir um todo. Uma nova mentalidade se impôs. O militar, antes do Exército, Marinha ou Aeronáutica, terá de pensar que pertence a uma entidade superior — Forças Armadas.

Organização — Para atender à triíplice exigência da preparação, cooperação e coordenação, é preciso que as Forças Armadas possuam *organização* adequada. E qual deve ser o princípio basilar que deve reger essa organização para que preencha a sua finalidade?

A preparação é do interesse individual de cada uma das Forças e qualquer organização racional pode satisfazê-la plenamente. A cooperação pode ser conseguida, bastando para tal a comunidade de interesses, no caso, a defesa da Pátria. Mas, a coordenação? É possível obtê-la, tendo em vista, também, o interesse comum, pela ligação e entendimento entre os chefes das três Forças, mas a experiência tem demonstrado o quanto falha em razão da diferença de temperamentos, contingente ao homem. Quando, assim mesmo, é realizada, não o é, normalmente, senão a custa de muito tempo. E o tempo é por demais precioso na guerra moderna. Não é mais possível esperar que dois ou mais chefes, recebendo u'a missão em que cada um tem sua parte, discutam, se esclareçam, defendam seus pontos de vista, até que, premidos pela urgência, acabe um ou outro

cedendo, para que então a coordenação se faça. É preciso, assim, que a coordenação seja feita por outro órgão, de nível superior, ou melhor, a cavaleiro dos elementos coordenados. Em suma, é preciso que venha de cima, o que quer dizer, se efetue pela *ação de comando*, a qual somente poderá ser exercida se houver *unidade de comando*. Só coordena quem comanda, quem dá ordens.

Afirma o Alm. E. J. King, Cmt. em Chefe da Esquadra Norte-Americana durante a 2.^a Grande Guerra :

"A solução inevitável para o sucesso de uma guerra anfíbia é a unidade de comando, sistema pelo qual todos os participantes ficarão sob o comando do indivíduo melhor qualificado para conduzir a operação, sem olhar para sua condição em nossas Forças Armadas".

O comando unificado de todas as Forças Armadas é, pois, condição essencial para o êxito, na guerra hodierna.

Além disso, a coordenação é um problema eminentemente técnico-militar, donde a necessidade de ser realizada, senão diretamente, pelo menos através de *órgão técnico-militar*.

Foi essa, sem dúvida, uma das grandes consequências da 2.^a Guerra Mundial : a positivação da necessidade desse *escalão coordenador*, o qual, dadas as características de extrema rapidez e violência da luta, deve existir desde o tempo de paz. Em outras palavras, a coordenação terá de ser feita desde o tempo de paz porque não haverá tempo para realizá-la, uma vez iniciadas as hostilidades.

Foi, obedecendo a esse imperativo, que os Estados Unidos, Inglaterra e França já fundiram suas Forças Armadas, criando o órgão coordenador, o Ministério ou Secretaria da Defesa.

Não podemos descurar do problema. É preciso que o equacionemos e lhe demos uma solução que, atendendo às nossas peculiaridades, satisfaça o princípio capital da unidade de comando.

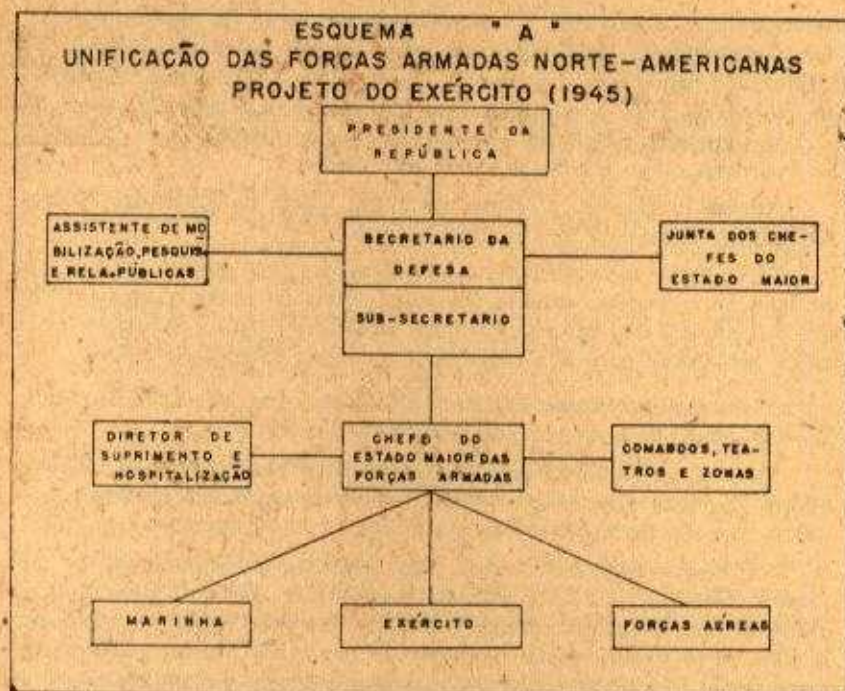
II — A solução norte-americana

Comando Unificado

Desde 1944, ainda em plena guerra, que os Estados Unidos vem cogitando do problema da unificação de suas Forças Armadas.

A solução não seria fácil, não só por não serem independentes as Forças Aéreas, como também pela resistência que oporia a Marinha à qualquer nova organização que pudesse trazer uma possível hegemonia do Exército, no conjunto das Forças Armadas.

O Exército, em 1945, apresentou um projeto criando a Secretaria da Defesa, que é o que, em linhas gerais, consta do *esquema "A"*.

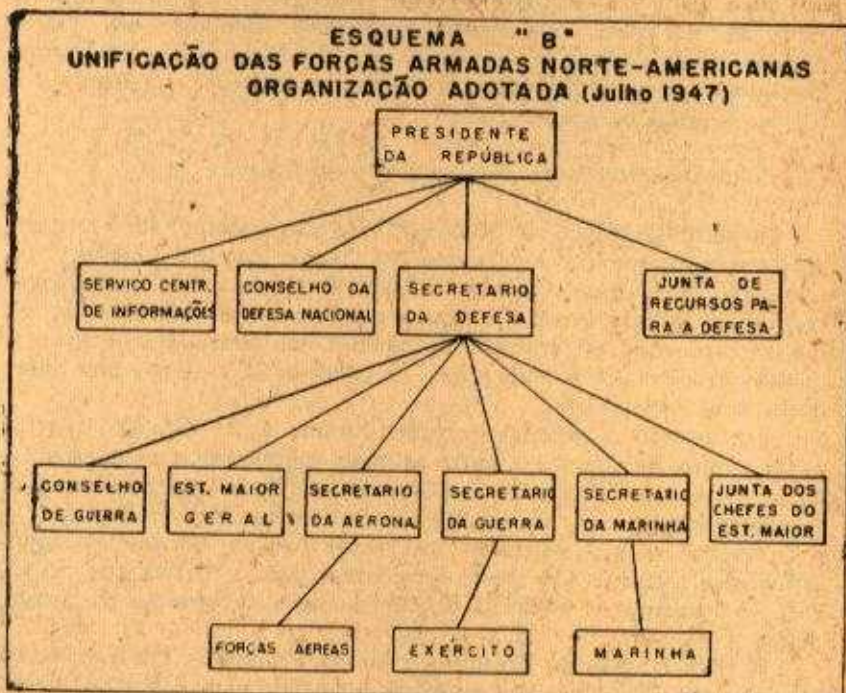


Por ele a Marinha manteria apenas a aviação com base em porta-aviões. O resto da Aviação Naval e toda a Aviação do Exército passariam a constituir as Forças Aéreas, independentes e no mesmo nível das duas outras.

A ação de comando coordenadora seria processada pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, em face das decisões tomadas pela Junta dos Chefes de Estado Maior. A propósito, à guisa de "amusement", conta a revista "Time", de onde tiramos o esquema, que a uma das críticas feitas ao projeto, de ser demasiado para um só homem o trabalho do Secretário da Defesa, respondera com muita propriedade o Gen. Eisenhower: "Se isso fôsse verdade, então nenhum homem teria capacidade para ser Presidente dos Estados Unidos".

A Marinha não aceitou a solução aventada pelo Exército, enviada ao Congresso pelo Presidente Truman, em fins de 1945. As divergências chegaram praticamente a um impasse, resolvido finalmente por um acordo estabelecido pelos principais interessados, Exército e Marinha, a pedido do próprio Presidente.

O Exército cedeu em vários pontos e o resultado é o projeto, hoje já transformado em lei (Julho de 1947) e constante, em linhas gerais, do *esquema "B"*.



A Marinha ficou com a sua Aviação Naval. Foi mantida a Junta dos Chefes de Estado Maior e suprimido o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, a cavaleiro das três Forças Armadas. Parece aí evidente, confirmando as previsões, que a Marinha receiava a supremacia do Exército, pela ocupação provável daquele posto por um dos seus generais.

O Estado Maior Geral, ora criado, terá a incumbência de por em prática as diretivas e normas estabelecidas pela Junta dos Chefes de Estado Maior, composta dos Chefes de Estado Maior das três Forças e do Chefe da Casa Militar do Presidente da República.

Desapareceu, assim, a coordenação pela ação de comando do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, prevista no projeto inicial do Exército. A coordenação, em vez de a cavaleiro, passou a lateral, se assim nos pudermos exprimir, pela colaboração dos órgãos técnicos-militares dela encarregados nos flancos da organização. Foi criado o Conselho da Defesa Nacional, composto do Presidente da

República, do Secretário de Estado, dos quatro secretários militares e do presidente da Junta de Recursos para a Defesa Nacional. Esta última será a coordenadora da mobilização militar, civil e industrial.

Para tratar dos assuntos de política, em geral, relativos às Forças Armadas, foi criado o Conselho de Guerra, composto dos quatro secretários militares e dos chefes de Estado Maior das três Forças. Finalmente, como órgão encarregado das informações, foi mantido o Serviço Central de Informações.

Nova organização do Departamento da Guerra

A partir de Junho de 1946, o "War Department" foi reorganizado em novos moldes e já tendo em vista a próxima "merger" ou unificação das Forças Armadas. Assim é que os órgãos que diziam respeito às Forças Aéreas, a serem em breve desmembrados, foram dispostos na nova estruturação de modo a não alterá-la no conjunto, quando se efetivasse a unificação. O esquema "C" dá-nos uma idéia dessa nova organização.

Em relação à anterior, vigente durante a 2.^a Grande Guerra, houve profundas alterações, entre as quais soblevam a nova estruturação do Estado Maior Geral (General Staff) — que passou a ter seis Divisões em lugar das antigas cinco Secções, G-1, G-2, G-3, G-4 e Operações — e a supressão do "Army Service Forces" — cujas atribuições relativas aos serviços passaram para a Divisão de Serviços, Suprimentos e Reunião de Meios, nova designação da antiga antiga G-4.

A nova Divisão de Pesquisas e Novas Produções (Research and Development Division) veio substituir, passando para o Estado Maior Geral, a então existente Divisão de Novas Produções, pertencente ao Estado Maior Especial. Constituiu essa alteração, sem dúvida, uma consequência da importância vital que adquiriram, na conduta da guerra de hoje, as novas conquistas científicas.

O Chefe do Estado Maior do Exército continuou a ser, como anteriormente, o Comandante do Exército.

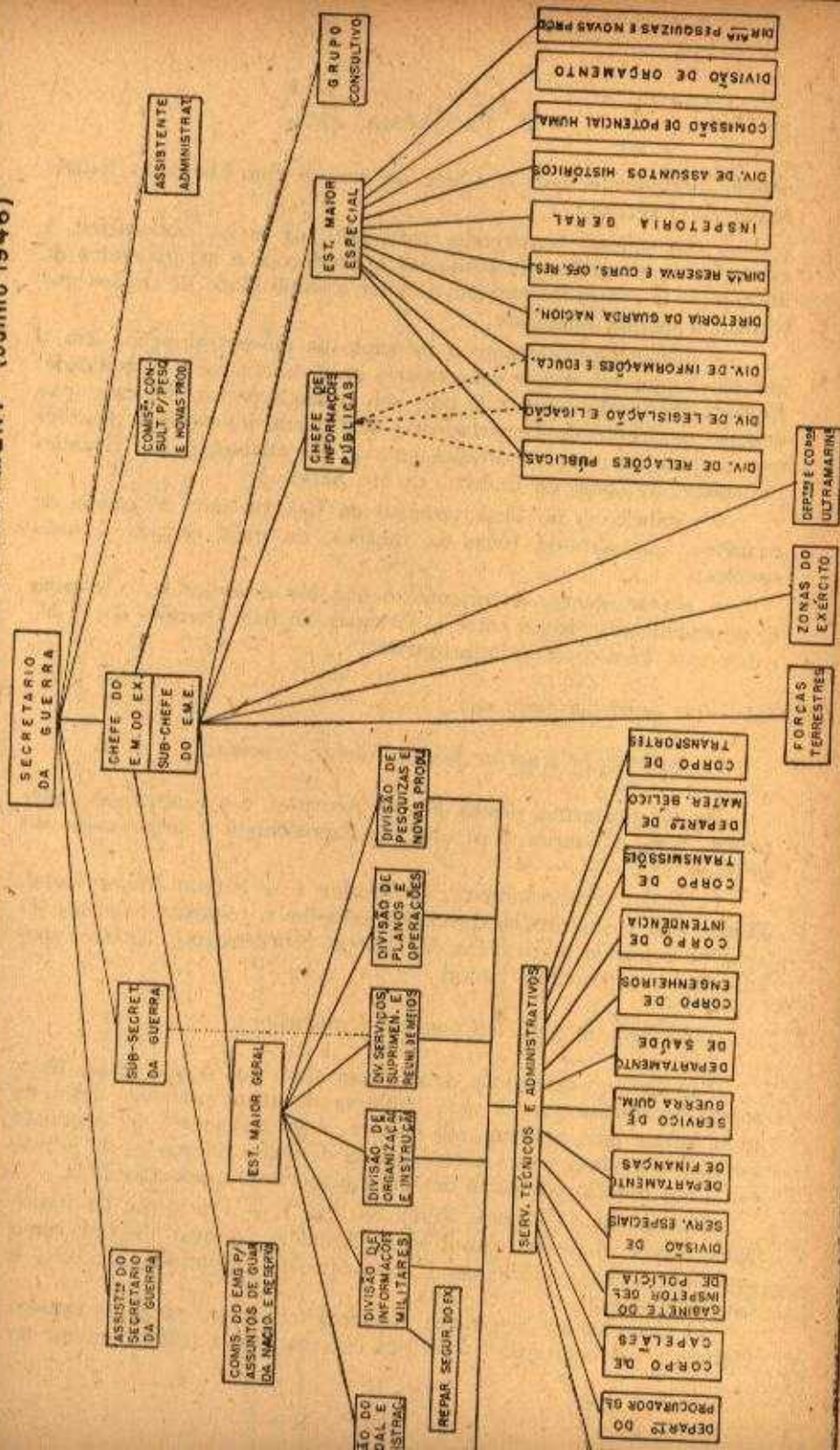
A nova organização obedeceu, de um modo geral, aos seguintes princípios (B. I. da 2.^a E. M. E., de Maio 1947) :

— criar uma estruturação simples e flexível, pela qual ficassem perfeitamente definidas todas as atribuições;

— aparelhar os altos órgãos do Departamento da Guerra, para cumprir, com rapidez e eficiência, as determinações do Chefe do E. M. E., atribuindo-lhes, para isso, a autoridade e os meios necessários à direção e ao controle de execução dessas ordens;

— estruturar os órgãos de direção de forma tão simples quanto possível, de modo que seja o mínimo de autoridades que deva enten-

ESQUEMA "C" - ORGANIZAÇÃO DO "WAR DEPARTMENT" (Junho 1946)



der-se, diretamente, com o Chefe ou com o Sub-Chefe do Estado Maior do Exército;

— intensificar, fornecendo, para isso, os meios necessários, a execução do programa de pesquisas e produções e as atividades de informação e contra-informação e evitar a duplicidade de órgãos que tenham a mesma finalidade;

— aplicar rigorosamente o princípio da descentralização, sem o que não é possível atingir o necessário grau de eficiência e vitalidade. Embora exercendo o controle que, sob certos aspectos, lhe cabe, não deverão os órgãos do Departamento da Guerra desempenhar funções que possam ser descentralizadas com a sua atribuição aos Grandes Comandos, às Zonas do Exército ou aos Serviços;

— estabelecer, no Departamento da Guerra, uma só cadeia de comando, que abranja todas as funções, da mais elevada à mais simples;

— adotar, dentro da orientação que fôr estabelecida, o sistema de entendimentos diretos entre as Grandes Chefias, Divisões do E. M. e Serviços Técnicos e Administrativos.

III — O problema entre nós

A organização atual de nossas Forças Armadas

Esquemáticamente, nossas Forças Armadas, e o Exército em particular, após a recente reestruturação, apresentam a organização do gráfico "D".

O órgão técnico-militar coordenador é o Estado Maior Geral. Dentro das idéias atrás expendidas, falta-lhe o requisito essencial da ação de comando a cavaleiro das Forças coordenadas. Exerce, apenas, uma coordenação lateral.

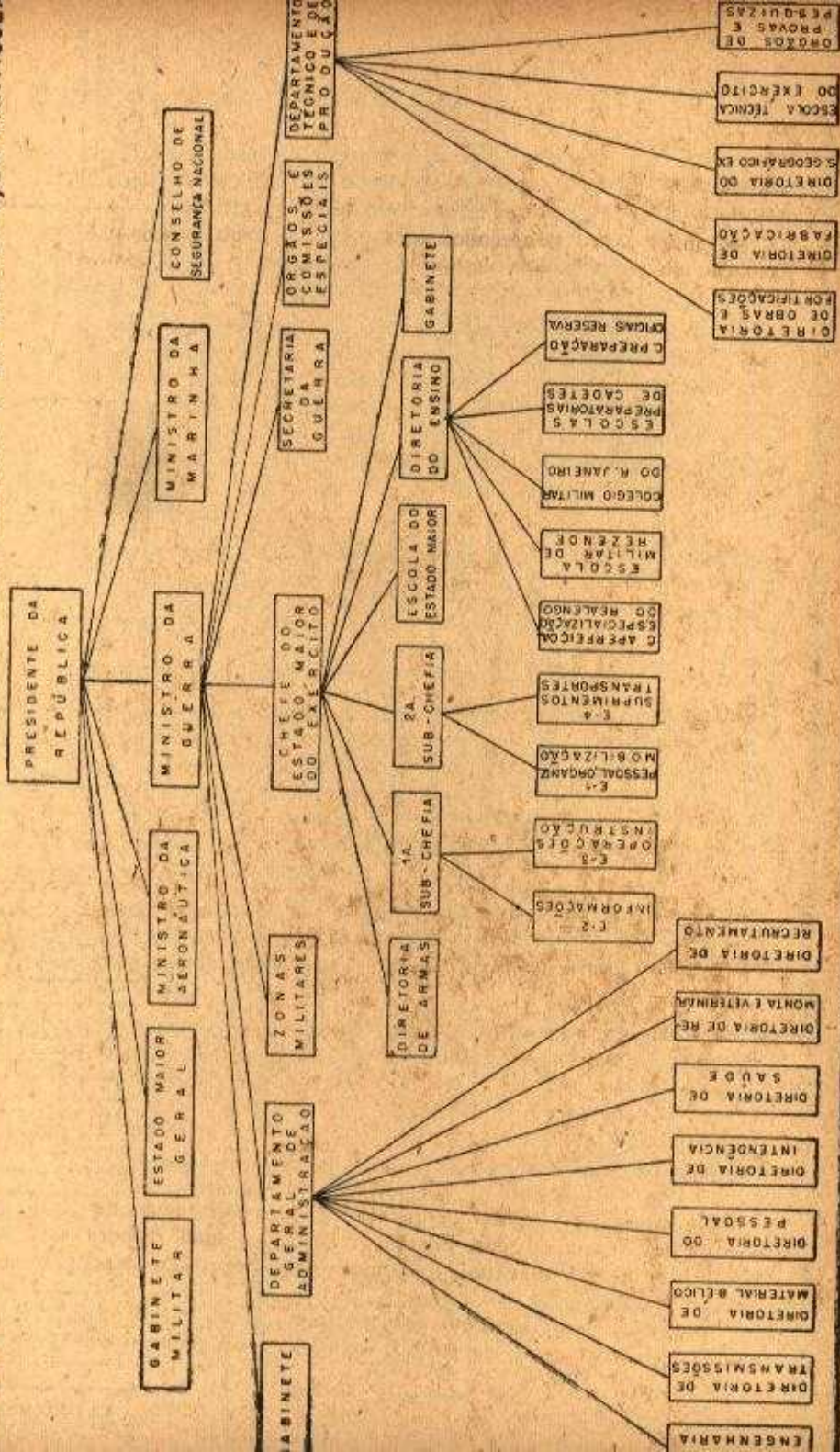
Uma solução para o Comando Unificado

"In limine" desejamos deixar bem claro que o que se vai ler a seguir representa apenas uma tentativa de quem pretende, antes de tudo, lançar uma semente, má embora, mas que poderá ter a grande virtude — e nisso estará a recompensa de nosso esforço — de provocar a boa solução por parte dos que, melhormente, poderão dá-la.

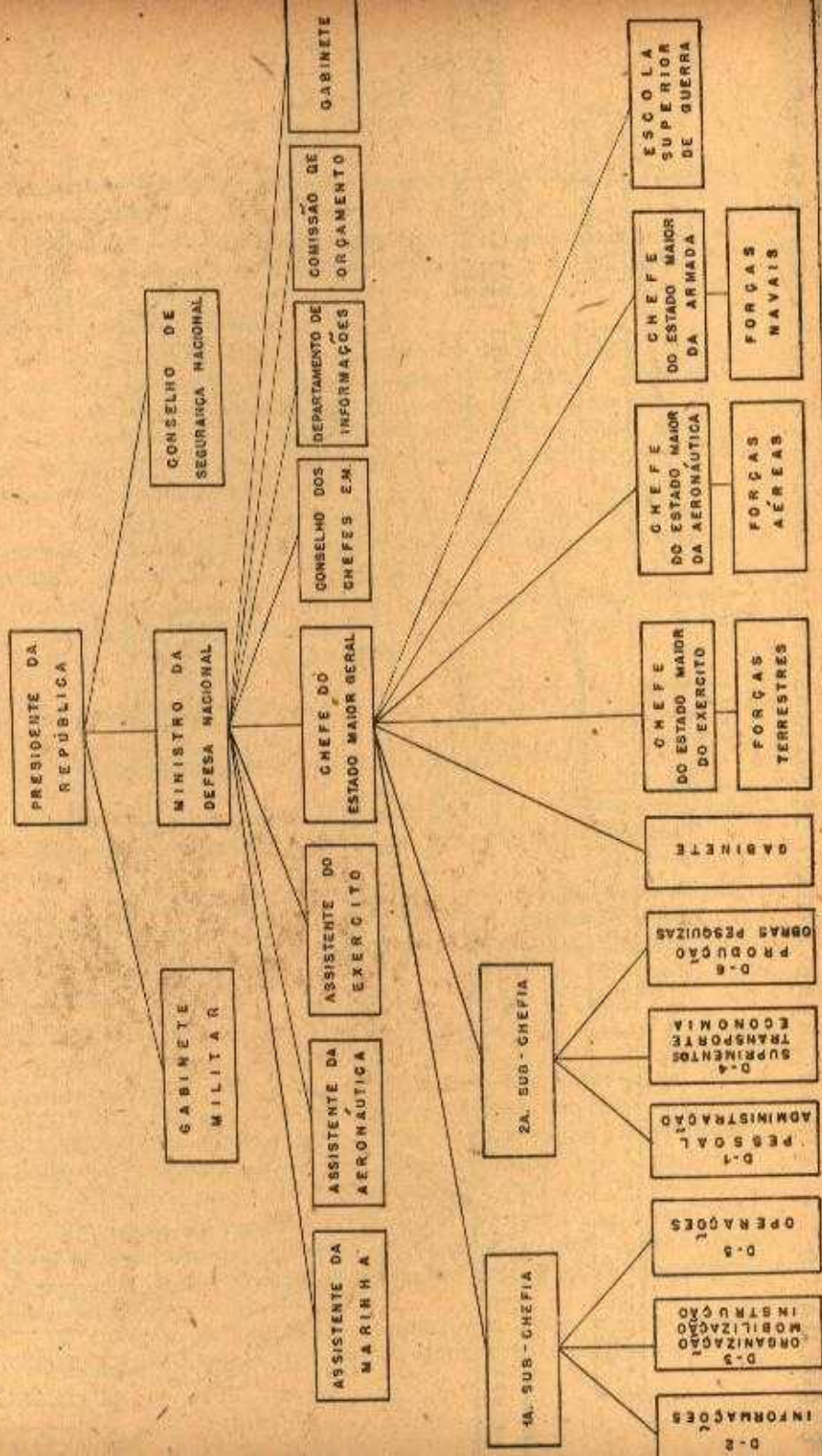
Na cúpula do sistema (esquema "E"), o Presidente da República, Chefe Supremo das Forças Armadas, o qual disporá como órgãos auxiliares imediatos, o Conselho de Segurança Nacional e Gabinete Militar.

O Conselho de Segurança Nacional terá a seu cargo os estudos visando a harmonização da política externa com a política militar do

ESQUEMA "D" - ORGANIZAÇÃO ATUAL DE NOSSAS FORÇAS ARMADAS E DO EXÉRCITO, EM PARTICULAR



ESQUEMA "E" - UMA SOLUÇÃO PARA O COMANDO UNIFICADO DE NOSSAS FORÇAS ARMADAS.



RESIDENTE DA
REPÚBLICA

MINISTRO DA
DEFESA NACIONAL

CABINETE
MILITAR

CONSELHO DE
SEGURANÇA NACIONAL

ASSISTENTE DA
MA R I N H A

ASSISTENTE DA
AERONAUTICA

3SISTENTE DO
EXERCITO

CHEFE DO
ESTADO MAIOR GERAL

CONSELHO DOS
CHIEFS E.M.

DEPARTAMENTO DE
INFORMAÇÕES

COMISSÃO DE
ORÇAMENTO

CABINETE

4A. SUB - CHEFIA

2A. SUB - CHEFIA

INFORMATION
2-0

ORGANIZACAO
MOBILIZACAO
INSTRUCAO

OPERATIONS
D-3

D-1
PERSONAL
ADMINISTRATIVE

0-4
SUPRIMENTOS
TRANSPORTE
ECONOMIA

D-8
PROPAGAO
OMAS PESQUISA

GA BINET

DO ESTADO MAIOR
DO EXERCITO

FORÇAS
TERRESTRES

DO ESTADO MAIOR
DA AERONÁUTICA

FORGAS
AERIAS

DO ESTADO MAIOR
DA ARMADA

FORÇAS
NAVAIS

SUPERIOR
DE GUERRA

país, o máximo aproveitamento dos recursos nacionais para a guerra e o estabelecimento de um Plano de Guerra. Será presidido pelo Presidente da República e terá como membros natos os Ministros da Defesa e do Exterior, os Chefes do Estado Maior Geral, do Exército da Marinha e da Aeronáutica e como membros eventuais os demais Ministros de Estado, convocados quando necessário.

Os atuais Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica, serão fundidos no Ministério da Defesa Nacional. Ao Ministro da Defesa caberá, em tempo de paz, o comando das Forças Armadas, por delegação permanente do Presidente da República. Esse comando será exercido através do Estado Maior Geral, órgão técnico-militar coordenador, a cavaleiro das flutuações políticas. O Chefe do Estado Maior Geral dará ordens às três Forças Armadas, por ordem do Ministro da Defesa.

O Ministro da Defesa disporá, como auxiliares de sua confiança, os Assistentes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, os quais terão a seu cargo todos os assuntos de natureza civil que digam respeito às Forças respectivas.

Completarão os órgãos do Ministério da Defesa :

— Conselho dos Chefes de Estado Maior, o qual, presidido pelo Ministro da Defesa e tendo como membros o Chefe do Estado Maior Geral, os Chefes do Estado Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e Chefe do Gabinete Militar do Presidente da República, será um órgão não-permanente militar, convocado pelo Ministro da Defesa, quando necessário, para assentar os planos de emprego em conjunto das Forças Armadas.

— Departamento de Informações, órgão de suma importância, até aqui inexistente entre nós, destinado a centralizar todo o serviço de informações em benefício das Forças Armadas. Dele voltaremos a falar.

— Comissão de Orçamento, com o encargo de organizar o orçamento para as Forças Armadas, englobando e coordenando os orçamentos de cada Força.

— Gabinete

Estado Maior Geral — O Estado Maior Geral terá seis Divisões, sub-divididas em duas Sub-Chefias :

2.ª Sub-Chefia

- D 1 — Pessoal, Administração.
- D 4 — Suprimentos, Transporte, Economia.
- D 6 — Produção, Obras, Pesquisas.

1.ª Sub-Chefia

- D 2 — Informações.
- D 3 — Mobilização, Instrução, Organização
- D 5 — Operações.

A Escola Superior de Guerra será o centro de altos estudos referentes à guerra e preparará os oficiais no emprego combinado das Forças Armadas.

Nova organização do Exército (Esquema "F")

O Chefe do Estado Maior do Exército será o Comandante do Exército.

Disporá de :

a — Órgãos para estudos, planificação, coordenação e supervisão, constituindo o Estado Maior do Exército, que terá organização idêntica ao Estado Maior Geral.

b — Órgãos de ensino, constituídos pela Escola de Estado Maior, Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, Escola Militar de Rezende, Escolas Preparatórias de Cadetes, Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar do Rio de Janeiro, todos, exceto o primeiro, subordinados como até aqui, a um órgão intermediário, a Diretoria de Ensino.

c — Órgãos de execução, abrangendo a Tropa, através dos Comandos de Zonas Militares, o Departamento Geral de Administração e o Departamento Técnico e de Produção.

No Departamento Geral de Administração julgamos indispensável a criação de um novo órgão, semelhante ao norte-americano, que terá a seu cargo tudo que se referir a transportes no Exército, a Diretoria dos Transportes.

d — Órgãos diversos : Secretaria Geral, Comissão de Promoções, Comissão de Orçamento e Gabinete.

Os Sub-Chefes do Estado Maior do Exército planejam, dirigem e supervisionam as atividades ligadas às Divisões que lhe são subordinadas, podendo dar ordens de execução aos diversos órgãos do Exército, por ordem do Chefe do Estado Maior do Exército.

Estabelecendo um paralelo com a nova organização do "War Department" (*esquema "C"*), muito mais complexa, diversos órgãos ali existentes terão suas funções absorvidas pelas da nossa organização, criando-se para tal, sempre que necessário, divisões ou secções. Assim :

— Gabinete do Chefe do E. M. E. : Divisão de Relações Públicas, Divisão de Legislação e Ligação, Departamento do Procurador Geral (através da Consultoria Jurídica).

— Secretaria Geral : Inspetoria Geral, Divisão de Assuntos Históricos, Departamento da Ajudância Geral, Inspetoria Geral da Polícia.

— Diretoria de Recrutamento : Diretoria da Guarda Nacional, Diretoria da Reserva, Comissão de Potencial Humano.

— Diretoria do Pessoal : Corpo de Capelães, Divisão de Serviços Especiais.

— Diretoria do Ensino : Divisão de Informações e Educação (parcialmente).

— Diretoria do Material Bélico : Serviço de Guerra Química.

— Diretoria de Fabricação : Diretoria de Pesquisas e Novas Produções.

Serviço de Informações

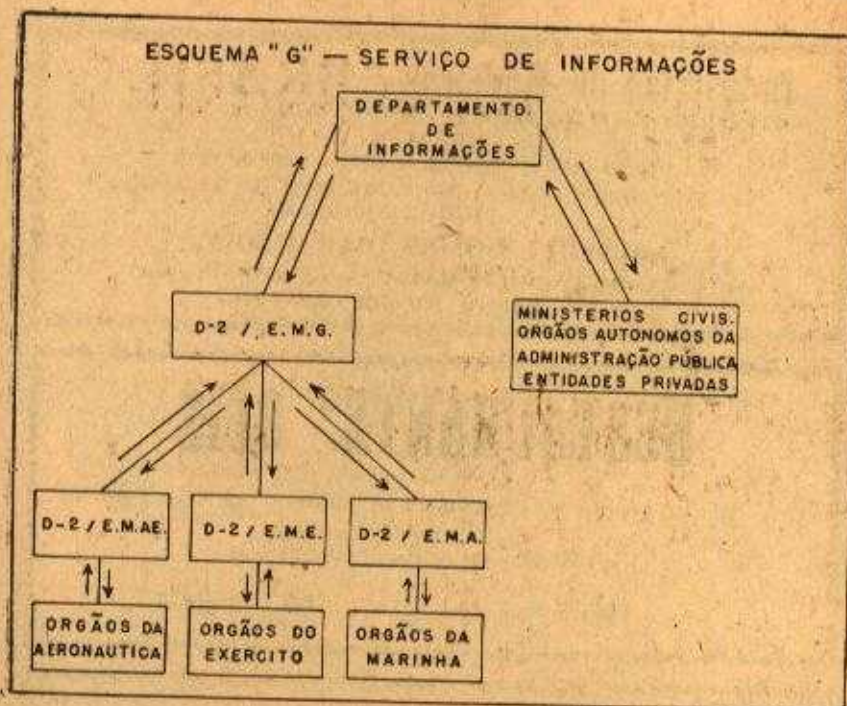
Dada a extrema importância de que se reveste o assunto, a ele dedicaremos a parte algumas linhas.

Não podemos pretender a organização que possuem os norte-americanos para o seu Serviço de Informações. Contudo, é forçoso que cogitemos, na nova organização de nossas Forças Armadas, desse setor vital da atividade militar, do qual praticamente nada temos.

Jogando, apenas — é bom o frizemos novamente — com a vontade de apresentar uma solução que provoque outras melhores — já que a técnica moderna do Serviço de Informações é por demais complexa e especializada para que nos pretendêssemos em condições de apresentar uma boa solução — oferecemos à meditação dos camaradas a organização constante do *esquema "G"*. Será uma organização modesta, inicialmente, mas que terá a vantagem de conter em germe a que possuem os grandes exércitos estrangeiros.

Baseia-se na criação, a que já nos referimos, no Ministério da Defesa, do Departamento de Informações. O Departamento fará a ligação com os ministérios civis, órgãos autônomos da administração pública e entidades privadas, com o fim de obter e transmitir informes sobre tudo que se relacione com as atividades das Forças Armadas. Elaborará informações, partindo dos informes obtidos, atendo-se, porém, somente ao campo civil. As informações militares, é óbvio, somente poderão ser elaboradas pelos órgãos técnicos-militares especializados, as D-2. Terá a seu cargo a contra-informação, propaganda, contra-propaganda e censura, no meio civil, de acordo com as diretivas do Chefe do Estado Maior Geral.

O Departamento de Informações será, assim, um órgão civil, intermediário entre os órgãos militares e as fontes de informes do meio civil. Fará a ligação inversa, também, transmitindo aos órgãos civis todas as informações militares do interesse particular de cada um.



Essa última atribuição reveste-se de singular importância, pois são inúmeras as informações, elaboradas pelos órgãos militares, de valor para as atividades civis e que somente aqueles órgãos especializados poderão fornecer. Assim, certas tendências da indústria estrangeira, sob o ponto de vista militar, percebidas pelas D-2, poderão ser de grande utilidade na orientação das indústrias nacionais.

Pela atuação adequada do Departamento de Informações, quer nos parecer, será assegurado o fluxo contínuo e em ambas as direções das informações, condição primordial para um Serviço de Informações.

Ao terminar, desejamos, ainda uma vez, repisar a despreensão do trabalho, que visa unicamente agitar o problema, certos de que estamos, da sua oportunidade e conveniência.

Em Janeiro do ano próximo reunir-se-á a Conferência de Bogotá. Em sua agenda se destacam as questões que dizem respeito à organização militar das Américas. É preciso que, até lá, para maior prestígio do Brasil, tenhamos assentado a solução de problemas fundamentais, como esse da unificação de nossas Forças Armadas.

Rio, 27/8/47.

O Regimento de Infantaria no Combate Defensivo

(Continuação)

Ten. Cel. J. B. de Mattos

ESTUDO DO EMPREGO DOS DIVERSOS ELEMENTOS DO R. I.

É por demais conhecido que o emprego dos diversos elementos do R. I., depende do reconhecimento do terreno, bem como exige o batismo de tudo que possa servir de referência, pois as missões a dar, para terem cumprimento, devem ser traduzidas através roteiros bem precisos.

A observação acima tem por fim deixar bem claro que no estudo dos elementos do R. I. não poderemos descer aos exemplos com a precisão real, fixaremos todo o esforço na exposição das regras gerais de emprego.

Assim :

O BATALHÃO ...

A organização da defesa no escalão Batalhão compreende geralmente o equipamento simultâneo de postos avançados de combate, L. P. R. e a linha de reservas de batalhões. Excepcionalmente o mesmo Batalhão equipará a L. D. inclusive.

As regras abaixo proporcionam um bom emprego do Btl.

a) — o Btl. opera numa frente defensiva de 1.000m. a profundidade de 1.500m. coberta por postos avançados de combate com a missão de vigilância e alerta.

Nesta eventualidade, em terreno médio, o quartelão será subdividido em dois sub-quartelões, com o emprego de duas Cias. de fuzileiros, que se encarregarão de assegurar a defesa em toda a profundidade da posição.

O Cmt. do Btl. conservará à sua disposição a 3.ª Cia., ou então reforçará as duas Cias. com um Pelotão cada uma e manterá sob suas

ordens diretas o Capitão, um ou dois pelotões e os morteiros para tapar brechas ou efetuar contra ataque imediato.

b) — *a frente é a mesma, mas a distância entre os postos avançados de combate e a orla exterior da posição é superior a dois quilômetros.*

Neste caso é impossível confiar ao mesmo Cmt. de Cia. o comando de elementos repartidos sobre uma profundidade superior a 3 quilômetros.

Convém atribuir aos postos avançados uma Cia. inteira, dando a seu Cmt. os meios de transmissões indispensáveis para permitir acionar elementos repartidos numa frente de 1.000 metros a 1200 metros (postos rádios, artificios, esclarecedores motociclistas).

A defesa da posição será feita pelas outras duas Cias., tendo o Cmt. do Btl. o cuidado de reservar para si um Pelotão, que será devolvido à Cia. após a recuperação da Cia. em postos avançados.

c) — *a frente do Batalhão é de 1.500 metros.*

O Cmt. do Btl. para assegurar o comando em profundidade, deve constituir três subquarteirões.

Se os postos avançados de combate estão localizados a mais de dois quilômetros da posição, não deve caber ao Btl. equipá-los, e sim ao Btl. de Reserva.

Organizada a defesa, restará ao Cmt. do Btl. esforçar-se por conduzir o combate, para o que, fará sentir sua ação :

- pela manobra dos fogos;
- pela ação de suas reservas.

a) *Manobra dos fogos*

Esta manobra geralmente tem de ser exercida por concentrações de fogos de *armas locadas desde o início do ataque.* ...

As condições do combate atual apresentam tal ritmo que a defesa estática da posição absorve, durante o seu decurso, a quase totalidade das metralhadoras, armas anti-carros do Btl. e as que forem dadas em reforços.

O emprego de metralhadoras conservadas em reserva é muito problemático.

Como então poderá o Cmt. do Btl. fazer sentir a ação de seus fogos ?

1.º) — Fazendo intervir os seus morteiros e os de reforço. Este material não deve ser empregado para neutralizações sobre zonas e nem para participar de barragens, mas unicamente para intervir

contra objetivos precisos; os morteiros podem, se deslocar com mais facilidade do que as metralhadoras, devendo ocupar sempre posições desafiadas.

2.º) — Dando às armas automáticas missões secundárias de concentração de seus fogos sobre os pontos de apoio vizinhos, para impedir que o inimigo que ocupe um deles possa prosseguir ou para apoiar um contra ataque imediato para os retomar.

b) — *Manobra das reservas*

O Cmt. do quartelão, como o Cmt. do Subquartelão, deve sempre possuir uma reserva de fuzileiros, pelo menos dum pelotão, e isto é possível si as guarnições dos pontos de apoio forem reduzidas ao mínimo para a cobertura das armas pesadas e dos canhões anti-carros.

Estas reservas locais destinam-se aos contra ataques imediatos.

A *atividade do Major*, em função das regras expostas consistirá no seguinte :

- Após receber do Coronel a definição das zonas de barragens, proceder o reconhecimento pormenorizado do terreno, em presença do Cmt. da Cia. de petrechos pesados, para determinar a localização das armas automáticas, destinadas a equipar a barragem principal (metralhadoras e armas anti-carros). Fixar o traçado da L. P. R. que deve ser sinuosa sem exagero.
- Fixar a composição dos pontos de apoio em metralhadoras, canhões anti-carros.
- Conservar à sua disposição os morteiros para as tapagens de brechas e apoio aos contra-ataques.
- Determinar as localizações dos campos de minas e propor ao Coronel as regiões de aplicação dos tiros de deter e dos tiros de proteção.
- Reconhecer a localização da última linha de defesa do Btl. (linha de reserva do Btl. ou L. D.), e determinar os pontos de apoio a organizar entre esta linha e o contorno aparente da posição, em companhia dos Cmts. de Subquartelões.
- Fixar o número de pelotões de metralhadoras e de canhões anti-carros que serão atribuídos a defesa da última linha de defesa e dos pontos de apoio, que serão completados por fuzileiros a cargo dos Cmts. de Subquartelão.
- Determinar a organização de diagonais, em 2.ª urgência, para reunir por trincheiras os pontos de apoio acima.
- Determinar a localização dos campos de minas a estabelecer no interior da posição.
- Instalar seu P. C. na última linha de defesa, e estabelecer na L. P. R. um observatório e um P. C. avançado bem dotado

- em meios de transmissões (telefone, rádio, ótica, artifícios) para permitir comunicações com o P. C.
- Preparar cuidadosamente a manobra de seus fogos de modo a responder as possibilidades do inimigo quando conseguir investir a posição e dar as armas fixadas nos pontos de apoio, missões de flanqueamento dos pontos de apoio vizinhos.
 - Preparar igualmente, em todos os seus pormenores, a intervenção das reservas de quarteirão para a execução de contra ataques imediatos para retomada dum ponto de apoio importante e formular para tal ao Coronel a previsão do máximo de artilharia.
 - Após os reconhecimentos estabelecer um plano progressivo de trabalhos e, si a situação for de incerteza, enterrar e disfarçar tôdas as armas automáticas durante a noite.
 - Enviar ao Coronel e ao destacamento de ligação da artilharia, um croquis ou calco exato das zonas batidas, da localização das minas, dos pontos de apoio e do traçado das diagonais.
 - Empregar sua 3.^a Companhia (a de reserva) nos postos avançados de combate si forem localizados demasiado longe para os subquarteirões e lhes dar roteiros precisos sobre a missão a cumprir e particularmente sobre as condições de retraimento. Proporcionar-lhe os reforços indispensáveis.
 - Em caso contrário, conservar à sua disposição esta 3.^a Companhia ao todo ou em parte.
 - Fazer assegurar a D. C. A. por metralhadoras em toda a profundidade de posição.

MEMENTO DE ORDEM DE DEFESA DE BTL.

- 1 — a. Informação sobre o inimigo e possibilidade de penetração (calco op) (x)
 b. Informação da tropa amiga.
 - 1—Situação e missão do Reg. e Un. adjacentes
 - 2—Apoio de art. Obz, A C, Carros, D.D., Mrt. Qmc. e Av.
 - 3—Forças de cobertura e elementos de segurança.
- 2 — Plano geral de defesa do Btl. :
 - a—limites do Quarteirão (calco op) (x)
 - b—Traçado geral da L. P. R. (calco op) (x)
 - c—Pontos limites (calco op) (x)
 - d—Dispositivo do Btl. em Cias. de Fz. (calco op) (x)
 - e—Dispositivo das Cias. Fz. (calco op) (x)
- 3 — Missões das unidades subordinadas :

a—Cada Cia. Fz. :

- (1) Limites e pontos de limites (*calco op*) (x)
- (2) Missões de segurança
- (3) Condições ou restrições da abertura de fogo

b—C. P. P.

- (1) Localização e missões das Mtr. L. e P. (*calco op*) (xx)
- (2) Posições e missões das Mtrs. 81; fogos das missões principais na L. P. R. e concentrações de fogos (*calco op*) (xx)
- (3) Condições e restrições de abertura de fogo.

c—Pela A C (e D C)

- (1) Posições de tiro (*calco op*) (xxx)
- (2) Setor e direção principal de tiro (*calco op*) (xxx)
- (3) Condições e restrições da abertura de fogo
- (4) Coordenação com outras unidades A C
- (5) Local dos campos de minas e obstáculos A C (*calco op*) (xxx).

d—Reserva

- (1) Composição (*calco op*) (x)
- (2) Missões
- (3) Zonas de reunião e posições a ocupar (*calco op*) (x)
- (4) Prioridade dos contra ataques (*calco op*) (x)

e—Carros de Combate

- (1) Missões (fogo direto, indireto ou apóio aos contra ataques)
- (2) Posições a ocupar (*calco op*) (x)
- (3) Itinerário para a posição de ataque (*calco op*) (x)
- (4) Condições ou restrições na abertura de fogo
- (5) Local dos campos de minas e obstáculos (*calco op*) (xxx).

f—Mtr. Qmc.

- (1) Posições de tiro e missões (*calco op*) (xxx)
- (2) Local a bater na missão principal e na concentração de fogos. (*calco op*) (xx)

X—(1) Alterações ou acréscimos as N G A

- (2) O. T. e prioridades (*calco op*) (xxx)
- (3) P A C — (composição — local e missão) (*calco op*) (x)

4 — a—(1) Local do C Rem (*calco op*) (x)

- (2) Disposições para distribuição da munição. Quantidade de mun. nas posições.
- (3) Alterações ou acréscimos às N. G. A. de rem.

- b—Instrução relativa aos transportes de Cia. e trem do Btl.
 - c—Local do PS (*calco op*) (x)
 - d—Instrução para a alimentação.
- 5 — a—Instrução de transmissões a vigorar
- b—Restrições ao uso do rádio
 - c—Sinais pirotécnicos
 - d—Local e hora de abertura dos P. C. de Btl. e Cias. (*calco op*) (x)
- Cap S-3 a)..... Ten. Cel. Cmt.
 Anexos (3 calcos p. ex.)
 Distribuição A

OBSERVAÇÃO

- a) Não escrever títulos e subtítulos desnecessários.
- b) Máxima possível no *calco op.*, aliviando a ordem escrita.
- c) A fim de não sobrecarregar um único *calco*, pode-se desdobrar :

calco op 1 (Organização Tática — os assuntos marcados (x)
calco op 2 (Fogos) — os assuntos marcados (xx)
calco op 3 (O.T. e D.C.A. — os assuntos marcados (xxx).

A COMPANHIA DE OBUSES

Na defensiva deve-se tirar o máximo partido da flexibilidade e mobilidade dos obuses. A ação a empreender jamais exigirá que os Pelotões permaneçam numa só posição ou se preparem para desencadear toda sua potência sobre uma única área ou setor de tiro.

No apoio da ação defensiva do Regimento os obuses são capazes de desencadear tiros de longo alcance —, alcance médio — e apoio imediato, isto é, em benefício imediato do P. R. Esses tiros são sempre executados de posições desafiadas e por pontaria indireta.

Os obuses podem ser empregados contra objetivos inopinados em pontaria direta, com as características portanto de tiros à vista contra alvos móveis.

MISSÕES

A missão principal da C. Obus na defensiva é o apoio Imediato à LPR, contra pessoal ou armas que ameacem a posição.

Seus fogos se dirigem principalmente contra objetivos inopinados, não batidos eficazmente por outras armas.

Além disso, bombardeios preparados são previstos contra áreas favoráveis a serem ocupadas por tropas ou armas de apoio inimigos, para cobrir bloqueios de estradas ou demolições, bloquear passagens estreitas ou interdizer certas zonas críticas por curtos períodos de tempo e também para suplementar os fogos de apoio imediato dos morteiros 81 m/m. e da Artilharia.

Como missão secundária poderá, ser determinado pelo Cmt. do Regimento que a Cia. de Obús suplemente ou aprofunde a defesa A C do Regimento para o que escolherá posições suplementares, mediante entendimento com o Of. A C Regimental.

REPARTIÇÃO

Geralmente 1 Pel. apoia cada Btl. da L. P. R. e o restante (se houver) em apoio geral do Regimento.

Sempre que o terreno permitir, a colocação inicial será em posições de tiro cobertas ou cuidadosamente disfarçadas e preparadas para o tiro indireto, por pelotões ou peças. Podem também ser mantidos em posições cobertas que permitam o deslocamento rápido à mão, para posições de tiro direto, pelo menos parcialmente desenhadas.

Instalam-se P. O. e são feitas ligações telefônicas destes com as posições de tiro. O plano de fogos da Cia. é submetido à aprovação do Cmt. do Regimento.

O Cmt. da Cia. de Obús mantém ligação pessoal, ou por meio de agente, com o Cmt. da Artilharia de Apoio.

O Cmt. Pel. Obús mantém ligação pessoal, ou por intermédio de agente com o Cmt. do Btl. apoiado.

CONDUTA DA DEFESA

a) — Durante a aproximação do inimigo, os fogos da C. Obús — visam retardar, desorganizar e forçar o inimigo ao desenvolvimento prematuro. Para isso seus objetivos serão :

- *interdição das estradas de aproximação*
- *zonas de reunião conhecidas ou suspeitas*
- *destruição ou neutralização das armas de apoio de grande alcance.*

Elementos de Obuses podem ser empregados para apoio imediato ao P A C ou para cobrir seu retraimento.

b) — Durante o ataque coordenado à P R. a missão principal da Cia. de Obús é :

- *a destruição ou neutralização das armas de apoio inimigos a pedido das unidades apoiadas por iniciativa dos obs. de obuses.*

c) — Caso o inimigo chegue ao contáto cerrado com a LPR, a missão principal da Cia. de Obús continua ainda a ser :

— a destruição ou neutralização das armas de apóio inimigos.

No entanto, precisa estar preparada para rapidamente concentrar fogos, a pedido, em proveito imediato da L P R, conforme tiros preparados na barragem principal.

d) — No caso de contra ataque, os elementos da Cia. de Obuses o apoiarão com o desencadeamento rápido dum bombardeio sôbre objetivos escolhidos dentro da área penetrada.

Suspenderá ou transportará êsses bombardeios a sinal ou pedido da tropa de c/ataque.

Esse apóio necessita cuidadosa coordenação com a tropa de c/ataque e com a Artilharia de apóio.

OBSERVAÇÕES

1 — Das regras expostas, sômente o cumprimento da referente aos tiros preparados na barragem principal (ação em proveito imediato da L P R) foi prevista na O G O, e isso pela natureza dos demais objetivos da Cia. de Obuses exigir o conhecimento do terreno.

2 — O problema que se apresenta ao Cmt. de Cia de Obuses, para o cumprimento das missões é o da execução duma manobra de fogos, exigindo em consequência e posteriormente, é lógico, numa manobra de materiais.

Uma manobra de fogos consiste, em última análise, em fixar precisamente :

- onde atirar ?
- quando atirar ?
- quanto atirar ?

**

A COMPANHIA DE CANHÕES ANTI-CARRO

A defesa anti-carro no ambiente em que atua o Regimento — a Divisão de Infantaria — estabelecer-se-á para atender, presentemente, as exigências seguintes :

1.º) — descobrir os carros inimigos antes do ataque ou pelo menos seleccionar as zonas de possíveis ataques dos mesmos — a cargo da segurança e objetivo de busca de informações.

2.º) — impedir que os carros atinjam a posição — defesa à frente da L. P. R.

3.º) — deter os blindados no interior da posição — defesa interior.

4.º) — impossibilitar o desembocar além da posição — defesa da L. D.

Quanto à 1.ª exigência, bem como com relação a todos os elementos a frente da P. R. que escapem ao Comando direto do Cmt. do Regimento, a defesa contra blindados apresenta características particulares, que escapam às regras gerais.

As demais exigências deve ser acrescida a necessidade de *proteção a órgãos especiais da defesa como P. C., centrais telefônicas, baterias avançadas, órgãos de fogos colocados em regiões vulneráveis aos blindados, etc.*

De acôrdo com as regras de emprêgo atual, a defesa duma posição contra engenhos blindados, para ser eficaz deve comportar, como solução as 2.ª, 3.ª e 4.ª exigências o seguinte :

- a) — *uma defesa fixa passiva* baseada no obstáculo e na organização dos defensores em pontos de apóio para deter ou pelo menos tornar mais lento o ritmo do inimigo.
- b) — *uma defesa fixa ativa* — baseada no emprêgo de minas, armas leves (fuzis anti-carros, etc) e armas pesadas (canhões, anti-carros); esta destina-se a completar a defesa fixa passiva, pela exploração dos resultados obtidos com a lentidão dos movimentos do adversário.
- c) — *uma defesa ativa móvel* — que se realizará com emprêgo de armas pesadas (canhões) e engenhos blindados (carros de combate e destruidores de carros), os quais agirão por concentração e manobras de fogos ou como elementos de contra ataques.

Deante do quadro descrito conclue-se que o emprêgo dos elementos da Cia. A. Carros, verificar-se-á como participantes da :

- *defesa fixa ativa* (canhões e minas) e
- *defesa ativa móvel* (canhões)

Na *defesa fixa ativa* predominará a descentralização dos canhões até a peça. O tiro é sempre executado por pontaria direta e o alvo estará no máximo a 1.000 metros. O material deve penetrar nas blindagens no mínimo até 500 ms.

Na *defesa ativa móvel* predominará o emprêgo centralizado dos canhões no mínimo dentro do Pelotão. A execução do tiro e necessidades de preparação são idênticas as da defesa fixa ativa.

Sobre o emprêgo das minas anti-carro vamos utilizar os ensinamentos focalizados nos escritos do Cap. Newton Faria Ferreira e 1.º Ten. J. F. L. Serpa, publicados nesta "Revista" em novembro de 1943 e julho de 1945, respectivamente :

“1.º — DEFINIÇÕES

a) — Minas anti-carro.

A mina anti-carro é um tipo de mina terrestre destinada a ser usada contra veículos mecanizados. Sua finalidade é parar ou impedir o avanço de veículos sobre rodas ou lagartas. É o meio mais rápido e mais importante de defesa anti-carro. Não se destina a destruir veículo mas a impedir a sua marcha pelo arrebentar das rodas ou lagartas.

b) — Mina ativada.

Às vezes a mina anti-carro é ligada a um dispositivo detonador extra, para vir a provocar a sua explosão por tração ou descompressão. Chama-se então mina ativada. Destina-se a atuar contra as turmas de remoção, dificultando-a, tornando-a mais perigosa e em consequência retardando a operação.

c) — Campos de mina.

O conjunto de minas dispostas numa determinada área para sua defesa, constitui o que se chama campo de minas. A densidade desse campo de minas, segundo os americanos é de 1,5 mina por jarda (0,92m) de frente, variando a profundidade do campo conforme a situação, de 3, 4, 5, 6, ou mesmo mais, fileiras de minas, espaçadas de tantos pés uma das outras quantas forem o duplo número das fileiras. Assim uma área, com uma frente de 630 m. (700 yds.) coberta por um campo de minas de 5 fileiras (12 ms) necessitará de 5.250 minas ($700 \times 1,5 \times 5$).

2.º — EMPRÊGO

a) — O campo de minas é o obstáculo, de mais rápida colocação conhecido até o presente. Sua finalidade primeira é impedir a passagem de um veículo mecanizado inimigo. Enquanto a mina anti-carro isolada tem algum efeito destruidor sobre o carro e a ameaça de possível destruição deverá contribuir para retardar o seu avanço, o campo de minas constitui um verdadeiro obstáculo. A destruição dos veículos inimigos é missão das armas de defesa do obstáculo. E como obstáculo que é, para ser eficiente, está subordinado ao princípio de ser batido pelo fogo; si não o for, só servirá de impedimento temporário ao avanço inimigo.

b) — O emprêgo de minas constitui um eficiente meio de defesa contra as forças mecanizadas. Elas podem ser suficiente-

mente deixadas ou enterradas rapidamente sem muito trabalho. São normalmente usadas em campos de minas de 3 ou mais fileiras evitando a formação de qualquer desenho geométrico. São empregadas para o bloqueio rápido de estrada, côrtes altos, pontos obrigados de passagem ou caminhos de acesso favorável à aproximação inimiga. Sua localização deve ser coordenada com a dos obstáculos naturais e artificiais e sempre em consonância com o fogo do armamento anti-carro ou outras armas, afim de impedir a sua remoção". (Do trabalho do Cap. Newton Faria Ferreira).

MISSÃO PARA MINAR

I) — Recebimento da ordem :

Por intermédio do Cmt. da C. C. A. C.^o Pel. de Minas do R. I. recebe as ordens para trabalhar em proveito de um Btl., à disposição do qual ficará, ou em proveito do R. I. propriamente dito :

1.^o Caso : Todo o trabalho de minas num Btl. deve ser feito pelo Pel. de Remunt, dêste Btl. Caso êste, por determinadas circunstâncias, não o possa fazer, o Btl. pede ao R. I. um auxílio de uma esquadra, duas ou mesmo todo o Pel., que poderá ser fornecido pelo Pel. de Minas, a critério do Cmt. do R. I.

Êste trabalho pode ser :

- minar a frente, retaguarda ou flanco dos elementos do Btl.
- minar bréchas entre êstes elementos.
- Minar estradas que dêem nêste Btl.
- etc.

2.^o Caso : o Pel. de Minas trabalha em proveito, normalmente, do R. I. ou de seus órgãos. Êste trabalho pode ser :

- proteção do P. C. do R. I.
- proteção dos órgãos regimentais.
- proteção dos flancos do R. I.
- minar brechas entre Btls.
- minar o interior do dispositivo do R. I.
- etc.

Nota : — o Pel. de Minas poderá ser auxiliado pela Engenharia Divisionária.

II) — Missão :

Esta é fornecida, ao Cmt. do Pel. de Minas, por intermédio de uma ordem, escrita ou verbal, caso em que, posteriormente deverá ser confirmada por escrito.

Esta ordem, ordem de lançamento, é fornecida pelo Cmt. da fração interessada, nela devendo constar os pontos a minar.

III) — Apresentações :

Estas visam :

- a) pôr o dirigente do trabalho ao par dos detalhes da missão, que serão especificados ou pelo Cmt. do R. I., do órgão regimental, do Btl. da Cia., ou do Pel. em proveito do qual irá trabalhar.
- b) acertar os detalhes sobre alimentação, alojamento, reconhecimento, execução de trabalho e proteção destes elementos.
- c) terminado o trabalho, pôr os interessados ao par deste, que será pormenorizado posteriormente no relatório.

IV) — Reconhecimentos :

O reconhecimento, caso seja exequível, e haja tempo, é imprescindível, em virtude dos perigos que poderão surgir para os executantes e tropas protegidas, no lançamento improvisado e apressado.

Deve ser feito de dia e no local a minar, caso em que terá a sua máxima eficiência. Se não fôr possível no local, à distância, já facilitará a missão, assim como se puder ser feito só à noite.

Caso seja inexecuível, aos dados que puderem ser colhidos, deve ser acrescida uma grande margem de segurança, a fim de evitar surpresas, que poderão retardar ou impossibilitar o cumprimento da missão.

O reconhecimento, de modo geral, deve ser feito pelo dirigente, pelo executor, pelo Cmt. da fração interessada e pelo desenhista. Por exemplo : pelo Cmt. do Pel. de Minas, Cmt. da esquadra que vai executar o trabalho, Cmt. do Pel. de fuzileiros e pelo cabo desenhista do Pel. de Minas.

Sua finalidade é facilitar ao dirigente do trabalho, a confecção do plano de execução.

Os principais pontos a notar, são :

- a) itinerários a seguir pelos executores, podendo um guia solucionar este problema.
- b) localização aproximada do campo, que é função da idéia do chefe do terreno, das armas que baterão este campo, se fôr o caso, e margem de segurança para as tropas amigas quanto aos estilhaços das minas que porventura vierem a funcionar.
- c) dimensões do campo.
- d) número aproximado de minas necessárias, que deve ser acrescido de um terço do total.
- e) efetivo necessário ao trabalho.

THE

JEFFREY MANUFACTURING CO.

RECONDICIONADOR
DE AREIA DE FUNDIÇÃO

Columbus, Ohio, E. U. A.

- Especializada no projeto e fabricação de instalações completas para **MECANIZAÇÃO DE FUNDIÇÕES**, oferecemos os seguintes equipamentos:

RECONDICIONADORES DE AREIA

SEPARADORES MAGNÉTICOS

TRANSPORTADORES DE

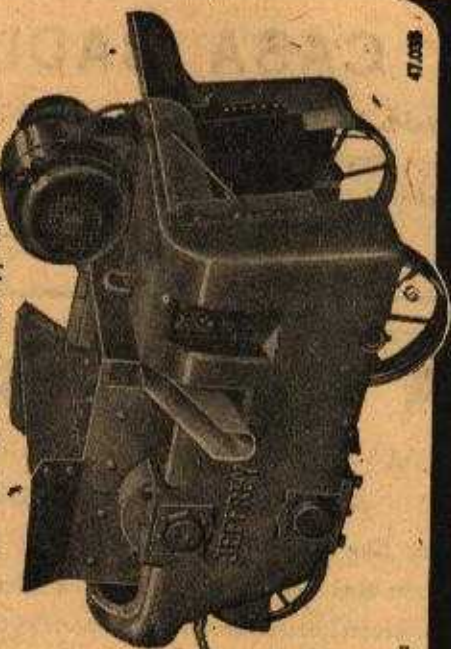
MOLDES, PEÇAS E AREIA

ELEVADORES - AREJADORES

PENEIRAS

SANDITIONER

Capacidade de 9 à 14 tons. p/ hora



REPRESENTANTES:

Técnica Serrva Ribeiro S/A

Sociedade

e Comercial

ENGENHEIROS E COMERCIANTES

MATRIZ:

TELEFONE: 2.3148 - CAIXA POSTAL 3773

SAO PAULO

FILIAL:

TELEFONE: 42.7268 - CAIXA POSTAL 3167

RIO DE JANEIRO

47/038

A DEFESA NACIONAL

f) condições do terreno (terra, neve, pedregoso, sujo, limpo, etc...)

g) possibilidade do trabalho ser diurno ou noturno.

h) dados necessários ao esboço da confecção do relatório.

Do jôgo das vantagens é que se decidirá se o trabalho será de dia ou de noite.

De dia, êste poderá ser localizado pelo inimigo e ainda os executores hostilizados. Será no entanto de mais fácil execução principalmente, se se lidar com minas contra-cessoal.

De noite, poderá ser feito em sigilo, sendo porém de execução mais difícil e prigosa, pois as operações necessárias para a colocação das minas, não poderão ser bem visíveis, para quem as coloca, principalmente se a noite fôr muito escura e se houver neve, caso em que o homem perde a sensibilidade nas mãos.

V) — Plano de execução :

Após o reconhecimento, ou eqüivalente, já estamos de posse dos dados necessários para a confecção do plano de execução.

Nêle se prevê :

- a) deslocamento para o local, hora em que será iniciado, se será feito a pé ou transportado, itinerário a seguir.
- b) hora em que os trabalhos serão iniciados.
- c) efetivo a trabalhar.
- d) hora provável de terminar.
- e) regresso.

VI) — Preparativos para a execução :

- a) meios de transporte : designar o, ou os motoristas, as viaturas, ordenar o preparativo destas, ponto em que deverão ficar e hora.
- b) alojamento e comida para os homens; inspeciora aquêlê e providenciar quanto a estã.
- c) material ;estabelecer o uniforme, equipamento, armamento individual se fôr o caso, pois geralmente o trabalho é feito desarmado, providenciar quanto às minas, escolher os homens tendo em vista as qualidades necessárias ao trabalho, etc.

VII) — Execução :

Após o deslocamento para o ponto de partida e as respectivas apresentações, nas quais se estabeleceram os detalhes referentes à proteção, deve ser feita uma revisão geral do material. A proteção poderá ser fornecida ou por fôgos previstos ou por patrulhas de cobertura.

Tudo pronto, inicia-se o deslocamento para o ponto de trabalho, onde são distribuídas as missões minuciosamente, fazendo-se as reco-

mendações necessárias sobre silêncio, cuidados a tomar com as minas, conduta ao surgir um incidente com estas, e, principalmente, conduta em caso de aproximação ou ataque inimigo.

Iniciado o trabalho, o responsável deve se manter em constante fiscalização, não só para prever incidentes como também para verificar se, terminado o trabalho, este foi honestamente feito.

O descuido, o receio ou a ignorância, podem fazer com que, ao ser lançada a mina, esta não fique em condições de funcionar.

Pronto o lançamento, o desenhista termina seu levantamento sumário, que às vezes tem de ser feito de memória, enquanto é feita uma nova fiscalização geral, e os executores se preparam para regressar, tendo o cuidado de não deixarem nenhum vestígio quanto à existência de minas no local.

No regresso são feitas as apresentações necessárias, quando se deve informar quanto à localização sumária do campo, aos interessados.

VIII) — Relatório :

É o documento feito pelo dirigente e responsável pelo trabalho, no qual todos os detalhes sobre este são especificados.

Seus detalhes devem ser suficientes para que a remoção do campo possa ser feita, mesmo à noite, quando se torna particularmente difícil. É como um guia, para quem fôr retirar o campo.

Sua confecção e entrega deve ser a mais rápida possível.

A entrega a quem comanda a fração em frente à qual está situado o campo, ou para quem foi feito o trabalho, é feita por intermédio do Cmt. da C. C. A. C., que a encaminha para o R. I., de onde chega às mãos do destinatário.

Uma cópia fica com o responsável pelo trabalho. (Do trabalho do 1.º Ten. J. F. L. Serpa).

EMPREGO DOS ELEMENTOS DA CIA. COMANDO

"A C. C. R. I. compõe-se de uma sec. de Comando, um Pel. de Transmissões, e um Pel. de Reconhecimento e Informações, como se vê no esquema N.º 1.

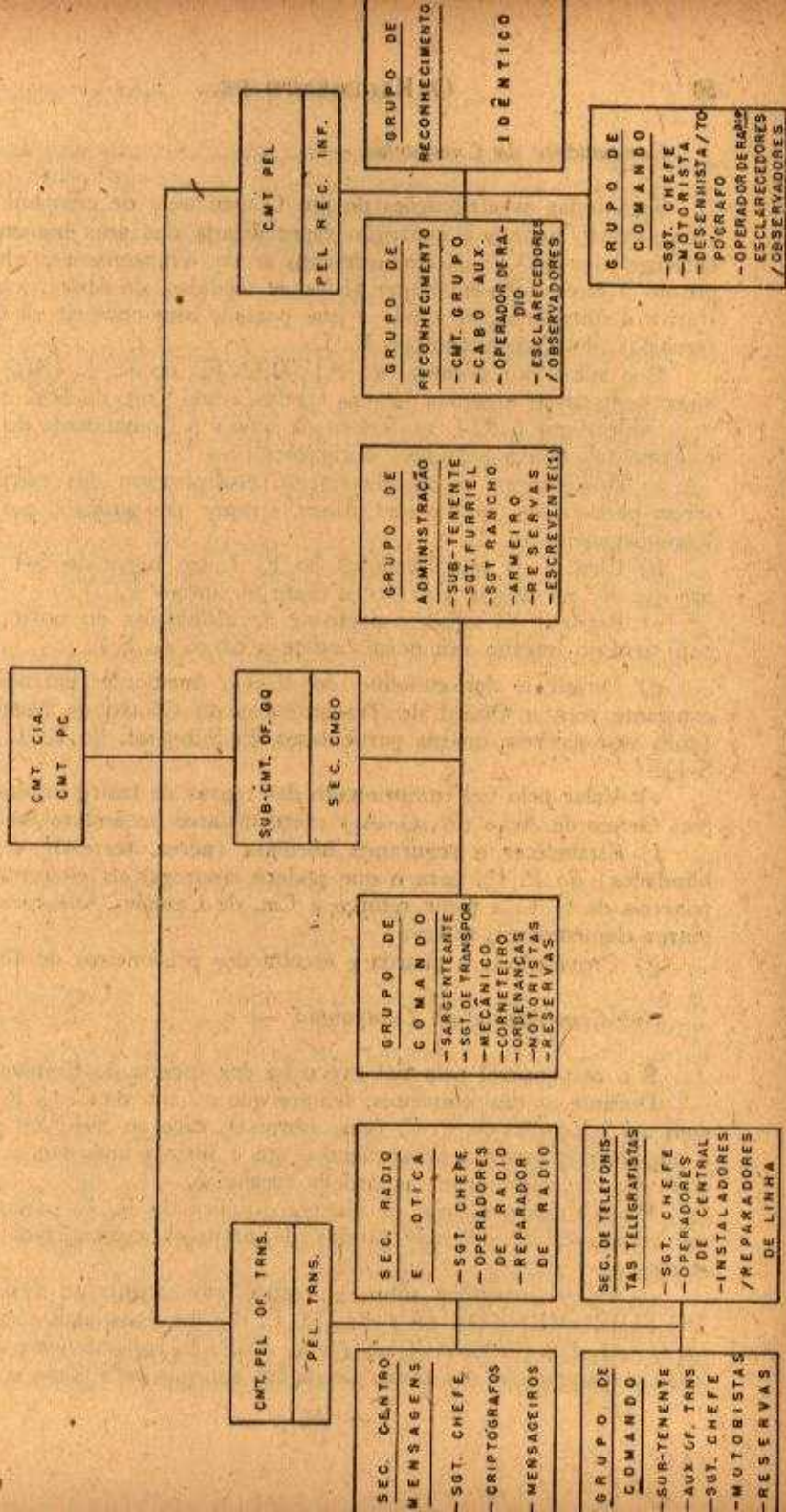
Estes Pelotões são grupados apenas para fins de administração e disciplina. Na ocasião de seu emprego agem separadamente, pois quer o Pel. de Transmissões quer o Pel. de Reconhecimento, servem ao Comando e ao E. M. do R. I., de quem recebem ordens diretamente.

Por outro lado, durante as operações, a missão principal do Comandante da C. C. R. I. passa a ser a de Comandante do Posto do Comando do R. I., nas condições que exporei posteriormente.

O papel dos diversos elementos, em pormenor, é o seguinte : —

A COMPANHIA DE COMANDO DO R.I.

ESQUEMA Nº 1



Comandante da Companhia —

Tem tôdas as atribuições de um Comandante de companhia comum, exceto quanto à instrução especializada dos seus homens e o emprêgo dos Pl. de Reconhecimento e de Transmissões. Mesmo quanto a êstes, cabe-lhe tomar tôdas as medidas, de ordem administrativa e disciplinar, de modo a que possam bem cumprir as ordens recebidas, do Comandante do R. I.

É o substituto eventual do AJUDANTE do R. I. (S-1), com quem pode trocar algumas de suas tarefas, como Cmt. do P.C. do R.I.

Sempre que o R. I. se desloca da sede é o Comandante do P. C. e, como tal, tem a seguintes obrigações : —

a) Providenciar o reconhecimento e balizamento das estradas a serem percorridas, para o que utiliza, sempre que possível, o Pel. de Reconhecimento;

b) Chefiar os estacionadores do R. I. em lugar do S-1 (sempre que fôr necessária a presença dêste no antigo P.C.);

c) Repartir os locais e preparar as instalações do novo P. C., cujo arranjo interno fica normalmente a cargo do S-1;

d) Dirigir o deslocamento do P. C., mediante entendimento constante com o Oficial de Transmissões do Centro de Mensagens (para isto recebem ordens particulares do Sub-Cmt. do R. I. ou do S-1).

e) Velar pelo fiel cumprimento das regras de tráfego e das Normas Gerais de Ação (N. G. A.) sôbre disfarce no âmbito do P. C.;

f) Estabelecer a segurança imediata (aérea, terrestre e contra blindados) do P. C., para o que poderá empregar os elementos disponíveis da C. C. e pedir reforço à Cia. de Canhões Anti-carros e a outros elementos em reserva;

g) Providenciar a guarda e escolta dos prisioneiros de Guerra.

Sub-Comandante da Companhia —

É o responsável pela fiel execução das ordens do Comandante.

Durante os deslocamentos, sempre que o Cmt. da C. C. R. I. vai com o 1.º Escalão do P. C. (caso normal), cabe ao Sub-Cmt. dirigir a partida dos escalões subsequentes, até o último inclusive, e fechar o P. C., de acôrdo com as ordens recebidas.

Ele é ainda o Oficial de Guerra química do R. I., cabendo-lhe, me consequência, diversas tarefas de natureza especializada, como sejam : —

— Fazer sugestões sôbre o reaprovisionamento ao OFICIAL DE SUPRIMENTOS (S-4) do R. I., prestar assistência técnica ao OFICIAL DE OPERAÇÕES (S-3) do R. I., supervisionar a instalação e manutenção dos meios de defesa anti-gás bem como o uso de

descontaminadores e o reconhecimento de estradas e áreas (sob o ponto de vista dos agentes químicos) antes de serem utilizadas pela tropa. Estudar os métodos de emprego e os tipos de equipamento de guerra química usados pelo inimigo.

Secção de Comando da Companhia —

A esta Sec. compete assegurar a vida o Posto de Comando do R. I., inclusive e principalmente da C. C. R. I.

Ela deve alimentar todos os elementos (ver esquema 2) que em cumprimento de suas tarefas, permanentes ou temporárias, trabalhem no P. C. do R. I. durante as operações e, ainda, fornecer fardamento, equipamento e todo o material necessário aos que aí estejam em caráter permanente.

Tem recursos para alimentar até 200 homens (desde que os cozinheiros da dotação prevista sejam reforçados por mais 4 ajudantes, tirados da reserva), pode executar toda a manutenção de 1.º escalão e uma parte da manutenção de 2.º escalão nas viaturas da Companhia. Para transportar simultaneamente toda a Cia. necessita mais as seguintes viaturas : — 1 caminhão de 2½ T, para o Pel. de Trans., 1 caminhão de 2½ T, para o Pel. Especial, 1 caminhão de 2½ T, com reboque para transportar o material e as praças auxiliares do E.M. do R. I.

Pelotão de Reconhecimento e Informações —

É o órgão de informação do Cmt. do R. I., de quem recebe ordens, seja diretamente, seja por intermédio do OFICIAL DE OPERAÇÕES (S-3) ou do OFICIAL DE INFORMAÇÕES (S-2).

Compõe-se de dois Grupos de Reconhecimento e um Grupo de Comando (ver Esquema n. 1), atua sob o Comando do Comandante do Pel. e fornece dois a três homens (desenhista-topógrafo e um ou dois esclarecedores-observadores) para trabalharem no P. C. auxiliando o S-2.

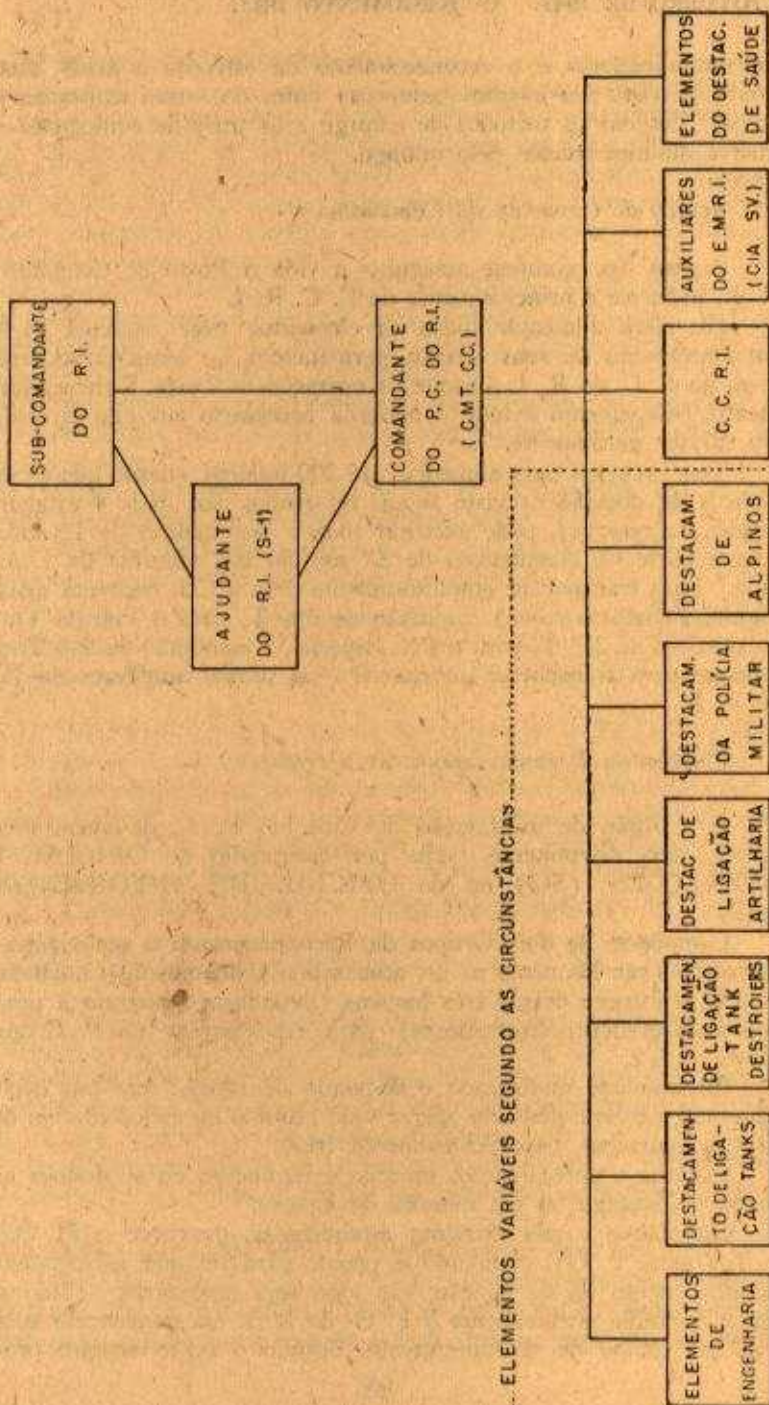
Inteiramente motorizado e dispondo de rádios, tem um raio de ação de 6 a 8 Km. podendo operar todo reunido ou articulado em duas ou três patrulhas (excepcionalmente três).

Durante a aproximação, precede o regimento ou se desloca num flanco do inimigo ou em missões de ligação.

No ataque e nas situações estabilizadas, guarnece o P. O. do R. I. (ou os P. O.), mantendo-se pronto para retomar as missões de reconhecimento ou de ligação, tão logo seja necessário. (Na campanha da Itália normalmente o P. O. do R. I. era guarnecido apenas com um Grupo de reconhecimento, ficando o outro sempre pronto

A COMPANHIA DE COMANDO DO R.I.

ESQUEMA Nº 2 (COMANDO DO P.C.)



ELEMENTOS VARIÁVEIS SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS

para se deslocar, seja para reconhecer numa determinada direção, seja para patrulhar estradas ou vasculhar pontos suspeitos de infiltração inimiga).

Cabe também ao Pel. de Rec. executar medidas de contra espionagem, vigilância anti-aérea e colaborar nas medidas de vigilância anti-carro.

Pelotão de Transmissões —

É o elemento encarregado de instalar, acionar e manter em funcionamento todos os meios de transmissão entre o Comandante do R. I. e as unidades ou sub-unidades que lhe são diretamente subordinadas.

O Comandante do Pel. de Transmissões é também o OFICIAL DE TRANSMISSÕES do R. I. e, em consequência, supervisiona todo o trabalho de transmissões no âmbito do mesmo, para o que mantém ligações de natureza técnica diretamente com os Oficiais de Transmissões dos Btl. (Esta prescrição regulamentar, comum a todos os escalões e quando se trata de serviço de natureza técnica nas organizações tipo F. E. B., inicialmente provoca estranheza em nosso meio. Entretanto a prática demonstrou que se as ligações não se fizerem diretamente, o serviço muito terá que sofrer tanto em relação ao rendimento quanto à utilização e o emprego dos meios dentro de um critério uniforme).

O Pel. de Transmissões compõe-se de um grupo de comando, uma Sec. de Centro de Mensagens, uma Sec. de Telefonistas-telegrafistas e uma Sec. Rádio e Ótica (Ver esquema N.º 1) os quais são empregados como se segue :

O GRUPO DE COMANDO — é constituído do Comandante do Pel. e seus auxiliares encarregados um do material (o Sub-Ten.) e outro do pessoal (1.º Sgt.) e um ou dois motoristas.

A SEC. DO CENTRO DE MENSAGENS — tem por missão : — a) receber toda a correspondência que chega ao P. C. do R. I., decifrando-a (Se fôr o caso) e fazendo chegar às mãos dos destinatários. b) Fazer com que a correspondência oriunda do P. C. do R. I. (depois de convenientemente criptografada, si fôr o caso) seja distribuída pelos diversos meios de transmissão, a fim de que chegue a destino, respeitadas as respectivas prioridades e sem congestionar o tráfego.

Para isto dispõe de mensageiros, criptógrafos, máquinas de cifrar e jeeps.

SEC. DE TELEFONISTAS-TELEGRAFISTAS — tem por missão : estabelecer as ligações telefônicas e telegráficas (na Itália

Itália tudo era mais complicado pois muitos deles eram americanos e alguns ingleses).

Tendo passado de Cmt. da C.C. a AJUDANTE (S-1) do R. I. no decorrer da campanha, tive oportunidade de presenciar a luta dos meus sucessores para manter o P. C. funcionando a pleno rendimento, quaisquer que fossem as circunstâncias.

É preciso que o pessoal da Cia. de Comando seja cuidadosamente selecionado e instruído, desde o tempo de paz, para que cada um cumpra rigorosamente as suas obrigações, sem ser necessário uma estreita vigilância.

Os seus homens têm que ser os pontos fortes da máquina que é o P. C., enquadrando e orientando os que chegam, de modo a que tudo se processe com eficiência e dentro da mais estrita disciplina. Especialistas, e quasi todos com dupla função, seu recrutamento deve ser objeto de cuidados especiais de todos os comandantes que tenham em mente a PREPARAÇÃO PARA A GUERRA.

Quanto aos oficiais da Cia. de Comando, devem possuir, além da aptidão em suas especialidades, profundo senso da responsabilidade, discreção absoluta e grande espirito de trabalho em equipe. As funções de que estão investidos são de tal forma entrosadas que o rendimento só poderá ser obtido se houver entendimento perfeito que permita a cada um receber e dar ajuda ao outro, sem compartimentos estanques de trabalho nem susceptibilidades prejudiciais.

Só assim a Companhia de Comando poderá cumprir perfeitamente a sua missão na guerra.

- instalar e fazer funcionar os órgãos e meios de comando do Regimento;
- assegurar o funcionamento, a vida e a segurança do P. C. do R. I." (De autoria do Major Moziul Moreira Lima — A Defesa Nacional de Outubro de 1946 — A Companhia de Comando do R. I. Motorizada).

EMPREGO DOS ELEMENTOS DA CIA. DE SERVIÇOS

O responsável pelo funcionamento dos Serviços no RI é seu Comando através do Sub-Comandante.

Como nos escalões superiores, no ambiente regimental, há para os suprimentos um elemento diretor e um órgão executante.

O elemento diretor é o S-4 e o órgão executante é a Companhia de Serviços.

Os S 4 dos Corpos de Tropa vão ao extremo da rede de suprimentos controlada pela 4.^a Secção da Divisão que têm sua amarra superior no órgão correspondente do Exército, quando este existe.

O S 4 é o responsável pelo suprimento de sua Unidade perante o seu Comandante imediato é o elemento com quem se liga diretamente a 4.^a Secção, sem as preocupações burocráticas dos canais competentes.

Um Comandante de Unidade, preocupado com as operações em que se acha empenhada a sua tropa não pode estar se voltando constantemente para a retaguarda em atenções que se prendam às necessidades materiais do combatente e da ação em curso. Para isso têm ele como componente de seu Estado Maior, um Major cuja única incumbência é dotar a tropa de todos os recursos que se fizerem mister. Para isso o S. 4 liga-se com o oficial de Operações do R I (S3) para bem viver dentro da situação tática; com os comandantes de Sub-Unidades subordinadas; com o Comandante da Companhia de Serviços, seu órgão de execução; com a 4.^a Secção de Divisão (G4) e mais com todos os órgãos provedores de onde retira as suas necessidades.

Entre as suas atribuições de rotina, estão as seguintes : —

- 1) — Providenciar os suprimentos, seu armazenamento e conservação, transporte e distribuição.
- 2) — Escolher e planejar a instalação dos pontos de distribuição regimentais, centros de remuniamentos, locais de estacionamento dos trens, locais dos diversos elementos de serviço, sob a sua jurisdição e cuidar de sua proteção.
- 3) — Reunir e guardar a bagagem individual dos oficiais e praças, fora de uso, no momento, quando não estiverem a cargo das próprias sub-unidades.
- 4) — Reunir ou dispersar, em parte ou no todo, as cosinhas das sub-unidades bem como escolher, em ligação com o S3, os locais para o estacionamento das mesmas.
- 5) — Providenciar a recuperação do material próprio, dentro das possibilidades de seus órgãos de serviços.
- 6) — Coletar, reunir, examinar e evacuar o material capturado ou abandonado pelo inimigo.
- 7) — Evacuar os mortos e o pessoal em geral.
- 8) — Cuidar da parte administrativa da Unidade e zelar pelos bens a seu cargo.
- 9) — Cooperar dentro do seu raio de ação, com os órgãos encarregados da circulação, para seu perfeito funcionamento, em ligação com o S3.
- 10) — Coordenar o transporte dentro do RI dos meios e distribuindo incumbências.
- 11) — Fiscalisar o funcionamento e rendimento dos órgãos de Serviço que estão sob sua jurisdição, para que todos os esforços sejam bem aproveitados, no interesse geral.

12) — Redigir ou fornecer os elementos para feitura das ordens de combate e preparatórias, da parte que relacionar com os serviços.

14) — Redigir e distribuir ordens de serviços particulares e diretivas ao médico regimental, comandante da Cia. de Serviço e Oficial Remuniciador.

15) — Incumbir-se de todas as funções inerentes ao Fiscal Administrativo, da nossa atual legislação.

COMPANHIA DE SERVIÇOS DO R. I.

A Cia. de Serviços, na parte que interessa os serviços, tem como incumbências :

1) — Receber, transportar e distribuir os suprimentos.

2) — Instalar, explorar e controlar *os pontos de distribuição regimentais das rações e água, gasolina e óleo, material de engenharia, depósitos e Centros de Remuniciamento do RI.*

3) — Instalar, controlar e defender o estacionamento do Trem Regimental, dentro do que fôr estipulado pelo S-4, ou mediante instruções da 4.^a Secção (G-4), quando houver reunião dos Trens Divisionários.

4) — Executar a manutenção do 2.^o Escalão.

Composição

CIA. DE SERVIÇOS

a) Comando

1 — Grupo de Comando

2 — Grupo de Administração

b) Pelotão de Comando Regimental

1 — Secção de Comando

— Grupo de Operações

— Grupo de Administrações

— Grupo de Serviços Especiais

2 — Secção de Suprimentos

— Grupo de Escrituração

— Grupo de Recebimento e Distribuição

— Grupo de Remuniciamento.

c) Pelotão de Transporte

1 — Secção de Comando

2 — Três Secções de Batalhão

3 — Secção das Companhias Regimentais.

A Secção de Suprimento sofre a ingerência direta do S-4.

Vejamos como se processa a operação dos suprimentos dentro do R I.

As Companhias, diariamente, enviam aos Batalhões o número de homens-efetivos e adidos. Os Batalhões reúnem esses dados e os enviam ao Regimento. Essa operação é feita entre os S-1 respectivos.

Os S. 4 do RI, de posse daqueles dados, organiza o seu mapa para a distribuição pelos Batalhões. O efetivo total diário do Regimento é enviado ao Ajudante Geral da Divisão. Este reúne os dados de todas as unidades e envia ao Serviço de Intendência.

O S-1 dentro do ciclo dos suprimentos, entrega ao RI, as rações diárias, em seu Ponto de Distribuição, ou as leva ao Regimento.

O RI recebe as rações englobadas e as transporta para o seu próprio Ponto de Distribuição, situado na área do Bivague do Regimento.

As rações são repartidas de acordo com os efetivos das sub-unidades do RI.

Para a distribuição às Companhias, dois casos podem ser considerados : —

1.º Caso — A entrega é feita diretamente às Companhias.

2.º Caso — A entrega é feita ao Batalhão, por intermédio do seu S. 4 em um Posto de Distribuição intermediário e aí as Companhias, com seus próprios meios, vão buscar as rações.

Para os Suprimentos, a Companhia de Serviço conta com 5 caminhões por Batalhão que constituem as Secções de Batalhões e mais a Secção das Companhias Regimentais. Não são privativos das sub-unidades porém correspondem a 1 Caminhão por Companhia.

As secções de Batalhões funcionam sob o Comando do S. 4 do Batalhão que é também o seu oficial de transportes, porém pertence ao Pelotão de Transporte do RI.

Fora dos suprimentos as Secções de Batalhões e das Cias. Regimentais trabalham nos transportes gerais do Regimento.

O S. 4 do Batalhão é o responsável direto pelo suprimento diário das Companhias, assistindo a distribuição, transportando e entregando as rações àquelas sub-unidades : É necessário que o Regimento disponha de Rações de Reservas para atender aos imprevistos com o fornecimento de rações quentes aos homens.

Essas rações, ou serão grupadas no RI, ou ficarão de posse dos Batalhões e Companhias para que, mais à mão, cumpram, com segurança, a finalidade a que se destinam.

Nos deslocamento, o RI fará um pedido de Rações de Reserva, uma vez que normalmente não são consumidas refeições quentes, em marcha.

O suprimento d'água é feito pelo RI, transportando o vasilhame ao Ponto d'água da Divisão e posteriormente trocando com as companhias os recipientes cheios pelos vasilhos.

O Suprimento de gasolina é feito pelo RI, que entrega os recipientes cheios, trocados no Ponto de Distribuição divisionário, aos oficiais de Motores do RI e dos Batalhões, encarregados dos elementos de manutenção de suas Unidades. O oficial de motores do Batalhão é que supre as companhias, de acordo com as suas necessidades, como o oficial de motores do RI abastece os órgãos regimentais.

O Remuniciamento está a cargo do Grupo de Remuniciamento da Secção de Suprimento, chefiada pelo Oficial de Munições do RI.

Os transportes são fornecidos pelo Trem de Munições constituído por viaturas das Secções de Batalhão e da Secção das Cias. Regimentais do Pelotão de Transportes, que dispõem de :

Cia. de Obús	— 3 caminhões de 2½T.
Cia A. Carro	— 2 caminhões de 1½T.
Cia. Comando	— 1 caminhões de ¾T.
Secções de Batalhão	— 15 caminhões de 2½T.

As munições destinadas aos Batalhões são entregues ao Oficial de Munições do Batalhão, nos Pontos de Remuniciamentos do Batalhão, ou mais à frente, se a situação permitir. Os órgãos referentes suprem-se diretamente nos centros de Remuniciamento do RI.

Os Batalhões dispõem de 1½ Tonelada para o movimento das munições, dentro de seu raio de ação e fazem a entrega às Companhias, nos Pontos de Remuniciamentos das Cias. ou então as companhias ali vão ter com os seus meios de transportes, os quais poderão variar com o terreno e a situação.

Cada Batalhão terá um Pelotão de Remuniciamento, Comandado pelo seu oficial de munições.

Em princípio a esse Pelotão cabe levar as munições até as Companhias.

Os suprimentos em armas, são feitos pelo S. M. B. através de sua Companhia de Manutenção. O S 4 do RI apura as necessidades decorrentes de inutilização e perdas em combate ou extravios e faz o seu pedido ao órgão respectivo.

No caso de inutilização, o pedido é acompanhado da arma ou peça inutilizada.

No caso de perda em combate ou extravio o pedido traz apenso o certificado respectivo, assinado pelo S4 do RI e onde consta um resumido relato do ocorrido, com dia, local de combate etc. todos os dados que permitam justificar o fato.

A manutenção de 1.º escalão, aquela que está a cargo do motorista ou detentor da arma, é feita no âmbito da Companhia e Batalhão e melhorada, no caso das armas pelos respectivos armeiros. Ao

RI cabe a manutenção do 2.º Escalão que para as armas, limita-se a melhor limpeza e troca de peças, e preparação para a sua evacuação rumo ao Pelotão de Armamento da Companhia de Manutenção da Divisão.

O RI dispõe de um Destacamento de Saúde composto de Comando, Secção de Comando e 3 Secções de Batalhão. Na Secção de Comando está o pessoal destinado a instalar o Posto de Socorro do RI, encarregado de prestar os primeiros socorros aos doentes e feridos do Comando do Regimento e das sub-unidades regimentais. Eventualmente poderá receber indisponíveis de um Posto de Socorro de Batalhão, quando esta sub-unidade tenha que se deslocar, antes que possa evacuar os seus feridos e doentes; assim como poderá atender a um batalhão reserva, a fim de permitir que seus órgãos de saúde estejam disponíveis para qualquer emprêgo futuro; poderá ainda reforçar os P. S. do Batalhão, em caso de necessidade.

A Secção de Comando dispõe de :

- Grupo de Comando do Destacamento de Saúde.
- Grupo de Enfermeiros de Companhia.
- Veículos e Equipamento de Saúde.

As Secções de Batalhão são constituídas de :

- Grupo de Posto de Socorro
- Grupo de Padioleiros
- Grupo de Enfermeiros de Companhia
- Veículos e Equipamento de Saúde.

Cada Companhia de Infantaria empenhada recebe três enfermeiros, correspondendo a um por pelotão e equipados com material para os primeiros socorros, e tratamentos de urgência.

A eles cabe também a reunião dos feridos nos refúgios das Companhias e a identificação e localização dos mortos.

Os padioleiros encaminham os feridos, que se podem locomover, por conta própria, para o P. S. do Batalhão e também transportam os feridos e doentes impossibilitados de andar, para os mesmos postos.

O P. S. do RI não constitui um escalão intermediário na cadeia das evacuações entre os P. S., de Btl. e os P. S. D. É um mero Posto de Socorro, como os P. S. de Batalhões.

Os suprimentos de material de Saúde para o Destacamento são da responsabilidade do Médico Chefe do Serviço de Saúde Regimental.

As requisições são feitas, diretamente, ao órgão correspondente da Divisão, pelo Médico Chefe.

O plano de desdobramento e funcionamento do Destacamento de Saúde é enviado ao Comando, por intermédio do S 4, uma vez que

este tem a seu cargo a redação das Ordens de Serviço. (Do artigo do en. Cel. Aguinaldo Sena Campos sobre Os Serviços Regimentais. A Defesa Nacional de Agosto de 1946).

Além dos elementos orgânicos do R. I., o presente estudo comporta referências aos elementos que tão intimamente atuam coordenados com os demais do R. I., ou mesmo sob o Comando do Cel :

- os carros
- e
- os destruidores de carros.

EMPREGO DOS CARROS

A missão primordial dos carros na Defensiva é contra-atacar, seja para expulsar o inimigo blindado que penetrou na posição, seja para destruir o adversário que se reúne para se lançar ao ataque.

Os carros podem ainda, na defensiva, receber missões de apoio de fogo em tiro direto ou indireto, neste último caso, reforçando os fogos de Art..

Com prejuízo de sua mobilidade e choque, freqüentemente poderão ser empregados para apoiar a Inf. na defesa de uma posição, ocupando posições que só deixam aparecer as torres. Deverão porém ficar em condições de se reagruparem rapidamente para executarem os contra-ataques.

A missão principal do carro é sempre o contra-ataque em massa.

Quando o terreno não aconselha este emprêgo, fragmenta-se o Btl. de Carros e colocam-se a disposição dos Btl. e Cias. Fz. da L. P. R., Cias. ou mesmo o Pel. de Carros.

Os carros escolhem posições desafiadas perto dos Pto. Ap. de Pel. da L. P. R. e à noite passam para o interior das redes de arame destes Pto. Ap.. Quando o inimigo chega a distância de assalto, executam c/ataques locais á frente das posições.

Os contra-ataques contra o inimigo que se apresenta para se lançar ao ataque, é feito pelos carros *sôzinhos*, com fogos de apoio de Inf. e Art..

Carros podem apoiar os P. A. de Combate, pelo fogo direto, indireto ou pelo choque, seja por uma rápida incursão contra o avanço inimigo, seja por um ataque de surpresa de flanco contra a estrada de progressão de inimigo.

EMPREGO DOS DESTRUIDORES DE CARROS

As Unidades de D. C. constituem a *reserva imóvel* A. C. na defensiva. Não se prestam a um combate contra fortes elementos de infantaria inimiga. Sua missão principal é a destruição dos carros

inimigos. Além dessa missão podem cooperar na defensiva contra tropas aéreas-transportadas e destruição de posições de canhões e metralhadoras.

Os D. C. agem pelo fogo contra os carros inimigos. Devido sua fraca blindagem devem evitar o encontro com os mesmos e compensam esta deficiência pela mobilidade e conseqüente surpresa.

Caso o inimigo penetre na posição somente com os carros (sem Inf.), o Cmt. da Inf. deve confiar a defesa as armas A. C. e alguns D. C. enquanto outros D. C. deslocam-se para uma zona reconhecida previamente para bater os carros adversários. Se não se dispuser de D. C., os carros podem ser empregados com esta missão de posições desafiadas em fogo direto.

Os D. C. concorrem com os outros meios de fogo para deterem uma penetração que o inimigo tenha obtido na P. R.

Nos contra-ataques, os D. C. são empregados para cobrir o flanco exposto aos carros inimigos.

Enquanto a infantaria estiver reorganizando a L. P. R. após o contra-ataque, D. C. podem ser puchados para frente para auxiliá-la na defesa.

CASA TUFÍ

VENDAS A VAREJO

End. Teleg. "Tufi" — Fone 70 — Rua 24

COMPLETO SORTIMENTO DE FAZENDAS, ARMARINHOS,
BRINQUEDOS E PERFUMARIAS, SEDAS, LINHAS PARA
TODOS OS FINS, CHAPÉUS — ARMAZEM DE SECOS E
MOLHADOS — Munições em geral

Louças, Ferragens, Arame, Sal, Fumo — Gêneros

Tufi Neder

PRAÇA CEL. VALERIO DE RESENDE — TRÊS CORAÇÕES
SUL DE MINAS

ARMAZEM LUSO BRASILEIRO

Não perca tempo economise dinheiro — Faça suas compras no
Armazem Luso Brasileiro

ANTONIO J. COSTA

Líquidos e comestíveis finos — conservas nacionais e estrangeiras
Rua do Catete, 333 — Fone 25-2141 — RIO DE JANEIRO

EMPRESA S. E. S. DE TRANSPORTES URGENTES DO RIO DE JANEIRO LTDA.

SÃO PAULO — PARQUE PEDRO I, 1092 — Loja I — Edif. GUARANI — TELEFONES:
2-8255 e 2-5551 — SANTOS — RUA MARTIN AFONSO, 43 — TELEFONE: 7379 —
RIO DE JANEIRO — RUA MARCILIO DIAS, 12 — TELEFONES: 23-0791 e 23-0337
— BELO HORIZONTE — RUA ESPIRITO SANTO, 241 — TELEFONE: 2-1486

DE DOMICILIO A DOMICILIO
BAGAGENS — ENCOMENDAS — CARGAS

A 4.^a Seção na Campanha da Itália

Ten. Cel. SENNA CAMPOS

Do E. M. da 1.^a D. I. E.

— IX —

PREPARATIVOS PARA O REGRESSO DA F. E. B.

A 4.^a Seção, em Alessandria, não teve muito tempo de repouso, com a resolução tomada pelos Comandos americano e brasileiro, de fazer regressar ao Brasil, em 1.^a urgência, a Fôrça Expedicionária Brasileira.

Assim, recebeu as seguintes incumbências:

- manter entendimentos com as autoridades americanas para a obtenção de meios de transporte marítimos, terrestres e aéreos;
- organizar, em ligação com os americanos, os planos de transporte;
- receber todo o material distribuído às unidades;
- promover, junto aos órgãos americanos, a troca de material em mau estado, por novo e recondicionado e o recompletamento do material da Divisão;
- preparar convenientemente o material para embarcar;
- assegurar os transportes automóveis necessários ao suprimento da tropa, nas áreas de estacionamento, ao seu embarque, à recuperação, troca, embalagem e embarque do material.

Para isso, a Seção foi largamente ampliada em oficiais e auxiliares ficando constituída pelos seguintes órgãos:

Sub-Seção de Tráfego — encarregada de todos os assuntos referentes a transporte e tráfego.

Sub-Seção de Material — com a incumbência de acionar as diversas Gestões dos Serviços, em número de seis, às quais cabia recolher, trocar, recompletar o material das Unidades e Q. G. e verificar a sua embalagem e embarque, em ligação íntima com os órgãos americanos.

Estava providenciando a Seção o recolhimento do material, na região de Alessandre, quando veio a ordem de deslocamento de toda a tropa para Francolise, 50 km. ao norte de Nápolis.

As Unidades deveriam partir em determinada ordem de urgência, subordinada esta ao apronto das instalações, no estacionamento novo.

A Seção organizou o Plano dos Transportes e o submeteu à aprovação do IV Corpo, conseqüentemente do 5.^o Exército.

Havia imposições quanto aos transportes e a chegada da tropa ao estacionamento e quanto à entrega do material:

- todo o 1.^o escalão de retorno ao Brasil deveria estar em Francolise, a partir do dia 15 de junho, para embarcar até o dia 20 do mesmo mês e o restante da Divisão até o dia 10 de julho;
- os transportes seriam feitos exclusivamente com os meios divisionários;
- juntamente com o 1.^o escalão deveriam chegar, para campo de escolha de armamento e viaturas, com o fim de recompletar o escalão de embarque, o armamento e viaturas correspondentes aos Órgãos regimentais do R.I. e de um Btl. de Infantaria;
- todos os canhões de calibre igual ou superior a 57 deveriam ser recolhidos aos órgãos de manutenção americanos, em Livorno, para substituição de tubos e reparações;
- créditos de marcha, eixos de deslocamento, suprimento de gasolina, etc., ficariam na dependência de aprovação do IV Corpo.

Para atender aos transportes em larga escala, a Companhia de Intendência, órgão de transporte da D.I., teve seu efetivo em-caminhões aumentado para 200 veículos de 2 1/2 ton. e as demais viaturas indispensáveis.

Aprovado pelo 5.^o Ex. o Plano de Transporte, teve início o movimento, numa distância média de 850 km., dividida em três etapas:

- 1.^a — Alessandria-Livorno, 320 km.
- 2.^a — Livorno-Área de Estacionamento ao N. de Roma, 300 km.
- 3.^a — Roma-Francolise, 220 km.

Em Livorno e Roma havia oficiais do E.-M. para regular o estacionamento da tropa e o movimento.

A recuperação das viaturas estava prevista em sete dias, a contar da partida de Alessandria e como se esperava, houve um decréscimo nos transportes, pela fadiga dos motoristas e estado das viaturas, muito comprometidas com a arrancada final da Divisão.

Estava em franca execução o Plano, quando nos chegou a notícia de que a Peninsular Base Section (P.B.S.) não permitia o regresso dos veículos para o prosseguimento da operação, pois tinha ordem de recondiçioná-los e embarcá-los em prazo curto. Essa me-

dida havia sido tomada sem entendimento com o 5.º Ex. e nova situação imprevista teve que ser encarada.

Cabia ao 5.º Ex. fornecer os meios de transporte, nessa circunstância e reuniões foram realizadas em Verona e Livorno, entre elementos do Ex., do Corpo e da Divisão.

Ficou combinado que o transporte seria executado em três partes:

- 1.ª Parte — Rodo-ferroviária — Por estrada de rodagem até Bolonha e por ferrovia de Bolonha a Francolise, entre 12 e 23 de junho, em contingentes da ordem de 850 homens.
- 2.ª Parte — Rodoviária-Marítima — Por estrada de rodagem até Livorno e por mar de Livorno a Nápolis, terminando o movimento, por estrada de rodagem até Francolise, entre os dias 14 e 23 de junho, em contingentes de 1.600 homens.



Etapa média até Bolonha — 180 km.

Etapa média até Livorno — 300 km.

Duração da viagem ferroviária — 31 horas.

Duração da viagem marítima — 26 horas.

As Cias. de Manutenção e de Intendência deslocaram-se com os seus próprios meios.

- 3.ª Parte — Transporte do Depósito de Pessoal, de Stafoli para Francolise, em segunda urgência e mediante plano a ser estabelecido.

Tôdas as unidades partiram nos dias previstos, não obstante as dificuldades próprias aos transportes levados a efeito, como distâncias, baldeações, meios estranhos à Divisão, etc.

O transporte marítimo exigiu relações descriminadas do material, pêso e volume da carga, separação do que deveria ir no convés e nos porões, separação da carga por espécie, etc., acarretando um trabalho penoso e complicado.

Em resumo: foram empregados os seguintes meios:

Da Divisão — 1.500 caminhões de 2 1/2 ton., além das viaturas orgânicas de outras características, de Alessandria para Francolise.

De reforço — Para Bolonha — 474 cam. de 2 1/2 ton.

Para Livorno — 300 cam. de 2 1/2 ton.

De Bolonha para Francolise — 8 composições ferroviárias para 5.050 homens e 40 carros de bagagem de 12 ton. cada.

De Livorno para Nápolis — 3 navios com capacidade para 4.800 homens e respectiva carga.

Os transportes terminaram a 30 de junho, com exceção da Cia. de Intendência que chegou a 4 de julho.

O transporte da bagagem das Unidades, por elementos americanos, uma vez providenciado pela 4.^a Seção, não tinha a interferência desta, no que se referia a entrega, guarda e descarga. Os corpos assistiam a seu material, recebendo ou não documento do elemento americano encarregado.

Quando o transporte era feito por estrada de ferro, a 4.^a Seção providenciava os meios para que os interessados tivessem a sua bagagem em tempo curto, na estação de Sparanise, próximo do novo estacionamento. Da mesma forma agia quanto ao pessoal. Os transportes marítimos, no entanto, eram da inteira responsabilidade da P.B.S. que entregava pessoal e material em Francolise.

Não era possível que tudo isso fôsse realizado sem que irregularidades houvesse e essas não foram poucas.

Nesse serviço trabalharam meios americanos de transporte e estiva italiana. Os roubos de material foram generalizados, encontrando-se dentro de sacos B, de bagagem individual, roupas e calçados italianos em mau estado, acompanhados de bilhetes em italiano agradecendo os presentes que lhes haviam sido proporcionados pelos brasileiros. As Unidades de Artilharia tiveram sua bagagem saqueada de tal forma que o fato deu em resultado um inquérito feito pelas autoridades americanas e brasileiras.

Os atrasos na entrega de material foram comuns, como se verificou com as cozinhas do 1.^o R.I., obrigado a consumir, durante três dias, "rações C", muito pouco aceitas pela tropa.

É possível que nada disso tivesse acontecido, se a tropa brasileira fôsse deslocada com os seus próprios meios e dentro do Plano estabelecido pela 4.^a Seção.

ESTACIONAMENTO EM FRANCOLISE

Francolise é uma região de extensos trigais e plantações de oliveiras, cortada pela estrada Roma-Nápoles e com transversais que se dirigem ao litoral, distante 15 a 20 km.

Tira seu nome de velho povoado que domina toda aquela área, sobre pequena elevação, fora da estrada principal.

A sombra insuficiente e a poeira constituíam as duas principais razões que tornavam o estacionamento malquisto pela tropa.

Além disso ficava em região sujeita à malária, de cujos efeitos não se livraram os elementos acampados, apesar das medidas diárias de profilaxia.

A tropa instalou-se em grandes barracas com camas americanas, de campanha. Várias eram as áreas destinadas às diversas unidades, onde existiam ranchos, privadas e bicas d'água. Havia vários ba-

nheiros em todo o estacionamento e a água, além de muito fresca, era clorada ao ser captada, o que constituía uma garantia ao bom estado sanitário da tropa.

O campo dispunha de rede telefônica instalada pela nossa Cia. de Transmissões e de uma estação rádio, através da qual oficiais e praças comunicavam-se com as suas famílias, no Rio, ou em ligação direta com a própria residência ou por intermédio da Rádio Nacional. A estação receptora, no Brasil, era a do Serviço Rádio do Exército.

O Serviço de Intendência tinha um Ponto de Suprimento na própria área de estacionamento, o que facilitou bastante a vida dos corpos. Uma padaria americana supria de pão as tropas acampadas. Havia ainda uma cantina para praças, em local e barracas especiais e uma outra para oficiais, na área do Q.G.

O Serviço de Saúde manteve um Posto de Socorro no próprio Batalhão de Saúde e fazia as suas evacuações para um hospital americano em Sparanise, pouco distante do estacionamento. Na área do Q.G. havia um Posto de Profilaxia e uma Seção de Protese que prestaram bons serviços.

Existiam duas casas metálicas, armadas pela Cia. de Guarda do estacionamento, uma para o Q.G. e outra para a A.D.

O estacionamento construído e montado por italianos e prisioneiros alemães, não foi terminado, pois, com a partida da tropa, não houve necessidade de serem ultimados os serviços.

Entre 15 e 20 de julho chegou ao estacionamento e instalou-se uma unidade de transporte americana que aos poucos foi recebendo os encargos que cabiam aos nossos veículos e dessa forma foi possível liberá-los, em tempo mais curto e repará-los para seu embarque.

Em todos os serviços de recolhimento, transporte, troca, embalagem de material, como na própria vida do estacionamento, contou-se com uma equipe de oficiais americanos que falavam português, muito solícitos e que foram de grande valia para a marcha geral dos trabalhos.

RECOLHIMENTO, EMBALAGEM E EMBARQUE DO MATERIAL

A 4.^a Seção instalou-se em Francolise no dia 15 de junho de 1945 e iniciou, desde logo, a organização do serviço, para que no menor tempo e pelos meios mais práticos, fôsse recebido o material da Divisão que não tivesse de ser trazido pelas unidades. Assim, o serviço teve desenvolvimento crescente, com a chegada da tropa ao estacionamento.

A operação, para a qual colaboraram a 4.^a Seção, as diversas Gestões dos Serviços e elementos dos corpos, teria corrido normal e satisfatoriamente se não tivesse havido sérias irregularidades nos

transportes da bagagem das unidades, como também certa incompreensão por alguns elementos, quanto à responsabilidade da Seção na entrega das viaturas aos órgãos americanos de manutenção.

Em 20 de julho, praticamente, todo o material da Divisão estava recolhido ao Depósito de Material, em Nápoles ou já em caminho do Brasil.

O trabalho de embalagem teve início no próprio estacionamento, em Francolise, sob grandes barracas e ao ar livre.

O tempo de embarque que coube ao 1.^o Escalão foi curto e o material correspondente deveria estar pronto em menos de uma semana.

De início os americanos entraram com a sua colaboração, na parte de montagem e funcionamento do serviço e em 5 dias de trabalho intenso, dia e noite, os nossos homens instalaram as seções de almoxarifado, limpeza e lubrificação do armamento, embalagem do armamento e de outros materiais pesados, encaixotamento, carpintaria, marcação e pesagem de volumes.

A seção de embalagem, uma vez terminado o trabalho referente ao 1.^o Escalão, mudou-se na noite de 23 de junho para o Pôrto de Nápoles, instalando-se no edifício da Escola Naval e Mecânica, onde passou a funcionar desde o dia 24, até o final dos embarques.

Ali o serviço tomou um aspeto de maior regularidade, porque o espaço e as instalações permitiam a seriação das operações e com isso o rendimento passou a ser mais proveitoso.

O pessoal era tirado em geral dentre os carpinteiros e praças, dos corpos, em turmas sucessivas. Algumas turmas visitaram oficinas americanas de carpintaria e material bélico, de modo que a adaptação ao serviço foi feita com rapidez.

Em fins de julho, uma turma organizada no Depósito de Pessoal, tomou a si os encargos de embalagem, com o fim de liberar os homens dos corpos de tropa que embarcariam com as suas unidades.

O serviço executado pelo Depósito de Material foi a prova da inteligência e capacidade de apreensão dos nossos homens, quando bem orientados e dirigidos.

Milhares de volumes e tôdas as viaturas da Divisão foram transportados ao Brasil pelos navios brasileiros e americanos: "Ruth Lykes", "Elizabeth Lykes", "Pedro I", "Pedro II", "Sweepstakes", "Gen. Maghes", "Mariposa" e "Duque de Caxias", num total de 21.255 volumes e 1.911 viaturas, sem contar a bagagem das unidades que fazia parte de sua impedimenta e com elas se deslocou.

O material de cada volume foi relacionado em guia própria, da qual eram extraídas cinco vias, sendo uma colocada dentro do volume, duas outras, em envelope impermeável, foram pregadas do lado de fora do volume, uma quarta via ficava na Seção e a quinta via era encaminhada ao navio. Fazia-se ainda uma recapitulação, por

navio, de modo que o contrôlo fôsse o mais seguro possível. Esse trabalho exigiu alguns dactilógrafos que trabalhavam de dia e de noite.

Tudo chegou em boas condições ao seu destino e completa, desembarcou no Brasil, a 1.^a D.I.E., trazendo seu material em perfeito estado de funcionamento e dentro das dotações estabelecidas.

EMBARQUE DOS DIVERSOS ESCALÕES EM NAPOLES

A tropa foi dividida em Escalões, na mesma ordem de seu embarque para a Itália. As unidades conduziam o seu armamento orgânico e o 1.^o Escalão trouxe as viaturas correspondentes ao seu efetivo, em condições de poder desfilar no Rio, no próprio dia da sua chegada.

As 1.^a e 4.^a Seções tomaram a si o encargo de organizar e dividir a tropa em contingentes de embarque, transportá-la ao Pôrto, distribuí-la no navio e controlar o seu embarque.

Os diversos contingentes deveriam chegar ao Pôrto em determinada ordem, para embarcar ora na proa e ora na pôpa, devendo ser observada, na prática do estacionamento, essa mesma disposição. Com isso os caminhões americanos, grupados em vários comboios, deveriam receber elementos nas diversas áreas de estacionamento, bem afastadas umas das outras, e reuni-los em local apropriado para a constituição dos comboios.

Para se conseguir o cumprimento de tal imposição, a 4.^a Seção organizou o plano de transporte e exigiu da tropa rigirioso cumprimento das prescrições e horários estabelecidos.

Descreveremos o que se passou relativamente ao 1.^o Escalão, pois a execução dos transportes e a preparação da tropa foram coroadas do melhor êxito.

O Comando americano colocou à disposição, para êsse transporte, 60 caminhões de 2 1/2 ton. com reboque, que em dia e hora marcados, estariam em determinado ponto da estrada, próximo do estacionamento, em unidades de marcha de 20 a 25 viaturas.

A Ordem de Transporte estabeleceu que nos diversos estacionamentos existissem estacas numeradas, junto às quais e em coluna por um, os diversos contingentes se disporiam à razão de 25 homens por caminhão, cada um com seu armamento e respectiva bagagem individual.

Ao chegarem os caminhões, ao referido ponto de contrôlo do tráfego, eram numerados a gis, na capota do motor e divididos em grupos correspondentes a cada contingente a recolher nos diversos estacionamentos. Cada grupo de caminhões recebia um guia da Polícia Militar que só tinha terminada a sua incumbência, depois de ter le-

vado os mesmos veículos ao ponto de reunião, para a formação do comboio.

O oficial americano encarregado dos transportes prescreveu o tempo de 30 minutos para o embarque da tropa e a reunião dos caminhões, tempo esse diminuído para 15 minutos pelo Chefe da 4.^a Seção, que diretamente dirigia o serviço, por julgar excessivo aquêle tempo.

Tudo correu dentro das prescrições estabelecidas quer por parte dos brasileiros como dos americanos e o último contingente a embarcar gastou o tempo de 5 minutos, embora o seu efetivo fôsse da ordem de 500 homens.

O alto treinamento da tropa nas operações de embarque e desembarque, conseguido no decorrer da campanha e o desejo, certamente, de regressar ao solo pátrio imprimiram à execução da operação um cunho de ordem e alto rendimento que só se consegue com organização e perfeito desempenho de obrigações bem compreendidas e melhor executadas.

A título de exemplo transcrevemos dois tipos de Ordem de Transporte que regularam os movimentos da tropa.

5.^o Exército
IV Corpo
1.^a D.I.E.
E.-M./4.^a Seção

Q.G. na Área de Francolise
Em 3 de julho de 1945

ORDEM DE TRANSPORTE DO 1.^o ESCALÃO N.^o 1-A

I — O 1.^o Escalão a embarcar no Gen. Meigs, para efeito de transporte, é dividido em duas partes:

- Destacamento Precursor
- Grosso do Escalão

II — As Unidades a embarcar deverão agrupar seus homens, com o armamento individual e sacos A de praças, malas A e B de oficiais, em locais previamente estabelecidos, de comum acôrdo entre a 4.^a Seção e o S.4 de cada Corpo interessado, de modo que cada grupo corresponda a uma estaca numerada, de acôrdo com o veículo a ser carregado.

III — Os grupamentos devem corresponder rigorosamente à disposição da presete ordem.

IV — Cada comboio terá um oficial comandante da tropa e um oficial americano comandante do comboio.

V — O oficial comandante da tropa é responsável pela disciplina dessa tropa.

VI — Os S.4 são responsáveis pela disposição da tropa a embarcar e pelo serviço de embarque no estacionamento.

VII — Os elementos pequenos, de outras Unidades deverão se reunir aos elementos do 6.^o R.I. ou II Grupo, nas áreas do R.I. ou Grupo de acordo com a ordem de embarque.

VIII — A ordem de desembarque, no ponto de destino, é dada pelo comandante da tropa, depois de entendimento com a autoridade do Porto.

IX — O Dia D e hora H serão dados oportunamente.

DESTACAMENTO PRECURSOR

Etc.

F.E.B.

1.^a D.I.E.

E.M./4.^a Seção

Q.G. na ÁREA DE FRANCOLISE

Em 5 de julho de 1945

ORDEN DE TRANSPORTE N.^o 3-A (1.^o Esc.)

GROSSO DO ESCALAO

1.^o COMBOIO — Partida
Dia 6 às 6,30

Unidades	Efe- tivo	N. ^o de cami- nhões	N. ^o da es- taca e caminhão	Obs.
1. ^a Cia., 2. ^a Cia. e 4 homens do Correio Regular	420	—		
3. ^a Cia. — C.P.P.1	79	20	1 a 20	

2.^o COMBOIO

Of. da 1. ^a 2. ^a , 3. ^a Cias. e C.P.P.1	26	1	1	Partida às 6,50
Of. do E.-M. do II Grupo, Bla. de Cmto., Bla. de Serviço e 1. ^a , 2. ^a e 3. ^a Blas.	35	2	2 a 3	
3. ^a Cia.	49	2	4 a 5	
Bla. de Cmto., Bla. de Servi- ço e 1. ^a , 2. ^a e 3. ^a Blas. ...	42	2	6 a 7	
C.P.P.1, Cia. de Cmto. do I Batalhão, 4. ^a Cia.	329	13	8 a 20	

3.^o COMBOIO

5. ^a Cia., 6. ^a Cia., C.P.P. II (70 homens)	489	20	1 a 20	Partida às 7,10
--	-----	----	--------	--------------------

4.^o COMBOIO

Of. da 4. ^a , 5. ^a , 6. ^a e 8. ^a Cias. .	25	1	1	Partida às 9,40
C.P.P. II, Cia. de Cmto. do II Btl., 7. ^a Cia. e 9. ^a Cia.	466	19	2 a 20	

5.º COMBOIO

Of. da Cia. de Cmdo. do I e II Btl. 7.º e 9.º, C.P.P. II e C.P.P. III	36	2	1 e 2	Partida às 10,00
3.ª Bia.	18	1	3	
8.ª Bia.	215	9	4 a 12	
C. A. C. e Cia. de Obz. (26 homens)	190	8	13 a 20	

6.º COMBOIO

Of. do E.-M., Cia. Obz., C.A.C., Cia. Cmdo., Cia. de Serviço do 6.º R. I.	45	2	1 a 2	Partida às 10,20
Cia. de Obuzes	48	2	3 a 4	
Cia. de Cmdo., Cia. de Serviço do 6.º R.I. - Q.G. da I.D.	262	11	5 a 15	
Dest. de Transmissões	74	3	16 a 18	
Dest. de Intendência	45	2	19 a 20	

7.º COMBOIO

Of. do Q.G. da I.D., Dest. de Transmissões, Dest. de Int. e Pel. Rec.	18	1	1	Partida às 13,30
Dest. de Intendência	44	2	2 e 3	
Pel. Rec., Tropa do Q.G., Avulsos, Correio Regulador ...	90	4	4 a 7	
Cia. Obz., Cia. de Cmdo. do III Batalhão e C.P.P. III	312	13	8 a 20	

8.º COMBOIO

9.ª Cia.	94	4	1 a 4	Partida às 13,50
Cia. de Cmdo. do 9.º B.E., Cia. de Engenharia	205	9	5 a 13	
Cia. de Evacuação e Pel. de Intendência	159	7	14 a 20	
Of. do Q.G. da 1.ª D.I.E., Cia. de Obuzes, 6.º R.I., Cia. de Cmdo. do III Btl.	25	1	21	
Of. do 9.º B.E. e 1.º B.S.	21	1	22	

CONCLUSÃO

Terminamos com essa colaboração a rápida exposição das atividades desenvolvidas pela 4.^a Seção, em um ano de campanha na Itália.

Alguns dados estatísticos dão uma idéia mais precisa do que foi o trabalho de alguns Serviços para cumprir a obrigação imperiosa de apoiar as Unidades em ação.

SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO

Viaturas da F. E. B.	1.615
Reboques	634
	<hr/>
	2.249
Viaturas reparadas	2.683
" inutilizadas	220
" extraviadas	37
Viaturas acidentadas nos últimos 30 dias	235
Reparações de armamento e instrumentos	3.358
Substituições de armamento	34
Pedidos aos depósitos	1.197
Pedidos das Unidades	1.440
Peças pedidas	69.620
Conjuntos de peças pedidos	237
Peças e conjuntos fornecidos	19.615

SERVIÇO DE SAÚDE

Pessoal de saúde	
Oficiais	198
Enfermeiras	49
Praças	1.122
	<hr/>
	1.369

SERVIÇO ODONTOLÓGICO

Consultas	28.154
Extrações	20.110
Obturações	8.400
Pequenas intervenções	1.623
Trabalho de prótese	667
Valor desse trabalho	672500 cruzeiros
Ferimentos	1.722
Incidentes venéreos	954
Perdas que passaram pelo P.T.D.	8.265

MOVIMENTO NOS HOSPITAIS

Doentes	9.584
Acidentados (73% são de acidentes de tráfego)	1.145
Feridos em combate	1.604
Total	12.178

Mortos por doença	9
Mortos por outros motivos	10

PERCENTAGENS DE PERDAS

Infantaria	12,78 %
Tropa Especial	0,68
Serviço de Saúde	0,42
Engenharia	0,32
Artilharia	0,29
Unidades moto	0,08
Outros	0,63

MORTOS

Oficiais	13
Praças	430
F. A. B.	8
Total	451

DIVERSOS

Efetivo na Itália	25.334
Efetivo em ação	15.069
Depósito do Pessoal	10.265

PRISIONEIRO BRASILEIRO

Oficiais	1
Praças	34
Extraviados	23

PRISIONEIRO DE GUERRA

Generais	2
Oficiais	892
Praças	19.679
Total	20.573

Valor das multas impostas aos nossos motoristas e aos punidos disciplinarmente à razão de 20 libras por dia de prisão	462.479
	cruzeiros

REGRASSO DA F. E. B.

Número de volumes embarcados	21.255
Pêso (toneladas)	1.220
Viaturas	1.911

PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA OLÍMPICA

Completo sortimento de pães de todas as qualidades, Doces e Conservas, Biscoitos e tudo mais pertencente a este ramo. — Entrego-se à domicilio.

MANOEL FERREIRA & FERREIRA

Especialidade em pão Suíço, Chá, Café, Açúcar, Manteiga e Queijo. Variedade de pães todos os dias. — Tel. 30-1402

RUA CARDOSO DE MORAES, 152 — BOMSUCESSO
RIO DE JANEIRO

GARAGE MESQUITA

POSTO DE LUBRIFICAÇÃO — SISTEMA AMERICANO —
LAVAM-SE AUTOMÓVEIS A QUALQUER HORA

Jeremias Lopes & Cia.

Rua Barão de São Felix, 166-A a 170 — Tel. 43-2212
RIO DE JANEIRO

ARMAZEM SOCIAL

LIQUIDOS E COMESTIVEIS

Antônio C. Souza & Cia. Ltda.

Rua Barão de São Felix, 70 — Canto da Travessa das Partilhas
Telefone 43-2535 — RIO DE JANEIRO

A. D. MOREIRA & CIA.

CONCESSIONARIOS

Automóveis Chevrolet — Refrigeradores — Frigidaire — Rádios
R.C.A., Victor

Av. Ane Coste, 21 — Telef 5745 — SANTOS

Reconhecimento, escolha e ocupação de posição no grupo

CASO EM QUE SE DISPOE DE TEMPO

Major JARDEL FABRÍCIO

I — O caso que vamos apresentar é o de um Grupo 105 Auto Rebocado, que se encontrando estacionado, recebe ordem para entrar em posição, a fim de apoiar um ataque a realizar-se no dia seguinte.

Trata-se, pois, de um Grupo que dispõe de bastante tempo para efetuar seus trabalhos de RECONHECIMENTO, ESCOLHA E OCUPAÇÃO DE POSIÇÃO.

É desnecessário acrescentar que o processo que iremos aplicar neste caso concreto, constitui uma NORMA GERAL DE AÇÃO, não devendo no entanto ser aplicado rigidamente como um modelo em todos os casos que se apresentem.

Dever-se-á dar ao mesmo a flexibilidade necessária à sua adaptação a cada caso proposto.

II — TEMA PARA O ESTUDO

Cartas — D. Federal e V. Militar

Escala — 1/50.000 e 1/20.000

SITUAÇÃO GERAL

A — Os azuis invadiram o território dos vermelhos e o 3.º C. Ex. Azul progride na direção geral L-W. O contato foi tomado pelos elementos mecanizados que cobrem a progressão do 3.º C. Ex., os quais em fim de jornada de D-2 acham-se detidos na linha geral Faz. BANANAL — M.º PERIQUITO — Faz. ENG.º NOVO — cota 60 N. de VILANOVA e mais ao S.

B — A 2.ª D.I. Azul fazendo parte do C. Ex. atinge nessa ocasião a região de Est. VICENTE CARVALHO — Est. HONÓRIO GURGEL, onde estaciona. O P.C. da A.D/2 acha-se justaposto ao da D.I. em Est. HONÓRIO GURGEL.

Os agentes de ligação dos Grupos se encontram junto à A. D.

SITUAÇÃO PARTICULAR

A — O G.T/5 que fazia a Vanguarda da D.I. estaciona na região de Est. HONÓRIO GURGEL. As turmas de ligação da artilharia se encontram com os Btl's. de Infantaria e os observadores avançados com os Oficiais de ligação n.ºs. 1, 2 e 3.

B — As 09,00 do dia "D-1" o Cmt. do 5.º G.O. 105 Au. R. recebe no P.C. do 5.º R.I. onde se encontrava a seguinte mensagem:

Hora de entrega no C.M. N.º Melo
N.º dado pelo operador

MENSAGEM

N.º dado pelo expedidor Data - D-1
Para - O Cmt. do 5.º G. O. 105

AVIAÇÃO INIMIGA ATIVA PT A PARTIR
DESTE MOMENTO CESSA A FORMAÇÃO
GRUPAMENTOS TÁTICOS PT APRESEN-
TE-SE IMEDIATAMENTE MEU PC A FIM
RECEBER ORDENS PT RECONHECIMEN-
TOS PRONTOS RECEBEREM ORDENS LI-
MITADAS QUATRO VIATURAS PT RECO-
NHECIMENTOS AINDA ESTA TARDE PES-
SOAL REDUZIDO MINIMO PT OCUPAÇÃO
POSIÇÃO NOITE PT RADIO INTERDITO PT

Gen. Cmt. A.D./3

0800

Função expedidor

Hora assinatura

Linguagem clara:

J

Ten. Cel. S-3

III — PROVIDÊNCIAS DO CMT. DO GRUPO:

Vejam os quais as providências tomadas pelo Cmt. do 5.º G. O. após o recebimento da mensagem, quais as ordens dadas em consequência e quais as idéias que assentou:

a) — Recebida a mensagem o Cmt. do 5.º G.O. encaminha-se para o seu P.C. em Faz. na Col. da BOA ESPERANÇA ao S. de HONÓRIO GURGEL, a fim de tomar certas providências que julga necessárias, antes de partir para o P.C. da A.D. Da mensagem recebida tira ele três ordens de idéias:

- Ir à A.D. receber ordens. Dada porém a distância que se encontra da possível zona de desdobramento de seu Grupo e o desejo de ganhar tempo, deve conduzir consigo os elementos do seu E.M. que julga essenciais para adiantar o seu reconhecimento. São eles o S-3, o S-2, o adjunto do S-2 e o oficial de transmissões.
- Deve ter de acordo com a ordem os conhecimentos prontos para serem acionados tão logo seja possível, a fim de aproveitar ainda a tarde desse dia para início dos seus trabalhos.
- Reduzir os mesmos ao mínimo indispensável, não só no tocante ao material como também no que diz respeito ao pessoal e viaturas.

b) — Uma vez chegado ao seu P.C., reúne o seu E.M., colocando-o ao par da situação e determina ao Sub-Cmt.:

" Vou à A.D. receber ordens e estou com o meu "
 " sequito reduzido à 4 viaturas. Quero levar "
 " comigo o S-3, o S-2, o adjunto do S-2 e o "
 " oficial de transmissões. As turmas de reconhe- "
 " cimento não podem ultrapassar o total de 9 "
 " viaturas. Nessas bases organize o meu sequito "
 " e as turmas referidas. Alerta o Grupo sobre "
 " a ocupação de posição à noite. As turmas de "
 " reconhecimento devem, iniciar seu trabalho ain- "
 " da esta tarde tão logo recebam minha ordem. "
 " Dê todas as ordens preparatórias que julgar "
 " necessárias. "

IV — PROVIDÊNCIAS DO SUB-CMT.:

Em face das determinações do Cmt. do Grupo vai o Sub.Cmt. organizar não só o sequito do Comando como também as diversas turmas de reconhecimento.

Não obstante as viaturas terem a sua guarnição orgânica muitas vezes em função de ordens superiores é necessário ajustá-las, desem-

barcando certos elementos para embarcar outros mais necessários à missão que se tem em vista no momento.

O sequito do Cmt. e as turmas de reconhecimento poderiam ter a seguinte organização:

A — Para acompanhar o Cmt. do Grupo à A.D.

Viat. Cmt. Grupo	Cmt. do Grupo Of. transmissões S - 3 Sd. clarim (motorista)
Viat. S-2	S - 2 Sd. oper. rádio Sd. motorista
Viat. top. n.º 1	Adjunto do S - 2 Sd. topógrafo (motorista) Sd. metralhador
Viat. ag. trem	Sgt. ajudante Cb. agente do trem (mot.)

*B — Para aguardar a ordem do Cmt. do Grupo
Da Bateria de Comando*

Viat. of. trns.	Sgt. telefonista (mot.) Sd. oper. rádio
Viat. top. n.º 2	Sgt. topógrafo Chs. topógrafos Sds. topógrafos
Viat. piloto	Piloto Sgt. mecânico avião (mot.)

Das Baterias de Obuzes (cada)

Viat. Reconhec.º	Cmt. da Bia. Sgt. de tiro Cabo esclarecedor n.º 2 Cabo telefonista Sd. telefonista (mot.)
Viat. of. recon.º	Of. reconhecimento Cb. auxiliar de tiro Sd. operador rádio (mot.)

Estas turmas incluem o pessoal e material necessários para execução dos trabalhos topográficos, plano e organização da observação, plano do P.C. e do sistema de transmissões, escolha o desenvolvimento das posições de bateria, linha de viaturas e outras instalações a serem ocupadas durante a noite.

O Sub-Cmt. ainda alertou o Grupo com uma série de ordens fragmentárias e verbais, relacionadas com a administração, suprimentos, técnica, etc., tudo dispondo para o deslocamento e entrada em posição do Grupo à noite.

V — NO P.C. DA A.D./2 EM HONÓRIO GURGEL:

O Cmt. do Grupo e seu sequito são recebidos no P.C. da A.D. pelos oficiais de seu E.M. e inteirados da situação, recebendo nessa ocasião do S-2 as cartas necessárias à operação prevista.

O próprio Cmt. da A.D. ou o seu S-3 faz entrega ao Cmt. do Grupo da O. op. da 2.^a D.I. e do anexo da A.D./2 correspondente, expondo de maneira sucinta o teor das mesmas:

" A D.I. vai atacar amanhã à hora H., a fim de apoderar-se da linha de alturas que a W. dominam o Campo de Instrução (mostra na carta).

" Dispositivo - 2 R.I. justapostos - 4.^o R.I. ao N.

5.^o R.I. ao S.

6.^o R.I. em reserva

Límites — ver calco.

Base de partida — ver calco.

" A A.D./2 apoiará o ataque. Haverá uma preparação de H-20 a H.

" Organização . . . 4.^o G.O. 105 - Ap. dir. ao 4.^o R.I.

5.^o G.O. 105 - Ap. dir. ao 5.^o R.I.

6.^o G.O. 105 - Ação conjunta e
reforço de fogos
ao 5.^o G.O.

2.^o G.O. 155 - Ação de conjunto.

" Zona de ção

5.^o G.O. 105 — Ver calco

" Zona de desdobramento — Ver calco

" As posições devem ser ocupadas na 1.^a parte da noite de D-1/D.

" Prancheta de tiro — Carta V-Militar 1/20.000

- " Regulações depois de H-40, limitadas a uma peça por Grupo. Nenhum tiro antes da regulação, salvo em caso de forte ataque inimigo.
- " Centro de informações topográficas — M.^o da ESTAÇÃO aberto a partir das 14,00.
- " Rádio interdito antes da preparação. A artilharia tem prioridade nas estradas depois de 19,00.
- " P.I. — Bifurcação N. de HONÓRIO GURGEL.
Passagem no P.I. —
5.^o G.O. 105 1930
- " Ponto de suprimento classe V — M.^o da CRUZ
- " O. M. E. D. — HONÓRIO GURGEL.
- " P.C. da A.D. — Est. POMICULTURA a partir de 15,00.

Uma vez recebida a ordem o Cmt. do Grupo resolve as dúvidas que porventura tenham surgido no decorrer da exposição. Acerta em seguida seu relógio com o da A.D. e é liberado para iniciar então os trabalhos necessários ao cumprimento da sua missão.

VI — TAREFAS DO CMT. DO GRUPO:

Vai então o Cmt. do Grupo se desobrigar das tarefas que estão sob sua responsabilidade, distribuindo missões ao seu E.-M.

Ele terá que:

- Trazer à frente os reconhecimentos que a esta hora estão organizados e prontos no estacionamento, conforme sua ordem ao Sub-Cmt.
- Fazer junto com o Cmt. do 5.^o R.I. um reconhecimento de ordem geral, para se inteirar do plano de manobra do mesmo e ter uma idéia de como se processará o estabelecimento do plano de fogos de apoio. Planejar em consequência a distribuição dos seus observadores avançados.
- Iniciar imediatamente os reconhecimentos atinentes à observação, transmissões, P.C., posições para as Bias., P.S., escala da retaguarda e trem de munição.
- Planejar o deslocamento noturno do Grupo para a zona de posições, inclusive o balisamento do itinerário, ordem e velocidade de marcha, P.I. e ponto de liberação.
- Dar as ordens necessárias para entrada em posição.
- Finalmente dirigir a ação do seu Grupo.

VII — PROVIDÊNCIAS INICIAIS DO CMT. DO GRUPO:

Ainda nas proximidades do P.C. da A.D. e antes de tomar suas viaturas o Cmt. do Grupo e seu sequito conferenciam e assentam

na carta certas decisões necessárias ao início dos diversos trabalhos. Um estudo rápido na carta e a identificação de alguma coisa no terreno facilitam tais decisões.

O Cmt. do Grupo elege dentro da zona de procura que lhe foi atribuída áreas a dar a cada bateria, os locais para a Bia. de Serviço e para o Trem de Munição, ponto de liberação, P.C., etc.

Inicia então os trabalhos determinados ao seu sequito:

a) — *Ao Agente do Trem:*

"Retorne ao estacionamento e de regresso conduza as turmas de reconhecimento para a região de OLARIA ao S. da colina do mesmo nome (mostra na carta).

Diga ao Sub-Cmt. que tenha pronta uma turma de balisadores e as turmas telefônicas das Bias. Tanto uma como outras devem estar em condições de iniciarem seus deslocamentos para a frente a partir das 16,30. (As viaturas telefônicas devem chegar à zona de posições antes do anoitecer).

b) — *Ao adjunto do S-2:*

"A Central Divisionária de Informações Topográficas se encontra em M.^o da ESTAÇÃO, aberta a partir das 14,00 de hoje. Acompanhe o S-2 no seu reconhecimento. A regulação está limitada a uma peça e será da 2.^a Bia. e mediante ordem do Grupo. A zona de desdobramento é nesta região (mostra na carta) e as posições serão ocupadas à noite.

Reunião na região de OLARIA às 11,00 em condições de poder expor aos demais o seu Plano Topográfico.

Auxilie o S-2 na coordenação da observação.

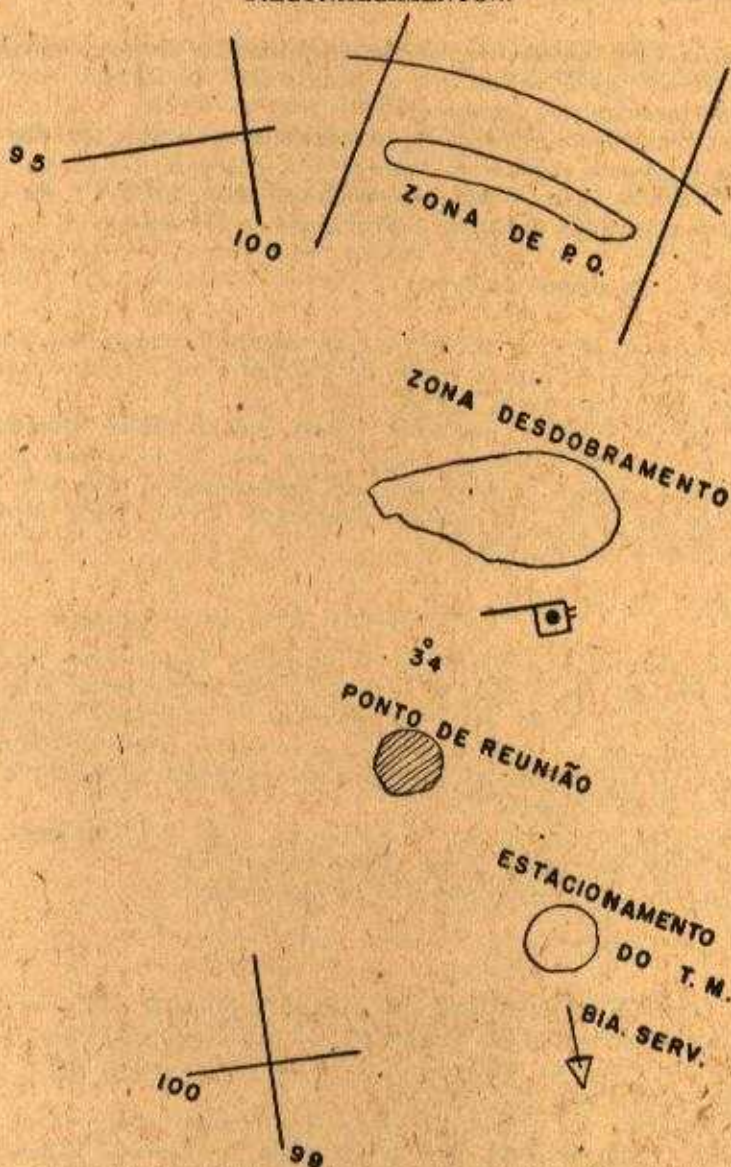
c) — *Ao S-2:*

"Organize a observação do Grupo e escolha o PV e os AA que julgar necessários e convenientes. Reunião dentro de uma hora (11,00 portanto) na região de OLARIA, onde deverá expor aos demais o seu Plano de Observação.

Isto feito, vai o Cmt. do Grupo conferenciar com o Cmt. do 5.^o R.I., a fim de obter dêste o seu plano de manobra, a localização do seu P.C., do seu P.O. e outros detalhes necessários à operação.

Encaminha-se em seguida para a zona de desdobramento, acompanhado pelo oficial de transmissões, deixando porém o S-3 na região de OLARIA, para receber os oficiais e reconhecimentos mandados trazer à frente.

RECONHECIMENTO...



Numa rápida passagem pela zona de posições fica o Cmt. do Grupo em condições de, mais tarde, coordenar a localização das diferentes instalações do Grupo. O oficial de transmissões "in loco" fará, se fôr o caso, propostas para modificar o seu primeiro plano de transmissões e auxilia o Cmt. do Grupo na escolha da região para o futuro P.C.

VIII — CHEGADA DOS RECONHECIMENTOS A OLARIA:

Conduzidos pelo agente do trem chegam à região de OLARIA os reconhecimentos que aí são recebidos pelo S-3. Acompanha-os o S-4 e o oficial médico.

O S-3 faz uma rápida explanação sobre a situação e distribui as cartas necessárias à operação.

Nessa explanação abordaria apenas o necessário para inteirar, os diferentes elementos, da missão recebida e das tarefas a realizar.

Após essa explanação diria o S-3:

“O Cmt. do Grupo dentro de poucos minutos estará aqui para designar aos Cmts. de Bia. a zona de procura de suas posições, bem como maiores detalhes sobre os trabalhos a executar. O S-2 e o Adjunto do S-2 aqui também virão ter e fornecerão a todos, os planos de observação e topográfico respectivamente”.

IX — REUNIÃO EM OLARIA:

O Cmt. do Grupo, o S-2 e o Adjunto do S-2 vão ter a região de OLARIA, onde se encontram o S-3, os oficiais e os reconhecimentos chamados à frente.

Antes de qualquer coisa recebe o Cmt. do Grupo do S-2 e do seu adjunto as propostas relativas ao estabelecimento da observação e levantamento do Grupo. Após examiná-las aprova-as devidamente.

Dirige-se depois aos demais, determinando-lhes providências, sob a forma de ordens curtas, fragmentárias e verbais:

“ a) — *Do Cmt. do GRUPO às Turmas de reconhecimento*

O Grupo vai entrar em posição esta noite conforme já lhes comunicou o S-3, a fim de apoiar o ataque do 5.º R.I. Este atacará com 2 Btls. em 1.º escalão, permanecendo o III Btl. em reserva. A hora H do ataque será dada oportunamente.

Os oficiais de reconhecimento das 1.ª e 2.ª Bias. devem se reunir aos oficiais de ligação nºs. 1 e 2, em condições de poderem ser empregados como observadores avançados adicionais, se necessário.

“ b) — *Do Cmt. do Grupo ao S-2*

Exponha o seu Plano de observação.

" c) — *Do S-2 às Turmas de reconhecimento*

O Plano de observação do Grupo é o seguinte:

— PV — PEDRAS da Col. do SINAL

— AA —

— Zonas de observação —

— P.O.G. e P.O. da Bia. — M.^o PERIQUITO

— P.O. da 1.^a Bia. — M.^o ENG.^o NOVO

— P.O. da 2.^a Bia. — Faz. ENG.^o NOVO

—

" d) — *Do Cmt. do Grupo ao Adjunto do S-2*

Conduza os oficiais de reconhecimento das Bias. juntamente com os sargentos de tiro ao M.^o PERIQUITO e de lá indique-lhes no terreno as suas zonas de observação, o P.V. e os AA escolhidos.

" e) — *Do Cmt. do Grupo às Turmas de reconhecimento*

Zona de procura de posições — 1.^a Bia. aqui { mostra
2.^a Bia. aqui { na
3.^a Bia. aqui { carta

" f) — *Do Cmt. do Grupo ao Adjunto do S-2*

Dê o Plano para o levantamento do Grupo.

" g) — *Do Adjunto do S-2 ao Cmt. e às Turmas de reconhecimento*

Estabelecerei uma DR. fornecendo às Bias. o seu lançamento e identificando-a devidamente no terreno.

" h) — *Do Cmt. do Grupo ainda às turmas de reconhecimento*

O Grupo iniciará seu deslocamento às 20,00 e as Bias. serão liberadas ao atingirem o ponto cotado 34 ao S. de BEBEDOURO.

Ordem de marcha — 1.^a, 2.^a, 3.^a, Bia. Cmdo. e Bia. Serviço.

Trem de munição — Região de M.^o da ESTAÇÃO.
As 5.^{as}. peças devem descarregar nas posições e se in-

corporarem ao Trem de Munição. O Trem deverá entregar às Bias. 300 projetis nas suas posições, antes de 04.00.

Bia. de Serviço — encostas L. de M.^o AGRICULTURA
Pósto de Socorro — encostas L. de M.^o JAQUEIRA

As turmas telefônicas das Bias. devem acompanhar o oficial de transmissão e deverão partir do estacionamento às 17.00. Serão liberadas no ponto cotado 34 antes do anoitecer.

P.C. do Grupo — encostas L. do M.^o da JAQUEIRA.

Terminadas assim as ordens iniciais o Cmt. do Grupo esclarece as dúvidas que porventura tenham surgido no decorrer da explanação e após acertarem os relógios libera os oficiais com as suas turmas de reconhecimento.

Os Cmts. de Bia. iniciam então os trabalhos de reconhecimento da posição. O Cmt. do Grupo ainda determina ao Oficial de transmissões:

" i) — *Do Cmt. do Grupo ao Oficial de transmissões*

Reconheça e organize o P.C. nesta região (mostra na carta). Aliás era desnecessário porquanto ambos correram a região de desdobramento do Grupo.

Volte ao estacionamento do Grupo com tempo suficiente para trazer à frente as turmas telefônicas das Bias. antes do anoitecer. Deve deixar o estacionamento por volta de 17.00. Nessa viagem de regresso balise o itinerário, utilizando para isso a turma que o Sub-Cmt. já organizou.

X — PROCEDIMENTO DO RECONHECIMENTO DO GRUPO

Aproveitando ainda este resto de tarde vão as Turmas do Grupo e das Bias. trabalhar no reconhecimento das diferentes instalações do Grupo, de modo a tudo aprontarem para a entrada do mesmo em posição à noite.

a) — *Adjunto do S-2 e Turma topográfica*

Fazem o levantamento da zona de objetivos, da zona de posições e em seguida a conexão entre elas. Determinam e materializam uma ou mais DR, fornecendo seu lançamento às Bias. Incluem no seu plano os objetivos que porventura os Cmts. de Btl. já tenham assinalado por intermédio dos oficiais de ligação.

b) — *Oficial de transmissões e Sargento telefonista*

Reconhecem os itinerários para as suas linhas e também os locais para as diversas instalações do P.C. Caso a região tenha estado em poder do inimigo será necessário o emprêgo de uma turma munida de detetores de minas, a fim de limpar a área a ser ocupada.

O oficial de transmissões retorna depois ao estacionamento para conduzir à frente as turmas telefônicas das Bias, que o guardam devidamente prontas.

Nesse regresso balisa o itinerário.

c) — *S-2*

Procura contato com o S-2 do R.I. e com o S-2 da A.D., a fim de coletar informações.

Para o mesmo fim mantem-se constantemente em ligação com os oficiais de ligação do Grupo e com os observadores avançados.

Caso os aviões estejam sendo empregados dever-se-á manter também em ligação com os pilotos.

d) — *S-4 e Agente do Trem*

Reconhecem os itinerários de acesso às posições de Bia., bem como os locais para o Trem de munição e para a Bia. de Serviço.

O S-4 de volta ao estacionamento planeja o remuniciamento e dá em consequência suas ordens ao Cmt. do trem. No deslocamento noturno para a posição ele próprio dirige a sua sub-unidade e organiza na nova região o escalão da retaguarda.

e) — *Guarnição da faixa de aterragem*

Reconhece as regiões nas imediações do P.C. que permitem a instalação de outra faixa de aterragem. Seleccionada esta zona deve deixar no local um elemento encarregado de impedir que outras turmas seleccionem a mesma região.

f) — *Oficial médico*

Reconhece e selecciona na região do P.C. um local para o Pôsto de Socorro, bem como itinerários de acesso e saída para o mesmo.

g) — *S-3*

Organiza e instala a C. T.

Antes da chegada da Bia. Cmdo., disporá a C.T. apenas dos elementos necessários ao S-3 para planejar alguma coisa do apoio

de fogos. Sob a orientação do Cmt. do Grupo prepara o S-3 detalhadamente os tiros necessários ao apoio citado, incorporando-os devidamente num completo repertório de tiros preparados.

Quando a Bia. de Comando chegar completa-se então a organização da C.T.

O Cmt. do Grupo tão logo receba os pedidos de tiro dos Btls., feitos através dos oficiais de ligação da artilharia, entrará em entendimento com o Cmt. do R.T. para coordenar o plano final de apoio ao ataque.

Esta coordenação deve ser complementada pela visita pessoal do Cmt. ou seu S-3 aos Btls., mormente ao Btl. de esforço.

XI — PROCEDIMENTO DOS RECONHECIMENTOS DAS BATERIAS

a) — As tarefas de um Cmt. de Bia. nessa situação, são:

- Planejar a organização da observação
- Pesquisar a área que lhe foi atribuída, no sentido de limpá-la de minas, se fôr o caso
- Deslocar a Bia. do ponto de liberação até à posição.
- Entrar em posição
- Estabelecer as transmissões
- Prover a segurança local
- Estabelecer a linha de viaturas

Essas tarefas são descentralizadas ao máximo.

b) — Vejamos como se processam:

— O Oficial de reconhecimento, o sargento de tiro e o cabo telefonista acompanham o S-2 ao P.O. do Grupo em M.^o PERIQUITO, onde lhes será mostrado o local para o P.O. da Bia., a zona de observação, o PV e os AA selecionados. Liberados pelo S-2 seguem para a região do respectivo P.O. onde iniciam um plano completo de observação para a sua Bia.

Normalmente o pessoal do P.O. é constituído pelo Cmt. da Bia. ou seu oficial de reconhecimento, sargento de tiro, cabo auxiliar de tiro, cabo esclarecedor n.^o 1, telefonista e um operador rádio.

O cabo telefonista reconhece o itinerário da linha para o P.O. e os itinerários para as demais instalações. Assim que as viaturas telefônicas chegam, dá as instruções que se fizerem necessárias para o lançamento das linhas para o P.C. do Grupo e pessoalmente fiscaliza o lançamento das que de mandam o P.O.

- O Oficial de Reconhecimento, se fôr designado observador avançado, como no caso o foram os da 1.^a e 2.^a Bias., volta à posição de Bia. reúne os elementos que irão constituir sua turma e segue ao encontro dos oficiais de ligação.

Antes de partir recebe no P.C. do Grupo as informações de que necessitar. Procura depois contato com o oficial de ligação para receber instruções e saber em proveito de quem vai trabalhar.

Procura depois o Cmt. da Cia. que lhe foi atribuída para inteirar-se do seu plano de manobra e do seu dispositivo. Reconhece finalmente o terreno antes que caia a noite.

As transmissões telefônicas serão instaladas após o escurecer.

- O Cmt. de Bia., acompanhado pelo cabo auxiliar de tiro, cabo esclarecedor n.º 2 e motorista, reconhece a posição para a sua Bia.

Inicia o seu trabalho pesquisando a zona que lhe foi atribuída, a fim de verificar a presença de minas. Positivando essa existência, envia a viatura reconhecimento com o seu motorista ao C.L.F. com a seguinte mensagem:

“Envie-me nessa viatura um homem por peça e o cabo esclarecedor n.º 1, providos do material necessário à pesquisa e limpeza de minas”.

Esse pessoal encarregar-se-á da limpeza da área e uma vez terminado o serviço poderá permanecer aí, a fim de auxiliar a ocupação da posição, operação melindrosa quando executada à noite e sob “black-out”.

- O Cmt. da Bia. como o cabo auxiliar de tiro e o cabo esclarecedor n.º 2 continuam seu reconhecimento.

A turma de limpeza de minas poderá ser reforçada; para isso pode-se utilizar a viatura de L.F., a qual uma vez desembaraçada deverá voltar ao estacionamento.

O Cmt. da Bia. determina o local para o G.B. para a pontaria à noite, bem como um ponto na DR para referência de cada peça.

Escolhe ainda os locais para a central telefônica, para cada peça, para os depósitos de munição, os itinerários para entrada e saída da posição, locais para as metralhadoras anti-aéreas, para os lança rojões e para as sentinelas de alerta.

- O cabo auxiliar de tiro estaqueia a posição da Bia. auxiliado pelo cabo esclarecedor n.º 2. Quando pronta pode o cabo auxiliar de tiro ajudar a turma topográfica na área das posições.

- O *cabo esclarecedor* n.º 2 deve ficar livre para acompanhar o Cmt. da Bia. na escolha do local para a linha de viaturas e do itinerário de acesso para a mesma. Após a chegada da Bia. o *cabo esclarecedor* n.º 2 pode conduzir as viaturas para a respectiva linha de viaturas.

XII — MARCHA NOTURNA PARA A POSIÇÃO

Às 20,00 o Sub-Cmt. passa com o Grupo pelo PI marcado pela Divisão e às 21,00 atinge o ponto de liberação (ponto cotado 34), onde então libera as Bias. de seu contróle.

XIII — ENTRADA EM POSIÇÃO DAS BATERIAS

a) — Liberada a Bia. no ponto de liberação suas viaturas prosseguem para a posição sem fazer alto. Deve-se na medida do possível prever um guia para cada viatura. Durante o dia o guia reconhece o itinerário que vai utilizar para conduzir a sua viatura à posição sob a escuridão da noite.

O Cmt. de Bia. dispõe para isso do seguinte pessoal: *cabo esclarecedor* n.º 2, o *motorista*, o *cabo esclarecedor* n.º 1, o *operador rádio* da sua viatura e o *clarim*, num total de seis homens incluindo ele próprio.

(O *cabo esclarecedor* n.º 1, o *operador rádio* e o *clarim* vêm à frente com o oficial de transmissões, quando este trouxer as turmas telefônicas das Bias. e a turma de estacionadores).

O Cmt. da Bia. deve ir ao encontro da sua Bia. no ponto de liberação e conduzir a mesma à posição. No local exato em que a Bia. deverá abandonar a estrada haverá um balisador. Atingindo a posição cada guia tomará por sua conta uma viatura e a conduzirá ao local adequado.

Proceder-se-á da mesma maneira para levá-las à linha de viaturas uma vez desgatados os obuzes e descarregado o material.

O Cmt. da Bia. dá instruções ao C.L.F., fiscaliza a ocupação, e envia a 5.ª peça para o trem de munição.

b) — O 1.º *Sargento* é o encarregado da linha de viaturas e da organização dessa área.

c) — O *Sgto. da manutenção* toma contato na linha de viaturas com os *motoristas* a fim de verificar quais as necessidades de manutenção.

A manutenção é feita em todas as viaturas disponíveis, após o seu descarregamento na posição de bateria.

d) — Para evitar grande tráfego e muita atividade na posição a entrada da 5.ª peça é retardada para permitir o desgato das peças e a saída das viaturas tratoras.

A secção de manutenção não entra na posição, sendo conduzida diretamente à linha de viaturas.

e) — As linhas de viaturas das Bías. podem ser localizadas em zonas separadas ou reunidas numa só. O Cmt. do Grupo determina o contróle a ser exercido. A linha de viaturas deve ser localizada numa zona que os tiros dirigidos contra os canhões não a possa atingir. A sua distância das PB vai depender das cobertas existentes, da rede de estradas e das proximidades de outras tropas.

O rancho é preparado na linha de viaturas e conduzido à posição em marmitões ou se a distância e a situação permitirem os homens aí poderão ter em turmas de revesamento.

IV — BATERIA DE COMANDO

Quando a Bia. Cmdo. chega à posição o *Oficial de transmissões* auxiliado pelo *sargento telefonista* e pelo *sargento ajudante* dirige a organização do P.C. e o estabelecimento das transmissões.

Os telefonistas encarregam-se das transmissões telefônicas enquanto o *sargento rádio* trata das transmissões rádio. O *Adjunto do S-3*, o *CH*, o *CV*, os *calculadores das Bías.* auxiliam o S-3 na instalação e organização da C.T.

O Sub-Cmt. ao chegar assume a direção de tôdas as instalações do P. C.

XV — BATERIA DE SERVIÇO

O S-4 conduz a sua Bia. até o local em que deve permanecer e organiza as suas atividades de suprimento de tôdas as espécies. O *Agente do trem* conduz o mesmo para a sua localização escolhida, e, prepara-se para receber as 5^{as}.peças. Pensa depois no suprimento da munição que lhe foi determinado efetuar até 04,00 de D.

Ao Boticão Universal

RUA 15 DE NOVEMBRO 65 — SÃO PAULO

Filiais: Santos: Rua Amador Bueno, 37 — Campinas: Rua Luzitana, 1653

Baurú: Rua Bapt. Carvalho, 7-4 — Curitiba (Paraná) Rua Carlos Carvalho, 120

ARTIGOS DENTÁRIOS PERFUMARIAS ÓTICA

Um dos estabelecimentos mais antigos da praça. Seu lema é: "SERVIR SEMPRE MELHOR" — Artigos das melhores procedências, nacionais e estrangeiros. ESTOQUE VARIADÍSSIMO — PREÇO VANTAJOSOS
Dar sua preferência ao "Ao Boticão Universal" é uma necessidade que a economia impõe

A Técnica da Instrução

(A MISSÃO DO INSTRUTOR E O MECANISMO DA INSTRUÇÃO)

Este trabalho é dirigido, particularmente, aos instrutores novos, oficiais e sargentos, e tem por objetivo dar-lhes uma notícia da missão que lhes incumbe como instrutores e de alguns problemas de instrução.

Já estava ele esboçado quando a "A DEFESA NACIONAL" publicou o excelente e minucioso trabalho do Major GERALDO DE MENEZES CORTES versando sobre o mesmo assunto, o que nos levou a "arquivá-lo". Relendo-o, chegamos à conclusão que poderíamos oferecê-lo à meditação dos nossos companheiros como mais uma contribuição ao problema que encaramos todos os dias — Instruir e comandar.

Serviram-nos de base documentos distribuídos pelas escolas norte-americanas que tivemos a honra de frequentar, particularmente a "The Cavalry School", manuais de instrução, especialmente o FM 21-5 e outros documentos diversos sobre o assunto.

Capitão de Cavalaria GILBERTO PESSANHA

A MISSÃO DO INSTRUTOR

1 — O nosso R.I.Q.T. estatui — "A instrução tem como principal objetivo a preparação para a guerra" e apresenta os elementos a empregar na consecução do objetivo *Instruir*.

O sucesso em atingir os objetivos prescritos pelos programas de instrução depende, principalmente, do cuidado pôsto na instrução e na seleção dos instrutores. O conhecimento do assunto a ministrar é essencial, mas não é, em si, suficiente. O instrutor deve ter habilidade bastante para atrair o interesse do aluno sobre o assunto que ministra e, também, por meio de processos apropriados, transmitir os conhecimentos necessários àqueles a quem instrui.

2 — Devido a uma razão qualquer, são muitos os que fazem distinção entre as atividades de um instrutor e as de um chefe militar. A habilidade em ensinar não significa, absolutamente, que um individuo possui habilidade para comandar. Por outro lado, a um Chefe, na expressão real da palavra, raramente falta habilidade para ensinar.

Os métodos de um bom chefe são simples. Ele tem sempre interesse em dar suas ordens (que, frequentemente, podem parecer muito complexas) de tal modo que a execução seja a mais simples possível. Consegue tal coisa certificando-se de que a sequência da execução foi perfeitamente entendida por *todos* os seus homens e que cada fase, tempo ou lance determinado, é correto e lógica a sua posição no conjunto. Nas suas explicações, parte do simples para o complexo, do conhecido para o desconhecido, tudo com um forte *senso de transmissão*.

O instrutor e o chefe devem ensinar pelo exemplo — Devem se esforçar em se tornarem, para os seus homens, exemplos de bom senso, de largueza de idéias, de perspicácia e de entusiasmo. Devem ensinar cousas práticas, encorajar os esforços, fazer crítica construtiva e louvar imediatamente o sucesso obtido na aplicação, pelos instruídos, das cousas que lhes foram ensinadas.

3 — As três forças contra as quais um instrutor militar deve exercer os seus melhores esforços, são:

- o sentimento de estranheza
- a complexidade
- a inaptidão

Antes que alguém possa saber como lidar com o sentimento de estranheza, a complexidade e a inaptidão de outrem, é necessário que estude o porquê de cada uma dessas cousas.

a) Uma das primeiras experiências com que se defronta um instrutor novo é o SENTIMENTO DE ESTRANHEZA. A novidade da situação em que se encontra, somadas às suas próprias dúvidas, tornam-no excitado e, por isso, *reduzem-lhe o fôlego*. Ele se sente deslocado e será capaz de esquecer as cousas mais simples — cousas que, *em situação normal*, sabe tão bem quanto o seu próprio nome... O que se passa, então? Apenas isto: o novo instrutor está experimentando o *sentimento de estranheza* (da mesma maneira que o recruta o experimenta) e se confunde com isto. Gradativamente, ele se acostuma a dirigir-se aos seus homens, como Chefe ou como instrutor; a qualidade de sua instrução melhora continuamente e, afinal, instruir, para ele, será tão simples como ouvir ou como dar vozes de comando.

Procuremos atingir os objetivos da nossa instrução tão naturalmente como si se tratasse de *uma conversa entre amigos*. Evitemos academicismo. Sejam instrutores e não "oradores militares". Ponhamo-nos à vontade para que os nossos instruídos se sintam, também, à vontade... Agindo dessa forma, teremos bastante fôlego e voz suficiente para ensinar — teremos conseguido pegar o *sentimento* da cousa. Não *tremamos na base*... Olhemos nossos homens com confiança e *nos olhos*... E tudo irá bem.

b) Um Chefe (ou um instrutor) pode ser um "crack" em determinado assunto, mas... "*Est modus in rebus*"... Um "crack" pode executar determinada coisa superlativamente bem e, no entanto, pode ser incapaz de explicá-la a alguém de modo que este realize a mesma tarefa satisfatoriamente. A COMPLEXIDADE causa tais surpresas...

Por exemplo: Numa pequena localidade do Estado do Rio havia um homem — "Seu" Santos — que adquirira formidável reputação como caçador de pequenas aves — patos, marrecos, etc. Sempre que saía à caça regressava com "pencas" de aves, enquanto outros caçadores quase nada obtinham. Devido à habilidade de "seu" Santos, resolveram os demais caçadores solicitar-lhe conselhos e orientação — "seu" Santos possuía determinado *dom* que eles desejavam obter.

"Seu" Santos aquiesceu. Deu-lhes uma grande massa de informações topográficas nas quais incluiu: ir ao sítio do "seu" Lopes (com licença de "seu" Lopes), contornar o curral pela direita, seguir pela vala tantos metros e, depois, pelo campo, até à figueira grande perto da lagoa. Em seguida, disse-lhes "seu" Santos enfaticamente: *façam um barulho assim como um tatú zangado*... Todavia, "seu" Santos não soube explicar-lhes como se fazia isso... Pelo menos nenhum deles foi capaz de emitir tal ruído — única coisa de que necessitavam saber, de fato... Sem dúvida alguma "seu" Santos era um caçador "crack", mas falhara como instrutor...

No Exército, um instrutor não deve ensinar aos seus intruendos a "fazer barulho como um tatú zangado", nem agir de tal forma, pessoalmente. Com essas cousas nada se resolve... São as "cucas" dos nossos antigos equitadores. O instrutor deve estudar o método e os processos para realizar as suas tarefas e torná-las tão simples que não sejam, apenas, compreendidas mas, por outro lado, sejam mínimas as possibilidades de serem incompreendidas.

EVITEMOS A COMPLEXIDADE. Que seja esta uma regra para tudo que fizermos.

c) Quando, recém-saídos das Escolas, chegamos às unidades onde vamos servir, as primeiras experiências que temos são *experiências de ensino*. Vamos tratar com homens novos no serviço militar que não tiveram as mesmas vantagens da educação militar que tivemos. Lidaremos quase sempre com recrutas.

Não deve haver nenhum estigma de inferioridade nessa palavra — *recruta*. O recruta é, simplesmente, um homem novo que, devemos imaginar, tem habilidade bastante para aprender sob nossa orientação. Por outro lado, não suponhamos nunca que o recruta é um ignorante, incapaz de aprender o mecanismo da que é hoje, talvez, a mais séria das profissões. Como Chefes dos nossos homens, seremos obrigados a *ensiná-los*, antes de comandá-los — e seremos res-

ponsáveis por um resultado 100%! Deveremos ter paciência com os retardatários, desenvolvendo-lhes a capacidade combativa em estado potencial e incitando-lhes a inteligência. Um famoso Chefe disse certa vez que "na guerra, ou na preparação para ela, o Chefe é obrigado a conseguir melhores resultados do que, até então, obtivera, lançando mão de elementos dez vezes menos capazes do que os melhores elementos anteriormente utilizados".

Lembremo-nos disto: Existe pouca cousa, na Instrução Militar, que o homem médio pode deixar de aprender, desde, é claro, que o ensino lhe seja ministrado com propriedade.

Muitas vezes dizemos, sem mais delongas, que um homem é inapto... Nunca decidamos sobre a "burrice" de um instruendo ou de um recruta! Beneficiemo-lo, pondo dúvidas a esse respeito e trabalhemos arduamente para não chegar a tão triste conclusão. Na maioria dos casos, quando um instrutor abandona um homem e admite que ele é "burro", a falta reside nele-próprio — na sua inabilidade para instruir.

Para o instrutor, como para o Chefe, não deve existir a palavra INAPTIDÃO!

As primeiras reações mentais de um recruta na vida militar serão, é quase certo, confusas. A primeira instrução do recruta deverá ter por finalidade orientá-lo no novo meio a que pertencer. A velha regra "Meta o pau que *êles* se ageitam" é obsoleta. Ela se baseia no medo. O estudo e a experiência tem demonstrado que o *medo reduz a qualidade do trabalho*. Quando o medo conduz um homem a praticar erros, os melhores esforços em instruí-lo não produzem o menor resultado.

Gerálmente, nós mesmos, devemos vencer o nosso próprio medo (Oh, incômoda sensação!), efetivamente e não por mera presunção. Como instrutores devemos ajudar os nossos instruendos a vencê-lo. Isto tem importância capital, e *deve ser realizado*. Dominado o medo, a inaptidão se evapora...

3 — Quando, linhas atrás, falamos sobre as qualidades do Chefe ou do instrutor, dissemos que uma das suas principais características deveria ser um forte SENSO DE TRANSMISSÃO.

A ação de comando se baseia em três pontos, cujo valor conduz ao objetivo principal de toda instrução militar — a eficiência no combate. Como oficiais de tropa devemos nos interessar por todos eles, que são: INSTRUÇÃO, INDOCRINAÇÃO e FISCALIZAÇÃO. É nosso intuito, dentro do objetivo a que nos propuzemos, tratar apenas do primeiro, mas queremos lembrar que, enquanto o homem recebe instrução, deve ser ele indocrinado na confiança em si próprio, nas suas armas e nos seus chefes. Para *instruir* é necessário *transmitir* o que se deseja ensinar. Vejamos, portanto, o ponto

mais importante no que se refere ao assunto, isto é, O SENSO DE TRANSMISSÃO.

a) Se disséssemos, por exemplo: "A hajnal mar nem simogat!" e, por gestos e pela intonação da nossa voz, fizéssemos sentir a importância disto para a realização de uma tarefa qualquer, qual seria a reação de quem nos ouvisse? Há toda razão para acreditar que nos retrucariam: "Si deseja que executemos a tarefa que nos impôs, antes de mais nada, fale na mesma língua que falamos!" Por inadvertência ou por uma razão qualquer teríamos falhado em *transmitir* o que queríamos. *Transmissão* é a transferência de alguma coisa da nossa mente para a mente de outrem. É a tarefa mais importante do instrutor. Um indivíduo que pretende ensinar e não consegue transmitir o que deseja, falha como instrutor.

A tarefa de ensinar sendo um processo de cérebro-a-cérebro, é necessário que *transmissor e receptor estejam em sintonia*.

Numa parte qualquer do nosso cérebro existe alguma coisa que a ciência médica ainda não pôde localizar e estudar mas que, sabemos, existe de fato. Essa coisa se denomina CENTRO DA IMAGINAÇÃO o qual, se não é utilizado regularmente, atrofia como qualquer órgão mantido inerte. Sua principal função, quando bem utilizado, é tornar as coisas claras, simples, gráficas e inteligíveis, provocando a atenção e despertando o interesse. Todos nós o possuímos, porém, poucos tiram do seu uso o máximo de suas possibilidades. O Chefe que o faz, *transmite* no mais amplo sentido do termo, conseguindo que seus instruendos queiram aprender e aplicar as lições que lhes ensina. A imaginação o compele a usar a linguagem do soldado em vez da linguagem do bacharel, a utilizar linguagem ilustrativa (não dizemos ilustrada) que assegura a clareza e o protege contra a possibilidade de não ser compreendido.

Em suma, a missão do instrutor não é apenas *expor fatos e, sim, estabelecê-los com o seu próprio pensamento interpretativo* e pela simplicidade de apresentação dos assuntos. Desta forma, quando o *contacto* se estabelece entre instrutor e instruendo, eles *entram em sintonia* — a transmissão será coisa fácil.

b) Como *estabelecer o contato*, despertando o interesse, e mantê-lo prendendo a atenção do instruendo?

O contacto Instrutor-Instruendo é realizado pela *voz*, pela *atitude*, pela *linguagem*, pelo *olhar*, e pelos *acessórios* que o instrutor utiliza na instrução. Todos esses elementos devem ser *impressivos* para que produzam os melhores resultados.

— A VOZ — Uma voz baixa, inexpressiva, mecânica, sem entusiasmo, jamais conseguirá despertar interesse. Busquemos um tom de voz compatível com o número de instruendos e com o local de instrução. Não desçamos ao canto chão embalante, nem subamos aos

esganiçamentos de uma soprano histérica... Dosemos a voz de modo a não arrebeitar os tímpanos da audiência nem, por outro lado, a obrigá-la a fazer conchas nos ouvidos para que nos ouça, desinteressando-se, afinal. Uma voz clara, enérgica (sem rusticidade), entusiástica, pode operar milagres.

Raciocinemos antes de falar. Não repitamos as frases mecânicamente. Devemos focalizar a idéia que temos em vista e, só então, poderemos emitir as palavras que as representam. Falemos devagar, não tenhamos pressa; é necessário dar tempo a quem nos ouve para que aprecie o valor de cada idéia tão logo a exprimimos. As palavras devem ser grupadas de modo a expressarem claramente o que se quer dizer.

Sentir o que se fala é tão importante quanto *pensar* no que se fala. Tenhamos entusiasmo. Se um indivíduo não acreditar no que está dizendo, nunca conseguirá que quem o ouve acredite nas suas palavras.

— *A ATITUDE* — O instrutor é um exemplo para os seus instruendos. Manter uma atitude correta, natural, sem *pose* mas, também, sem relaxamento, é fator essencial no ensino. O vigor, a vitalidade física, a animação, os gestos enérgicos (sem serem dramáticos) do instrutor são fatores inestimáveis na instrução.

Adotar uma atitude equilibrada, o que não significa perda de entusiasmo mas vem demonstrar que, apesar de toda energia e vitalidade de sua atitude, o instrutor não *foge da mão* — está sempre senhor de si. Evitar drasticamente qualquer excentricidade de gestos ou de maneiras. Lembrar que, como instrutores militares, a atitude que devemos adotar, em qualquer circunstância, só poderá ser uma

— *A ATITUDE MILITAR*.

— *A LINGUAGEM* — Falar a linguagem do soldado, isto é, aquela que ele pode entender, sem descer ao calão e à irreverência. Isto não importa em dizer que se abandone o bom humor e o espírito alegre que deve reinar em qualquer instrução. O bom humor não é incompatível com a seriedade — é ele uma prova de equilíbrio mental. Falemos o que queremos ensinar sem rodeios, diretamente, simplesmente. Evitemos a bacharelise, a obscenidade e as imprecisões.

— *O OLHAR* — É fato sabido que *sentimos* quando nos olham, mesmo quando não estamos vendo quem nos olha. Isto prova a *fôrça* que possui o olhar. Precisamos, pois, *tomar contacto* com os olhos dos nossos instruendos e, não adotar um "olhar de peixe morto" fitando um ponto qualquer do espaço infinito... Fitemos-los nos olhos, a todos e não a um só, demonstrando assim o interesse que temos por eles e, em troca, despertando-lhes o interesse e a atenção. *Sentindo* que estão sendo vistos, os homens participarão, de fato, do que está

sendo dito, com tanto mais interesse quanto mais de perto forem seguidas as outras normas atrás expostas.

— *OS ACESSÓRIOS* — Sempre que fôr possível, empregue-mos largamente cartas murais, esquemas, gráficos, fotografias, modelos, tudo, enfim, que *fixa*, pela vista, aquilo que nos interessa ensinar. O aumento de rendimento da instrução será extraordinário. As vezes um ensinamento "caricaturado" dispensa explicações fastidiosas e extensas.

Nos acessórios, incluímos, também, os lembretes, mementos, fichas ou o que fôr e que servirão de guia à instrução a ministrar. Não deve haver acanhamento em consultá-los, quando fôr necessário — a memória poderá falhar e uma sequência lógica é de capital importância no desenvolvimento da instrução.

AS QUALIDADES DE UM BOM INSTRUTOR

1 — Quando, anteriormente dicorremos sobre a missão do instrutor, procuramos ressaltar as qualidades que deveriam possuir, para o bom desempenho de suas missões, os instrutores e chefes militares. As notas adiante transcritas são da autoria do General BLAQUE BELLAIR, exímio cavaleiro e antigo comandante da Escola de Cavalaria de Saumur, França. Foram elas escritas tendo em vista a instrução à cavalo, mas, pela clareza e oportunidade de suas idéias, podem ser aplicadas a qualquer gênero de instrução e servirão para confirmar princípios pedagógicos de aplicação universal.

2 — *"As qualidades de um bom instrutor"*

— "Uma doutrina sem mestre está, *"à priori"*, condenada à falência. Em consequência, o instrutor é a chave de toda instrução equestre.

Além de todas as aptidões necessárias a um cavaleiro, o instrutor deve possuir, também, a resistência exigida por qualquer prova, fortaleza e elevação de caráter e deve ser, sempre, um exemplo de maneiras, de uniformes e de exatidão.

Sua palavra, baseada no conhecimento real, é sempre comedida, banindo severamente toda crueza de linguagem. Um homem que não é senhor de si mesmo, não é digno de comandar outros homens.

O instrutor deve ser benevolente, de modo a grangear a confiança; deve ser prudente a fim de evitar acidentes injustificáveis; deve ser audacioso, para tornar a audácia um hábito; deve ser paciente, para suportar a lentidão inevitável do progresso; deve ser decidido, de modo a dominar todas as situações imprevistas que possam surgir.

Dependendo das circunstâncias de tempo e de local, o instrutor estabelece uma progressão lógica para o seu trabalho, de conformi-

dade com os preceitos dos regulamentos; assegura a sucessão regular das fases da progressão que imaginou e mantém a atenção dos seus cavaleiros alerta pela variedade de sua instrução, à qual, cada dia, adiciona algum elemento novo ou imprevisto.

Seu bom senso e faculdade de julgamento indicam-lhe dentro de que limites é prudente manter a instrução e auxiliam-no na seleção de processos simples, mas, fecundos.

As explicações que dá, quando montado, são reduzidas ao mínimo necessário, são formuladas com clareza e precisão e pronunciadas de tal forma e de tal lugar que todos os instruendos as possam compreender. Nunca dá explicações quando os seus homens estão trabalhando em andadura rápida. Por outro lado, sob nenhum pretexto, permite que as faltas individuais passem sem correção no que diz respeito à posição do cavaleiro ou aos movimentos do seu cavalo. Somente pela crítica incessante e construtiva dos mesmos erros poderá ele, com certeza, corrigir os enganos naturais.

Em resumo, o instrutor deve dividir cada dificuldade em tantas partes quantas sejam necessárias para dominá-la; deve conduzir seu trabalho metódicamente aumentando gradualmente as exigências e deve lembrar-se constantemente que *o progresso não é consequência da execução de um movimento e, sim, da maneira pela qual o movimento é executado.*

A soma total dos conselhos acima expostos constitui o "espírito do método". O espírito do método é o esqueleto da instrução. Mas, não é a sua ALMA.

O instrutor, pela fertilidade de sua mente e pela dedicação à sua profissão, deve introduzir idéias e empregar palavras que *firam* a imaginação do soldado, distraiam-no, persuadam-no, dirijam-no.

A instrução deve ser realizada com alegria e com energia; o bom humor do instrutor, suas expressões, seu inteligente zelo, seu amor ao trabalho, testemunharão a confiança que possui nos resultados que pretende obter.

Além dessa, pairando muito acima de todas as virtudes que deve possuir um bom instrutor, há uma que ultrapassa todas as outras e que ilumina tudo que ele faz ou diz — *é a FÉ que ele tem na sua missão.*

Transformar um grupo de recrutas num esquadrão de inteligentes e guapos cavaleiros, modelar seus hábitos, fazer nascer nêles o sentimento do dever, de auto-renúncia e o espírito de sacrifício ou, em suma, criar o verdadeiro ESPÍRITO MILITAR, é, deveras, uma missão digna de cativar toda a força e todo ardor da alma de um verdadeiro CHEFE".

O MECANISMO DA INSTRUÇÃO

1 — LE CHATELIER, tendo em vista os princípios de racionalização do trabalho estabelecidos por TAYLOR, traçou os seguintes princípios para uma *organização racional do trabalho*:

- 1.º — *Limitar e definir precisamente, o fim a que nos propuzermos marcando com absoluta nitidez o objetivo que temos em vista.*
- 2.º — *Estudar os meios disponíveis para obtenção do fim visado.*
- 3.º — *Preparar os meios reconhecidos como necessários.*
- 4.º — *Realizar a ação decidida de acordo com o plano estabelecido.*
- 5.º — *Verificar os resultados obtidos e tirar as suas consequências.*

Na preparação e na execução da instrução, tais princípios poderão ser expressamente seguidos com os melhores resultados.

De fato. Antes de ensinar qualquer assunto, o instrutor deverá:

a) Numa 1.ª Fase (preparação):

- determinar o objetivo que pretende atingir;
- escolher a melhor maneira de alcançá-lo;
- seleccionar a melhor maneira de realizar o trabalho determinado.

De algum modo, a tarefa do instrutor muito se assemelha à tarefa do piloto de um bombardeiro. Recebida a missão, terá ele que prepará-la, seleccionando o objetivo, escolhendo a melhor rota para atingi-lo e a melhor maneira de cumprir a missão imposta.

b) Numa 2.ª Fase (execução), o piloto terá que *decolar e alcançar o objetivo na altitude conveniente*. Se o bombardeiro lançar suas bombas de uma altitude muito elevada, terá menores probabilidades de obter impactos directos.

Do mesmo modo, se, ao instrutor, faltar preparação, paciência e interesse por sua missão, serão mínimas as probabilidades de realizar o que lhe foi determinado.

Um bombardeiro carrega uma quantidade limitada de bombas, que não devem ser desperdiçadas. Para cada quatro bombas conduzidas no seu bojo, uma, pelo menos, deverá realizar a parte da missão que incumbe ao bombardeiro, no conjunto. O mesmo princípio pode ser aplicado ao instrutor: — quanto menor for o número de pontos a ensinar, tanto maior cuidado deverá pôr em prática para que sejam compreendidos. Em resumo, "bomba lançada, objetivo atingido".

Tal modo de agir é, sem dúvida, o mais conveniente. Quanto mais reduzidos forem as fases, os assuntos ou os pontos a ensinar, tanto mais cuidado e relevo deve ser dado a cada um deles, acentuando-se

tuando-se a sua valia e interesse. Em vez de guardar, vagamente, 8 ou 10 ensinamentos, o homem, ao regressar da instrução, reterá quatro, dentre os quatro ensinamentos escolhidos para a sessão. A confusão, o desentendimento e a má execução resultante serão reduzidos ao mínimo.

Tendo realizado a ação dentro do plano estabelecido, o instrutor poderá dizer que "não perdeu o seu tempo".

c) Finalmente, numa 3.^a Fase, após ter lançado suas bombas, o piloto (ou o instrutor, conforme o caso) sente-se obrigado a determinar até que ponto a sua missão foi bem sucedida — lançará um olhar para trás a fim de ver se conseguiu realizar o que havia planejado. Há a verificação dos resultados e suas conseqüências.

2 — Vejamos, agora, dentro do plano esboçado acima, como abordar as diferentes fases.

A) — PREPARAÇÃO

A preparação não deverá consistir, apenas, em procurar os artigos dos regulamentos, manuais, livros ou outras quaisquer publicações que contiverem o assunto a ensinar, lê-los rapidamente e, em seguida, tentar atabalhoadamente "pregar" uma "salada de idéias"...

A preparação é contínua. O instrutor deverá estar sempre preparado para realizar alguma tarefa que nunca tenha realizado anteriormente. Ela se inicia muito antes de se ter recebido qualquer missão ou determinado ramo de instrução a ensinar.

Preparação significa tirar a maior vantagem possível de toda instrução que tivermos recebido anteriormente, isto é, a observação cuidadosa e analítica dos processos utilizados por outrem na exposição de qualquer assunto que nos seja ensinado. Todos os ramos da profissão das armas nos devem interessar. Ao lado da preparação deverá existir o desejo de saber o *porquê* de cada fase, seqüência ou processo que tiver por objetivo a *eficiência no combate*. Devemos apreciar a preparação como uma contínua tentativa para justificar o modo pelo qual realizamos as nossas tarefas e como uma busca de novos processos tendo em vista realizar a mesma tarefa com maior eficiência.

A busca de novos processos para realizar determinada tarefa, deve ser limitada, no próprio interesse da instrução, aos melhoramentos que se puder introduzir nos métodos de ensino prescritos pelos regulamentos. Tais métodos são o resultado de estudos criteriosos e de longa experiência. Segui-los e divulgá-los é demonstrar a nossa crença nas suas possibilidades e no critério com que foram criados.

Preparação, significa, também, que deveremos selecionar, dar forma e tornar adequada a cada caso, toda informação que obtivermos que interesse à situação com que nos defrontamos e que fôr passível de ser examinada dentro do tempo de que dispuzermos. Qualquer um pode realizar uma tarefa de 10 minutos em 2 horas; mas, há pouca gente capaz de realizar uma tarefa de 2 horas em 10 minutos... E, nisto se revela o instrutor preparado.

A aplicação do método de TAYLOR, adaptando-o ao caso particular da instrução, poderá dar solução às mais árduas tarefas que se nos apresentarem. Isto consistirá em:

- a) Estudar, metódicamente, a ação ou o movimento a ensinar;
- b) decompor a ação ou o movimento em seus elementos simples ou fundamentais (fases, lanços, tempos);
- c) eliminar os elementos ou os movimentos inúteis para o que se pretende ensinar;
- d) determinar, previamente, todo o material que interesse ao trabalho em vista, colocando-o "ao pé da obra";
- f) organizar e instruir um grupo de monitores ou de auxiliares.

Tendo-se *preparado* como atrás foi dito, fica o instrutor habilitado a antecipar-se às perguntas que possam surgir ou às dúvidas que os instruendos tiverem, tendo sempre respostas corretas e prontas. A literatura militar é fértil. Regulamentos, instruções, manuais, boletins, livros de instrutores experimentados, relatórios, etc., existem sobre os mais variados assuntos e nêles poderemos encontrar, bem definidos, os princípios, métodos e processos que nos interessem. Dessa documentação, devemos fazer o mais largo uso quer como instrutores, quer como Chefes.

B — EXECUÇÃO

A execução da instrução poderá comportar os mais variados aspectos, dos quais os mais importantes são:

- a apresentação do assunto
- a demonstração do que se quer ensinar, ou
- a aplicação do que fôr explicado, ou, ainda,
- demonstração seguida da aplicação.

a) Apresentação:

É o "cartão de visitas" do assunto a ensinar. É a introdução, tendo em vista pôr a audiência "ao par da situação".

De início, o instrutor será obrigado a dizer aos instruendos *o que* lhes vai ser ensinado e *porque* tal coisa lhe será ensinada. A apresentação deverá ser curta, clara e completa e deve ter por finalidade despertar o interesse e manter a atenção.

Na apresentação do assunto a ensinar, deve-se procurar fazer o melhor uso possível da voz, da atitude e da aptidão em *transmitir* idéias. É a preparação do terreno para a sementeira.

A mente do instruendo deve ser preparada, inicialmente, pelas referências feitas ao que é *conhecido*, antes que qualquer coisa *desconhecida* seja enunciada, construindo-se, assim, a "ponte" entre a experiência passada e o futuro ensinamento. Poderá isto ser obtido por meio de narrativas, episódios correlatos, comparações e contrastes — meios normalmente mais eficientes do que longos discursos.

b) Demonstração

Um movimento, uma operação ou uma prescrição qualquer, pode se tornar gráficamente simples por meio de uma ilustração por fases.

A utilização de uma demonstração *cuidadosamente ensaiada simplifica* a instrução, tornando os pontos essenciais "claros como água", e, verdadeiramente, simples. Se o instrutor escolher a demonstração como processo de ensino, deverá estar em condições de executá-la. Como tal coisa nem sempre é possível, preferível será utilizar um auxiliar perfeitamente instruído e hábil executante ou, conforme o caso, um grupo de demonstração nas mesmas condições. Para que tenha valor real, atingindo, de fato, o objetivo de ensinar, uma demonstração deve tender para a perfeição.

c) Aplicação

Só se aprende executando. Não se pode esperar que um indivíduo adquira conhecimentos ou desenvolva a sua habilidade a menos que se lhe dê oportunidade para aplicar os ensinamentos ministrados. Sob a orientação do instrutor, ele deverá repetir o mecanismo de um determinado movimento tantas vezes quantas forem necessárias para que este se torne uma segunda natureza. A crítica construtiva, feita pelo instrutor ou pelo monitor, nessa fase da instrução, eliminará a tendência natural para os maus hábitos, produtores de erros no mecanismo da ação, causados pelos mal-entendidos ou por uma execução defeituosa.

Na aplicação, o instrutor deverá ter em mente as vantagens em estimular a competição entre os instruídos com o objetivo de melhorar o padrão de eficiência do seu grupo de instrução.

C — VERIFICAÇÃO

A finalidade da verificação é dupla:

- a) por meio dela são revistas as partes essenciais da instrução;
- b) por seu intermédio o instrutor poderá verificar, acuradamente, os efeitos dos esforços que realizou, determinando o grau de compreensão dos seus instruídos.

A verificação poderá ser realizada de diferentes maneiras, — interrogatórios, pequenos trabalhos escritos ou pela execução.

Na instrução de combate, raramente haverá tempo para realizar um interrogatório. De preferência, deve-se determinar uma verificação *pela execução*, o que encorajará o instruendo a realizar o máximo de seus esforços. O grande benefício dessa forma de verificação, repousa no fato de exigir-se que o instruendo aplique ensinamentos fundamentais nas situações de combate. Quanto mais cuidado tiver o instrutor na organização da verificação, tanto mais real parecerá a situação simulada.

D — Competirá sempre ao instrutor dizer algumas palavras no final de qualquer instrução.

As observações formuladas após a conclusão de um exercício tático ou de uma verificação de instrução, denomina-se "Crítica". Será ela uma rápida análise do que foi realizado, ressaltando-se as falhas mais prejudiciais e apontando-se os meios ou os processos de atenuá-las ou de eliminá-las, caracterizando-se os esforços bem sucedidos e os ensinamentos bem assimilados. A "crítica" é uma das fases da instrução e, como tal, deve satisfazer às necessidades de simplicidade, nitidez, objetividade e, acima de tudo, deve ter o caráter de *ensinamento*.

No final de uma sessão de instrução, quando se quiser ressaltar os ensinamentos mais importantes e a sua valia, deve-se fazer um "Resumo dos ensinamentos". *Resumo...* e não *repetição* da instrução...

Nenhuma instrução será completa enquanto o instrutor não der a cada instruendo a oportunidade de esclarecer suas dúvidas a respeito do que, mais tarde, ele será obrigado a executar na instrução ou no combate.

Uma falta comum, por parte dos instrutores, reside no fato de a sua preparação visa apenas as necessidades imediatas e não uma preparação sólida que os habilite a dar razões profundas que justifiquem os métodos e os processos aplicados. Se as perguntas não forem respondidas, se as dúvidas não forem esclarecidas ou se as respostas e esclarecimentos forem despidos de convicção, os resultados individuais ou de todo um grupo serão muito menores, quicá, nulos.

PROCESSOS DE INSTRUÇÃO

1 — Dentre os diversos processos de instrução largamente utilizados no ensino militar, apresentamos alguns, expondo como utilizá-los.

A — **LEITURA** (discurso ou palestra metódica):

a) seu sucesso depende:

1 — Da natureza do assunto a ensinar.

- 2 — Da personalidade do instrutor.
- 3 — Da brevidade da exposição.
- 4 — Do uso de gráficos, quadros ou outros acessórios eficazes.
- b) Fases a seguir na sua aplicação:
 - 1 — Preparação.
 - 2 — Apresentação.
 - 3 — Demonstração (se fôr o caso).
 - 4 — Aplicação (referência à)
 - 5 — Interrogatório (se necessário)
 - 6 — Resumo dos ensinamentos (se fôr o caso)

B — DISCUSSÃO DIRIGIDA (intercâmbio de idéias)

- a) Seu sucesso depende:
 - 1 — Da habilidade do instrutor em antecipar-se às perguntas e em apresentar razões ponderáveis.
 - 2 — Da familiaridade da turma com o assunto a ministrar.
 - 3 — Do sentimento dos valores por parte do instrutor.
 - 4 — Da habilidade do instrutor em provocar e dirigir a discussão.
- b) Fases a seguir na sua aplicação:
 - 1 — Preparação (instrutor e instruendos)
 - 2 — Apresentação.
 - 3 — Demonstração (se fôr necessário).
 - 4 — Aplicação (referência à situações definidas).
 - 5 — Verificação ou interrogatório (se fôr o caso).
 - 6 — Crítica ou resumo dos ensinamentos.

C — DEMONSTRAÇÃO (exibição perfeita de um mecanismo qualquer):

- a) Seu sucesso depende:
 - 1 — Da apresentação inicial, completa.
 - 2 — Do grau de realidade exibido.
 - 3 — De uma preparação bem ensaiada (busca da perfeição).
 - 4 — Da sua simplicidade e justeza.
- b) Fases a seguir na sua aplicação:
 - 1 — Preparação (instrutor e pessoal utilizado).
 - 2 — Apresentação (instrutor)
 - 3 — Demonstração.
 - 4 — Aplicação (referência à)
 - 5 — Verificação (se fôr o caso).
 - 6 — Crítica ou Resumo dos ensinamentos (sempre necessários).

D — *OFICINAS* (Descentralização do ensino e centralização do controle).

- a) Seus sucesso depende:
- 1 — Da eficiência de cada fase de aplicação.
 - 2 — Da seleção do local.
 - 3 — Da preparação dos monitores.
 - 4 — Da audibilidade e da visibilidade no recinto.
- b) Fases a seguir na sua aplicação:
- 1 — Preparação (instrutor e monitores).
 - 2 — Apresentação (instrutor e monitores).
 - 3 — Demonstrações (mecanismo correto).
 - 4 — Demonstração (erros comuns).
 - 5 — Imitação (instruendos) (mecanismo correto).
 - 6 — Correção dos erros (instrutor e monitores).

E — *INSTRUENDO-MONITOR* (Ensino por pares de instruendos entre si. Estimula o *pensar e fazer*).

- a) Seu sucesso depende:
- 1 — Da seqüência das fases, na aplicação.
 - 2 — Da manutenção da camaradagem e do respeito mútuo.
 - 3 — Da brevidade de cada fase.
 - 4 — Da habilidade do instrutor em criar o espírito de competição.
- b) Fases a seguir no sua aplicação:
- 1 — Apresentação (instrutor).
 - 2 — Demonstração (mecanismo correto) (instrutor e monitores).
 - 3 — Demonstração (erros comuns).
 - 4 — Apresentação (instruendo-monitor).
 - 5 — Execução (instruendo-monitor).
 - 6 — Aplicação (instruendo).
 - 7 — Correção dos erros (instruendo-monitor).
 - 8 — Correção dos erros dos instruendos-monitores (instrutor e monitores).
 - 9 — Inversão das funções (instruendo-monitor e instruendo).

EM RESUMO...

- 1 — Domine o seu medo... Converse, não faça oratória... Vá direto ao assunto, não crie *dificuldades*... Todo indivíduo é capaz de aprender, quando *se quer ensinar*...

- 2 — *Transmita* o que sabe, utilizando todos os meios ao alcance: *Interprete* o seu papel lançando mão da VOZ, da ATITUDE, do OLHAR e da LINGUAGEM... Tenha FÉ no que diz e será acreditado. Não "se afobe" nem se irrite... O progresso deve ser lento e contínuo, para ser profícuo.
- 3 — Nunca disfarce para encobrir falta de conhecimentos... Conquanto se espere que o instrutor conheça perfeitamente o assunto que ministra, poderão surgir perguntas trazendo à lume aspectos imprevistos... Se não puder responder, admita o fato, procure a resposta correta e exponha-a aos instruendos o mais cedo possível.
- 4 — Evite a blasfêmia e a obscenidade. Seu uso freqüente traz como resultado a perda de dignidade e de respeito da turma o que dificilmente será reconquistado.
- 5 — Nunca utilize o sarcasmo ou o ridículo. Já que o instruendo não pode replicar da mesma forma, seu ressentimento cresce. Quando um indivíduo está ressentido, sua mente está fechada para receber qualquer ensinamento.
- 6 — Nunca fale *por cima* da turma. Lembre-se que somos da mesma massa. Os instruendos devem sentir, não que o instrutor tem mais inteligência mas, que ele se sente afortunado em ter adquirido conhecimentos e experiências e que as deseja difundir entre os companheiros de sua profissão.

A CAÇULA!!!

A casa das roupinhas originais! Façam realçar a graça de seus filhos com as roupinhas da A CAÇULA

A CAÇULA

Rua Arquias Cordeiro n.º 369 — Meyer

Rua da Matriz n.º 519 — Vila Merity

Rua Sampaio Ferráz n.º 8 — B — Estácio de Sá

Casa Popular

PREÇOS BARATOS SEM COMPETIDORES-VENDAS A VAREJO

Completo sortimento de Tecidos de Sedas e Algodão. Artigos finos para presentes, Armarinhos, Calçados para homens e Senhoras, Chapéus Cury e Ramenzoni e de sol, Perfumarias, Louças e Vidros, Ferragens, etc. — Endereço Telegráfico: "ATTA"

ATTA J. NEDER

Rua 28 — Telefone, 58 — TRÊS CORAÇÕES — MINAS

Cooperação Artilharia - Cavalaria

(Major Hal D. Steward)

(DO CAVALRY JOURNAL)

Tradução do Ten.-Cel. FRANCO FERREIRA, da EAO

Cada cavaleriano da "PRIMEIRA DIVISÃO DE CAVALARIA" estava habituado a ver as peças de artilharia como suas próprias armas especiais e, em seus corações havia também lugar reservado para os tratores da sua A. D. E eles sabiam que tinham razões de sobra para isso.

Quando nas ásperas montanhas do Oeste de LEYTE, tornou-se impossível o uso de caminhões para transportar suprimentos para os Reg. de Cavalaria combatentes, lançou-se mão imediatamente dos tratores da A. D. para tal serviço, pois, foram os únicos capazes de carrear até à linha de frente os recursos vitais de que necessitavam os combatentes, navegando através do mar de lama em que abundantes chuvas haviam transformado as estradas e caminhos.

Os observadores avançados dos Grupos atuavam muitas vezes como simples atiradores na linha de frente e como tal eram recebidos pelos cavalerianos, com quem comiam, dormiam e viviam, em fim, durante o decorrer de cada operação.

Nos pesados combates de LUZON, nas Filipinas, os aviões de ligação da artilharia foram usados freqüentes vezes para fazer silenciar a Artilharia Japonesa. Os japoneses respeitavam e temiam terrivelmente esses pequenos aeroplanos cujo ruído era gostosamente ouvido quando sobrevoavam os elementos da linha de frente.

Tal cooperação entre a Art. e os combatentes do 1.º escalão muito contribuiu par melhorar a eficiência combativa de vários grupamentos de combate. Cada unidade tratou de cultivar o mútuo respeito pelas demais, resultando em vitoriosos e gloriosos grupamentos táticos.

O terreno de beyte, disse o Gen. Bda. REX E CHANDLER, primeiro comandante da Artilharia Divisionária, sempre foi: "O pesadelo do Artilheiro de Campanha", entretanto, durante todas as

operações nunca tal terreno hostil pôde constituir motivo para impossibilitar os Grupos de Art. de entrar em ação contra o inimigo. E a tropa apoiada por tais grupos tomava sentido dessa eficiência que não só lhe aumentava a confiança como também lhe mantinha em alto nível o moral.

É preciso que cada grande comando verifique a existência de semelhante respeito e confiança entre as unidades de comando, se espera ser recompensado na batalha.

OFICINAS

MECÂNICA — METALÚRGICA — GALVANICA

Reparações — Consertos

GRANDE E PERFEITA CROMAGEM

MEGA & CIA LTDA.

AVENIDA MUM DE SÁ, 31 — TEL. 22-1403

CROMAGENS — DOURAÇÃO — PRATEAÇÃO BRONZEACÃO —

OXIDAÇÃO — ESTILO DIVERSOS

Niquelagem com banhos de espessura.

PRODUTOS DE PETRÓLEO



Temos para com os nossos clientes o dever de orientá-los na escolha do tipo de combustível ou lubrificante indicado para cada caso. Consulte nosso Departamento de Serviços Técnicos sobre o seu problema.

SHELL - MEX BRAZIL LIMITED

UMA SUGESTÃO...

Pelo Major Paulo E. F. da Silva

Desde 1935, quando cursávamos a Escola de Cavalaria, vimos pensando no assunto que ora focalizamos.

Nessa ocasião, como alunos, meditávamos nos "segredos" dos trabalhos apresentados pelos nossos instrutores. Olhávamos curiosos e admirados, anciosos por saber a maneira por que eles haviam "imaginado" aqueles temas, que tanto trabalho e preocupações nos causavam. Como haviam sido montados? a que arte correspondiam? que condições deviam satisfazer? Infelizmente o curso terminou e essas interrogações ficaram de pé. Com o nosso "diploma" saímos, cada um, a destino, com novas possibilidades, é verdade, mas levando no espírito aquela dolorosa dúvida — O QUE FAREMOS SE TAREFA IDÊNTICA NOS COUBER? O Curso da Escola de Armas, nesse particular, tinha sido omisso.

Passamos, anos depois, pela E.E.M., como alunos e, também como instrutores. Sentimos o mesmo problema, a mesma deficiência. E agora mais ponderável, dadas as tarefas do futuro oficial de Estado Maior.

Quantas vezes, servindo nas Regiões Militares, ou G.U., a elas pertencentes, tivemos o encargo de, representantes do Comando, assistir e julgar dos trabalhos apresentados durante o ano de instrução. O primeiro passo representava a apreciação da "montagem" do exercício, isto é, a verificação da organização do "tema" que serviria de base aos trabalhos. Mas como julgar de uma coisa para nós certo modo estranha? Quem poderá, com segurança, aquilatar do valor de uma obra sem conhecê-la a fundo? sem saber como foi feita e, sobretudo, de suas finalidades. A consequência era inevitável. Surgiam as apreciações vagas, sem objetividade, procurando, através idéias gerais, caracterizar um problema bem particular. Sentíamos-nos constrangidos, deficientes e, o mais grave, sem uma culpa integral. Tudo era decorrente da formação incompleta na E.E.M..

A nossa sugestão — apresentamo-la — diz respeito justamente àquela deficiência. Pensamos que, desde os bancos escolares, na E. Militar, seria interessante que os oficiais

instrutores mostrassem aos cadetes como tinham organizado os exercícios do pequeno escalão em que os alunos seriam chamados a agir, como comandantes do G.C. ou Pelotão. Desta forma, quando saíssem aspirantes, muito embora ao Capitão Cmt. da sub. unidade caiba a tarefa de preparar os exercícios no seu escalão, ficariam os subalternos com maior capacidade de realização, na execução dos problemas no âmbito de sua fração.

As vezes mesmo, para certas categorias de exercícios, o Capitão poderia imaginar o quadro geral, no qual os pelotões iriam trabalhar e aos tenentes caberia "preparar" minuciosamente as suas partes.

Parece, à primeira vista, um tanto aleatório essa exigência. Lembremo-nos porém, do seguinte: um exercício de combate só tem valor se o ambiente em que ele se desenrola é tão próximo quanto possível da realidade. Mesmo em se tratando da instrução de um G.C., em qualquer situação da vida em campanha, o quadro geral em que se vai realizar deve ser verosímil. A montagem pois exige cuidado e imaginação.

Passando agora para o nível da Escola de Armas, onde o oficial recebe os conhecimentos destinados ao seu aperfeiçoamento, habilitando-o também para o comando de unidades do escalão superior, sentimos maior essa necessidade.

As unidades das Armas — R.I. ou R.C., Grupo de Art., etc., —, jamais participarão de situações táticas completamente isoladas no campo da luta. Viverão, ao contrário enquadras nas operações de um escalão superior. De qualquer modo, porém, é necessário compreendermos bem esse enquadramento e, sobretudo, sabermos caracterizar o problema.

Se quizermos levar a questão para o campo pedagógico, ainda mais interessante se torna. Quanta dificuldade nas Escolas para o recrutamento de seus Instrutores. E porque? via de regra, o oficial solicitado nesse sentido, com as exceções naturais, vê diante de si o problema da organização dos temas através dos quais ministrará os ensinamentos prescritos pela Direção de Ensino. Vejamos o que faz: o mais comum é vermos esse oficial procurar os "mementos", os temas dos anos anteriores, *parecidos* com o que ele necessita. Com algumas adaptações — *sempre perigosas* — prepara o "seu" tema. O amor próprio mal compreendido, a vaidade humana outras vezes, induzem-no à situações bastantes delicadas. Qual a razão? muito simplesmente porque o tema modelo havia sido imaginado por um oficial de determinado temperamento e que tinha em vista certas características. Como será possí-

vel a outro oficial, de temperamento diverso, sentir as mesmas coisas?

Chega o momento da execução do trabalho assim montado. A discussão começa. Eis porém, que no decurso dela surgem certas dúvidas ou questões que o novo "autor" do tema não havia cogitado. Situação delicada e difícil. Quantos sabores poderá trazer... Tudo porque o "novato" não tinha a base suficiente e indispensável para enfrentar uma turma.

Procura-se hoje solucionar o problema de uma maneira diferente. Aceitam-se oficiais estagiários. Ficam estes como *observadores* junto aos velhos *instrutores*. Após um certo período serão julgados "aptos". Não há dúvida. É uma solução. Mas, e o tempo que se perde? E ainda mais, às vezes o período de adaptação não pode ou não é esperado. Então o novo instrutor entra em fogo arrostando as conseqüências dos imprevistos, dos perigos e, o que é mais sério na sua carreira de professor, o conceito dos alunos...

Afinal, vejamos uma segunda consideração, muito discutida. Qualquer oficial pode ser instrutor de uma Escola? As opiniões são discordantes. Uns se apegam ao que diz o nosso Estatuto Básico: qualquer oficial deve poder transmitir tudo aquilo que de sua profissão se exige. Respondemos nós: mas como transmitir aquilo que não se aprendeu? Os conhecimentos não se improvisam.

Outros dizem não. É uma questão de pendor natural. De aptidão pessoal. Dizem até: o general já nasce com o soldado...

Recordemos uma passagem dos tempos da Escola Militar. Um colega, que desfrutava grande admiração entre os companheiros pela sua brilhante inteligência, foi certa vez solicitado no sentido de solucionar algumas questões de matemática elementar. Começa a *explicação*. Escoam-se 2 horas. Terminada essa, exclamam todos: nosso problema é de aritmética e não de cálculo integral; nada entendemos do que você disse até agora. No meio da "roda" havia um outro colega, tido como de inteligência mediana, e que jamais havia sido consultado. Pediu a palavra e, em meia hora somente, resolveu a questão com tanta simplicidade e clareza que "abafou". Conseqüência: tomou o lugar de líder que pertencera ao outro. Só porque tinha "GEITO" para professor.

O pendor resulta de uma série de qualidades tais como, facilidade de expressão, lógica, convicção, etc., em número pois muito grande para se encontrar em qualquer oficial. Al-

gumas delas, cujo valor é indiscutível, como a flexibilidade de raciocínio e a lógica, são frutos da prática. *O bom instrutor não pode ser improvisado.*

A presença de espírito então, só por si representa uma arma nas mãos do instrutor para se garantir contra os imprevistos e que lhe dá a autoridade moral nas discussões escolares.

Concluindo essas considerações, reafirmamos nossa sugestão: porque não intruduzirmos nos cursos de nossas escolas de aperfeiçoamentos de oficiais êsse complemento indispensável — *o trabalho de organização dos temas?*

ERRATA DO ARTIGO:

«Como elaborar um tema tático», numero de Julho

Paginas	linhas	Onde se lê:	Leia-se:
103	9	facilidade	felicidade
"	24	continuando	continuado
104	14	raciocinio	raciocínio
"	25	regolamento	regulamento
"	41	foroma	forma
106	27	—	Acréscense-se depois de precisamos: "dispor de uma rede de estradas capôs de permitir movimentos fáceis seja..."
106	35 e 36	—	Invertê-las.
108	13	façamos	façamos
"	40	recebemo-la	concebêmo-la
"	21	carateristicos	características
109	18	reusão	reunião
111	23	um pontilhão	num pontilhão.
112	4	Fuassú	Guassú
"	9	norte	corde
115	40	são	será
"	"	precisos	preciso
116	32	imaginação de	imaginação e

“O Cretino do Instrutor”

Técnica de apresentação na plataforma.

Major Victor Hugo de Alencar Cabral

Instrutor da E. A. O.

Alguma prática na árdua tarefa de instruir, ao par de um curso especializado que assistimos na E. E. M. A., levou-nos a escrever o que se segue, motivados pelo interesse de prestarmos um serviço útil aos Camaradas, alguns dos quais nomeados instrutores sem o esperar, mas ciosos de bem cumprirem as ordens que receberam lançaram-se a missão sem uma orientação prévia, sem um teste de habilitação indispensável. Aí estão algumas observações, daquilo que todos nós sentimos, quer como instrutores, quer como alunos.

A matéria é bem antiga e o único mérito do trabalho é o de dizermos aquilo que teríamos gostado de saber quando iniciamos a tremenda tarefa de instruir.

O ATO DE FALAR

Tanto quanto possível, o instrutor deve dar à sua aula um *aspecto de conversação*; isto faz com que os alunos se coloquem no mesmo nível em que se encontra o instrutor, ganhem confiança e aceitem seus ensinamentos, sem o cunho de uma imposição.

O tom de voz deve ser claro. Nada mais incômodo para o aluno do que um esforço que faz para ouvir bem o instrutor.

Falar com a velocidade que permita bom entendimento. Considerar que, à proporção que os alunos não vão entendendo, cansam, pelo esforço para compreender, e acabam por desinteressar-se por completo.

Não falar com a boca fechada. Articular bem e livremente as palavras. Fazer o emprêgo conveniente dos órgãos bucais.

Procurar ter boa dicção pronunciando tôdas as sílabas das palavras; elas devem ser emitidas inteiras e claramente.

O tom de voz não deve ser lento, monótono, evitando-se que as palavras sejam lançadas como “gotas d’água”, enervantemente sobre-carregando a atenção nervosa dos alunos.

O tom de voz deve ser incisivo, dinâmico, animado. Nada de esmorecimento.

Fazer pausas na passagem de um assunto para outro; elas servem de advertência para estas mudanças. É desagradável ao aluno descobrir que o assunto já é outro, bem diferente, daquele que anteriormente ele vinha seguindo. Ele se sente como que perdido, em confusão; com grande esforço ele reencontrará o fio da meada perdendo talvez muito assunto útil nesta fase de transição.

A pausa serve também de aviso para ressaltar um ponto importante. Ela também é útil para fazer a turma voltar ao ritmo normal da aula depois do relaxamento provocado por uma nota de bom humor.

Tanto quanto possível, deve ser empregada a terminologia militar, familiar aos alunos. Para cada assunto, deve corresponder o modo de falar; por exemplo: se se deseja insultar faz-se uso naturalmente de expressões pouco lisonjeiras, pesada. Observar também que o vocabulário particular é, em geral, muito pequeno. O hábito da leitura é um bom meio de sanar esta deficiência. A leitura de dois a três livros, por mês, mesmo sobre assunto diverso, constitui boa ajuda para aquisição de vocabulário e idéias. A leitura deve ser feita em voz alta para melhorar igualmente a dicção.

O emprêgo do "*eu*" é mérito pessoal e cria antagonismo; faz com que o instrutor fique num plano e os alunos noutro. Nada mais ridículo do que o indivíduo que falando a outros está constantemente, fazendo referência ao seu "*eu*": *eu* fiz isto, *eu* faço aquilo; em geral é indivíduo que nada faz. É sempre simpático atribuir-se qualquer coisa também aos outros.

O "*vós*", se bem que, em menor escala, também faz diferenciações.

O "*nós*", derruba barreiras entre instrutor e alunos; contribui para um nivelamento de boa vontade recíproca; dá uma idéia de cooperação de trabalho em team, de uma divisão de responsabilidades, das quais o instrutor não jogará, mas dará aos alunos a sensação de compartilhá-las, de ser alguma coisa no final das contas.

AUXÍLIOS FISCOS: —

Em geral, o instrutor, quando fala, está correndo os olhos toda a turma; se notar um aluno desatento, fixa o olhar no mesmo e passa a falar voltado para ele; isto é um bom meio de chamar a atenção.

A gesticulação exagerada destrói a atenção. Ela deve ser empregada para ressaltar certos assuntos. O gesto não deve ser banalizado, uniforme, sempre o mesmo e muito repetido.

Deve ser variado e significativo. Como o linguajar, o gesto deve ser específico; um murro de u'a mão fechada na palma da outra mão dá bem a idéia de um choque; um movimento semi-circular de um braço, tentando abarcar um objeto à frente, dá bem a idéia de um envolvimento, etc., etc. Se o instrutor, na plataforma, se inclina para frente, ele como que procura uma aproximação com a turma; e

esta naturalmente irá ao seu encontro neste intento. Neste particular o instrutor deve ser um artista. Conhecemos um, ótimo instrutor, que no assunto é simplesmente fantástico. Suas aulas são perfeitamente compreendidas.

Seus resultados são magníficos. No entanto é indivíduo de poucas palavras mas de gestos largos. Quando nas suas aulas de informação ele afirma que : "O inimigo póde...." e gesticula como lendo n'uma bola de cristal, todos os seus alunos experimentam a impressão de que estão face a um indiano douto em ciências ocultas, capaz realmente de ler o que o inimigo pensa fazer. Numa aula de tática, o mesmo instrutor, é capaz de fazer toda a turma vibrar como em face a uma realidade : a progressão das colunas, através do terreno ondulado, ou infiltrando-se por arvoredos, uma penetração, um envolvimento, a conquista de um objetivo tudo isto é sentido através de gestos apropriados.

Um oficial moço, bastante inteligente, tem o dom de dar sabôr a qualquer anedota pela sua gesticulação apropriada; as desditas de um recruta em vésperas de uma parada, é alguma coisa notável contadas e teatralizadas por aquêle oficial; ao nosso vêr a sua propensão para instrutor é extraordinária.

O movimento inspira confiança; ele dá a impressão de que o instrutor é senhor da situação. Todo o trabalho de preparação deve ter em vista a consecução de uma boa atitude na plataforma, isto é, uma posição de desembaraço e liberdade, isento de concentrações de dúvidas, de receios, de avanços e recuos.

O instrutor não deve ser formalístico; ele deve permitir uma certa intimidade, sem, contudo, perder a sua compostura.

Ele não deve ficar parado na plataforma, porque assim não fará uso dos meios técnicos de apresentação. Póde-se argumentar que, andando o instrutor, distrai os alunos; isto só poderá acontecer se ele não fizer bom uso das ajudas. Se ele se colocar atrás de uma mesa e falar sem um gesto, sem um movimento, ele estará fazendo o papel de um "pastor", pregando enfadonhamente a suas "ovelhas"; não estará dando aula; ele estará fazendo um sermão.

Por outro lado, o instrutor não deve "dar saltos em altura" nem ter atitude de "ring". Ele deve passear pela plataforma, avançar e recuar comedido. Deve falar e passear pausada e compassadamente, parando para salientar os pontos importantes; esta parada no andar tem os efeitos da pausa no falar. Por fim, andando, o instrutor poderá verificar a atenção dos alunos; se ela fôr perfeita, os alunos ficam todo tempo acompanhando o instrutor, com a vista e movimento de cabeça. Contudo, cuidado para não servir de bola de uma partida de tênis movimentada, em que a assistência acaba com torcicolos.

Se o instrutor se apoia numa mesa, na parede com esmorecimento, está claro que os alunos o acompanharão neste relaxamento.

Se ele cruzar os braços e falar sem cessar, numa imobilidade absoluta, a aspereza e monotonia da atitude cansarão os alunos e estes se desinteressarão dentro em pouco.

Os instrutores devem ter atitude, fazer com que os alunos procurem ouvi-lo cada vez mais. Se alguém estiver quasi dormindo, o instrutor deve dirigir a sua palavra a esse alguém, procurando despertar-lhe a atenção.

O instrutor deve ser um entusiasmado, um "crente" no seu assunto. Se ele estiver encarregado de falar sobre um pedaço de madeira tosco e escalavrado, ele deve descrevê-lo com convicção, como sendo um objeto de arte, um trabalho admirável de tórno, um modelo de paciência, um pedaço de madeira mais preciosa do mundo. O entusiasmo do aluno é proporcional ao do instrutor. Se numa instrução de transmissões, por exemplo, o instrutor começar justificando que o assunto é monótono, maçudo, coisa de idiota, passatempo de colecionador de parafusos e pedaços de fios, está claro que a receptividade e aceitação dos alunos já diminuiram de 90%; se, ao contrário, ele entusiasmaticamente afirmar que as transmissões são essenciais ao comando, que são os nervos do organismo em guerra, então tudo se modificará. O mesmo caso da instrução sobre suprimento; deixada como coisa de "contadores" ela é naturalmente depreciada. Mas se, de início, o instrutor declara que "reabastecimento é moral, que um homem bem alimentado, sadio e remuniciado tem lógica e logisticamente moral", ou "o general que não preparar bem seu reabastecimento, seja embora superior a César, não será herói por muito tempo", convenhamos que o assunto despertará interesse e conseqüentemente entusiasmo aos alunos.

"Mesmo que de graduação inferior à turma, o instrutor entusiasmado se imporá; a tendência de colocar instrutores antigos, mais graduados, para se portarem como oráculos, indiscutíveis, não convincentes é a mais maléfica possível".

O assunto mais árido pode ser transformado em agradável e interessante pelo bom instrutor; este deve antes de tudo acreditar no que vai dizer.

Nada mais desairoso do que uma posição relaxada, anti-militar, movimentos lerdos, indecisos. O instrutor, sem exageros, poderá manter uma atitude militar, sem ser uma posição rígida de sentido, uma atitude viril, sem ser de um campeão barato, numa posição correta, sem faltar a camaradagem. A mão no bolso, desde que não seja constante, tem a virtude de evitar o exagêro de gestos.

Há, pois, uma relatividade: nem todo tempo parado, de mãos no bolso ou braços cruzados, nem gestos de polichinelo; a virtude estará no meio termo.

Exemplo de uma postura : o instrutor deve esperar pela turma na sala; não esperá-la, contudo, sentado na mesa, relaxadamente; está claro que a turma começará a aula imitando o instrutor.

A ênfase salienta os pontos importantes. Como os anteriores auxílios, ela facilita muito a compreensão.

Uma nota de bom humor é recomendável quando o assunto é árido ou quando ele provoca uma tensão muito forte.

Tivemos um instrutor que sabia dosar bem o humorismo. De uma feita, ao iniciar uma aula após o almoço com uma seriedade especial que lhe é peculiar declarou que invejava seu alunos..... porque estes poderiam dormir, liberdade que a situação de instrutor não lhe permitia; com uma boa gargalhada, preparou a turma para aturá-lo por uma hora. Também conservou o seu bom humor, compreendeu a turma, quando noutra sessão, falando sobre "*reservas*" afirmou que o comando devia considerar muito o binômio : — grosso-reservas; percebendo um dorminhoco, perguntou-lhe qual era o binômio e aquele ouvindo somente a palavra binômio, ligando-a ao nome Newton do instrutor não teve dúvidas e respondeu convicto : $(a + b)^n$; neste caso não houve revolta do instrutor, ele não se sentiu desconsiderado; pelo contrário, dêste simples acidente ele cativou a turma para todo o resto da sua aula.

ATITUDE

É preciso que o instrutor tenha em mente que pela atitude ele recebe um grau ou classificação dos seus alunos. Ele será considerado :

- um cretino;
- um boa vida;
- um bom instrutor.

O instrutor deve apresentar-se na plataforma naturalmente, de acordo com as suas tendências próprias. Nada de atitudes forçadas. Si formalístico no início, deve se manter sem alterações.

Nada mais ridículo que um indivíduo que não tem propensões a engraçado, metido a espirituoso; o seu bom humor é desenxabido, grotesco, sem sal.

O instrutor deve ser camarada e sincero.

Depois de ter conseguido o interesse dos alunos é que pode ser engraçado, bem humorado ou ao contrário, formalizado.

Se não tem bom humor, deve cultivá-lo sem contudo forçar a sua natureza própria.

Não faça humorismo com o erro de um aluno; isto longe de uma correção provocará uma revolta; inicialmente apoie o "errado" e sutilmente corrija-o, tendo antes o trabalho de inspirar-lhe confiança para que assim ele receba melhor a correção.

Nada mais embaraçoso para o instrutor do que contar de início com a má vontade da turma. Cultivar a camaradagem a todo momento é dever do instrutor. Ao apresentar um trabalho, deve fazê-lo com atitude amigável, com a aparência de quem quer verificar os progressos da turma ou verificar se foi compreendido nas suas aulas; não apresentar um trabalho de modo estúpido, como um pedido de satisfação.

Tôda reprimenda deve ser feita com habilidade; a um aluno que está lendo um jornal, o instrutor dirigindo-se de modo geral dirá: "Certo, o jornal tem boas e importantes notícias, mas eu desejava atenção para ponto interessante, um ponto de exame, que vou tratar agora". Evitar pois qualquer atitude agressiva.
É muito difícil conseguir a simpatia mas é facilimo perdê-la.

Ultrapassar o sinal de fim de aula é motivo para perder a simpatia;

O instrutor deve ser amigo, mas de modo geral; cuidado em não revelar preferências.

Por outro lado, o instrutor não deve ir aos extremos da camaradagem, da intimidade; isto faz perder a confiança.

Se notar falta de atenção, se alguém estiver contando a última anedota, se um outro lê um jornal, é dizer: "Muito bem, o jornal é importante mas eu quero dizer algo interessante para vocês"; isto será de mais efeito que repreender: "Fulano, faça-me o favor de guardar o jornal". Ter em mente, pois, que o instrutor sendo camarada, algumas vezes sentirá a necessidade e tem o dever de ser severo.

ORAÇÃO

A sentença de abertura deve traduzir uma idéia capital; em geral ela encerra a finalidade da aula. Ela deve despertar o interesse. Poderá ser repetida no decorrer da aula, muitas vezes como traço de união entre os diversos pontos da conversa.

O instrutor deve ter a preocupação de bem impressionar os alunos. Para isto lançar mão de muito material e tanto quanto possível original. O instrutor deve dar a impressão de que sabe mais que os alunos. Deve ter cuidado com a linguagem, maxime na apresentação. Não deve tocar em assuntos de que não sejam senhores. É o caso daquele instrutor que falando sobre organização de uma unidade combatente, afirmou que ela era apoiada por uma outra de serviço, de manutenção, de valor 5 vezes maior que a primeira; gerou a desconfiança, naturalmente; ele esqueceu ou não soube mostrar, que aquela organização tão grande de serviço, prestava assistência a várias organizações pequenas de combate; que ela não era de uso exclusivo de uma, mas de várias; mas que para prestar tal ajuda, ela precisava ter no mínimo, aquêlê vulto. O instrutor deve fazer uma pergunta de quando

em quando para verificar o estado de apreensão dos alunos e para assentar idéia.

Deve permitir que o aluno sugira; isto constitui um material muito interessante na ajuda, para melhorar a compreensão.

As vezes uma discussão ou conversa num intervalo de aula poderá fornecer material para um novo jôgo, que leve a uma melhor compreensão do assunto.

Outras vezes, na própria plataforma pode surgir uma idéia, que deve ser burilada, que deve ser comprovada com casos concretos, que deve ser bem fundamentada.

É o caso do instrutor de transportes aéreos, que tendo na sua turma um oficial aluno que servira numa unidade de transporte, expôs suas idéias gerais e não se acanhou em pedir ao referido aluno que apresentasse as suas impressões, da plataforma, os demais companheiros.

Sobre o tamanho das frases, o instrutor deve ter em mente a leitura de um livro de períodos longos; em geral o leitor finda a leitura volta atrás, relê, para assim ter idéia do que queria dizer o escritor. Este recurso de voltar atrás, de relêr, não pôde ser utilizado pelo aluno que ouve uma aula; si o instrutor emite uma frase muito longa, o aluno reúne o final e não tem meios memoriais para recompôr aquela frase; e assim ele perde o essencial, isto é, o sentido daquela falação toda. Então é aconselhável, o uso de frases curtas, pausadas, bem intercaladas; cabe ainda ao instrutor, repetir certos assuntos, toda vez que verificar que não foi bem compreendido.

O instrutor pôde fazer paradas, a fim de que os alunos façam perguntas em voz alta ou mentalmente algumas vezes. Em outras palavras, o instrutor deve dar tempo a que os alunos raciocinem um pouco, sobre o que ele vai expondo. Quando um aluno faz uma pergunta, o instrutor deve dar tempo a que os demais tomem conhecimento da pergunta, se voltem para o consulente; isto tem o poder de relaxar atitudes.

Na exposição de uma idéia não se devem fazer rodeios grandes; esta exposição deve ser direta; deve ir ao âmago da questão; devem ser evitadas palavras dúbias ou de difícil acepcão. Nada de figuras de retórica, do revelar capacidade extraordinária de oratória; nada de fazer o bonito como um Cícero ou Ruy Barbosa. Assim para dizer que uma coisa é preta, nada de dizer que há negação absoluta de côr; é dizer simplesmente: isto é preto.

Deve-se ter o cuidado nas transições entre o falar para a turma e o falar num diálogo e vice versa; tudo deve ser feito com suavidade. Estas transições devem ser tanto quanto possível avisadas. A mudança brusca traz confusão para os alunos.

Quando fizer uma citação o instrutor deverá ressaltar a finalidade, a moral da citação. Para provar que a "superioridade aérea

é primordial" poderá citar Montgomery que afirmou "sem a superioridade aérea não teria sido possível a brilhante vitória de "El Alamein". Poderá citar manuais, autoridades, tudo isto tendo em vista documentar ou comprovar a instrução.

A citação não deve ser exagerada tal como fazia um certo instrutor, que para tudo tinha um caso a contar e tal era a profusão de citações que seus alunos, antes da aula, faziam jogo para ver qual o que acertava o número de citações daquele dia.

Nesta questão de citações, o instrutor deve ser perfeitamente honesto; não inventar conceitos que lhe pareçam bonitos e por falta de confiança própria, apadrinhá-los com nomes de grandes autoridades no assunto. Não esquecer aquele orador que a todo momento dizia: "De acôrdo com...", pronunciava um nome extravagante; perguntado depois quem eram aquelas autoridades citadas êle respondia deslavadamente: "São títulos de discos Brunswick".

O emprêgo repetido de certas palavras também tem um efeito desagradável. "Meus senhores", "evidentemente", "não é", "certamente", "justamente" e outras tantas palavras poderão acarretar um batismo inesperado para o instrutor.

E não só palavras isoladas, mas também frases feitas, repetidas constantemente, são muito perigosas. Conhecemos um instrutor que por qualquer motivo êle dirá: "Meus senhores: o nosso método é o Cartesiano, partimos da análise, que nos conduzirá à síntese". Claro, que dito uma vêz, está demonstrado que aquele instrutor tem uma idéia do método. Mas repetidas vêzes, torna-se monótono. Um outro, em qualquer situação que se lhe apresente, êle encontrará sempre um lugarsinho para uma frase que certamente êle julga notável: "Evitemos que os energúmenos cusпам na ânfora dourada das aspirações nacionais".

Casos concretos são muito convenientes, maximé quando se trata de casos vividos.

DIVERSOS

O movimento do instrutor na plataforma é acompanhado por um movimento de cabeça dos alunos. O silêncio, a quietude também é um outro índice para verificação dos efeitos da conferência; quando o instrutor sentir este estado de bonança só duas coisas estarão acontecendo: ou a turma está muito atenta e interessada, ou está dormindo.

A instrução deve estar ao alcance do nível médio da turma.

As ajudas visuais devem ser empregadas oportunamente e convenientemente. Não deverá haver abuso como o de um instrutor que numa única sessão apresentou 35 quadros visuais. Também desconcertante é o apagar e acender de luzes com freqüência quando se

utiliza projetores. Numa certa classe os alunos apostavam qual a luz que se acenderia em primeiro lugar ou qual a que se apagaria por último. O emprêgo de diagramas tanto os de parêde como os impressos para distribuição aos alunos, quebram a monotonia, mas também não devem ser usados intensivamente.

Os filmes não devem ser usados muito longos ou depois de refeições; uma sala escura, depois de um bom almoço, no verão, nada mais sugestivo para uma boa "tôra".

As aulas após as refeições devem ser curtas e de assuntos leves. Não se deve dar trabalho no 1.º tempo da manhã; em geral os alunos não estão bem ambientados e dificilmente raciocinarão em ordem. Durante o dia existem os períodos chamados críticos para provas; são eles: das 7 às 8 horas, porque os alunos não estão bem despertos; das 10,30 às 11,30, por que a fome está acima de qualquer idéia; das 12,30 às 13,30 porque o sono é forte; das 15,30 às 14,30, porque o cansaço já dominou completamente o individuo.

Criar o bom humor, mas ter em conta que enquanto o aluno ri ele não toma nota, tem sua atenção desviada, muito embora tenha se descontraído. Ter cuidado em retomar a atenção do aluno, dando um certo tempo para isto.

O diálogo é a ajuda mais inteligente, mais popular e de grandes resultados; nele, poderão ser dadas informações para trabalhos, pôde ser feito o estudo de uma situação, pôde ser feita uma demonstração sobre determinado assunto, pôde mostrar certos processos de trabalhos, como por exemplo a apresentação da situação por um E. M. ao Cmt., exemplo que permite muita hilaridade; o diálogo serve ainda para o desenvolvimento de uma situação ou para coroar uma situação.

Os participantes devem estar bem a par dos seus papéis; considerar que o militar não é muito bom ator e que por conseguinte deve estudar bem a sua função. Na preparação de um diálogo deve-se ter bem em conta que ele preste tôdas as informações e haja uma boa distribuição do tempo. Especial atenção deve ser prestada aos "acréscimos" ou "improvisos" de certos participantes; algumas vezes porém, acarretam confusões, idéias falsas ou contraditórias. É de boa regra evitar tais enxertos.

O emprêgo de aparteantes é de grande efeito. Tanto que possível devem ser inesperados pela turma. Numa certa escola, um instrutor, oficial da R. A. F. falava sobre certo assunto, quando em meio da classe, foi vivamente aparteado por um oficial aluno, também da R. A. F.. Isto constituiu uma sensação, porque os demais alunos eram em maioria norte-americanos; ficaram à espera de um duelo expetacular; tal efeito tinha sido sábiamente armado de antemão para ressaltar um ensinamento importante; o resultado foi magnífico; relembrando a luta os alunos memorizavam o ensinamento. Outro fato

também foi o que se passou numa instrução de transmissões, tratando de rádio, telegrafia, telefone, etc. Nisto, um cidadão vestido a rigor grita : "Uma mensagem a Garcia"; atravessa a turma, provocando a devida hilaridade, chega a plataforma e entrega ao instrutor um papel; este pede atenção e conclui : "É, eu ia esquecendo o inestimável serviço do *mensageiro*". Desta forma estava bem impressa a idéia que se devia ter sobre este meio de transmissão, que se falado em conjunto com os demais, talvez tivesse passado despercebido da turma.

Estes "*apartes*" exigem uma preparação inteligente, de grandes efeitos, e em tempo oportuno; não devem ser demorados; eles tem por principal finalidade quebrar a tensão nervosa, ou a monotonia de certas instruções.

Os assistentes normalmente ficam na plataforma. Eles dão certas e determinadas partes da instrução. A utilidade deles reside no fato de quebrar um pouco a regularidade do aspecto da plataforma, para os alunos; a mudança de pessoa, a mudança de voz, gesticulação diferente, a técnica diversa de expor, tudo isto constitui novidade benéfica para o aluno. Em geral os assistentes falam sobre assuntos especializados, nos quais são mais experimenatdos que o próprio instrutor. Eles entram em cena nos instantes em que o instrutor achar que "Tudo depende da situação".

Numa sessão de 3 horas poderá ser feita a seguinte dosagem : 2 horas para explanação e 1 para trabalhos : O tempo reservado para trabalhos seja total e continuamente consumido.

N'um período de 7 horas podemos reservar 3 para trabalhos ou no máximo 4.

Estes trabalhos tem a vantagem de elucidar certos pontos e evitar perguntas sem nexos muito freqüentes depois de certo momento e que acarretam perturbações na distribuição do tempo de explanação de certos assuntos. Estas provas devem estimular o raciocínio.

Nas perguntas não se deve colocar o aluno em situação embaraçosa ou desvantajosa, principalmente aquelas que encerram crítica; isto acarreta um mal estar, um deslocamento para o aluno no meio de seus camaradas e uma reação contra o instrutor, de conseqüências desagradáveis.

Contra os dorminhocos o instrutor poderá lançar mão do seguinte recurso : fazer uma pausa e dizer calmamente : "Senhores, vou dizer qualquer coisa que servirá para o nosso próximo trabalho". Os próprios colegas se encarregarão de acordar os que estiverem dormindo. Claro que o abuso dêste recursos terá efeito nulo.

O ponto mais interessante para o instrutor é a psicologia da sala de aula. Em geral os instrutores não sabem como enfrentar os pequenos casos com os alunos. Por exemplo : se os alunos supõem que o instrutor vai fazer uma prova, eles procuram esgotar o tempo

disponível para aquela com perguntas supérfluas. É preciso muita habilidade e dar um fim a esta reação.

Numa turma em que existem oficiais mais antigos ou graduados que o instrutor, a observação de uma falta é um ato pouco aceitável.

Cada instrutor deve ter o seu modo próprio de tratar, em geral resultante de sua experiência. Temos exemplos de instrutores reconhecidamente "carrascos" mas que não se impõem às turmas e de outros patentemente "bondosos" que fácil e curiosamente são obedecidos.

O instrutor deve, em certos casos, dar liberdade de expansão ou manifestação da turma, isto é, deixá-la rir, quando o momento fôr para tal, permitir discussão, quando o assunto comportar, conceder descanso, quando notar que a turma necessita do mesmo. Feita a concessão, o instrutor, pouco depois, procura calmamente fazer a turma voltar ao assunto em questão.

ARTEFATOS DE AÇO

ESPECIALIDADES EM MÓVEIS DE AÇO — SERRALHERIA
— CONSTRUÇÕES METÁLICAS E MECÂNICA EM GERAL

Metalurgica Rex Ltda.

COFRES FORTES, CAIXAS DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA E
COLETORES PARA LIXO

Rua Barão de São Félix, 26 — Tel. 43-1248 — RIO DE JANEIRO

CASA ESPERANÇA

Ferragens finas, Arame, Cimento e Tintas, Materiais de Construção,
Artigos Sanitários, FÁBRICA de Artigos de cimento armado,
Fossas, Caixas D'água, Pias para cozinha, Muros, Gradis,
Gabinetes, etc.

RUA PORTELA, 21 — TELEFONE 29-8985

MADUREIRA

JOÃO SOARES DE FARIA

CAFÉ E BAR "DEMOCRACIA"

Variado sortimento de bebidas nacionais e estrangeiras —
aberto até às 22 horas

Av. Teixeira de Castro, 111 - BONSUCESSO - D. FEDERAL

Serviço de Saúde da Artilharia Divisionária

Pelo Cap. Dr. H. A. MARTINS PEREIRA do S.S.R. da 7.ª R.M.

1 — A Artilharia Divisionária que funciona na Divisão de Infantaria apresenta o seguinte dispositivo:



2 — ORGANIZAÇÃO DO DESTACAMENTO DE SAÚDE DA ARTILHARIA:

A organização do Destacamento de Saúde da Artilharia Divisionária corresponde a organização da própria Divisão da qual faz parte, isto é, apresenta idênticas características.

Existe para cada Grupo uma Equipe de Grupo, além de uma turma de chefia. O E.M. chama "turma de chefia" a seção que atende ao Cmd. de A.D. onde permanece o Chefe de Serviço de Saúde da Unidade.

3 — AÇÃO:

As diferentes formações de saúde agem isoladamente com independência técnica e tática.

4 — SEÇÃO DE COMANDO DO DESTACAMENTO DE SAÚDE:

Instala-se nas proximidades do POSTO DE COMANDO da A.D. O pessoal do serviço de saúde é constituído por 2 oficiais e 7 praças de diferentes especialidades. Dos oficiais, um é o major médico, e o outro, capitão ou tenente dentista. Das praças dois (2) são sargentos, um (1) motorista, um (1) auxiliar de odontologia, um (1) enfermeiro de medicina, um (1) enfermeiro de cirurgia e o último, soldado de fileira.

O transporte dessa seção é realizado em veículos de 3/4 de tonelada e 1/4 de tonelada. Supervisiona todo o serviço de saúde do posto de comando da A.D. e assiste os feridos que surgirem nessa zona por efeito da ação inimiga.

5 — DESTACAMENTO DE SAÚDE DO GRUPO:

a) — *Efetivo:*

- 1 oficial médico (capitão ou 1.º tenente)
- 11 praças das seguintes especialidades:
 - 1 sargento de saúde;
 - 1 cabo de saúde;
 - 1 enfermeiro de medicina (também motorista);
 - 7 enfermeiros de medicina (4, são distribuídos pelas Btas de Tiro e Bta de Serviços);
 - 1 soldado de fileira.

b) — *Viaturas:*

- 1 — 3/4 de tonelada
- 2 — 1/4 de tonelada com reboque

c) — *Funções:*

- 1 — instala um posto de socorro idêntico em organização e funcionamento ao seu similar do Batalhão de Saúde.
- 2 — atende os doentes e feridos do grupo de artilharia engajado em combate.
- 3 — instala-se nas proximidades do Posto de Comando do Grupo, a fim de centralizar a evacuação das diferentes baterias distribuídas pelas frentes de combate.

d) — *Localização:*

- 1 — desenhado (protegido dos fogos inimigos)
- 2 — coberto (ao abrigo da observação inimiga)

- 3 — longe das posições de fogo ou de locais de remunciação, evitando-se as zonas mais visadas pela artilharia e aviação inimigas.

e) — *Funcionamento:*

Os feridos atingidos na área das baterias são socorridos pelo *Enfermeiro de Bateria*, que tem missões semelhantes ao *Enfermeiro de Companhia do Batalhão de Infantaria*. Em seguida, são evacuados para o Posto de Socorro, usando-se nessas evacuações veículos motorizados, porque não há padioleiros nas unidades de Artilharia. Não existem viaturas de saúde nesse setor de combate, portanto o transporte será levado à efeito em veículos comuns, recorrendo-se à improvisação, como ocorreu em tôdas as frentes de batalha da última conflagração mundial. O rádio ou telefone indicará ao médico chefe a localização dos feridos, e este tão prontamente quanto possível, enviará os veículos de que dispõe ($\frac{3}{4}$ ou $\frac{1}{4}$ de tonelada) para realizar o transporte de todos os feridos. No Posto de Socorro serão renovados os curativos e dispensados outros cuidados pelo próprio médico chefe, ajudado pelos seus auxiliares.

Os feridos são convenientemente preparados para uma próxima evacuação, destino à Cia. de Tratamento do Batalhão de Saúde da Divisão de Infantaria. A evacuação dos feridos que transitam pelo Posto de Socorro da Artilharia é realizada de 2 modos:

- a) — empregando-se as viaturas de munição que voltam à retaguarda, vazias, mediante prévio entendimento entre o médico chefe e o comandante do Grupo.
- b) — pelas viaturas da Cia. de Evacuação do Batalhão de Saúde.

6 — **EMPREGO DO PESSOAL DO SERVIÇO DE SAÚDE DA ARTILHARIA:**

Os princípios básicos que orientam as formações de saúde da infantaria são os mesmos que obedecem os elementos de artilharia divisionária:

I) — **GUARNIÇÃO E MARCHAS:**

todo o Serviço de Saúde é assegurado pela chefia do serviço médico e se limita a socorrer os doentes e feridos

acidentais e removê-los para um hospital ou para a retaguarda, de acôrdo com cada caso e urgência do tratamento.

II) — SEÇÃO DE COMANDO:

supervisiona todo o serviço, reforça em pessoal as diversas seções do grupo quando se faz preciso. Abastece em material técnico e comum as referidas seções. Algumas vêzes, poderá ser incluída na cadeia de evacuação, o que ocorrerá em muitos casos especiais.

III) — SEÇÃO DE GRUPO:

acompanha o Grupo de Artilharia ao qual está incorporado. Instala o POSTO DE SOCORRO e põe-se em contato com o ENFERMEIRO DE BATERIA. Convém sempre que possível, localizá-lo nas vizinhanças das estradas, evitando-se os pontos de bifurcação, cruzamentos importantes, pontes, etc., porque êsses locais são constantemente visados pela aviação, e artilharia inimigas. É vital para o Posto de Socorro ter em sua proximidade uma estrada importante por onde possa realizar com segurança e rapidez a evacuação dos seus feridos. Raramente encontra-se perto do Posto de Socorro um similar da infantaria, levando-se em conta que a artilharia, em princípio, age bastante recuada, em relação às tropas de infantaria, as quais presta apoio e cobertura.

IV) — FUNÇÕES DO POSTO DE SOCORRO:

- a) — Renova os curativos
- b) — Prepara as fichas de evacuação dos feridos e doentes
- c) — Agasalha sistematicamente os feridos com mantas.
- d) — Aplica morfina.
- e) — Usa o toxoide tetânico nos feridos recuperados neste posto.
- f) — Imobiliza os fraturados.
- g) — Injeta o plasma.
- h) — Distribue alimentos quentes aos feridos.
- i) — Instala, quando se faz preciso, barraca sanitária, a fim de possibilitar o trabalho em "black-out".
- j) — Evacua os seus feridos diretamente para o P.T.D.

V) — ENFERMEIRO DE BATERIA:

- a) — Nas situações ditas estabilizadas, os enfermeiros de bateria deverão ir, pelo menos uma vez por dia, ao Posto de Socorro, para transmitir informações e receber instruções.
- b) — Atuam nas baterias por onde são alojados e alimentados.
- c) — Aplicam o tratamento médico de emergência.
- d) — Retornam à Seção do Grupo somente quando têm necessidade de repouso ou para treinamento técnico.
- e) — Quando a bateria permanece muito tempo no mesmo lugar, o enfermeiro de bateria, recebe material para instalar um pequeno posto de socorro, onde realiza o tratamento médico de emergência.

BANCO NACIONAL DE DESCONTOS
(SOCIEDADE ANÔNIMA)

50 RUA DA ALFANDEGA, 50

Tels.: 43-3251 — 43-2925 — (Rede)

CAPITAL E RESERVAS — Cr\$ 65.500.000,00

DEPÓSITOS — DESCONTOS — CAUÇÕES

MÓVEIS E TAPEÇARIAS

Completo e variado sortimento de Dormitórios. — Salas de Jantar e Visita. — Móveis Escritórios e Apartamentos — Tapeçarias e Ornamentações

DORFMANN & IRMÃOS

77, Rua do Catete, 79 — Tels: 25-6900 - 25-6923 — Rio de Janeiro

CASA CAVIAR

ANTIGA CASA LEMOS

ESPECIALIDADE EM FRIOS, QUEIJOS, MANTEIGA E FRUTAS
Depositários das melhores marcas de Vinhos — Champagne e Licôres
— nacionais e estrangeiros**C. MARTINEZ & CIA. LTDA.**Rua do Catete, 279 (Junto à Praça Duque de Caxias) — Tel. 25-0294
RIO DE JANEIRO

RAÇÕES DE CAMPANHA

Cap. José J. Camerino

NOTA: As idéias gerais desta colaboração não são exclusivas do autor. Representam o trabalho de cooperação de muitos meses com companheiros dedicados e competentes: Capitão Dr. Francisco Bustamante Filho e Tenentes Jaime Gomes de Azevedo, veterinário, Valdemar Arthur Teixeira Campos, intendente.

Felizmente a nossa ração "R" já é hoje uma realidade por eles conquistada; na demais, estou certo, obterão o mesmo êxito.

I — GENERALIDADES.

Já é bastante divulgada a opinião de especialistas autorizados sobre a necessidade de se modificar os nossos hábitos alimentares, civados de erros e senões, hábitos que, quando não absolutamente nocivos, são pelo menos defeituosos, impedindo o homem de auferir da alimentação todos os efeitos salutareos que devia.

Particularmente, sob o ponto de vista da nutrição do nosso soldado, tais imperfeições podem ser caracterizadas nas seguintes conclusões do conhecido nutricionista brasileiro, Dr. F. POMPEO DO AMARAL (estudo que procedeu nas rações de tempo de paz, estipuladas pelo art. 96, do regulamento n.º 89):

- 1 — é excessivo o valor calórico da ração;
- 2 — é flagrante a desproporção entre os valores de proteínas, hidrocarbonados e gorduras;
- 3 — falta á ração o necessário equilibrio entre os seus constituintes minerais;
- 4 — a ração é carente de vitaminas B1 e C e possivelmente de vitamina A;
- 5 — a ração em vigor é uma ração cara.

Igualmente, se examinarmos a constituição das nossas rações normais de campanha, inclusive a de reserva, não nos afastaremos, também, muito longe, das mesmas conclusões, além doutras graves falhas que dizem respeito ao seu emprêgo.

Tais rações — como suas congêneres de tempo de paz — devem ser tanto quanto possível cientificamente proporcionadas em seus elementos constitutivos, subordinada, contudo, sua composição, ás possibilidades da produção nacional e ás facilidades que devem apresentar na execução do reabastecimento.

O critério de qualidade e variedade prevalece sobre o de quantidade, dentro de certas condições possíveis. Escolhidos os alimentos

na sua maior ou menor riqueza nutritiva, devem ser balanceados de forma a se obter rações consentâneas com os preceitos da moderna nutrologia. Especial cuidado merece a questão das vitaminas, cujo estudo ultimamente vem modificando de modo sensível certos aspectos da ciência alimentar e derrogando velhos tabús que ainda campeiam entre nosso povo.

Todavia, é aconselhável — visto que práticas centenares não podem ser erradicadas de súbito — que progresivamente se vá modificando o regime alimentar do nosso soldado, ou melhor, do próprio povo.

Por sua vez, a produção nacional, tem que ser a fonte natural e exclusiva das rações de campanha, não só quanto aos artigos de subsistência propriamente ditos, como aos produtos de embalagem e acondicionamento, que irão assegurar maior conservação, mais fácil manuseio e transporte nas operações de reabastecimento. Neste particular está evidenciada a necessidade de se abandonar certos acondicionamentos atuais, insuficientes, demasiadamente pesados e volumosos.

Durante a campanha da F. E. B., na Itália, tais imperfeições redundaram em perdas apreciáveis de viveres, dificuldades de manuseio, transportes e armazenagens.

Outra condição importante é a independência quasi absoluta em que deve ficar o soldado, na guerra, dos recursos locais. Toda ração de campanha tem de assegurar, em princípio, a alimentação integral do homem sem rigorosa dependência desses recursos, que devem ser previstos exclusivamente como fatores ocasionais a serem explorados diretamente pelos órgãos do S. I. nos diversos escalões.

Finalmente, o aspecto econômico não pode ser desprezado, afim de se evitar exagerado custo de cada ração, mesmo nos seus produtores mais industrializados e, por isso, mais caros.

Dentro desse quadro de conjunto, por certo complexo, e dependendo sobretudo da íntima e continuada cooperação das indústrias nacionais, será possível, mediante experiências, verificações, pesquisas e observações, nos múltiplos setores da indústria alimentar e correlatos, se estabelecer conclusões mais ou menos definitivas, básicas, para determinados tipos de rações perfeitamente adequadas às nossas necessidades militares e cuja aplicação permitirá, de futuro, uma racional evolução cada vez mais satisfatória.

II — CLASSIFICAÇÃO DAS RAÇÕES.

Como sabemos, a subsistência militar adota a ração como unidade de consumo.

Chama-se *ração* a quantidade de determinado gênero ou de um conjunto de alimentos que corresponda ao consumo quotidiano de um

homem ou animal e, ainda, a quantidade de combustível por homem, a ser fornecido às cosinhas.

A classificação já estabelecida nos nossos regulamentos militares, é a seguinte :

- rações normais de campanha;
- rações normais de reserva.

Subordinando-se a esta classificação fundamental, vejamos as modificações que apresentamos.

As rações normais de campanha compreenderiam duas categorias:

- a) rações "habituais";
- b) rações "industrializadas".

Cada uma dessas categorias, por sua vez, abrangeria três tipos, cuja utilização dependeria da região e estação climática. Assim, sugeriria mais a seguinte sub-divisão :

a) rações "habituais" de três tipos : Q, T, e F, respectivamente, para as regiões quentes, temperadas e frias;

b) rações "industrializadas" de três tipos : Q, T, e F, respectivamente, para as regiões quentes, temperadas e frias.

Chamamos de "habituais", às rações constituídas de alimentos no seu estado quasi natural e conforme os nossos hábitos alimentares; "industrializadas", às rações constituídas de alimentos conservados de prolongada duração, rápida preparação, menor volume e mais fácil transporte.

Quanto à ração normal de reserva, convencionamos denominá-la de ração "R" — sendo constituída de gêneros de longa conservação, peso e volume reduzidos e valor nutritivo, tanto quanto possível aproximado da ração de campanha.

III — DAS RAÇÕES "Q", "T" E "F"

Nas rações QTF as tabelas de cada tipo devem ser constituídas de certa variedade de gêneros balanceados de acordo com a sua riqueza em protídios, lipídios e glucídios, sais e vitaminas, de modo a formar um conjunto racional, de fácil digestão, com boa quantidade de energia e de preparo simples. As rações "habituais" manterão, tanto quanto possível, os alimentos normais do soldado. Contudo, merecem ser postos de lado certos produtos que à luz da moderna nutrologia não oferecem quasi nenhum valor nutritivo. É o caso da conhecida carne seca, xarque ou jabá, tão apreciada pela maioria dos brasileiros. A farinha de mandioca e o feijão podem ser tolerados em quantidades mais reduzidas que as atuais.

Uma tabela de viveres de substituição terá de ser cuidada e estudada devidamente, dentro dos mesmos princípios obedecidos na escolha das rações básicas, a fim de permitir a organização de cardápios.

visando não só suprir determinadas faltas, como se evitar a monotonia alimentar.

Estabelecem os nossos regulamentos que "a ração-tipo constitui a parte principal da alimentação e é entregue às unidades pelo Serviço de Intendência. Os víveres de complemento (verduras, frutas, etc.) são obtidos mediante a exploração dos recursos locais pelos oficiais de aprovisionamento ou pelo "rancho da tropa" ou, si fôr o caso, são remetidos e distribuídos pelo Serviço de Intendência".

Embora na composição das rações habituais deva ser respeitado esse critério, não se pode considerá-lo absoluto. O fato é que na realidade, nem sempre se pode contar com os recursos locais. É preciso que toda ração de campanha satisfaça integralmente à alimentação do soldado independentemente de recursos eventuais.

Assim, as frutas, verduras, legumes e mesmo o combustível, sob a forma de conservas, desidratados e outros processos industriais, bem como o material de aquecimento, devem estar previstos nessas rações. Servirão como elementos de substituição que o S. I. disporá quando vierem a faltar os recursos locais.

Como figuram, todos eles, nas rações industrializadas, serão tabelados nas proporções devidas como substitutos dos seus correspondente em estado natural nas rações habituais.

Nem todos os artigos que irão integrar as rações habituais, poderão continuar com os atuais tipos de embalagens, reconhecidamente impróprios à conservação, manuseio, transporte e armazenagem. Como tais, citaremos como exemplos: o arroz, açúcar, feijão, sal, que deverão ter os seus volumes reduzidos para o máximo de 30 quilos em sacaria dupla reforçada, ou então em três sobre-capas de papel pardo resistente e impermeável, processo adotado pelo Exército Americano na Itália com ótimo resultado.

Quanto ao café moído terá de ser acondicionado em recipientes de capacidade para 20 quilos e hermeticamente fechados.

De certo todas essas embalagens são mais caras. Desde que haja, entretanto, um serviço de recuperação rigoroso e eficaz, decrescendo, sensivelmente, os prejuízos decorrentes de deteriorações, derramamentos, morosidade na execução do reabastecimento, não é otimismo admitir ser esse o processo não só mais econômico, como sobretudo eficiente.

Seria aconselhável, finalmente, que as rações do tempo de paz, pouco diferissem das rações habituais dos tipos QTF de campanha.

Ficaria assim assegurado um mesmo regime alimentar em qualquer tempo, conjugado a uma técnica comum e evolutiva nas operações de reabastecimento em toda circunstância.

As rações industrializadas apresentam sobre as suas congêneres, vantagens indiscutíveis, tais como:

a) menor volume e peso dos acondicionamentos e por consequência mais fácil manuseio e transporte;

b) maior conservação e facilidade de estocagem, menos expostas como são aos agentes externos (frio, calor, umidade, chuva, etc.);

c) alimentação integral do soldado sem absoluta dependência dos recursos locais;

d) preparação rápida, menos complexa, sem exigir muito conhecimento culinário e de menor consumo de combustível.

A organização das tabelas dessas rações depende grandemente da cooperação da nossa indústria civil.

Procedida a escolha primária dos produtos básicos constitutivos dessas rações e que já são fabricados pela nossa indústria alimentar, bem como de outros de substituição, somente mediante íntima colaboração com as firmas industriais por intermédio dos seus técnicos, é possível determinar qualitativa e quantitativamente os alimentos que irão figurar nas tabelas de rações industrializadas e cuidada, igualmente, a parte dos acondicionamentos.

Imprescindível se torna, pois, um contato direto com esses centros de fabricação, onde poderão ser obtidos e reajustados todos os elementos materiais para a solução do problema.

O conhecimento perfeito do valor nutritivo dos alimentos que irão constar das tabelas respectivas (conservados, desidratados, vaporizados, etc.) é condição "sine qua non" para que se possa fazer um balanceamento seguro e equilibrado das rações. O exame bromatológico de cada tipo que se tenha em vista escolher, terá forçosamente de ser feito por iniciativa direta com o auxílio dos órgãos oficiais especializados.

Obtidas as amostras dos produtos de escolha primária e outras, resultantes dos entendimentos diretos com os técnicos dos centros de fabricação e conhecidos seus valores nutritivos rigorosamente, constituir-se-á então um cabedal para seleção definitiva.

As tabelas de rações do Exército Americano que temos consultado, são muito ricas na sua variedade, porque quasi todos os alimentos nelas discriminados fazem parte do consumo habitual da população civil; por outro lado, a indústria alimentar do nosso vizinho do Norte é extraordinariamente desenvolvida.

Considerando nossas condições diferentes, preferimos procurar estabelecer apenas três tipos de rações industrializadas com seus artigos de substituição, que conjugados com as rações habituais, permitem razoável variedade na alimentação e uma progressiva adaptação a novo regime alimentar do nosso soldado.

Modificação interessante e prática adotada pelos norte-americanos é a respeito das quantidades tabelares para efeito de distribuição das rações. Tais tabelas são organizadas não por indivíduo, isoladamente, mas na base mínima para 100 homens. Este processo

é evidentemente vantajoso, como ficou constatado na campanha da Itália, pois facilitava a seleção dos víveres, seu loteamento pelas diferentes áreas e distribuição rápida, disso resultando apreciável economia de tempo.

Si fôr possível conseguir que os recipientes das rações industrializadas, na sua maioria, contenham sempre, cada um, certa quantidade suficiente para 10 homens, ou então, para um número de soldados múltiplo ou submúltiplo de 10, as distribuições tornar-se-ão mais fáceis e mais rápidas. Bastaria para isso se desprezasse os quebrados em benefício das partes recebedoras.

Medida complementar e importante será fazer consumir periodicamente pelo Exército, em tempo de paz, essas rações, pelos seguintes motivos :

- a) proporcionar a progressiva adaptação do soldado;
- b) assegurar o interesse comercial das indústrias civis na sua fabricação;
- c) incentivar nossa indústria alimentar, quer quanto a diversidade e melhor qualidade dos produtos, quer em relação a aparelhagem.

Todos os produtos adotados, poderiam ser também vendidos pelos seus fabricantes livremente no comércio, respeitadas apenas certas restrições, tais como excedentes da produção reservada às necessidades militares, rotulagens ou impressões diferentes e outras características particulares.

IV — DA RAÇÃO "R"

A ração de reserva ou ração R, segundo a classificação que adotamos, tem as seguintes características essenciais :

- a) peso e volume reduzidos de modo a poder ser conduzida pelo próprio soldado;
- b) acondicionamento de proteção contra influências externas (frio, calor, umidade, choques, etc.);
- c) possibilidade de consumo direto pelo soldado sem qualquer outra operação intermediária de preparação dos alimentos;
- d) um invólucro para cada refeição, só devendo ser aberto para o repasto adequado. O comando poderá, assim, verificar rapidamente pelos volumes se não houve violação ou gasto indevido, além da facilidade de reacompletamento parcial quando houver dispêndio de uma ou duas refeições apenas.

Como se vê, a ração R é grandemente industrializada e para sua constituição muito servirá de paradigma a "Ration K" das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Compreende três refeições — pequeno almoço ou dejejum, almoço e jantar — cada uma constituída de quatro partes :

— parte sólida, integrada por biscoitos, bolachas, chocolate em barra, balas, chiclets, etc.;

— parte pastosa, integrada por pasta de carne de vaca enlatada, de fígado, porco, galinha, etc.;

— parte líquida, integrada por refrigerantes ou estimulantes em forma de pós (café, mate, frutas, sôpas, etc.);

— acessórios, constituídos de cigarros, fósforos e papel higiênico.

Sendo a ração R condicionada a um mínimo de peso e volume, evidentemente seu valor calórico não poderá ser o mesmo das rações QTF. Nenhum inconveniente há nisso, porque a ração R é somente consumida intercaladamente e em curtos períodos, por indivíduos previamente bem alimentados.

É importante consignar aqui, a observação do Coronel Busch, do S. I. do III Exército Americano: "a ração para operações de combate adapta-se admiravelmente às situações de movimento e pôde ser utilizada durante um longo período, se fôr completada com pão, carne e, quando disponíveis, ovos e frutas".

A nossa ração R pôde oferecer igualmente as mesmas vantagens. O seu consumo que também terá de ser feito periodicamente em tempo de paz (exercícios, manobras, etc.), seria reforçado com determinadas quantidades de pão, ovos, carne, café e frutas.

V — CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nada há de definitivo no setor alimentação entre nós fóra do campo teórico. Somente a condensação do esforço conjugado de conhecimentos especializados, da experiência, da prática, do tirocínio, da observação, poderá nos conduzir à méta de chegada, que, em realidade, não será mais que nova base de partida.

Porque, após atingido o objetivo inicial — que será a aplicação das primeiras rações estudadas — daí é que irão surgir, pela natural evolução das cousas, novas modificações mais precisas e consentâneas com as exigências do serviço de alimentação nos seus variados aspectos de funcionamento.

Para isso, grandemente nos poderão orientar as rações do Exército dos E. Unidos, particularmente a ração K, de reserva.

Todavia, convém não esquecermos de fazer a necessária e precisa distinção para certas soluções que, aparentemente análogas, são na verdade, intimamente distintas.

Manteremos, assim, a nossa ração habitual, que poderá ser sempre consumida quando as condições dos meios de comunicações oferecerem maior rendimento nos transportes e a situação táctica permitir mais fácil ligação com a tropa.

Enquanto a ração industrializada terá de ser empregada largamente nas primeiras linhas, em que a execução dos reabastecimentos

é sempre difícil, sua congênere, será consumida nas zonas de mais fácil acesso, proporcionando principalmente ao soldado em repouso e evacuado das posições de combate, um regime mais ao gosto dos seus hábitos alimentares.

Na constituição da ração habitual, embora levada em conta a possibilidade de recursos locais em caso de inexistência, far-se-á substituições adequadas por produtos que integram a ração industrializada (carne, verduras, legumes, frutas, etc.); inversamente, quando houver recursos locais, poderá a ração industrializada ter como substitutos alimentos que figuram normalmente na ração habitual (carne e pão frescos, verduras, legumes e frutas em estado natural).

A combinação judiciosa e oportuna dos elementos constitutivos das duas rações e dos recursos locais, assegurará sempre ao comando, nas mais diversas situações, os meios de dar ao soldado uma alimentação suficiente ao seu perfeito estado físico e ao mesmo tempo variada.

Por sua vez, conforme observação do Coronel Busch, a ração de reserva, completada com certos víveres, igualmente se presta, em circunstâncias especiais, para outros fins, como sejam: consumo em marcha e desembarque.

Em última análise, o Exército como escola que é de hábitos sadios, muito irá influir na tarefa de corrigir certos erros alimentares da nossa gente, aos poucos e por meios suasórios e educativos.

Campo Grande, Agosto de 1947.

UM LIVRO NECESSÁRIO
A TODOS OS MILITARES
D I C I O N Á R I O
INGLÊS-PORTUGUÊS
DE TERMOS MILITARES

Por Homero de Castro Jobim — Cr\$ 24,00
Nas livrarias ou pelo reembolso

EDITORA GLOBO

Editora Globo — Caixa Postal, 1520 — Porto Alegre

C A S A L O P E S
PEDRO LOPES DE MELLO

Cereais em geral - Especialidade em Artigos do Norte - Sementes Etc.

VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

Estrada Portela, 15 — Madureira — Tel.

RIO DE JANEIRO

RETALHOS E TECIDOS
POR ATACADO

Eduardo Mokdessi

RUA ITOBY N.º 88 — TELEFONE, 3-7598

SÃO PAULO



EMPRESA E. L. DIAS
DIRETOR EMPRESÁRIO — E. L. DIAS
AVENIDA PASSOS — RIO DE JANEIRO

O Pelotão de Minas do Regimento Sampaio

— REMOVENDO MINAS. — (4)

Pelo Cap. José de Freitas Lima Serpa

Após as missões desempenhadas no âmbito do Batalhão Uzeda, desfrutou o Pelotão de Minas longo repouso, retomando os costumes procedimentos, de circunstâncias análogas, a que nos referimos em artigos precedentes : tochas, visitas ao "professore", rotinas diárias, revisões da instrução, etc.

A neve, banida pelos primeiros dias de Fevereiro, dos montes, vales, estradas e telhados, persistia apenas aqui ou ali, em esparsas ilhotas. Aos poucos liquefeita, continuaria a ser absorvida pela terra ou escoada pelos riachos, que, avolumados em seus leitos e despenhando-se aos trambulhões pelas montanhas abaixo, levariam aquêles últimos vestígios da estação agonizante.

O Inverno, velho e cansado, rendia-se aos encantos juvenis da Primavera.

Emancipada, irrequieta, a Vida ressurgia num desabrochar festivo. Envolvendo-a em carícias sôfregamente absorvidas, cada vez menos tímidos, os raios de Sol davam-lhe novo vigor e permitiam-lhe — enfim !... — a eclosão completa em manifestações exuberantes de mocidade.

Alegres, em reboiços, os homens, os animais e até as cousas, davam fisionomia nova á paisagem, marcada por crateras de obuzes e minas, lares destruidos e árvores ceifadas por projetis e estilhaços.

Na espreita, certas paixões violentas e mal contidas, — sementes de ódio, síntese da estupidez humana —, acumulavam-se ameaçadoras nos horizontes, matizando-os, nas imaginações sensíveis, de tons sombrios.

Prontas a irromper, infrenes, numa atropelada cruel e devastadora, novamente se lançariam sôbre aquelas paragens, revolvendo-as ainda com violentas convulsões, a tudo brutalizando, e esmagando os brotos de esperança que a natureza, com o espetáculo alegre da Primavera, fizera surgir no coração dos seres.

Horrendos tributos que o homem civilizado impunha a si mesmo, em busca da paz ; paz talvez quimérica...

A "Ofensiva da Primavera" ia se iniciar !...

(4) — Ver os números de Set. e anteriores.

A preparação para tal empreendimento, que de há muito se desenvolvia nos estados-maiores, arsenais, fábricas, casernas e acantonamentos, chegava às linhas de frente, e mostrava-se a todos, combatentes ou não, acalentando ansiosas esperanças de próximo fim da guerra.

Calmos, sem precipitação e com ritmo enérgico, os aprestos se intensificavam em toda parte.

Pela estrada 64, oriundos dos depósitos do Sul da Itália, combóios infindáveis avançavam lentos, serpenteando pelos colos e encostas dos Apeninos, que venciam a custo. Atravessavam a adormecida cidade de Porreta, vizinha ao *front* e incrustada entre montanhas, despertando-a com ruídos e estrépitos, para chegar, afinal, com os resultados de trabalhos tão insanos, à zona de contáto com o inimigo.

Iam fortalecer, caminhando dia e noite às bases de partida com um mundo de material. As retaguardas do futuro ataque proviam-se abundantemente para poderem alimentá-lo sem interrupção.

Porreta, já habituada a inquietantes bombardeios diários, e á presença costumeira de tropas brasileiras, despertada, espectante e até alegre, assistia áquela fuga da rotina fastidiosa. Das janelas, portas ou margens da estrada, sua gente não se cansava de apreciar o constante desfile de grandes e pequenos carros de combate, caminhões, *jeeeps*, canhões um nunca findar de armamentos e equipamentos diversos.

Tropas americanas transportadas, davam certo cunho de originalidade áquelas paragens. Sonolentos e calados, ou alegres, em forte vozerio e patuscadas, passavam por nós rumo ao N. E., em busca de suas zonas de ação na próxima ofensiva.

Pertenciam ao IV Corpo de Exército Americano a que se incorporara a F. E. B. Avançavam para se lançarem contra M. Belvedere, M. Della Torracia e M. Castelo, a fim de conquistá-los, melhorando destarte as posições que o IV Corpo matinha a W da estrada 64. Seriam executores dêste empreendimento a F. E. B. e a 10.^a Divisão de Montanhas, que nos primeiros dias de Fevereiro achegou-se às nossas vizinhanças.

Tropa especializada para combates em regiões escarpadas e agrestes, trazia como bagagem histórica, dois anos de intenso treinamento e nenhum combate real. Como se portaria face á realidade?

O seu batismo de fogo seria uma ação preparatória, o assalto ao Pizzo di Campiano, onde se instalaria para cobrir o futuro ataque do IV Corpo ao seu objetivo, a N. E. dêste massiço. Galgando á noite as encostas, verdadeira muralha, por onde atingiram seu objetivo, surpreenderam num audaz golpe de mão, os alemães que o defendiam. Ai se instalaram.

Isto feito, novamente agindo de surpresa, sem nenhuma preparação e tendo a sorte de encontrar dois batalhões tedescos em plena

fase de substituição, a arma branca, atacou e ocupou Belvedere, com seus 1140 metros de altitude, ponto culminante da região e nó topográfico, origem de uma linha de cristas. Esta, á esquerda, dominava o compartimento de terreno em que as tropas brasileiras já haviam e dentro em breve iriam novamente pugnar.

Belvedere ocupado, a 10.^a de Montanhas, seguindo pela crista em ligação com a F. E. B., deveria levar de roldão as posições inimigas fortemente encravadas em M. Gorgolesco, Capela de Ronchidos, Cotas 1027, 1036, 1018, Le Grote, Cota 1079 e M. Della Torracia (1083 metros), e prosseguir depois para o Norte confirmando seu empolgante batismo, em arrojado movimento, (croquis n.º 1).

A F. E. B., favorecida por esta ação á sua esquerda, e conjugadamente com a 1.^a, se incumbiria de capturar M. Castelo e avançar depois, por novos empreendimentos ofensivos sobre a região La Serra, Cota 958, Roncovecchio e Seneveglio.

Com o 2.^o Batalhão do 11.^o R. I. a Este, nas encostas N.W. de M. Dell'Oro, agindo principalmente como base de fogos; com quatro grupos de artilharia em ação de apoio direto; com os 1.^o e 3.^o Batalhões do 11.^o R. I. em reserva, caberia ao 1.^o R. I., reforçado por uma Cia. do 9. Batalhão de Engenharia, um Pel. de Tanques e um Pel. de Tanques Destroyers, atacar na direção geral, Gaggio Montano — La Serra, devendo apoderar-se de Fornace — 875 (01) e depois progredir pela crista ao Sul do Malandrone e sempre em combinação com a 10.^a de Montanhas, avançando eixado por Le Roncole — 887, apoderar-se da linha Malandrone (localidade), Cavrulo — Vale (02). Isto feito, continuaria sua progressão pelo N. do rio Marano até atingir a linha Roncovecchio — Seneveglio (03), estabelecendo aí seus postos avançados, para cobrir M. Castelo onde se instalaria, disposto a defendê-lo a todo custo.

Foi isto o que se passou.

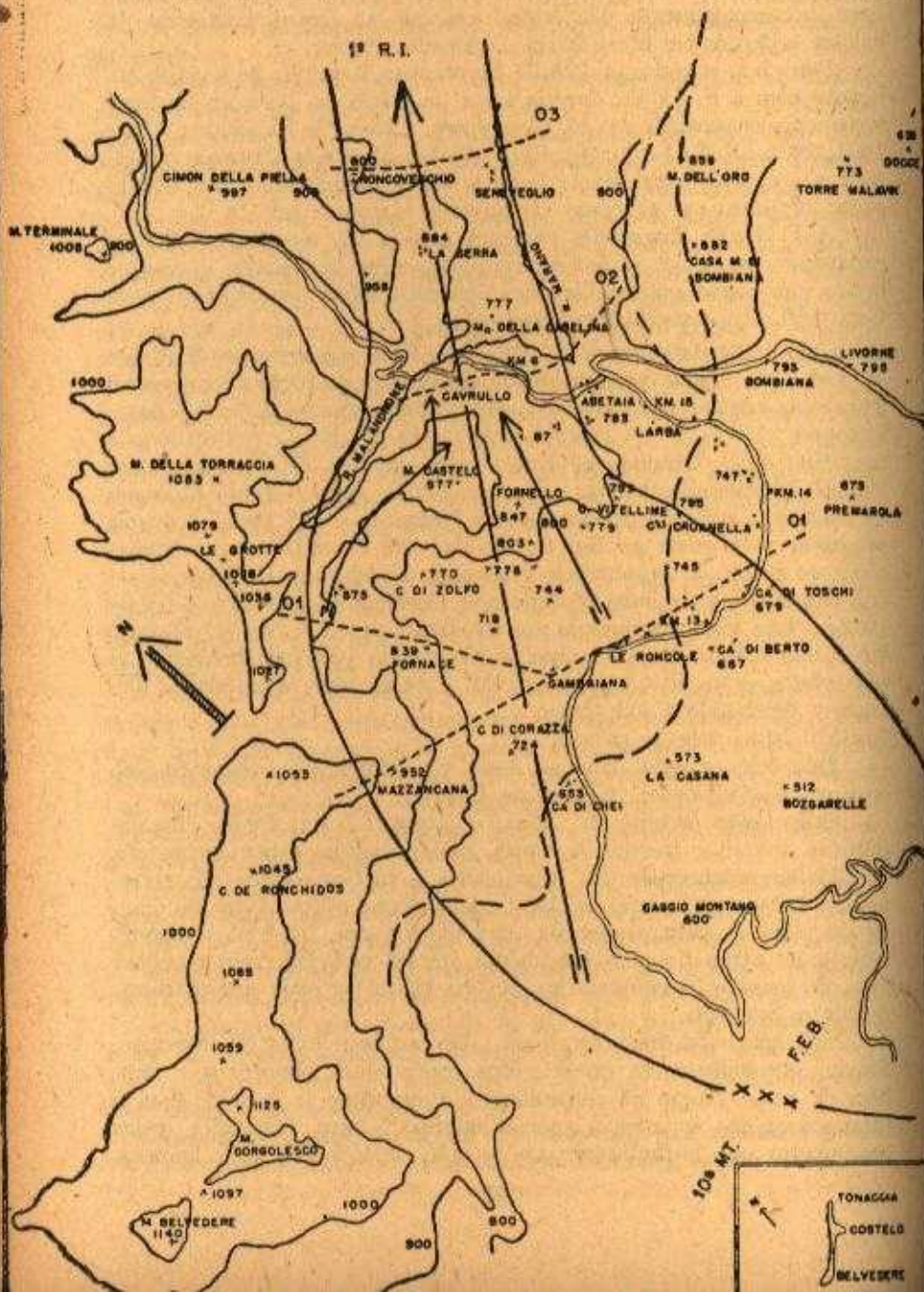
Esta foi a missão dada ao nosso caro Regimento Sampaio, sob o comando do Coronel Caiado de Castro.

Outro não devera ser, aliás, o Regimento escolhido. Razões práticas, morais e mesmo de honra, designavam-no espontâneamente.

Melhor conhecedor das dificuldades e particularidades do terreno, dos hábitos do inimigo no local e levando no peito a força do desejo de vencê-lo para vingar os seus mortos nos frustrados ataques anteriores, nenhum outro Regimento em tal empresa, sem qualquer idéia de mesquinha comparação, deveria portar-se mais galhardamente que o Sampaio.

Seja como fór, foi o escolhido. Do seu bom êxito ou insucesso, ficavam dependentes os créditos dos combatentes brasileiros e também de nossa Nação ali empenhada por questões de honra. Esta a idéia máter que empolgava aquêles infantes. Bem fustigados pelos sentimentos que borbulhavam no coração de todos os seus homens,

CROQUIS N° 1



do Chefe ao último Soldado, aprestavam-se convictos de suas responsabilidades.

Os reconhecimentos por oficiais e graduados, os movimentos de tropas para se acomodarem na base de partida, o transporte de munições afluindo para a linha de frente, a extensão dos fios telefônicos, os trabalhos de organização das bases de fogos, caracterizados pelas construções de espaldões para a proteção dos morteiros, metralhadoras e canhões, a remoção dos campos de minas lançados durante a fase defensiva, e outros preparativos, a todos atarefavam, dando uma impressão a *vol d'oiseau*, a impressão de um conjunto caótico e desarticulado. Todos porém, concientes veteranos, sabiam ver em meio aquela azáfama geral, o toque sutil de sucessos vindouros. Havia, então, experiências.

Que transformação ! Que progressos ! Que diferença dos ataques anteriores !!!

Na malograda jornada de 12 de Dezembro de 1944, em contraposição ao que se processaria em Fevereiro de 1945, tudo fôra adverso...

O fator tempo disponível, que então se impuzera exíguo, inquietante e despótico, premira a conduta dos estados-maiores, oficiais e tropas, e forçara a decisão dos chefes. Cruel, a urgência a todos fustigava e não permitiu fazerem-se os preparativos necessários. Abreviados, reduzidos a um mínimo indispensável e executados às pressas, eram eivados de inevitáveis falhas ou lacunas. Feliz do comandante de pelotão que pôde, siquer de longe, ver o seu objetivo e perceber o caminharmento que o levaria até lá.

Além do mais, a experiência, essa grande e poderosa mestra, em bem pouco auxiliara às tropas e quadros novos nas lides da verdadeira guerra. Com seus conhecimentos ainda mal adaptados e não testificados pela realidade dos campos de batalha, mal ajustados às suas exigências, foi naquêlê ataque que os combatentes receberam o seu batismo de fogo. Ai, o inimigo não era imaginário ou figurado...

Além disto, os penosos deslocamentos, através um terreno enlameado e difícil, e sob a inclemência de chuvas torrenciais, estafaram-nos antes de dar o primeiro passo na largada de suas bases de partida.

A diferença de fisionomia dos fatos que precederam aos dois ataques, pela excelência dos apuros agora realizados em curso normal, bania de todos os peitos a suspeita de um fracasso e firmava a esperança intuitiva da vitória. O ataque adquiria assim uma força nova...

O moral em 22 de Fevereiro, fôra bem diferente do de 12 de Dezembro !

Elevou-se mais ainda no curso do ataque, estimulado pelos êxitos obtidos pela 10.^a de Montanha em sua progressão á nossa esquerda.

Esta, que se apoderára de Belvedere, avançava, pela crista, rumo a Torracia. Em apóio a seu movimento ofensivo, a aviação, pela pri-

meira vez, operava no setor brasileiro. Em grande círculo, revezando-se na faina destruidora, picando um após outro, sobre as encostas de Castelo, os aviões, com suas bombas arremessavam pelos ares casas e casamatas, e varriam a metralha seus destroços ainda fumegantes, batendo cristas, ravinas e misteriosos grotões. Os efeitos visíveis da sua atividade, entusiasmavam. Assim lidaram até emudecer Castelo! Temporariamente submisso e aterrorizado, não mais reagia contra a progressão da tropa americana.

Destarte "amaciado", colheu-o o início do ataque efetuado pelo Regimento Sampaio que avançou contra ele, com dois batalhões em primeiro escalão, um, o 1.º Batalhão (Major Uzeda), á esquerda, em ligação com elementos da 10.ª, outro, o 3.º Batalhão (Major Franklin), á direita apoiado por fogos das posições ocupadas pelo 11.º R. I., em M. Dell'Oro. O 2.º Batalhão (Major Syseno), em reserva na região Cá di Berto, Cota 747 e Casas de Guanela, aguardava o momento de agir, que lhe coube em La Serra e Cota 958.

O Batalhão Uzeda, aproveitando-se do avanço da 10.ª que, uma vez conquistada a Cota 1053, se lançara sobre 1027 e 1036, ultrapassa as forças americanas em Mazzancana e apodera-se de Fornace — Cota 875, seu primeiro objetivo, (0 1). Em seguida, reforçado á sua esquerda pela 5.ª Cia (Cap. Waldir) do Batalhão Syseno, conquista as alturas ao Sul do Rio Malandrone. Com esta progressão apoiava o ataque do Batalhão Franklin.

O Batalhão Franklin, assim apoiado á esquerda, e á direita pelos fogos do Batalhão Ramagem do 11.º R. I., progride na direção que lhe corresponde em ataque a M. Castelo, Le Roncole — Cota 887, seu primeiro objetivo (0 2, do R. I.).

No desenrolar desta ação encontra dificuldades de parte do inimigo, que o hostiliza de 88. Em consequência, a 4.ª Cia. (Cap. Vargas) do Batalhão Syseno, é lançada em ação, partindo de Casas de Guanela por C. de Viteline para Cota 887, que toma sob seus fogos.

A C. C. A. C. (Cap. Tércio), em 3 casas, a Este de Guanela, com seus canhões interdita o corredor de Abetaia contra carros inimigos e hostiliza as posições tedescas indicadas pelo Batalhão Franklin, em Viteline, Cota 887 e suas encostas Este.

Destarte, os dois Batalhões acionados pelo Comandante Caiado, conquistam e ocupam simultaneamente a crista e encostas de Castelo, segundo objetivo do ataque: o 1.º Batalhão á esquerda e o 3.º á direita, se instalam defensivamente frente a Cimon Della Piella.

O Batalhão Syseno que já havia cedido a Cia. Waldir para reforçar o Batalhão Uzeda e a Cia. Vargas para o Batalhão Franklin, empenna a 6.ª Cia. (Cap. Wolfango) no ataque a La Serra e Cota 958.

Deslocando-se para Casas de Guanela com a ocupação de Castelo e reforçada pelo Pel. Urias (4.ª Cia.), a Cia. Wolfango ultrapassa os elementos do Batalhão Franklin em Bella Vista e M. Della Casel-

lina, e toma de surpresa aquele objetivo, onde se instala em Postos Avançados.

Enquanto isto, a 10.^a de Montanha encontra dificuldades maiores para a conquista de Torraccia, o que aumenta de importância a região La Serra — Cota 958, que a Cia. Wolfango mantém apesar da relutância do inimigo em lh'a ceder.

O Batalhão Syseno, então, recupera seus elementos e toma a seu cargo a defesa a todo custo, da região La Serra, Cota 958, Roncovecchio e Seneveglio.

Dêste modo sumário, vimos o Regimento Sampaio empenhar no ataque todos os seus elementos, ocupando, afinal, Castelo com os Batalhões Franklin e Uzeda, e La Serra — Cota 958 com o Batalhão Syseno.

Mas... dirá o leitor: E o Pelotão de Minas do Sampaio, o que tem a haver com tudo isto?"

Muito pouco, responderemos como seu representante. Embora jubilosos por termos participado daquelas históricas jornadas, diremos que nossos feitos comparados aos dos bravos camaradas infantis fuzileiros do Sampaio, foram bem modestos.

A estes, por suas proações, mais ainda que por suas imorredouras glórias, cabem os louvores e as manifestações de admiração e respeito.

Foram eles que levaram de vencida metralhadoras e casamatas, que atravessaram densas e desesperadas barragens de artilharia e morteiros, e que romperam através campos de traiçoeiras minas, ocultas e silenciosas á espreita de vítimas incautas. Eles e só eles, acercaram-se do inimigo, subiram as encostas e subjugaram o já famoso baluarte alemão de Monte Castelo. E, finalmente, foram eles que, com indelével heroísmo, naquela arrancada em terras da Itália, inscreveram mais uma bela página em nossa história militar, ornada pela bravura impávida de Osório e modelada pelo inextinguível espírito de sacrifício de Sampaio.

O Pelotão de Minas, obscuro em meio a tantos brilhos e fulgores, não assistiu, porém, a tudo, apenas espectante, inútil e empolgado pelo espetáculo.

Em seu acantonamento de Porreta, onde se sentia envolvido pelo afã dos apuros para o próximo ataque, entre alegre, triste e meio irrequieto por não ser parte da festa, por não ser lembrado, recebeu na manhã de 19 de Fevereiro, ordem para ficar á disposição do Batalhão Franklin. Reforçá-lo para o ataque a Castelo, era a tarefa que lhe dava o Regimento.

Numa lufá-lufa febril, aprestamo-nos rápidos. Alviçareiros, partimos na manhã do da 20, com nossas viaturas transportando todo o pessoal e material. Em Porreta, só ficou a tralha individual, entregue a um soldado.

No P. C. do 3.º Batalhão apresentamo-nos ao Major Franklin, que nos deu por missão a limpeza de três campos de minas. Tínhamos que remover algumas contra-carros (croquis n.º 2) (1), que bloqueavam a auto-estrada Gaggio Montano — Abetaia, outras contra-pessoal, entre uma muleteira e a auto-estrada (croquis n.º 2) (2), e também desafrontar das armadilhas de granadas de mão e minas contra-pessoal, a referida muleteira e zona circunvizinha (croquis n.º 2) (3). Eram antigas defesas do Batalhão, lançadas pelos seus sapadores comandados pelo Tenente Hinaldo.

Tratava-se de libertar os futuros caminhamentos necessários ao ataque. Trabalhos fáceis, dadas as suas circunstâncias, e dos quais o nosso pessoal, ao se aproximar a noite, se desincumbiu, removendo 16 minas contra-carros, 26 contra-pessoal e diversas armadilhas de granadas.

Depois, quando as tropas do Sampaio estavam se instalando em seu objetivo de Castelo, novamente fomos chamados a agir. Estávamos a 22 de Fevereiro.

Novamente no P. C. Franklin, recebemos por missão a limpeza da auto-estrada Gaggio-Montano — Abetaia, do ponto (5802-1810) até uma bifurcação quasi ao chegar em Abetaia. Uma Seção de Engenharia ao comando do Ten. Faccini, colaboraria conosco nesta tarefa. (croquis n.º 2).

Após rápidos preparativos, dirigimo-nos para o ponto inicial em nossas viaturas.

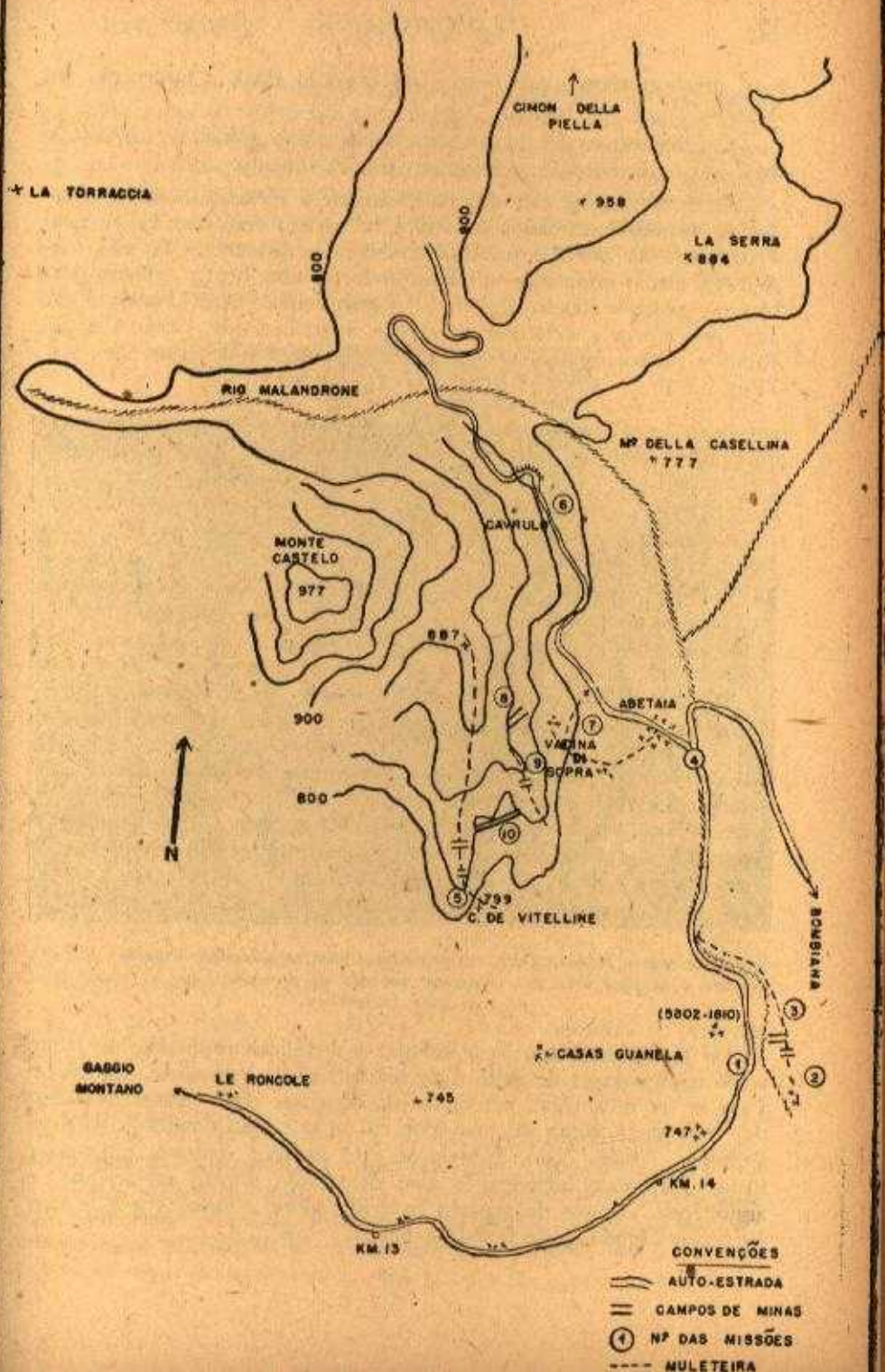
A noite ia pelas 22 horas, quando tomamos pé em terra e encetamos o trabalho na estrada asfaltada, que a oeste de Castelo, fóra do setor do Regimento, contornava-o pela direita. Tudo se mostrava visível sob o luar, exceto um ou outro ponto ainda recoberto pelas últimas neves.

A pé com o Ten. Faccini, precedendo os nossos pelotões em coluna por um, apoiados por um pequeno grupo de cinco soldados comandados pelo Sargento Velasco, armados de metralhadoras portáteis emprestadas, avançamos prevenidos contra elementos inimigos, de existência possível naquela região.

Assim protegidos e dispostos, deixando as viaturas para traz à nossa espera, partimos em direção a Abetaia.

No leito da estrada, liso e bem visível, nenhum vestígio de minas, exceto talvez, nas ilhotas de neve que iam ultrapassando sem investigar.

A meio caminho, após um percurso aproximado de 400 metros, detivemo-nos. Verificando que a missão daí por diante poderia ser levada a cabo por um de nós dois, decidimos que, enquanto o Ten. Faccini e sua Seção, regressariam ao ponto de partida, inspecionando as valas e margens da estrada e os pontos suspeitos que desprezara-



mos, prosseguiríamos nós outros até o ponto final, a bifurcação em Abetaia.

Em dispositivo de ataque, para os sapadores mineiros, *dispositivo de limpeza de estradas*, reiniciamos o movimento.

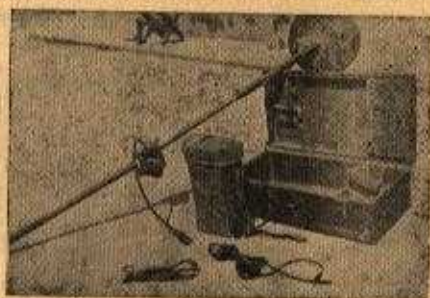
O termo limpar estradas pôde sugerir a idéia de homens armados de vassouras, fardados de azul e rebocando uma carrocinha, mas, a realidade na estrada de Abetaia era bem diferente. Nossas vassouras e fardas eram outras, quanto à carrocinha, bem... , ficara para traz aguardando nosso regresso. Utilizávamos nesta limpeza, isto sim, *provadores e detetores de minas*, aparelhos que, passo a passo, palmo a palmo, sondam o terreno em busca dos traiçoeiros engenhos. (Fig. n.º 1).



O detetor com o soldado Odir, os provadores com os soldados Belmiro, Rêgor e Caetano e as fitas brancas. O detetor precede os provadores por se tratar aqui de uma pose fotográfica...

O provador, longa haste tubular e metálica, terminada em ponta como os furadores de gelo, é de manejo muito penoso e exaustivo. Para se ter uma idéia, percorram-se, digamos, 1000 metros de estrada, enfiando a ponta do provador em todo palmo quadrado da área a limpar. Além disto, é perigoso. O sapador mineiro, fatigado e impaciente, pôde introduzi-lo com demasiado ímpeto no terreno, e assim, pelo excesso de pressão exercida sobre a mina, que por azar ele tenha fispado, pôde fazê-la explodir.

Mas, a estas desvantagens principais, apresenta a compensação de poder localizar as minas não metálicas, feitas de papelão, barro, vidro, etc. Completamente ineficaz contra esta espécie de engenhos, em trôco, o detetor é mais rápido, menos cansativo e perigoso que o provador. De forma sumária, compõe-se de longa haste metálica, em cujo meio se adapta um mostrador fosforescente graduado de 0 a 10, e, em uma das suas extremidades, um disco que lembra os de vitrola. Um fio liga o disco ao mostrador, e éste a um dispositivo sonoro que o soldado leva consigo. (Fig. n.º 2).



Detetor em repouso. Só a caixa não é transportada quando á procura de minas.

O sapador mineiro, progredindo passo a passo, manejando a haste, balanceia o disco, á sua frente, da esquerda para a direita e vice-versa, a um palmo levantado do solo.

Caso o disco, nesta sua peregrinação sôbre o terreno, sobre-passe uma substância metálica, denuncia a sua presença, seja alterando o zumbido habitual que produz quando em atividade, por uma mudança de entonação mais aguda, como um silvo, seja fazendo o ponteiro do mostrador acusar a graduação 10.

Desta forma, localizará qualquer substância metálica escondida no solo, minas ou estilhaços. Estes, abundantes nas regiões submetidas a bombardeios, obrigam o sapador, na dúvida, a interromper o trabalho e excavar o terreno...

Em suma, apesar de mais rápido, menos cansativo e perigoso que o provador, sujeita ás vêzes o soldado a trabalhos inúteis, e não localiza as minas não metálicas, tornando destarte suspeita, uma limpeza executada só por seu intermédio.

O provador, apesar das suas desvantagens, é mais seguro. Localiza as minas não metálicas e não se distrai com os estilhaços.

Daí resulta, que o emprêgo combinado dos dois aperlhos é o mais recomendável, si bem que trabalhoso e demorado. Evita, porém, surpresas, o eterno espantallo dos campos de batalha.

Na estrada de Abetaia não fugimos a estas precauções, estabelecidas como regra inviolável no Pelotão.

O Cabo Sena, com sua esquadra de provadores, ia á frente do dispositivo de limpeza, investigando todos os locais suspeitos, na estrada e suas cercanias. Mais atrás, a uns vinte metros, o Cabo Sobral e sua esquadra, ia repassando o trabalho do Sena, revisando-o com os detetores. Estes, em número de três, afastados 10 metros um dos outros, evitavam desta forma, que o campo eletro-magnético de um interferisse no do vizinho. Dois soldados do Sobral, marchando á retaguarda e junto ás margens da estrada, desenrolavam longas fitas brancas, limites da parte limpa. Por entre elas se poderia passar sem perigo, ... pelo menos, assim esperávamos.

Nós, avançávamos, dirigindo e vigiando a execução do trabalho, e tendo á mão o Velasco e sua gente, atentos ás manifestações possíveis e indiscretas dos tedescos, por certo, de olhos e ouvidos alertados para desvendar o que se passava na calmaria daquela noite.

De súbito, tendo caminhado uns oitocentos metros, fomos sacudidos por fortes emoções. Deparou-se-nos um quadro impressionante, tétrico, sinistro.

Ao pé do Monte Castelo, atravessada pela estrada negra e sinuosa, surgia o que fora a vila de Abetaia. Ás suas margens, envoltos em mortal silêncio, emergiam escombros espectrais, manchados de luar. Ali só a Destruição e a Morte eram os habitantes.

Nos campos vizinhos, com suas carnes enrigecidas e semi-cobertos pela neve, jaziam como macabras esculturas, dezessete cadáveres insepultos. Eram heróis nossos, tombados em sólo estrangeiro !

Vítimas da surpresa funesta de um inimigo na tocaia, foram dizimados na madrugada de 12 de Dezembro, quando avançavam resolutos e de armas em riste, pelo campo desnudo que os separava da vila cobijada.

Ali haviam tombado, mortos ou moribundos, sem possível socorro, nem sepultura. Ali, pelo querido Brasil, deram o último esforço, e exalaram o derradeiro suspiro.

Pioneiros avançados do nosso Exército, aquêles cadáveres estendidos em direção ao inimigo, havia setenta dias, indicavam a seus irmãos o caminho da desforra. Pareceu-nos que clamavam por vingança !

Mas, naquêlê dia 22 de Fevereiro, seguindo a pista que lhes indicavam os que antes haviam tombado, avançaram os soldados do Sampaio.

Não haviam clamado em vão !

Compreendemos e sentimos que na literatura épica de guerra, há algo de verdade...

Ainda éramos presas dessas emoções, quando deparamos com nove montículos de terra, em meio á estrada, no local onde ela se

bifurca e segue de um lado para Abetaia, e de outro, após uma curva, regressa à Bombiana.

Os detetores acusaram minas. (Croquis n.º 2) (4).

Um soldado em cada achado, com os próprios sabres, excavando a terra endurecida pelo gelo, descobrimos as famosas Tellerminas alemãs. Continuando a excavar, libertamo-lhes as alças de transporte.

Enquanto isto, em reconhecimento, o Velasco fôra à Abetaia com a esquadra de choque.

Estávamos entregues à operação de amarrar nas alças a mostra, as extremidades de fios telefónicos que havíamos levado, quando, surgindo pela estrada de Bombiana, avistamos diversos vultos.

"Quem vem lá?"...! "Brasileiros!" responderam.

Mais à vontade, identificados como elementos de engenharia, entabulamos rápida conversação. Acabavam de limpar a estrada Bombiana — Abetaia. Quando se afastaram, com todos os soldados, retomamos o nosso trabalho. Amarrados os engenhos às extremidades dos fios, recuámos, extendendo-os, até 100 metros do local em que se achavam. Deitados nas valas que marginavam a estrada, dois ou três em cada fio, puxamo-los com força. Desprendendo-se de seus nichos, nove minas pularam na estrada. Fomos vê-las de perto. Eram do tipo n.º 4. Recolhidas, estava limpa a estrada...

Findava assim a nossa missão.

Com os noveis trofeus, regressamos ufanos ao P. C. Franklin, onde sucintamente relatamos os acontecimentos que acabamos de recordar. Passava de uma hora da manhã. Fomos dormir.

Não por muito tempo, porém.

Ao novo despontar do Sol, já o nosso ordenança Jerônimo, nos despertava. Chamara-nos o Major. Novas ordens. Devíamos nos apresentar ao P. C. do Regimento, para onde, sem perda de tempo, nos dirigimos pela estrada Gaggio Montano — Abetaia.

O movimento de viaturas apressadas, para cima e para baixo, apesar da hora matinal, era intenso.

Caminhões seguiam para a retaguarda, transportando cadáveres para o Pelotão de Sepultamento, ou, repletos de prisioneiros que, alegres ou tristes mas todos aliviados, observavam curiosos o que se passava nas margens da estrada e nos campos.

Jeeps e G. M. C., com oficiais e praças, sujos, abatidos e calados, se deslocavam para novas posições. Outros, com uniformes limpos e capacetes sem lama, indicio quasi certo de pertencerem à retaguarda, — na gíria de guerra, ao sacos B, C, D, X, Y ou Z, conforme a distância a que normalmente ficavam da linha de frente —, surgiam agora mais frequentes por aquelas paragens. Alguns, poucos é verdade, demonstravam naturalidade e maneiras normais, outros, pose circunspecta, sérios, cara de mau e olhar perdido para a frente, como

si os absorvessem importantes e intrincadas responsabilidades estratégicas. Viam-se também, os que, pernas cruzadas, cachimbo á boca, despreocupados, *nonchallants*, tomavam ares de responsáveis pelos êxitos havia pouco alcançados. Constrangidos pela posição que a sorte lhes impusera, apegavam-se ás aparências... Apressados, os motoristas se debruçavam sobre os volantes e iam passando por tropas um pouco menos afortunadas... Cobertas de terra e poeira, rostos pálidos, mal dormidas, cansadas e barbas por fazer, sobrecarregadas de mochilas, capôtes, fuzis, metralhadoras, munições, e um mundo de objetos, estas, deixando a boa pista livre ás viaturas, lentas e em coluna por um, marchavam pelas margens da estrada, em busca dos seus destinos.

Passando por entre aquela mistura de sacrifícios, sofrimentos, basófias e abnegações, nós e o Moraes, e sem estarmos cobertos de terra e poeira nem levar *cara de mau*, chegamos ao P. C. do Sampaio.

Aí tudo era atividade.

Num celeiro próximo e guardado por polícias militares, diversos prisioneiros estavam sendo interrogados. No pátio á frente do P. C., grupos esparsos de oficiais de outros corpos da Divisão e do Sampaio, conversavam e discutiam animadamente sobre as peripécias de ataque a Castelo.

"Eu bem que disse..." "Não, si..." "Talvêz fôsse melhor..."

O que menos por lá faltava eram táticos e estrategos...

Aliás, disto poderá fazer bem a idéia, quem naquêles tempos de guerra, pasou pela Galeria Cruzeiro, Rua do Ouvidor e outros locais sobejamente conhecidos...

Após termos por tudo nos interessado — também não deixando de dar nossos palpites... —, fomos ver si o nosso Comandante já nos poderia receber. Assuntando cautelosamente o ambiente para não sermos importunos, pois, desculpem-nos a expressão irreverente, porém bem da gíria militar, havia por lá muitos *ramos e gemadas*, afinal arriscamo-nos. Apresentação, troca de algumas palavras e ficamos cientes de que passávamos á disposição do 2.º Batalhão (Major Syseno), a fim de reforçá-lo no ataque á La Serra e Cota 958.

Tínhamos acabado de receber ordens que, com o desempenho de algumas novas missões, nos proporcionariam também o maior susto que levamos na Campanha da Itália. Foi êste na curva da estrada ao Norte de Cavrulo. Mas... não precipitemos os acontecimentos. Antes de lá chegarmos, vejamos o que se passou.

No mesmo dia á tarde, deu-nos o Major Syseno a incumbência de limpar a muleteira que, saindo de C. de Viteline, sóbe as encostas de Castelo, e, após um percurso de 550 metros, chega á cota 887 (croquis n.º 2).

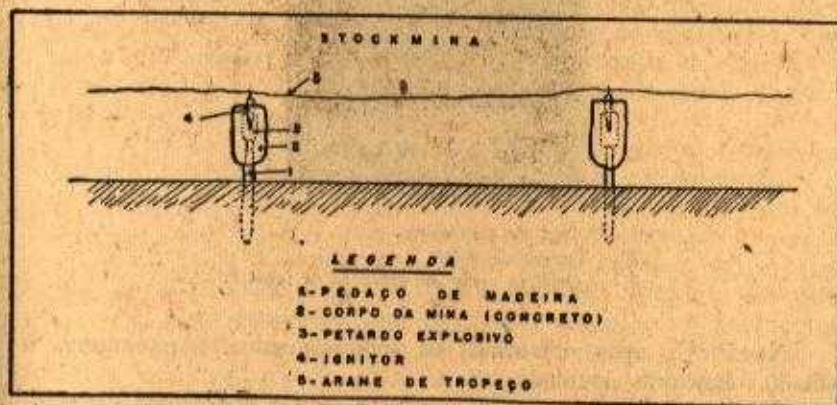
Para lá nos dirigimos com o Velasco e a esquadra do Cabo Sena, enquanto o restante do Pelotão permanecia em Três Casas a Este de

Guanela, novo acantonamento provisório, e junto ao nosso Comandante de Companhia, Cap. Tércio de Moraes. Naquela região havia instalado dois dos seus três Pelotões Contra Carros, dos Tenentes Murilo e Facó, os que, com seus fogos, auxiliaram a redução das resistências em Castelo, e agora, aguardavam ocasião para intervir no ataque a La Serra e Cota 958.

Com os sapadores mineiros armados de fuzil, detetores, provadores e fios telefônicos para puxarem as minas — método mais prático e menos arriscado —, chegamos a C. de Viteline tomando pela muleteira que nos levaria a 887. Os soldados com provadores iam à frente.

Em dado momento, em meio à muleteira, semi-coberto por barro avermelhado, deparamos com um objeto arredondado, negro de azeviche. Aproximando-nos com cuidado, reparamos em dois arames de tropeço, presos às margens da muleteira e convergentes para o dito objeto, amarrando-se a um ignitor alemão ZZ 42, nêle atarrachado.

Era uma mina tedesca desconhecida para nós ! (fig. n.º 3)



Cortamos os fios de arame, desatarrachamos o ignitor, e tratamos de libertá-la do barro que a cobria. Em sua alça de transporte, amarramos um fio telefônico. Depois de executados êstes preparativos, pondo-nos á salvo com nossos soldados numa casamata vizinha, puxamos pelo fio. Sentimos o engenho se libertar. Nada ocorrendo de anormal, partimos em busca do novo troféu de guerra.

Saciada a curiosidade geral, depositamo-lo numa das margens da muleteira e prosseguimos mais cautelosos.

Pouco acima, diversos arames de tropeço barravam novamente o caminho. Estávamos em presença de um campo de trinta Stocko-

minas alemãs, que com facilidade localizamos á primeira vista, sobresaindo no terreno. Nêle jazia um cadáver brasileiro. (croquis n.º 3) (5)

Após removermos todos os obstáculos inimigos, cautelosamente, pois ainda poderia haver outros engenhos enterrados, servidno-nos sempre dos fios telefônicos, deslocamos o cadáver do lugar, a fim de verificarmos si os tedescos não lhe tinham adicionado alguma armadilha.

Prosseguimos, isto feito, até a cota 887 sem nada mais encontrar, regressando então ao P. C. do 2.º Batalhão, com o nosso achado misterioso. Os outros ficaram desmontados e impotentes no terreno...



- 1 — Alça de transporte.
- 2 — Tampa de vidro.
- 3 — Orifício onde se ataracha o ignitor.

No P. C., após relatarmos os acontecimentos, apresentamos o achado. Era uma novidade.

Alguns oficiais, não muito satisfeitos com o novel conhecimento, solicitaram a sua retirada. Foram atendidos...

No dia seguintes, 23, pela manhã, como dispuzéssomos de lazer, resolvemos desmontar o misterioso objeto.

Num descampado vizinho, auxiliados pelo Velasco, de longe e com o inseparável fio telefônico, preso e enrolado a uma tampa de vidro que o engenho apresentava em sua parte superior, procuramos desprendê-la. Nada. Novas tentativas. Tudo infrutífero. Impacientes, mandamos que o Velasco se afastasse e puzemos mão á obra... Aos poucos a tampa se soltou, trazendo consigo um intrincado mecanismo de disparo. O seu funcionamento dependia de uma necessária pressão sobre a tampa de vidro, para a rutura de duas

ampolas, donde se libertariam liquidos, cuja mistura determinava a explosão da mina.

Verificada pelo detetor, nada apresentava de metálico. Sabíamos o bastante, para podermos explicá-la a nossos sapadores que, curiosos, ouviam-nos atentos discorrer em pequena preleção sobre o palpitante assunto...

Ao 9.º Batalhão de Engenharia (Coronel Machado Lopes), ofertamos o engenho desmontado que, julgamos, poderia ser aproveitado para instruções.

Então, lembramo-nos arrepiados, de que o tal objeto arredondado e azeviche, nada mais era que a Topmina alemã, já encontrada pelos americanos, e cuja desmontagem fôra proibida, por terem algumas, durante esta operação, explodido.

Diabo !...

As 22 horas do mesmo dia, deu-nos o Major Syseno outra missão : limpar a auto-estrada de Abetaia até a Ponte do Rio Malandrone. Era trabalho já iniciado por outros sapadores, que o abandonaram por causa dos bombardeios de artilharia e morteiros inimigo, freqüentes naquelas paragens.

Levados por um guia até o local onde o trabalho havia sido interrompido, metemos mão a obra. Neste momento, aí chegou com uma esquadra de sapadores, o Ten. Hunaldo, comandante do Pelotão de Remuniciamento do Batalhão Franklin, e que trazia missão análoga. Foi fácil nos entendermos.

Para evitar acúmulo de pessoal num mesmo ponto, e tendo em mira, que o que já fôra feito não inspirava muita confiança, dadas as suas condições de execução, resolvemos com o Ten. Hunaldo, o seu regresso á Abetaia, para rever o trecho anterior, enquanto nós prosseguiríamos até o Malandrone. Assim fez-se. (croquis n.º 2) (6).

A estrada, ainda em parte coberta de neve, salpicada de crateras e crivada de estilhaços, nos obrigava a empregar os provadores, com revezamento dos soldados na fatigante tarefa. Prosseguia o trabalho interessadamente. Mas... numa curva, ao Norte de Cavruolo, acometeu-nos inesperado bombardeio de artilharia. Num abrir e fechar de olhos lançamo-nos por terra. A um pequeno parapeito de pedra, que marginava a estrada, separando-a do fosso do rio Malandrone, achegámos nossos corpos.

Os projectis, em descargas sucessivas e ininterruptas, se aproximavam terríveis num crescendo de silvos, passavam sobre nós, e iam explodir na vizinha depressão.

O recôncavo da bacia formada pelas alturas de Castelo, Torracia e Cimon Della Piella, aumentava o efeito sonoro do formidável canhoneio.

Reboando nas encostas, os estrondos das explosões sucediam-se de envolta com os silvos cada vez mais enervantes.

Os clarões, continuos e múltiplos, iluminavam as trevas.

Os soldados, estirados ao longo do pequeno parapeito, embolados, comprimiam-se uns aos outros, aproveitando a exiguidade daquêle precário e fortuito abrigo.

Espicaçatos os nossos brios, humilhados por termos mergulhado na poeira, forcejamos a matéria, puzemo-nos de joelhos e, finalmente, de pé. À nossa frente, açoitado pelo bombardeio, o vale debatia-se em estridentes convulsões... Do solo, jorros de pedras, terras e estilhaços, se erguiam aos clarões sanguinosos que iluminavam a queda de árvores decepadas.

A luta entre o homem e a natureza era grandiosa e opressora.

A ferro e fogo, êste marcava a eterna adversária.

Isso, fez-nos mais modestos: ...Revertemos ao pó...

Afinal, amainando aos poucos, a borrasca cessou.

Profundo silêncio...

Aguardamos ainda deitados um minuto. Ousamos, então, levantar a cabeça. Erguemo-nos, todos meio atônitos.

Apenas de pé, outro cataclisma desabava sobre o vale do Malandrone, lançando-nos novamente por terra.

Desta feita, além dos mesmos silvos, estouros e ribombos, avizinhava-se de nós uma barragem, verdadeira chuva de projectis. Os silvos cada vez mais fortes, e as explosões cada vez mais próximas, faziam-nos vibrar os nervos e sacudir as entranhas e carnes. Tremíamos!... Apesar de mantermos claro e lúcido o pensamento, debalde tentávamos dominar a matéria. Nada...

Naquêle inferno, mal erguemos o rosto do chão, a apenas um palmo de nossos olhos, encontramos outro par de olhos: "Que espêto, hein Tenente!?" nós disse alguém que logo desapareceu sob o capacete.

Com um sorriso amargo, lembramo-nos de Turenne com o seu *treme carcaga*!... Mas, ao invés de levá-la para outros lugares, o vale do Malandrone, por exemplo, deixamo-la entregue ás suas convulsões e bem escostadinha á bendita amurada...

O bombardeio parecia infundável.

Os tiros, uns quinhentos ao que supomos, felizmente não podiam nos alcançar, deitados como estávamos, entre um cocoruto de Castelo e o muro de pedra á beira do fôssco. Aliviados, percebíamos que caiam em Castelo, na estrada á nossa frente e retaguarda, e no vale do Malandrone. Não obstante, sentíamos o efeito dos sopros das explosões mais próximas e o sibilar dos estilhaços ao passarem por sobre nós. Feliz acaso nos colocára ali na curva da estrada, bem ao Norte de Cavrulo!... (fig. n.º 4) (4)

Serenada finalmente a borrasca, após se haverem espaçado os últimos tiros, erguemo-nos, entre fatigados e desopressos. Pelas fisio-



Elementos do Pelotão de Minas, vendo-se no fundo as Três Casas a Este de Guaneta. Da esquerda para a direita: abaixados — Jerônimo, VELASCO, nós, Pompílio, BITTENCOURT, Anatólio; de pé — Sobral, SENA, Celho, AMAURY, Djalma, Gatão, Neto, Caldeira Siqueira CAETANO, ODIR, FELIX e FELICIANO. Os assinalados com uma cruz no capacete e aqui destacados, são os que foram elogiados.

nomias de nossos soldados, fiéis seguidores do exemplo do chefe, pareceu-nos que a tremedeira fôra geral...

Seja como fôr, o fato é que prosseguimos, depois, o trabalho, e, avançando palmo a palmo, chegamos à ponte destruída do Malandrone.

Nêste momento, em coluna por um, merecedor de profundo respeito e admiração, de nós se avizinhou o Pelotão de Fuzileiros do bravo Tenente Urias.

Feitos heróicos, e abnegadas provações, atitudes, fôsse qual fôsse a situação, sempre tismadas de modéstias e desprendimento sem par, vimos com êle se aproximar.

No Regimento Sampaio, sôbre o Tenente Urias, jamais encontramos, de oficial ou praça, uma opinião discordante. Fato bem raro!... Mas, prova inconcussa dos seus feitos na Campanha!

Após conversarmos, soubemos que naquela oportunidade êle progredia para o ataque a La Serra e Cota 958. Ia atravessar o vale do Malandrone, e, dificilmente, encontraria um muro de pedras acobertado por um cocoruto...

Nós, com o destino do Pelotão Urias no pensamento, regressamos ao P. C. Syseno. Em Abetaia, a um Pelotão de Tanques Americano, informamos estar a estrada desobstruída até o Malandrone. Si eles entenderam o nosso inglês, é do que não temos certeza...

O dia seguinte, foi de descanso para nossos sapadores. Mas já a 25, o Major Syseno nos dava novas missões: limpar duas muleteiras que iam dar às casas de Vaina di Sopra e o campo de minas junto a estas; limpar o esporão Este de C. de Viteline, e a ravina a NNE. (croquis n.º 2) (7, 8, 9 e 10).

Sem outros perigos que os costumeiros em tais trabalhos, tudo foi feito no decorrer da tarde desse mesmo dia. Percorremos 550 metros de muleteiras, e removemos os engenhos que encontramos, entre os quais algumas Tellerminas alemãs e quasi uma centena de Stockminas.

Assim terminada para nós a fase Monte Castelo, La Serra e Cota 958, o *Caça Minas* voltou ao âmbito do Regimento, tendo cumprido tôdas as missões que lhe foram atribuídas, durante as quais, sem nenhuma perda, o que era grato consignar, limpou nove campos de minas, 2320 metros de auto-estrada e 1300 de muleteiras.

Durante estes oito dias que passou á disposição das tropas atacantes, o Pelotão de Minas acompanhou os 3.º e 2.º Batalhões em seus avanços vitoriosos, orgulhoso do modesto papel que lhe coubera representar e sempre admirando o heroísmo e abnegação dos bravos infantes do Sampaio. Quanto a nós, pessoalmente, estávamos satisfeitos com os nossos modestos, mas, valorosos sapadores mineiros, os quais bem mereceram os nossos agradecimentos.

Sentiamo-nos, porém, doente, desde alguns dias e vendo agora a situação propícia, baixamos ao Hospital de Pistoia.

Em nosso curto afastamento, o Pelotão foi chamado a executar o lançamento de campos de minas para a proteção do 1.º Batalhão (Major Uzeda), instalado defensivamente em Belvedere. Ao sabermos disto, ausente, sentimo-nos meio apreensivo. Mas o nosso pessoal trabalhou bem e jubiloso, soubemos que nada lhes havia sucedido de anormal.

Já de regresso à Gabba, novo acantonamento que substituíra o de Porreta após a jornada vitoriosa, enviamos ao nosso Comandante de Companhia, Cap. Tércio, instalado nas escarpadas alturas de Campiano, uma esquadra de sapadores, afim de lançar minas contra-pessoal á frente de um dos seus Pelotões, nesta ocasião fazendo as vezes de infantes fuzileiros. Cumprida a missão, a esquadra regressou sem novidades.

E assim, encerrou-se uma fase de nossas atividades na Campanha, só reiniciadas mais tarde, a 9 de Abril, como veremos a seguir.

Então, balanceados, os procedimentos de cada qual, e relatados

ao Comando do Regimento, este, em seu boletim, fez publicar os seguintes louvores :

2.º Sgt. José Monteiro Velasco, por ser muito trabalhador, fiel cumpridor das ordens recebidas e principalmente pelo seu alto espírito de compreensão de dever. Não só durante o ataque a Castelo, como nas posteriores missões, achando-se doente, não baixou ao Hospital, pois estava ciente da lacuna que se abriria no Pelotão, e que dificilmente poderia ser preenchida; (fig. n.º 5)

Cabo Amaury Duarte Teixeira, pelo seu alto grau de disciplina, compreensão exata do dever, inteligência e iniciativa, qualidades essas sobejamente demonstradas nos seis meses que conosco trabalha;

Cabo João da Silva Moraes, pelas suas notáveis qualidades de militar, que árduamente foram postas á prova por várias vezes. A sua abnegação surpreende. Recebendo ordem de esperar junto ao jeep nosso regresso, que só se deu 10 horas depois, o cabo Moraes, vigiando sua viatura, que se achava na linha de frente e numa região



NA MANHÃ SEGUINTE A NOITE TEMPESTUOSA... — Amurada de pedra á margem da estrada Abetã-Ponte do Malandrone. No vale, vêm-se as crateras; na pedra lembrança dos estilhaços; e coberta de poeira, a nossa carcassa...

muito batida, foi encontrado quasi gelado, em consequência de uma nevada que o surpreendera no seu posto. O seu sacrificio calou fundo no espirito do Pelotão, que o admira e estima;

Cabo Luiz Neves da Sena Santos, pelas demonstrações que tem dado de iniciativa, intelligência e sobretudo assistência aos homens sob seu comando nas difficeis missões que lhe foram confiadas. Dotado, ainda, de grande coragem, os soldados nêle depositam uma confiança por demais eloquente;

Soldado Odir Zuchelli, pelo acerto, intelligência, muita coragem e sobretudo calma e prudência com que tem comandado sua esquadra. Seu sangue-frio causa admiração. A êle, um elemento do Pelotão, que ferido, corria tonto dentro de um campo minado, deve provavelmente a vida, pois foi seguro e socorrido pelo soldado Odir. A êste, confiamos o comando de uma esquadra e qualquer missão, certos que a executará perfeitamente. É um elemento que se destaca no Pelotão que o admira e respeita. Suas qualidades de chefe já demonstradas em situações criticas o faz merecedor de ser promovido a cabo e de um hurrah ! do Pelotão de Minas;

Os soldados José Papa, Augusto Felix dos Santos, Onofre Alves Bittencourt, Feliciano de Carvalho e Alberto Caetano, por terem sido os elementos que mais se têm destacado nos diversos serviços realizados. Além de perfeitos conhecedores de sua difficil e perigosa função, possuem a calma, prudência e sangue-frio indispensáveis ao cumprimento das missões que lhes são confiadas. São soldados aos quais se pode confiar qualquer missão, certo que ella será cumprida. Possuem comprovada coragem. A êles nossas felicitações.

HUMBERTO CORSINI

CORRESPONDENTE BANCÁRIO

Correspondente:

Banco Ribeiro Junqueira S/A — Banco Meridional Minas Gerais, S.A. — Banco Industrial Minas Gerais, S.A. — Banco Crédito e Comércio de Minas Gerais, S.A. — Banco Hypothecário e Agrícolas do Est. de Minas Geraes, S.A. — Banco Industrial Brasileiro S/A

Agente arrecadador:

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Procurador: A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil
Caixa Postal, 39 — Tel. 21 — Rua XX Casa 5 — TRES CORAÇÕES
MINAS GERAIS

Impressões de um aluno

Ten. LUIZ TABAJARA

Os fatos, ambiente e personagens
dêste trabalho são fictícios. Qual-
quer semelhança é mera coin-
cidência

Meu amigo instrutor:

Creio que nos separaremos agora. Você continuará na Escola, aguardando o próximo curso, e eu espero ser transferido para uma fronteira. Por isto queria tanto falar-lhe ontem, mas o trem estava tão cheio, de volta da Vila, que não pude conversar com você. Tive de resumir o que tencionava dizer-lhe: apontar-lhe umas falhas suas que a turma notou... e comentou... Mas antes que você as leia, — e fique injustamente magoado comigo, — aceite um abraço dêste seu amigo,

LUIZ TABAJARA

Espero, por exemplo, que nada de grave haja ocorrido com você, pessoalmente, nem com pessoa de sua família na sexta-feira última. Desejo ardentemente que não tenha passado de uma dor de cabeça importuna, que um simples comprimido tenha podido combater. Porque na verdade, meu amigo, a sua fisionomia o traiu. De nenhum modo você teria podido demonstrar com maior perfeição que daria tudo para não estar naquela aula... E como toda ação provoca uma reação, como já dizia Newton à sombra da macieira, nós também de bom grado teríamos dispensado a sua preleção... Se você tiver observado a turma, percebeu com certeza os movimentos impacientes com que nós consultávamos os relógios de pulso... Nada, meu amigo, é mais fatal para uma turma do que o desânimo ou a irritação de um instrutor. Se você estiver cansado alguma vez, ou aborrecido, com o fígado "incompatível com o serviço militar", a ponto de não poder controlar-se, não se lembre de dar uma aula, porque os pobres alunos sofrerão sem ter culpa alguma! O melhor meio é isolar-se, e curtir o mau humor de que os outros não devem tomar conhecimento.

O ensino exige um estado de compreensão recíproca entre o instrutor e o aluno. Irritado, seu espírito está fechado a essa compreensão. Por melhor que você tente desenvolver a matéria, não logrará resultado satisfatório. Neste caso, o aluno terá de aprender "apezar do instrutor", e isto torna muito penoso o seu esforço durante a aula.

* * *

Facilitar a apreensão da matéria pelo aluno — eis o seu verdadeiro papel. Há várias formas de apresentar um assunto, como também há várias formas de apresentar uma peça no teatro. Suponha que um diretor de uma companhia, inteiramente excêntrico, dispensasse os ensaios, e apresentasse suas peças "de primeira mão". Por maior valor que tivessem seus artistas, o resultado seria desastroso.

Uma vez você chegou na sala atrasado, com uma carabina .50 nas mãos. Lembra-se? Sim, justamente aquela instrução que foi crivada de perguntas. Diga-se de passagem: gostei de sua habilidade para esquivar-se delas... Soube que você maneja a arma com dextreza — meus cumprimentos, — mas você, somente por esse fato, não estava em condições de dar aquela instrução! Toda a gente sentiu naquele dia que você foi colhido de surpresa, talvez nem soubesse que tinha de dar aula, e nos trouxe uma carabina como poderia ter trazido um canhão sem recuo ou um bacamarte de carregar pela boca. Notando seu embaraço, as perguntas foram escasseando, e por fim a turma compreendeu que não devia "molestá-lo". Seus olhos estavam injetados e disseram-me que você perdeu o trem. Cá entre nós: gostou do baile da véspera?

* * *

Na verdade, nesse dia você teve sorte, quanto às perguntas. Via de regra surgem, durante as aulas, perguntas dignas de deixar embaraçado qualquer instrutor desprevenido. Neste ponto você foi bem sucedido: ao preparar o assunto não se esqueceu de preparar-se para as perguntas. Uma vez perguntaram a um instrutor que falava sobre gases persistentes, em que região da França ficava a cidade de Ypres, — donde vem o nome da iperite. De outra vez, quando explicava o manejo do lança-rojão, outro teve de responder, — ou melhor, não pôde responder — a quem se deve o nome de "efeito Monroe" do projétil da "bazooka".

Há em primeiro lugar o caso das "perguntas de ensaio"... Não sei se você terá percebido, porém nas suas primeiras aulas, você foi alvo de algumas. Saiu-se bem, felizmente; a turma se convenceu de que você estava apto, e daí em diante somente uns poucos perguntadores inveterados continuavam a fazer perguntas "perigosas". Outro

caso é o das dúvidas que realmente surgem. Estas perguntas você deve estimular. O pior procedimento é o que teve, talvez sem querer, naquela instrução sobre a sub-metralhadora. Você se irritou quando lhe perguntaram se se podia atirar com a tampa abaixada. — Claro que não! disse você com aspereza. Conhece aquele lema: O freguez tem sempre razão? O instrutor não pode tirar ao aluno a liberdade de fazer perguntas. Maltratado, o freguez não voltará à loja. Humilhado, o aluno se mostrará esquivo e não revelará sua dúvida. Por que não adotar: O aluno tem sempre razão?

* * *

— Bem, me dirá você, não é possível estar preparado para responder a todas as perguntas que o aluno cismar de formular! Estou de acordo, e neste ponto apreciamos a sinceridade que você usou todas as vezes que desconhecia o assunto: — Meus senhores, consultarei os regulamentos e tentarei explicar-lhes depois. Ótimo: não exigimos que o instrutor seja uma enciclopédia. Compreendemos mesmo um pequeno engano cometido numa aula e corrigido na seguinte. Mas tenha cuidado com estas duas práticas! Use, mas não abuse! Senão, à custa de tanto dizer e desdizer sucessivamente, a turma perderá toda a confiança em você, como o leitor perde a confiança em um livro cuja errata possui algumas páginas...

* * *

Você teve pouca sorte com um dos assuntos que lhe couberam. Armamento, sem dúvida, é interessante, mas algumas aulas teóricas de regulamento de serviço em campanha foram uma afronta à nossa paciência. Palestras teóricas facilmente se tornam monótonas, e é difícil fixar os seus ensinamentos. Suas primeiras palestras foram mais bem sucedidas do que as últimas. A razão é que você se dedicou mais a elas. Suponhamos, por exemplo, que aquela instrução em sala, de reconhecimento e ocupação de posição tivesse sido dada simplesmente com um giz e quadro negro. O resultado teria sido um... Você, inteligentemente, apresentou cartazes interessantes (soube depois quem era o desenhista: meus parabéns) e exibiu em seguida aquele filme, que por si só dizia tudo!

* * *

Outro recurso interessante foi o dos testes de fim de aula. Dez perguntas bem formuladas focalizando os pontos principais do assunto — uma coisa tão salutar depois de uma aula teórica como um banho frio após a ginástica. O teste obriga o aluno a prestar atenção durante a aula, porque ninguém deseja ser colocado em situação muito inferior nos resultados. Quando está resolvendo, o aluno rebusca na

memória o que foi dito pelo instrutor, e isto ajuda a fixar os conhecimentos. Não acha que o resultado obtido compensa o trabalho da correção? Então por que abandonou um método tão aconselhável?

* * *

Se o teste nos pareceu indispensável após as aulas teóricas, como excelente meio de prender a atenção, não seria de pouco valor depois das instruções práticas. Mas neste caso deve ser de outro tipo, de acôrdo com a própria natureza do assunto. Primeiro, eis a minha opinião sobre o modo *como não se deve fazer*: Após uma instrução de desmontagem do mecanismo da culatra do obuz 105, organize uma prova do seguinte modo: Primeira questão — Descrever as operações necessárias para desmontar a culatra do obuz 105. Segunda questão — Descrever as posições das peças dos aparelhos de disparo e extração, logo após ter sido dado o tiro e antes de se extrair o estojo.

Que tal? Justamente, assim você fez, uma vez. Não seria melhor exigir que *cada aluno* executasse a desmontagem pedida? Por que só há verdadeiramente um modo de aprender a fazer: fazendo.

* * *

Só há um modo de aprender a fazer: fazendo. Nada pode substituir a aplicação prática. Somente de uma forma você poderia estar convicto de que a instrução de serviço em campanha estava compreendida. Esse único meio, realmente proveitoso, não seria levar os alunos ao campo, deixar que se perdessem e se identificassem novamente com o terreno, dar margem aos incidentes que sempre surgem, fazer sentir as dificuldades?

Suponhamos que você tencionava tirar a carteira de motorista e se matricule numa escola. Um instrutor muito competente se senta ao volante de um carro e você ao seu lado. — Observe aqui, — diz ele — e sai pelo trânsito congestionado da cidade. Duas horas depois, tendo-lhe mostrado as velocidades do veículo e como usar os pedais, volta ao ponto de partida e pergunta: — Compreendeu? É assim que se faz. Agora tome sua carteira, está habilitado, — dá-lhe uma pancadinha no ombro — muito bem! pode comprar seu carro e espatifá-lo cinco minutos depois, de encontro a um poste!

* * *

Assim você faz conosco, "mutatis mutandis". — Meus senhores, é assim que se enche o recuperador do 155. Como o tempo é pouco, não poderemos praticar.

Se o tempo não permite que seja dada a prática, ou se a aula teórica não tem valor objetivo, mas simplesmente de ilustração, minha opinião é que deve ser cancelada do programa. Um curso de especialização não comporta palestras "de cultura geral". Haverá sempre um modo mais útil de aproveitar o tempo correspondente.

Por falar em aproveitamento do tempo, ponho um ponto final nesta carta, para que não seja preciso que alguém a resuma para que você a leia. Não se assuste: despeço-me agora.

Espero que não se tenha aborrecido. Contudo, se realmente você quiser desforrar-se de mim, há um processo fácil: consiga que eu seja designado para o seu lugar. Dizem que as mais das vezes a maior vitória dos políticos é não vencer as eleições... Depois de todas estas minhas críticas, há enorme possibilidade de que, no próximo curso um aluno escreva sobre mim, opiniões mais severas do que as que expressei a seu respeito...

Quando quiser — e depois que tiver passado a zanga — disponha. Para você, um abraço dêste seu instruendo e amigo,

Ten. Luiz Tabajara.

MATRIZ: Rua Amador, 131 — Caixa Postal, 248 — Telefone, 3058
e 2625 SANTOS

IMPORTAÇÃO — COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES GÊNEROS DE
ESTIVA

Endereço Telegráfico: "LAGE".

FERREIRA LAGE & CIA. LTDA.

FILIAL: Rua Paula Souza, 29 — Caixa Postal, 4023 Tel. 4-5814
SÃO PAULO

FILIAL Avenida Central, 175 a 195 — Caixa Postal, 5 —
ARAPONGAS — E. do PARANÁ

IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO CABOTAGEM

BORGES, MOREL & CIA. LTDA.

Agentes em todos os portos do Brasil

Matriz: SANTOS RUA TUIUTE, 83 (andar superior) Sala 1,
Telefone, 7041 — Caixa Postal, 729

Filial: SÃO PAULO — R. FLORENCIO DE ABREU, 157 3.º Andar
Conjunto de Salas, 310 — Tel. 2-3850 e 3-2236 — Caixa Postal, 6080

Uma nova ciência: a «Polemologia»

NOTA PRELIMINAR — O Sr. Edmond DELAGE, membro da Academia de Marinha, é um dos mais conhecidos jornalistas franceses, como especialista em questões militares.

Antes da guerra, foi um dos mais apreciados correspondentes do jornal "LE TEMPS", onde tratava especialmente da rubrica consagrada aos estudos referentes à Marinha e ao progresso das técnicas modernas. Tendo frequentado os mais ilustres Chefes franceses e colaborado sempre em todos os estudos em curso, é, ainda hoje, um dos mais acatados escritores militares.

Ativo colaborador do jornal "LE MONDE", consagra uma parte importante de sua atividade intelectual ao êxito da "REVUE DE DÉFENSE NATIONALE", da qual é Redator Chefe.

Muito interessado pelo desenvolvimento do Brasil e sabendo que existe no Exército Brasileiro uma "REVISTA DE DEFESA NACIONAL" análoga à Revista que dirige em Paris, enviou especialmente para essa Revista "irmã", por intermédio do Adido Militar da França, o artigo cuja tradução feita pelo próprio Coronel Buchalet constitui mais um índice expressivo da dedicação com que esse nosso distinto Camarada de Armas se desempenha de sua missão na nossa terra, cultivando-lhe a língua.

O referido artigo estuda um ramo bem recente e muito interessante da Sociologia, da lavra do grande sociólogo GASTON BOUTHOUX que trata, pela primeira vez, da guerra considerada em si mesma, como fenómeno social e ao qual o autor deu o nome "gracioso" de POLEMOLOGIA (POLEMOLOGIE).

E, portanto, justamente desvanecido, que aqui consignamos ao distinto escritor Sr. Edmond DELAGE os nossos agradecimentos pela expressiva gentileza de sua colaboração pessoal nas páginas de nossa revista, que tantas vezes já se tem inspirado no texto opulento da "Revue de Défense Nationale". Se a eletricidade liga os homens eliminando as distâncias, a identidade de ideais nobres e elevados, mais do que isto, aproxima e irmana os que por eles se batem sinceramente.

"A la Revue "A DEFESA NACIONAL" qui, à des milliers de kilomètres de nous, lutte, comme notre "REVUE DE DÉFENSE NATIONALE" pour le maintien de cette culture générale qui ennoblit et élève l'Officier." — (Edmond DELAGE).

As ciências da guerra, até agora, tradicionalmente, só compreenderam a História Militar, a estratégia, a tática e a organização dos Exércitos. Sob o nome de (polemologia" (polémologie), Mr. Gaston BOUTHOU, propõe estudar a guerra em si mesma, as suas formas, as suas causas, os seus efeitos e as suas funções como fenómeno social. Ao lado de trabalhos de sociologia geral que serão brevemente condensados em um vasto tratado, Mr. Gaston BOUTHOU, já desde há muito, empreendeu interessantes pesquisas sobre os problemas demográficos. Num trabalho intitulado "LA POPULATION DANS LE MONDE" — do qual, há uns 10 anos, já assinalávamos a importância — o autor examinava as relações que regem a guerra e os movimentos de população. Sob a terrível atualidade do assunto, dilatou, depois, esse campo de pesquisas. Em um opúsculo que acaba de ser publicado sob o título "CENT MILLIONS DE MORTS", nos dá alguns resultados provisórios de suas sugestivas pesquisas. Na reflexão dos homens, pouco lugar ocupa a guerra. No entanto, sempre a guerra os obsedeu. Mas, é para celebrá-la ou maldizê-la, para prepará-la ou fazê-la; raramente, se interrogaram a seu respeito. Desde a infância, em que faz parte de seus brinquedos, o homem acha-se como impregnado na "pseudo-evidência" da guerra. No fim dos dois gigantescos conflitos que ensanguentaram o planeta, parece recair nos mesmos atoleiros. Não será humilhante para a humanidade pensar que, por mil Estados-Maiores dispersos no mundo, não existe um só organismo, um centro, um só Instituto de pesquisas sobre a guerra? As nações acham natural gastar centenas de milhares para fazê-la; acham elas, ao que parece, supérfluos os esforços destinados a procurar compreender a natureza desta estranha epidemia mental que os afflige periodicamente. Mal as hostilidades se acham terminadas, prodigalizam-se elas para aperfeiçoar novos engenhos de destruição, fixar os seus métodos e os seus progressos.

Ora, em primeiro lugar, o que importa para Gaston BOUTHOU, é estudar a guerra como fenómeno social ainda inexplorado. Será só quando o nosso conhecimento da mesma fôr mais aprofundado que poderemos esperar diminuir a sua frequência, amenisar os seus estragos. Gaston BOUTHOU procura realizar essas pesquisas por meio de hipóteses, necessárias, acha êle, para obter resultados frutuossos. A guerra é um fenómeno conjectural, de caráter periódico ou, pelo menos, "periodomorfo" (periodomorphe). A maior dificuldade em matéria de conflitos armados é que se confunde, quase sempre, o

sintoma, ou a manifestação externa da doença, com o próprio mal. Na origem de qualquer guerra, descobre-se um impulso sub-jacente, por assim dizer, aos motivos e pretextos mais variados. Cada país tem excelentes razões para atacar os seus vizinhos. Qualquer incidente pode ocasionar um conflito armado. Como é por que essa propensão virtual torna-se, em certos momentos, virulenta? — Não há, efetivamente, ao que parece, conflitos de interesses que não possam ocasionar uma transação, feridas de amor próprio, que não se possam sanar honrosamente. Devem, pois, ser descobertas certas causas sociais, explicando porque, em certos momentos de sua história, povos inteiros — assim como os indivíduos — se furtam a qualquer consideração de prudência e de moralidade e, acima de tudo, desejam combater. Esta "belicosidade potencial", é principalmente ligada à complexão demográfica. Não se trata do número absoluto da população, mas de uma estrutura social caracterizada sobretudo pela superabundância de homens jovens, em relação às tarefas essenciais da economia. A época atual seria, pelo que diz o autor, particularmente belicosa porque a racionalização e o progresso técnico tornaram disponíveis, para a guerra, uma proporção de homens infinitamente maior do que no passado. A relação entre os efetivos dos Exércitos de operação e o número total da população, foi aumentando regularmente, desde a Idade Média até aos nossos dias. Causas essas, aliás, iguais e na medida em que a conjuntura política e internacional, assim como o equilíbrio das forças em presença, tornam a luta armada praticável, a "belicosidade" de um grupo é medida por essa relação. Nos países fortemente industrializados, as tarefas estando nitidamente definidas, este suplemento em homens e a falta de trabalho — que é uma de suas manifestações — são muito mais perceptíveis. É o que, para o autor, explica o fato que a Índia e China, apesar de sua enorme população, sejam relativamente menos belicosas que o Japão e a Alemanha.

Mas existe uma outra razão para esse fato: a falta de higiene e as condições mortíferas de trabalho, devidas à ausência de leis sociais e de proteção à infância, as epidemias e as fomes periódicas, ocasionam, na Ásia, falhas sensíveis na população. A isso deve-se acrescentar o infanticídio em uso na China e no Japão de antanho. São essas calamidades que asseguravam o equilíbrio da população. Onde não existem mais, vê-se uma outra forma de destruição tomar o seu lugar. A das epidemias "zoológicas" substituiu-se, cada vez mais uma epidemia "psicológica": a guerra. Foi assim que, quando o Japão adotou a higiene moderna e proscreeu o infanticídio e o aborto, foi levado a adotar o imperialismo armado e a política belicosa que, em última análise, não é senão uma espécie de "infanticídio adiado". — O método oriental é um "reequilíbrio contínuo e espontâneo"; o ocidental, um "reequilíbrio espasmódico e quase voluntário".

No decorrer do século XIX^o, e até os nossos dias, a população da América cresceu na relação de 1 para 11 (era de 25 milhões em 1800; 85 em 1870; 144 em 1900 e 276 em 1940). A Europa passou de 185 milhões em 1800, a 401 em 1900 e 534 em 1940. As outras partes do mundo passaram de 661 milhões em 1800, a 1.006 em 1900 e 1.406 em 1940. A raça branca quadruplicou desde 1800, enquanto que as outras raças somente dobraram. Acrescentemos a isso uma exigência crescente no que diz respeito aos níveis de vida e compreenderemos que os brancos sejam os mais belicosos.

Indus e chineses esclarecidos, querem, hoje, com medidas apropriadas, abaixar a mortalidade de seus países ao nível europeu. Por pouco que se aproximem do dito nível, a natalidade ficando a mesma, vê-se a situação de pânico que sobreviria. Esperar-se-ia então, fatalmente, uma verdadeira explosão da Ásia. A nossa época não se mostrou somente a mais belicosa. Povos, no entanto aparentemente civilizados, deshonraram-se com crueldade nunca vistas. Essas provêm, quase que necessariamente, de uma nova prática que o autor analisou e denunciou já em 1935. A guerra de 40 trouxe uma confirmação atroz às suas previsões. Antigamente, os povos sujeitavam-se aos desequilíbrios demográficos. Não eram responsáveis pelas suas impulsões belicosas. A mais temível novidade deste século, é a cultura voluntária desses desequilíbrios, por parte de certas Nações, para fins imperialistas. Enquanto viviam apertadamente em suas fronteiras, os dirigentes da Alemanha, da Itália e do Japão praticaram sistematicamente a "inflação demográfica". Daí resultou a extrema "belicoidade" de seus povos, levados, quase fatalmente, pelo fato da "superpopulação" a soluções desesperadas. Aumenta, por outro lado, os desequilíbrios sociais, habitualmente geradores das perturbações internas e, intensificando o impulso belicoso, os leva a aventuras de êxito incerto. Os feudos japoneses, antes de 1868, limitavam rigorosamente o número de seus servos. Os mesmos organizaram a "superpopulação". Que farão agora?

Um dos principais traços deste ensaio de sociologia da guerra é a importância que nele têm os ciclos e os ritmos; no entanto, nas sociedades, estes não apresentam o extremo rigor revelado pela física ou a fisiologia. A duração média dos ciclos varia, aliás, de acordo com os tipos de sociedades; quando a estrutura se modifica, os ritmos mudam também. A que atribuir a periodicidade das guerras? Aqui, o autor dá a preeminência aos fenômenos demográficos. As grandes guerras situam-se, geralmente no cume dos períodos de aumento rápido da população. Citando somente exemplos tirados de nossa história, a guerra de cem anos, as guerras de religião, as guerras do fim do reino de Luiz XIV e as da Revolução, apresentam todas esse traço comum. Os dois gigantescos conflitos que acabamos de presenciar,

colocam-se no cume de um período de maior crescimento da população européia.

A hipótese que liga o impulso belicoso à estrutura demográfica, será de natureza a atenuar a responsabilidade dos responsáveis pela guerra? O autor defende-se de tal conclusão. Estudar objetivamente o fenómeno guerra, não obsta que haja guerras justas e injustas, agressores e defensores, vítimas e carrascos. Mas, essa responsabilidade agrava-se e torna-se esmagadora quando os culpados, em vez de sofrerem passivamente as consequências de um desequilíbrio de que ignoravam as causas, o provocaram conscientemente. Um peca por ignorância; o outro, organizando a inflação demográfica, com fins agressivos, premedita seu crime contra a humanidade. Isto fez com que nazistas e fascistas fossem, na Europa, os "organizadores do desespero". Antes de 1940, os mais humanos dos alemães, confessavam, deplorando-o, que eles julgavam uma conflagração necessária para permitir a expansão de uma nação muito apertada nas suas fronteiras. Pensemos nos dias que se seguem à inflação demográfica, na situação dos tristes produtos da natalidade provocada, nas jovens gerações do Eixo, concebidas para dominar o mundo e que vão provavelmente ficar isoladas com as suas "superfluidades".

Outro fato nos ajudará a melhor compreender a função demográfica das guerras: são as crises económicas. Sabemos como se desenrola o seu "processus". Após um período de prosperidade que se traduz pelo aumento da produção e a alta continua dos preços, bruscamente cria-se um rompimento. Os preços caem então, a produção diminui, a falta de trabalho aumenta. Sobretudo advém um retraimento de capitais excedentes, uma deflação provocada pela baixa do curso dos valores e o aviltamento dos preços. Depois, no fim de um período de marasmo e convulsões económicas, um novo equilíbrio surge, a situação melhora e, de novo, os preços sobem e a produção aumenta. Na medida em que o fator demográfico produz a impulsão belicosa, a guerra tem o papel de um relaxamento periódico, análogo ao das crises no domínio económico: o valor da vida humana diminui.

Se esta hipótese for exata, isto é, se a função da guerra for tal, sua importância (medida quer pela frequência, quer pelas destruições de vidas humanas, isto é, pela sua eficiência) deve ser menor aonde agem outras causas de destruição. É isto que se dá nos países onde a mortalidade infantil é considerável e a duração da vida humana mais curta. Era o caso da Europa até o fim do século 18º. Há de ser assim, em nossos dias, na China e nas Índias, onde a duração média da existência não ultrapassa 25 anos. Nesses países, a miséria, a péssima higiene e as epidemias, às quais devemos acrescentar certas calamidades nacionais, como as inundações do YANG TSE, asseguram o relaxamento. As civilizações do tipo europeu conseguiram preservar-se dessas calamidades naturais; parece que o papel das

guerras tem crescido proporcionalmente; às epidemias físicas que dizimavam outrora as populações, substituiu-se uma epidemia psíquica: a guerra.

Tudo leva a crer que a frequência, a importância e o desenrolar dos conflitos ligam-se, em grande parte, aos fenômenos demográficos. Por isso, nunca se poderá tratar seriamente dos problemas da paz, enquanto não se colocarem, no primeiro plano das preocupações internacionais, os problemas de população.

Tais são essas vistas sugestivas e novas. Pedem reflexão e talvez críticas. Seria, assim pensamos, muito perigoso para um país como a França — assolado por um século de “desnatalidade” e ao qual seu maltusianismo custou muito mais perdas de material humano do que as suas três guerras: de 1870-71, 1914-18 e 1939-46, buscar um pretexto nas teses de J. BOUTHOU, para renunciar a um inelutável esforço em favor do renascimento familiar e de uma imigração bem concebida e dirigida. Será um dia possível organizar no mundo, mesmo graças a uma O.N.U. toda poderosa, uma demografia bastante harmoniosa para impedir aos homens de terem, como no decorrer dos séculos, pretexto e vontade de se suprimirem ferozmente? Em todo caso, o mérito de nosso autor consiste em ter formulado o problema. A humanidade, até agora, parecer preferir o velho adágio: “se queres a paz prepara a guerra”. Irá, ela, enfim, compreender que mais valeria dizer: se queres a paz, conhece a guerra”?

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

Matriz: SÃO PAULO — Praça Antonio Prado, 6 — Caixa Postal.
789 — End. Telegr.: “BANESPA”

Depósitos — Empréstimos — Câmbio — Cobranças — Transferências — Títulos — As melhores taxas — As melhor condições — Serviço rápido e eficiente.

AGÊNCIAS — 53 Agências nas principais cidades do Interior e uma em Campo Grande (Mato Grosso)

FUNDIÇÃO E OFICINA MECÂNICA

Oficina Ramasco Ltda.

MAQUINAS PARA CORTUMES EM GERAL

RUA DR. RICARDO, 212 — TELEFONE, 2823

Cx. Postal, 247

CAMPINAS

Debates Sôbre o Problema do Petroleo

II Conferência realizada, no Instituto de Engenharia de S. Paulo, em 19 de Junho, pelo GENERAL JUAREZ TAVORA

I — PREÂMBULO

1. Repito, aqui, as palavras com que abri minha 1.^a conferência no Clube Militar do Rio : é menos meu intuito transmitir às pessoas que me ouvem pontos de vista pessoais definitivos sôbre o problema da exploração das riquezas do nosso sub-solo e, especialmente, do nosso petróleo do que abrir um debate público sôbre essa matéria.

2. Essa troca de idéias parece-me impôr-se ao momento em que se estão refundindo os textos legais, que regem o assunto, para adaptá-los aos dispositivos da nova Constituição, muito menos irredutivelmente nacionalista que os da Constituição de Novembro de 1937 e, mesmo, que os da Constituição de Junho de 1934.

3. Esse debate visará, de um lado, esclarecer dúvidas deixadas ou geradas no espírito dos ouvintes pela presente exposição; e, de outro lado, permitir que aquêles ouvintes, que já tenham pontos de vista firmados sôbre a matéria e divergentes dos agora expostos, possam contrapô-los aos do conferencista.

4. Para melhor aproveitamento do tempo — sem prejuízo da clareza da exposição e da amplitude do debate — a conferência vai ser dividida em duas partes principais : uma versando sôbre a análise dos fatores fundamentais, que devem condicionar uma solução realista do problema, envolvendo a apreciação de premissas e conclusões parciais delas imediatamente decorrentes, e uma síntese, abrangendo o conjunto; a outra parte, será constituída por uma equação parcial do problema (aspecto político), coerente com a *síntese estabelecida* e, conseqüentemente, com as premissas, aceitas e de cujas conclusões parciais haja resultado aquela síntese.

5. Após a exposição de cada uma dessas partes — haverá debate, que abrangerá, assim, as premissas admitidas, as conclusões parciais delas decorrentes, a síntese resultante e a equação parcial do problema, coerente com essa síntese.

6. Rogo que as perguntas ou objeções sejam formuladas de modo preciso e conciso, visando esclarecer determinada dúvida existente sôbre premissa, conclusão, ou medida conseqüente, admitida pelo conferencista, ou, ainda, destruir qualquer ponto de vista por êle defendido, contrapondo-lhe outros mais acertados.

II — *Conveniência de se considerarem, objetivamente, fatores que condicionam a solução do problema.*

1. Quando a nós militares, nos pedem a solução de um problema tático, três dados essenciais nos são fornecidos :

a) *a situação* (dados referentes à natureza e atitude do inimigo contra o qual se deve agir ; sua situação no espaço, em relação àquela de nossos elementos ; dados sôbre a faixa de terreno ocupada pelas forças de um e outro lado e que se interpõe entre elas — faixa sôbre a qual deve desenvolver-se a ação prevista ;

b) *missão* atribuída à força amiga ;

c) *meios* de que dispõe essa força para cumprir a missão recebida.

2. É em função da análise de cada um desses fatores (comumente chamados *fatores da decisão*), seguida de uma síntese — resultante da comparação e crítica das conclusões parciais dela retiradas — que se estabelecem as *bases coerentes da solução* (chamadas, comumente, *Decisão*). v

3. Essa decisão, de exclusiva responsabilidade do chefe, é, no seu conjunto, uma obra de artista ; mas o trabalho preparatório de análise dos fatores que a condicionam, e conducente à síntese, em que se apoia — é de natureza técnica.

4. Nessas condições, é lícito admitir-se que, partindo-se dos mesmos dados iniciais, devidamente analisados, sob um mesmo critério técnico — surjam várias soluções táticas aceitáveis (cada uma delas refletindo as características próprias do chefe que decidiu, pois isso é uma questão de domínio artístico).

5. Mas são inaceitáveis aquelas soluções que fugirem às conclusões decorrentes da análise objetiva dos fatores do problema e da síntese resultante de sua comparação e crítica.

6. Chamamos às primeiras, soluções *coerentes* ou *reais* ; e, às segundas, soluções arbitrárias ou inconseqüentes.

7. Julgo que, ao pretendermos equacionar problemas nacionais, deveríamos tomar escrupulosamente em consideração cada um dos fatores que os condicionam, analisando-os, comparando e criticando as conclusões parciais resultantes dessa análise, para chegar a uma *síntese*, capaz de basear *coerente e realisticamente* as *normas fundamentais de sua solução*, ou seja o seu *equacionamento*.

8. Examinando, aqui, uma *equação razoável* para a solução (ou soluções) do problema nacional do petróleo, no que toca ao seu aspecto político, permito-me *ensaiar o emprêgo de tal método*.

III — *Análise dos fatores fundamentais do problema e síntese correspondente.*

1. Considero como interessando fundamentalmente a qualquer solução política objetiva do problema petrolífero brasileiro, os seguintes fatores :

- a) Os objetivos visados com a solução do problema;
- b) As possibilidades nacionais para alcançar essa solução;
- c) As realidades mundiais da indústria petrolífera;
- d) Servidões ou dependências que a situação internacional e especialmente continental, de um lado, e, de outro lado, as limitações do texto constitucional podem impôr à solução do problema.

2. *Objetivos visados com a solução do nosso problema petrolífero.*

a) Dois objetivos fundamentais devem orientar a solução geral do problema :

— suprir as nossas necessidades de consumo de combustíveis líquidos, a preços baixos, reforçando, ao mesmo tempo, a nossa economia interna e segurança nacional;

— concorrer — se o justificarem nossas reservas petrolíferas — para a satisfação das necessidades mundiais e, especialmente, continentais de petróleo — integrando, de um lado, maiores recursos em nossa economia geral, pela ampla mobilização dessa riqueza, e, por outro lado, reforçando as condições de defesa do continente, ou daquela parte do mundo civilizado, a cuja sorte, em caso de guerra, nos sintamos mais ligados por compromissos ou afinidades internacionais.

b) Essa missão abrange duas partes ou objetivos sucessivos : o 1.º mais restrito e urgente; o 2.º mais amplo e, logicamente, imediato. Será possível ou conveniente separá-los, resolvendo um após o outro, segundo a sua ordem natural de urgência ?

Responderemos isso mais adiante.

c) De qualquer forma, uma parte, é nacionalmente, mais importante do que a outra : a *satisfação das necessidades internas* deve preterir a das continentais e, com mais forte razão, a das mundiais; o *reforço de nossa segurança nacional* pretere, igualmente a da segurança continental e mundial.

3. Possibilidades nacionais relacionadas com a solução do problema.

a) Pelos estudos geológicos já procedidos — pode-se concluir que as zonas possivelmente petrolíferas do Brasil cobrem área da ordem de 3 milhões de km².

b) Essa área, sendo superior ao território da Argentina, e segundo presumo, bem maior que a área total coberta pelos campos petrolíferos estadunidenses — pode constituir-nos, em futuro próximo, num dos maiores centros petrolíferos do mundo.

c) Esta última premissa precisa ser confirmada ou desmentida, quanto antes, a fim de que, com segurança, possamos *delinear, de vez, os rumos definitivos de nossa política petrolífera*.

d) Mas essa verificação só pode realizar-se através de uma extensa e intensa campanha de pesquisa petrolífera (prospecções geofísicas no conjunto das áreas geologicamente indicadas, seguidas de perfurações nas estruturas reveladas como mais favoráveis à existência do petróleo).

e) Penso, pessoalmente — e vai nisso importante premissa — que não dispomos de capitais e técnicos bastantes para realizar, sozinho, tal campanha, com a amplitude e intensidade requeridas.

f) Conclusões :

1.^a devemos interessar o capital e técnicos estrangeiros nessa campanha pela exploração do petróleo brasileiro;

2.^a) dados, porém, a importância econômica e significação, como fator de segurança nacional, da riqueza petrolífera — é mister não permitir que o capital estrangeiro nela invertido pretenda transformar-se em *senhor do empreendimento*, mas se contente com a situação de simples auxiliar, ainda que considerado indispensável.

4. Situação mundial do petróleo (dados de 1945).

— América — 2,2 bilhões de barris;

— M. Oriente — 0,226 bilhões de barris.

b) Reservas cubadas :

— América — 28 bilhões;

— M. Oriente — 30 bilhões.

c) Média de produção diária por poço :

— América — entre 12 (Estados Unidos) e 206 barris

(Venezuela);

— M. Oriente — entre 270 (Bahrein) e 9.000 barris (Irak).

d) Preço médio do barril posto a bordo :

— América — US\$ 0,54 (Venezuela) e US\$ 0,78 (Peru);

— M. Oriente — entre US\$ 0,27 (Iran) e US\$ 0,49 (Irak).

e) Custo do transporte marítimo :

— antes da guerra — US\$ 0,01/100 milhas;

— novos petroleiros — US\$ 0,45/20.000 km.

f) *Algumas conclusões :*

1.^a As reservas "yankees" de petróleo — conhecidas e prováveis não bastarão para garantir, por muito tempo mais, o atual ritmo de extração e consumo.

2.^a) As reservas mundiais conhecidas e prováveis asseguram o abastecimento normal dos mercados mundiais, durante 30 anos, no mínimo.

3.^a É impossível ao petróleo americano concorrer com o do M. Oriente nos mercados da Europa, Ásia e África, *sem o placet do trust internacional*, senhor do petróleo do M. Oriente.

4.^a O trust do petróleo poderá, em breve, prescindir do petróleo americano, para satisfazer sua clientela, de paz, nos demais continentes.

5.^a) Em caso de *guerra mundial*, entretanto, é pouco provável que o trust anglo-americano do petróleo, controle, satisfatoriamente, a exploração dos campos do M. Oriente.

6.^a) Em consequência, *a exploração de novos campos petrolíferos americanos — por que se interessam as grandes empresas "yankees" — responderá, possivelmente, menos a um fim puramente comercial, do que de natureza estratégica, interessando ao conjunto do continente.*

5. *Servidões impostas ao problema pelos nossos compromissos continentais e pelo texto da nova Constituição.*

a) Dentro do espírito de cooperação continental que comanda, hoje, as relações entre os povos da América, não devemos pretender fazer da exploração de nosso petróleo — pelo menos se as reservas de que dispomos tiverem o vulto que lhes atribuímos — um negócio regido por exclusivismos egoísticos, mas, ao contrário, um poderoso e nobre instrumento de impulsão de nossa economia e de reforço da segurança continental.

b) Em contra-partida, os nossos irmãos do continente, especialmente os americanos do norte, interessados, como nós próprios, nessa garantia de segurança continental, devem ajudar-nos em nossas dificuldades iniciais, proporcionando-nos — sem preocupações imperialistas ou monopolistas — capitais, equipamentos e técnicos especializados, para que possamos cumprir, com oportunidade e eficiência, nossa tarefa.

c) Mesmo que as verificações posteriores venham a revelar a existência de reservas petrolíferas apenas suficientes para a satisfação de nossas necessidades internas — deverão os Estados Unidos ajudar-nos a atingir rapidamente esse estágio de autossuficiência em matéria de petróleo — certos de que nós saberemos retribuir-lhes, fraternalmente, esse auxílio, nas horas difíceis do futuro — mesmo tendo de privar-nos de uma boa parte daquilo que fôr estritamente indispensável à satisfação de nossas necessidades normais de consumo.

d) A nova Constituição estabelece :

1) que a exploração das riquezas do sub-solo se fará mediante autorização ou concessão federal, *conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no Brasil* (art. 152 e § 1.º);

2) que cabe à União decretar impostos sobre produção, comércio, distribuição e consumo e, bem assim, importação e exportação de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza (art. 15, item III).

3) que cabe ao proprietário do solo *preferência* para a exploração das riquezas do respectivo sub-solo, devendo essa preferência ser regulada de acordo com a natureza das jazidas (parte final do § 1.º do art. 152).

e) Algumas conclusões :

1.ª) Encarado sob o aspecto de política continental, parece haver interesse recíproco nosso e dos Estados Unidos, em dar imediatamente à exploração de nossas jazidas petrolíferas um desenvolvimento compatível com suas amplas possibilidades.

2.ª) Podem os Estados Unidos — melhor que qualquer outro país do continente e do mundo — ajudar-nos com capitais, equipamentos e técnicos, para que tal exploração se faça nas proporções e com a urgência desejadas;

3.ª) Nossa Constituição, facultando, por um lado, a utilização da técnica e do capital estrangeiros, para a exploração de nossas riquezas minerais, sem riscos para a soberania e segurança nacionais (só através de sociedades organizadas no Brasil), e, por outro lado, que se dêem garantias efetivas de remuneração àquêle capital (tributação única de alçada federal) — abre caminho à cooperação frutuosa e honesta do mesmo, naquela exploração;

4.ª) A preferência constitucional dada ao proprietário do solo para a exploração das jazidas minerais existentes no respectivo sub-solo — constituindo um entrave à exploração imediata e econômica dessa riqueza potencial (incapacidade técnica e financeira da maioria dos proprietários, desacórdos entre condôminos, perda de tempo para a outorga de concessão a terceiros, etc.) e, quiçá, abrindo uma porta ao açambarcamento de áreas de sub-solo presumivelmente rico em minerais — deve ser cuidadosamente regulamentada, suprimindo-se tal preferência — se fôr legalmente possível — para o caso das explorações petrolíferas.

6. Síntese das conclusões anteriores.

Parece-me que, do confronto e crítica das conclusões anteriores podem deduzir-se as seguintes conclusões fundamentais, à guisa de síntese basilar para o racional equacionamento do nosso problema petrolífero, quanto ao seu aspecto político :

1.ª) A mobilização de nossa riqueza potencial em petróleo deve visar — de um lado, o fortalecimento imediato da economia e da segurança nacionais, e, de outro lado, atender compromissos ligados à política de boa vizinhança e à segurança continental.

2.ª) Não bastando os nossos recursos disponíveis para realizar essa necessária mobilização, com a amplitude que as nossas reservas prováveis de petróleo autorizam e a urgência que os fins visados reclamam — podemos e devemos recorrer ao concurso estrangeiro (capital, equipamentos e técnicos), para objetivá-la;

3.ª) Podemos e devemos aceitar esse concurso de quem no-lo queira conceder nas melhores condições de preço, tempo e eficiência — ressalvadas apenas certas servidões impostas pelos fins a alcançar;

4.ª) Sendo um desses fins o incremento de nossa economia e segurança — é mister que a mobilização de riqueza a fazer-se para alcançá-lo não escape, como processo econômico, no seu conjunto, ao controle nacional, ou, em outras palavras, que os meios externos utilizados os subordinem aos fins nacionais perseguidos;

5.ª) Pelo menos se quisermos concorrer com o nosso petróleo nos mercados externos e manter o seu preço em nível razoável no mercado interno — devemos evitar, de um lado, quaisquer excessos inconsiderados nas taxas e impostos que oneram a respectiva indústria, e, de outro lado, óbices legais e burocráticos que entravam a sua gestão administrativa;

6.ª) A conciliação razoável entre os meios ou auxílio externos requeridos e os fins nacionais e continentais objetivados — subordinando aqueles a estes, mas conferindo-lhes, em troca, o gozo de vantagens e segurança, que os os interessem, efetivamente, na realização da empresa — constitui, sem dúvida, um dos pontos mais delicados do problema.

IV — *Esquema de uma equação política do nosso problema.. petrolífero.*

1. Esse esquema — atendo-se, coerentemente, de conclusões da síntese anterior — conducente à colaboração do capital estrangeiro para a exploração ampla e imediata de nossas reservas petrolíferas — pode resumir-se num balanço de direitos e obrigações a ser estabelecidos, em lei, para aquele capital, de forma a, de um lado, obter a sua necessária colaboração, e, de outro lado, ressaltar os interesses de nossa economia e da segurança nacional.

2. Eis esse balanço :

A) — *Garantias e vantagens a ser concedidas ao capital estrangeiro :*

1.ª) Execução honesta das cláusulas contratuais firmadas, durante todo o prazo de vigência do respectivo contrato, garantindo-se recurso final ao judiciário para dirimir desacórdos supervenientes;

2.ª) Margem razoável de remuneração do capital realmente investido nos empreendimentos (juros e dividendos), bem como para sua amortização no prazo da concessão.

3.ª) Liberdade de exportação :

— para as parcelas de amortização do capital, em proporção a permitir amortizá-lo dentro do prazo de concessão;

— para os juros das obrigações (debentures) e ações preferenciais e dividendos das ações ordinária correspondentes à parte não amortizada do capital.

4.ª) Direito de subscrição, em igualdade de condições com o capital nacional, de obrigações, ações preferenciais e ordinárias, para a constituição do capital das empresas que se destinarem à exploração (pesquisa e lavra de campos petrolíferos) e à distribuição (venda) de produtos do petróleo.

5.ª) Direito à subscrição de 40% das ações ordinárias das empresas, ou ramos de empresas relacionadas com o beneficiamento (refinação) e transporte especializado (oleodutos e navios petroleiros de cabotagem), podendo concorrer em igualdade de condições com o capital nacional para a subscrição de ações preferenciais e obrigações (debentures) dessas mesmas empresas.

6.ª) Direito de eleger diretores das empresas ou ramos de empresas dedicadas ao beneficiamento e ao transporte de petróleo, em número proporcional à porcentagem (até 40%) das ações ordinárias que subscrever;

7.ª) Direito ao recebimento, em caso de encampação da empresa, de uma indenização correspondente à parte do capital subscrito não amortizado, calculado à base do custo histórico, menos a depreciação, e acrescida de uma parcela razoável, a título de lucros cessantes, calculada, — de um lado, em função do lucro médio anual obtido nos 5 anos anteriores à encampação, e das possibilidades comerciais futuras do empreendimento (anos restantes do contrato e perspectivas econômicas da exploração, nesse período), — e, de outro lado, tendo em vista que a concessão encampada verse sobre exploração de riqueza pertencente à Nação, ou de serviço de utilidade pública, e que uma parte razoável dos lucros cessantes deve caber a quem vai assumir a responsabilidade de continuar tal exploração.

8.ª) As empresas autorizadas à exportação de produtos petrolíferos — uma vez satisfeitas as exigências integrais do consumo interno de tais produtos — poderão exportar petróleo bruto, sem pagar imposto de exportação até o limite de 3 vezes o volume contemporâneo daquele consumo interno.

9.ª) Garantia de que a tributação única federal, somada às taxas específicas incidentes sôbre cada ramo da indústria petrolífera, não ultrapassará, em conjunto, limites que ameacem a estabilidade financeira das empresas, nem force o encarecimento dos preços do produto no mercado interno, em relação aos preços correntes no mercado internacional.

10.ª) O imposto de renda será cobrado a tôdas as empresas nos termos gerais impostos pela legislação federal vigente para as demais atividades econômicas do País.

11.ª) Será garantida a cada empresa dedicada a pesquisa e lavra de jazidas petrolíferas a concessão de áreas consideradas tecnicamente suficientes para garantir um ritmo de extração econômica do petróleo, durante todo o período da concessão.

12.ª) O prazo de concessão será bastante longo para permitir uma razoável remuneração dos investimentos realizados para a pesquisa e amortização, sem encarecimento do produto, em relação aos preços médios vigentes no mercado mundial de consumo. Mas não deverão ultrapassar, normalmente, os limites de uma geração (30 anos), só podendo, em casos especiais de explorações difíceis ou pouco rendosas, ser prorrogados até o limite máximo de 50 anos.

b) *Exigências a ser estabelecidas para o fortalecimento de nossa economia e ressalva de interesses da defesa nacional.*

1.ª As empresas dedicadas à exploração do petróleo entregarão ao Governo Federal, sem indenização, metade da área petrolífera pesquisada, afim de constituir reserva nacional.

— A lavra da metade restante da área pesquisada pela concessionária, será feita de forma a não prejudicar a exploração (ou diminuir o petróleo existente) da área contígua, deixada como reserva nacional.

2.ª) As empresas dedicadas à exploração do petróleo pagarão ao governo federal as seguintes taxas :

— *superfidiária*, a título de utilização da superfície abrangida pela concessão e cobrada à base do Hectare-ano (crescente com o correr do prazo de concessão) ;

— de *regalia*, a título de exploração de riqueza nacional, e proporcional à quantidade de petróleo extraído.

3.ª) As empresas dedicadas à exploração do petróleo só poderão exportá-lo, depois de satisfeitas as exigências normais do consumo interno e acumulada uma reserva de matéria prima bruta para atender necessidades eventuais extraordinárias.

4.ª) A exportação de petróleo bruto será livre até um limite compatível com a prosperidade financeira das empresas e calculado em função do consumo interno (2, 3 ou mais vezes êsse consumo, conforme fôr julgado, tecnicamente razoável). — A partir dêsse limite, as empresas exportadoras serão obrigadas a exportar parcelas

progressivamente crescentes de produto beneficiado podendo pagar, ainda imposto de exportação sobre o excedente bruto exportado, também crescente até o máximo de 5% *ad valorem*.

5.^a) O pagamento do produto exportado será feito efetivamente no mercado de embarque contra a liberação do produto embarcado, à razão do preço de custo, acrescido de taxa razoável de lucro.

6.^a) As empresas dedicadas ao beneficiamento, ao transporte, ou a distribuição do petróleo pagarão, a título de imposto industrial, uma quota sobre os lucros brutos, variável para cada empresa e até o limite máximo de 5%, destinada à constituição de um fundo nacional de petróleo a cargo do C. N. P., e destinarão, no mínimo, 20% dos lucros líquidos a trabalhos de pesquisa do petróleo, por conta própria.

7.^a) Todas as empresas petrolíferas pagarão impostos de renda correspondente aos lucros líquidos obtidos por suas atividades no País, inclusive os resultantes da exportação do petróleo.

8.^a) Os acervos das empresas petrolíferas dedicadas à exploração, beneficiamento, transporte, ou distribuição do petróleo, reverterão, gratuitamente, ao patrimônio nacional, no fim dos respectivos prazos de concessão.

9.^a) A exploração dos campos petrolíferos de reserva nacional e a utilização dos acervos revertidos ao patrimônio da União se fará sob a forma de arrendamento, só concedido a pessoas físicas brasileiras ou a Sociedades organizadas no Brasil e com a maioria do capital nacional.

10.^a) As empresas dedicadas à exploração do petróleo e controladas por capital estrangeiro serão obrigadas a empregar em cada ramo de trabalho especializado de sua indústria um número crescente de engenheiros, que variará de 1/5, no início da exploração, a 2/3 ao iniciar-se a segunda metade do prazo de concessão.

11.^a) As Companhias estrangeiras que subscreverem ações de empresas petrolíferas organizadas no Brasil, obrigam-se a fornecer óleo bruto, pelos preços normais de suprimento ao mercado internacional, às destilarias nacionais e também, — desde que isso esteja ao seu alcance — a facilitar o fornecimento de equipamentos e de técnicos de que necessitarem as organizações congêneres controladas por capital nacional, para o desenvolvimento econômico e eficiente de suas indústrias.

V — Considerações finais.

1. Algumas observações sobre o ensaio de solução apresentado.

1.^a) A solução sugerida no presente ensaio resultou da análise de umas tantas premissas, referentes ao problema do petróleo, em seu

conjunto, permitindo o estabelecimento de várias conclusões parciais, de cujo confronto e crítica pode concluir, em síntese :

a) que as nossas possibilidades petrolíferas são de ordem a justificar uma exploração ampla dessa riqueza: potencial, visando não só a satisfação das necessidades do consumo interno de combustíveis líquidos, como as de outras nações do continente, e, mesmo, se isso fôr economicamente viável, as necessidades de outros centros internacionais de consumo;

b) Sendo verdadeira essa conclusão, devemos procurar resolver o problema da exploração do nosso petróleo dentro do elevado espírito de pan-americanismo que vem orientando a nossa política continental, transformando, quanto antes, essa riqueza potencial em instrumento efetivo de enriquecimento nacional e de segurança do Brasil e do continente americano;

c) Os Estados Unidos devem estar interessados — como maiores responsáveis pela segurança e defesa do hemisfério ocidental (e em consequência também as suas grandes empresas petrolíferas) na exploração imediata e ampla do nosso petróleo, devendo facilitar-nos seu necessário concurso, em capitais, equipamentos e técnicos, para a pronta e eficiente montagem dessa indústria;

d) Isso posto, julgo possível uma razoável conciliação entre os *fins nacionais e continentais* a obter e os *meios externos* (capitais, sobretudo) de que necessitarmos para alcançá-los.

Se alguém discorda das premissas tomadas como pontos de partida e das conclusões parciais de onde decorreram as conclusões finais acima citadas — para êsse alguém a solução proposta, deve ser rejeitada, em seu conjunto.

Não valerá assim a pena perder tempo discutindo minúcias para tentar conciliar o inconciliável...

2.^a) Os dados numéricos constantes das condições admitidas para uma conciliação razoável entre os interesses da economia e da segurança nacionais, de um lado, e os do capital estrangeiro, a ser invertido na exploração do nosso petróleo, de outro lado, representam apenas indicações, podendo ser modificados, após o estudo mais cuidadoso e objetivo da matéria, especialmente no tocante a taxas e impostos.

3.^a) Os próprios termos propostos na fórmula de conciliação poderão variar, compensando-se concessões feitas a um dos lados, com concessões equivalentes ao outro. Assim, ao invés de constituir reservas nacionais com áreas apenas projectadas, poder-se-ia fazê-lo com reservas "inferidas", "indicadas", ou, mesmo "medidas" mas, naturalmente, compreendendo percentagens cada vez menores, em relação à área total concedida. Análogamente, poderia ser permitida ao capital estrangeiro a subscrição total das ações referentes a concessões de tipo "integral", destinadas à exportação de petróleo, tornando-se, em

compensação, totalmente nacionais as subscrições de ações ordinárias referentes à exploração, refinação, transporte, especializado e distribuição para o mercado interno.

2. *Apêlo aos brasileiros de boa vontade.*

Terminando, dirijo um apêlo,

a) a todos os brasileiros, para que se interessem efetivamente, cada um na medida de suas possibilidades : primeiro — por que tenhamos uma Lei de Petróleo justa, prudente, sábia; segundo — para que, tendo-a, esforcemo-nos por prestigiá-la e fazer com que todos — nacionais e estrangeiros — a respeitem;

b) particularmente, de um lado, àquêles brasileiros que já deram o melhor de seus esforços e entusiasmos para vencer, contra tudo e contra todos, a primeira e mais difícil batalha, pela exploração do nosso petróleo — a do seu descobrimento — para que, esquecendo dissabores, incompreensões e sacrifícios, voltem, como bons combatentes, à primeira linha desta segunda batalha — a da exploração efetiva de nossas reservas petrolíferas, onde lhes deve caber um lugar de destaque; e, de outro lado, aos órgãos oficiais que orientam e controlam as atividades petrolíferas nacionais, para que se esforcem por esclarecer, amparar e estimular todos àquêles que se têm empenhado, se estão empenhando ou venham a empenhar-se na grande e nobre batalha da incorporação efetiva de nosso petróleo à economia nacional !

ROSATO S/A.,
COMISSARIA E EXPORTADORA
SANTOS

RUA 15 DE NOVEMBRO, 45 — TELEFONE, 5920
END. TELEGRÁFICO: "ASTRO" — CAIXA POSTAL, 200

COMPANHIA PAULISTA
DE EXPORTAÇÃO
SANTOS

RUA DO COMERCIO 49 — TELEFONE, 5261 — ENDER..
TELEGR. "COPAULEX" — CAIXA POSTAL, 704

A Ciência, a Guerra e a América

Cel. J. B. Magalhães

Todos sabem quão tem sido grande a influência das pesquisas científicas para as transformações morfológicas da guerra. Alguns, percebendo súbitamente tal fato, chegam agora a querer ver, com a entrada em cena da energia atômica, *mais uma revolução no campo da luta militar* e não hesitam, sem maior exame, fazer tábua rasa, de exércitos, esquadras e tudo quanto é organização militar, jogadas com desdém para o monturo dos ferros velhos. Atitudes velhas, de sempre que surgiram fatos novos...

Nós pensamos diferentemente. Acreditamos que as aplicações da energia atômica, no campo da guerra, por se mostrarem terrivelmente destruidoras, possam levar os povos a desistir desse argumento brutal da política. Mas, se assim não for, supomos apenas crescerão eles novas armas às que já possuem...

Um fato, porém, é positivo. Há uma intimidade cada vez maior entre as operações militares e o trabalho científico, em busca de mais potência destruidora, mais mobilidade, maior raio de ação.

A rigor, no esquema geral da guerra hodierna, o grosso das forças combatentes, constitui-se agora com os que labutam nos laboratórios, nas indústrias, nas minas, na agricultura. *Os exércitos* funcionam efetivamente como *vanguardas*. São indispensáveis.

A decisão da luta conforme nos ensina princípio eterno da guerra, penderá, portanto, ainda a favor do grosso *mais forte e mais ativo*, isto é, do contendor que souber e puder, *protegido por suas vanguardas*, produzir mais e melhor.

A capacidade de mobilização científica e da indústria, adquirem assim importância transcendental. Tanta quanto a das forças militares. Mas a da ciência que é o elemento gerador e aperfeiçoador das indústrias, produtoras dos instrumentos de guerra e que a alimentam avulta consideravelmente. Torna-se destarte, um dos cuidados de grande preocupação dos órgãos nacionais incumbidos de prepararem a passagem do país do *pé de paz* para o *pé de guerra*.

Não podem os Estados-Maiores agora limitar mais ao só trato das operações e aos cuidados da mobilização do que existe, as suas cogitações e atividades do tempo de paz. Precisa saber preocupar-se com os meios de valorizar e de ampliar as realizações nacionais, o que importa em saber estimular, incentivar e proteger as atividades científicas de toda a ordem, como elemento básico da força bélica do país.

Passou definitivamente a era do velho soldado feito só para brigar como era no tempo dos reis e continuou a ser, mais ou menos, até 1914.

Para o comando militar moderno, há agora responsabilidades morais e práticas, relativas ao valor das *fontes mesmas* donde emana a força de que se não pode alhear. Não pode, por isto, furtar-se ao dever de zelar pelos *interesses cardiais* do país, influentes na sua capacidade de mobilização, entre os quais, avulta tudo que entende com a pujança monetária, financeira, econômica, etc., e, em cujo quadro toma relevo o trabalho ativo de *pesquisas científicas*, de toda ordem.

É lógica e, mais ainda, evidente. As instituições militares não são hoje, a bem dizer-se, órgãos de guerra como outrora, mas, de preparação desta. E o comando que visse o enfraquecimento do país pela *inflação* ou pelo *predomínio do interesse de alguns sobre o de todos*, sem advertir os poderes públicos de suas funestas consequências para a desejada capacidade militar, não se desempenharia de todas as suas responsabilidades para com a Pátria.

O desenvolvimento da atividade científica nacional merece dele todo o carinho. É das pesquisas em laboratórios e campos experimentais que se desenvolvem para melhor conhecimento dos recursos nacionais, notadamente quanto a fontes de energia, que podem emanar novos recursos para robustecer a força nacional.

Todavia, é preciso considerar-se que o bom desempenho de um tal papel, efetuado com a conveniente amplitude, demanda uma adaptação mental às condições novas da guerra que não é fácil adquirir, tanto da parte dos militares como dos diretores civis da Sociedade por isso que ha nela enraizadas tendências a deixar de lado. Exige, principalmente, uma reestruturação dos órgãos de comando, que os habilite para as suas novas tarefas, o que também não é fácil conseguir, pelo mesmo motivo.

A solução deste problema, tende, porém, felizmente, a ser acelerada entre nós pela maior aproximação com os Estados Unidos e com mais frequentes relações entre os órgãos militares e culturais de ambos os países. É facilitada ainda pela marcha conciente francamente iniciada para a *unidade da América*, com os resultados da Conferência do Rio de Janeiro.

Desde que se reconhece haver um interesse *americano comum* para o caso de guerra, conseqüentemente ha de se admitir saibam as nações americanas auxiliarem-se mutuamente na paz para que se possa fazer o melhor aproveitamento dos recursos de cada um em benefício de todas. E se fundamenta, por certo no maior incremento possível das *pesquisas científicas*, mister em que a colaboração com os Estados Unidos é do maior proveito, e no qual o comando militar de cada nação é fortemente interessado.

Volta Redonda, Fundamento de Liberdade Econômica e Política do Brasil

Major Stoll Nogueira

Volta Redonda, após tantas vicissitudes, está em pleno funcionamento como um símbolo de política de boa vizinhança de que foi pioneiro o presidente Roosevelt.

Já Horrabin afirmára que, se, no Brasil, se constituísse a grande Siderurgia, no aproveitamento de suas gigantescas jazidas de ferro, ela só se levantaria com o auxílio da técnica e do capital americanos.

Seu vaticínio, contudo, realizou-se apenas pela coincidência de que, quando brasileiros ilustres procuravam concretizar a idéia de há muito latente na consciência duma minoria esclarecida, governava os Estados Unidos o grande Roosevelt em oposição ao reacionarismo plutocrático.

De qualquer forma, porém, dos altos fornos de Volta Redonda correm, de alguns meses a esta parte, milhares de toneladas de ferro e aço às mais urgentes necessidades do país que assim inicia verdadeiramente a era industrial de sua história econômica. Este evento corôa os esforços dalguns homens que, mercê de sua obra, viverão, como Mauá, imorredoiros, na gratidão do Brasil. De dois apenas pioneiros da grande obra pretendemos exaltar os nomes, Edmundo Macedo Soares e Raulino de Oliveira. Eles podem, com efeito, sintetizar a geração que, inaugurando o ciclo da revolução política brasileira em 1922, lançou também os fundamentos de sua revolução econômica e industrial, de maior porte e significação na história futura da Nação visto lhe abrir nova era ao seu progresso e civilização.

Na verdade, o dia em que acenderam-se as coqueiras de Volta Redonda, distilando-se as primeiras toneladas de carvão catarinense, na obtenção com matéria prima nacional dos primeiros e valiosos sub-produtos da hulha, deve ser considerado de magnitude igual ao de nossa emancipação política, porque, no mundo contemporâneo, a liberdade política condiciona-se integralmente à liberdade econômica, que só a indústria de base pode conceder.

Espancadas as trevas do pessimismo, anuladas as forças internas e externas que trabalhavam, ostensivas ou veladas, contra os superiores interesses da Nação, empenhadas em mantê-la sob estrutura essencialmente agro-pastoril, na defesa da tese das economias complementares, repudiada por todos os povos, o Brasil toma o rumo certo

de sua destinação industrial, cujo substratum é seu potencial geológico, dos mais opulentos do mundo, ainda quasi todo inerte no seio da terra, apenas arranhada no dizer dum cientista, e seus mananciais de energia hidráulica praticamente inesgotáveis.

Examinemos, porém, de mais perto a transcendente significação dêsse fáto para o futuro do Brasil.

Não fôsse a gigantesca produção de ferro e aço dos Estados Unidos e Inglaterra, totalizando toneladas esmagadoramente superiores às do Eixo; não fôsse a nòvel indústria siderúrgica da Russia, exemplo para nós, porque sopesada sob impulso do Govêrno em país industrialmente atrasado e, no entanto, outorgando-lhe desde logo sólido poderio, e proscritas sem dúvida teriam sido do mundo a democracia e a liberdade.

Na guerra moderna, podemos raciocinar em termos de ferro, aço e combustível.

Sob êste aspecto, embora vencida, a doutrina de guerra alemã foi lógica e certa: ganhar a guerra com recursos adrede acumulados, mercê de irrupção ofensiva subitânea, brutal e surpreendente, apanhando o inimigo desprevenido, e, sem lhe permitir transmutar seu potencial de paz em potencial de guerra, esmagá-lo rápidamente. É que o Estado Maior Germânico sabia ser impossível às indústrias pesadas do Ruhr e da Silésia superar a produção metalúrgica e petrolífera conjunta daquelas três grandes potências.

No mundo contemporâneo, livres são os povos economicamente fortes e cada dia mais subalternizados os economicamente fracos. E povos economicamente fortes são os que dispõem, á raiz de sua estrutura industrial, metalurgia, potente e bem organizada. "A alternativa é segura" e, não admitindo controvérsias, verdadeira para todos os povos, o é também para o Brasil.

Daí a significação de Volta Redonda no prestígio internacional do País. Na América do Sul, assegura-nos o primado militar e político, porque 1.000.000 de toneladas de ferro e aço, que ésta será sua produção a pleno rendimento, pesam bem mais que todos os argumentos retóricos, sobretudo quando no outro prato da balança pouco ou quasi nada existe.

A repercussão de Volta Redonda na economia interna do País não será menos importante. As 250.000 toneladas de ferro e aço, oriundas da pequena siderurgia, juntar-se-á a de seus altos fornos, cuja produção no primeiro ano de funcionamento será de 300.000 toneladas, mas que, ao término de sua bateria de 5 altos fornos Siemens-Martin elevar-se-á a cêrca de 1.000.000 de toneladas.

Todos sentem urgente a reforma do sistema de transportes ferroviário nacional, modificando-se o traçado em planta e perfil da maioria de suas estradas, consolidando-se as linhas de trilhos velhos e desgastados, incapazes de suportar o tráfego que a produção nacional está

a exigir, construindo-se muitas outras de favoráveis condições técnicas, renovando-se o material rodante de precário rendimento. Imposta pelos imperativos de nosso progresso e segurança, é tarefa inadiável, num plano orgânico de realizações públicas, que deve ser neste momento a máxima preocupação governamental. Pois bem, para isso, Volta Redonda concorrerá de início com 90.000 toneladas de trilhos de todos os pêsos e com perfis de todos os tipos, vergalhões, chapas, eixos, rodas, aros, molas, com grande parte enfim de ferro e aço necessários à construção e reparo de obras de arte, linhas, vagões e locomotivas.

A guarda das costas e ao comércio de cabotagem e transatlântico do Brasil, esquadras de paz e guerra modernas e eficientes devem ser construídas em nossos próprios estaleiros, restabelecendo-se as tradições navais do império, postergadas pela República. Estaleiros existem no País, dentre os quais os das Ilhas das Cobras, do Viana e Mocanguê, de cujas carreiras, durante a guerra, saíram, à encomenda das Marinhãs Nacional e Britânica, unidades de comércio e combate, prestantes na luta contra o Eixo. Constrange-as, contudo, a onerosa importação de todos os perfis, leves e pesados, utilizados na construção dos cavernames e das chapas de revestimento. Pois bem, Volta Redonda modificará em parte o fâcies dessa situação e, a par disso, garantirá ao Brasil supremacia no comércio marítimo da América do Sul e a qualidade de armadoria naval de outras Nações.

A agricultura nacional, todos sabem, é empírica e rotineira. As necessidades alimentares do povo crescem dia a dia. É, ao passo que os índices demográficos dos centros urbanos aumentam, a produção dos campos é estacionária sinão mesmo decrescente. Milhares de toneladas de produtos agrícolas, que aqui encontrariam favorável ecologia, são importadas em detrimento da balança de pagamentos. A inflação dos preços dos gêneros de primeira necessidade é sobretudo decorrente da ínfima produtividade da terra, cultivada segundo processos irracionais, à força elementar do braço humano, sem máquinas e fertilizantes; do excessivo afastamento entre os centros de produção e consumo; da incapacidade das vias rodó e ferroviárias e da exorbitância tarifária dos transportes.

Em igualdade de área cultivada, a produção do Brasil é das mais baixas do mundo. Um alqueire no Brasil dá 100 arrobas de algodão e 20 toneladas de batata, diz um jornal de São Paulo, enquanto no Peru e na Alemanha produz, respectivamente, 200 arrobas e 50 toneladas. Urge mudança radical. No terreno técnico, ajudá-la-á, sem dúvida, Volta Redonda, fundindo blocos de motores de máquinas agrárias, tratores, discos de arados, lâminas de segadeiras e, do mesmo passo, fabricando alguns fertilizantes, desinfetantes e produtos químicos, fundamentais à higiene dos campos e à higidez dos rebanhos.

As indústrias nacionais de transformação, importando na quasi totalidade matérias primas semitrabalhadas e arrematando-as quasi apenas no País, fixando aos produtos, preços extorsivos, num verdadeiro saque à economia do povo; indústrias de estufa, fortemente protegidas, haurindo com seus tecidos, calçados, utensílios domésticos, papel, etc., de inferior qualidade, lucros sem qualquer relação lógica com a capacidade aquisitiva das massas, precisam de nova orientação, mais racional e consentânea com os interesses gerais da Nação, se realmente se pretende elevar o padrão de vida dos brasileiros. Neste terreno, forçoso é um ajustamento às realidades do Brasil. Não é nesta altura mais admissível o contraste chocante e injusto entre uma minoria de potentados e uma esmagadora maioria de miseráveis e esfaimados, num desequilíbrio social, geratriz de futuro sombrio à Nacionalidade. Ora, esse ajustamento só será exequível, dum lado, elevando as indústrias de muito os coeficientes produtivos, racionalizando o trabalho, melhorando, modernizando os equipamentos fabris para baixa ponderável do custo de produção, e, doutro lado, atenuando-se a severidade aduaneira, proscrevendo-se resolutamente as indústrias artificiais que, ainda assim, não suportarem a concorrência estrangeira. São compreensíveis os embargos opostos pelos países industriais à importação de novos mecanismos, sobretudo dos pesados. Todos os países porfião em se adaptar às novas condições decorrentes da guerra. Assim, mínima será sua contribuição pelo menos nestes 5 anos ao reequipamento industrial do Brasil. Mas, o problema angustioso não poderá ficar pendente de solução sinão à custa de imensos sacrifícios do povo. Então, decisiva far-se-á sentir a intervenção de Volta Redonda, reforçando a capacidade das indústrias mecânicas, possibilitando-lhes fornecimentos a baixo custo de ferro e aço indispensáveis à fabricação de equipamentos de toda ordem. O Brasil pôde e deve fabricar seus teares, seus tornos mecânicos, suas máquinas operatrizes. O que neste particular já foi realizado dá-nos a segurança dessa possibilidade.

O Brasil para ser digno de sua missão histórica e dos compromissos internacionais consequentes à sua participação ativa na guerra ao lado das Nações Unidas deve ser militarmente forte. Então, mais equipamentos às suas forças, mais metralhadoras, aviões, tanques e canhões. Como, porém, obtê-los no estrangeiro por preços astronômicos? Como conseguir a massa de ouro necessária à sua importação, si delicada é a posição da moeda? Como garantir os suprimentos no decurso duma guerra, na hipótese muito provável dum impedimento das linhas marítimas de abastecimentos? Nenhuma solução outra que não a de ampliar a capacidade dos arsenais, usinas químicas e fábricas de material bélico nacionais. E, para isso, Volta Redonda lhes poderá dar, ao lado de ferro e seus derivados em ligas especiais,

alguns produtos químicos essenciais à fabricação de explosivos de alta capacidade.

Em 1943, o Brasil importou apenas 25% de ferro e aço comprados em 1938, no valor de Cr\$ 105.089.000,00. Ora Volta Redonda e outras Usinas semelhantes que, ao influxo de seu êxito levantará a iniciativa particular, significarão liberação de divisas, outrora destinadas a tais aquisições.

E esse ouro não ficará inerte no Tesouro Nacional sinão que, ao contrário, servirá à importação de mais máquinas pesadas e ferramentas de precisão, mais locomotivas, automóveis e caminhões, mais motores de aviões, mais material elétrico e utensílios domésticos, mais turbinas e material especializado, indispensáveis às grandes obras públicas que nos incumbe realizar, na tarefa da reestruturação e fortalecimento econômico da Nação.

Causas históricas, pouco a pouco, evidenciadas pela análise realista de escritores da envergadura de Caio Prado Júnior, Gilberto Freire, Roberto Simonsen e Vicente Licínio Cardoso, numa honesta interpretação, sob critério científico, dos fatos, militam ainda no entrave ao ascenso material e cultural do Brasil, coartando seu progresso e refletindo-se no baixo padrão de vida de seu povo.

Só elas, com efeito, explicam o fato de que outros países, entrados ao mesmo tempo no trabalho de valorização de seus recursos naturais, tenham-se postos, de muito à dianteira do Brasil. Uma dessas causas, quicá das maiores, cujas origens está no acendrado individualismo ibérico, nos fracos pendores do trabalho científico do português e nos fracos índices de cultura africana, reside na infima capacidade técnica e associativa do povo brasileiro, em seu desgosto ao rigor metodológico da pesquisa, básicas no desenvolvimento industrial, e, no entanto, só agora, paulatinamente superados pela nova mentalidade exurgida no Brasil com a revolução de 1930 e autora de Volta Redonda e de outros empreendimentos de igual envergadura.

Pois bem, Volta Redonda ao par de tôdas as vantagens sobreditas, ainda será, emparelhada com as universidades e as escolas especializadas, um centro de treinamento técnico, formador e fornecedor de mão de obra eficiente, de metalurgistas práticos, de homens de ação que, espalhados pelo território nacional, serão, por certo, artífices da obra revolucionária de transmutação de sua estrutura econômica, social e política.

Eis que, bem mais do que geralmente se julga, Volta Redonda está, na verdade, à raiz de toda a história econômica, futura do Brasil.

A Linha Montes Claros—Monte Azul

Ten. Cel. OLIMPIO MOURÃO FILHO

Inaugura-se, provavelmente, ainda em setembro, a nova linha de estrada de ferro construída pela Central do Brasil, ligando Montes Claros a Monte Azul, uma das mais importantes realizações da administração de Napoleão de Alcassaro Guimarães que, em boa hora, confiou-a ao eficiente e dinâmico Dr. Demosthenes Rockert, um dos orgulhos do nosso corpo de engenheiros civis, construtores de estrada de ferro.

O Estado Maior do Exército, em seu devido tempo, muito se interessou pela realização que forneceu assuntos variados e importantes e suscitou algumas contorvérsias que, embora de natureza pouco própria para publicidade sensacional, não de molde a merecerem exame ainda agora, sendo de toda vantagem que fique documentada desde já a posição do Exército no caso, visto como o futuro julgará severamente algumas decisões erradas e gravíssimas, relativas ao plano geral de ligação de Montes Claros a Contendas e Salvador, decisões tomadas, contra a opinião então corrente no E.M.E...

Desde logo, para que o leitor possa nos acompanhar com facilidade nesta exposição, devemos explicar que a administração da E.F.C.B., sob a direção de Napoleão Alencastro ficou encarregada do trecho Montes Claros-Monte Azul, tendo o D.N.E.F., se reservado o restante da ligação de Monte Azul com Salvador.

Devemos consignar ainda, de passagem, que o prolongamento referido, do ponto de vista comercial, em nada interessa à autarquia da Central, só tendo sua administração se colocado entusiasticamente ao lado do Exército na construção, por patriotismo e espírito bandeirante e que, de todo o vultoso capital de quasi duas centenas de mil contos, empregados na construção pela E.F.C.B., só ultimamente foi a administração reembolsada pelo Governo Federal.

Os estudos levados a efeito, concluíram por um traçado um perfil com os seguintes característicos técnicos:

Em planta:

— Ráio mínimo	301,61 (muito poucos, a maioria é de 600 e 1.000 metros).
— Extensão em réta	76,9% — Kms. 183.477,00
— Idem, em curva	23,10% — Kms. 54.819,00
— Total de curvas	148, das quais as principais são:
	1 de 29 quilômetros
	1 de 11 quilômetros
	1 de 9 quilômetros
	3 de mais de 6 quilômetros
	7 de mais de 3 quilômetros, e as restantes tôdas acima de um quilômetro.

Em perfil:

— Rampa máxima compensada na curva	0,010
— Extensão em nível	31,7% — Kms. 75.792,00
— Extensão em rampa	68,3% — Kms. 162.504,00

Comprimento virtual:

— Sentido da importação	kms. 430.767,16
— Sentido da exportação	kms. 531.343,46.

Tendo o Dr. Rockert terminado os estudos do trecho atribuído à E.F.C.B., por iniciativa própria aprovada pelo Diretor, levou-os avante, e conseguiu alcançar as vertentes do Rio Verde Pequeno, encontrando uma passagem na região do Saco da Onça (Km. 765 — O em Salvador), sem necessidade de desrespeitar as condições técnicas estabelecidas nos estudos do trecho anterior.

Neste ponto, estabeleceu-se controvérsia séria. O D.N.E.F. que também procedia aos estudos, optou por um traçado diferente, com características muito piores e já inaceitáveis para o tempo em que se faziam os estudos referidos.

Assim é que os raios mínimos foram encurtados para 200 metros e a rampa máxima levada até 0,020, isto é, o dôbro da tolerada no trecho da Comissão Rockert.

Nesta ocasião, a Comissão de Rede da E.F.C.B., sob nossa chefia interina, resolveu intervir com o fito muito justificável de evitar tão inexplicáveis diferenças de caracteris-

ticas ao longo da mesma linha que afinal seria Montes-Claros-M. Azul-Salvador.

Neste ano, isto é, 1943, adiantadas já iam as grandes obras concebidas, projetadas e levadas a efeito, por Napoleão Alencastro, no ramal de S. Paulo, a fim de transformar aquela *ingênuo e ineficiente linha de bonde* em uma verdadeira estrada de ferro, e discutia-se, isto sim, se o raio mínimo deveria ser de 600 ou 1.000 metros e a rampa máxima de 0,005 ou 0,010 e não era mais admissível que se construísse uma linha nova com raios de 200 e rampas de 0,020.

A primeira tentativa da Comissão — apoiada pelo saudoso General Alcoforado, então na Chefia interina do E.M.E. —, foi conseguir afastar o D.N.E.F., das obras de prolongamento, de modo que à E.F.C.B., fôsse entregue a realização total até a ponta dos trilhos (Malhada de Pedra, km. 649 — O em Salvador). Se isto tivesse sido obtido, era certo não estarmos hoje a lamentar o que se fez e as condições técnicas do resto da linha teriam obedecido à concepção Rockert, única compatível com a moderna ferrovia.

Para tal fim, organizou-se uma viagem de inspeção a Montes Claros e o Chefe interino do E.M.M. — General Alcoforado, acompanhado do Coronel Barcelos e Major Brigido, teve oportunidade de verificar os métodos da Comissão Rockert e a extraordinária capacidade, eficiência e rapidez no lançamento dos trabalhos, tudo falando a favor da entrega do resto da grande obra ao Dr. Rockert que manobrava sob sua competente direção, uma formidável organização administrativa em pleno funcionamento e em condições de ampliar ainda mais seu teatro de operações.

Tudo indicava ser vantajosa a entrega dos trabalhos à Comissão Rockert, tanto mais quanto não parece curial transformar o D.N.E.F. — órgão específico de centralização da planificação, fiscalização e financiamento — em executor de construções.

Desgraçadamente, porém, não se conseguiu convencer os responsáveis pela administração e a Comissão Rockert teve os limites de sua tarefa em Monte Azul.

Perdida a primeira batalha, travamos imediatamente a segunda, que consistia em obrigar diretamente o D.N.E.F. a respeitar as características mínimas de raio de 300 metros e rampa de 0,010.

A Comissão da Rede conseguiu uma reunião no Gabinete do Ministro da Viação, General Mendonça Lima, composta

do chefe interino do E.M.E., Chefe da 4.^a Seção, Chefe do D.N.E.F., Dr. Waldemar Luz e outros Engenheiros do Departamento, Dr. Rockert e o Comissário Interino da Rede.

As discussões prolongaram-se por várias horas e o Ministro da Viação prometeu resolver posteriormente, depois de melhor estudar a questão.

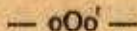


E a ferrovia, de Monte Azul para o Norte, conta com curvas de 200 metros de raio e rampas de 0,020, formando um complexo de resistências, que obriga à mudança de tração em Monte Azul, falta injustificável contra a economia e a defesa nacionais.

Não levará muito tempo e um futuro Diretor do D.N.E.F., estará preocupado em realizar, por preços proibitivos, retificações do traçado e perfil entre Montes Azul e Salvador e mais ao Norte, ao mesmo tempo que entre Montes Claros e Belo-Horizonte, forçado pela necessidade de curar a arterioesclerose de nascença da grande via que nos salvará se, numa guerra que pode vir no ano próximo, nos fôr novamente arrebatada a liberdade no Atlântico.

Neste momento, a engenharia e a administração nacionais abençoarão a obra da Comissão Rockert e lamentarão profundamente o fato de não terem tido êxito os esforços da Comissão da Rede N.^o 1, quando na ânsia de evitar o êrro, acionou tantos órgãos, dando a impressão falsa de que estava empenhada meramente na propaganda paga da administração Napoleão de Alencastro.

Um dia, breve, comboios pesados correrão em altas velocidades entre Monte Claros e Monte Azul e aí, então, com tristeza para a administração, haverá mudança de tração e diminuição de rendimento em Monte Azul.



Os tempos atuais não comportam a concepção de ferrovias com curvas de raios abaixo de 600 metros e rampas acima de 0,005, salvo em situações muito especiais, como em funiculares. A via que se inaugura ainda tem alguns raios de 300 metros e certas rampas de 0.010; mas, de Monte Azul para o Norte, o quadro piorou muito.

E' preciso, porém, ficar fixado que o Exército, em devido tempo, tudo fêz para evitá-lo.

Quando estiverem prontas as obras do ramal de São Paulo e que a Nação puder avaliar a grandiosidade do que ali se realizou, mais uma vez caberá uma parte das honras ao Exército, porque a Comissão da Rede N.º 1, em relatório circunstanciado sugeriu os melhoramentos em 1934 e coube a um oficial do Exército, Tenente Coronel Napoleão de Alencastro Guimarães, concebê-los, planificá-los e realizá-los.

FABRICA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS "CONDOR"

Fabricação esmerada de instrumentos de música, para Banda, Jazz-band, orquestras sinfônicas, fanfarras escolares, etc.

Fornecedores de instrumentos para o EXÉRCITO NACIONAL, FORÇA POLICIAL, GUARDA CIVIL e todas as boas organizações do País.

C. SCAVONE & CIA.

Rua dos Andradas n.º 363 — Telef. 43-3997 S. PAULOS

BLANCO, PRIOR & CIA. LTDA.

Penapolis E.F.N.B. — Santos Amador Bueno 101 — São Caetano E.F.S.J.

Indústrias Importadores de Materiaes para Construções

Telhas "TUPAN" francezas e colonias vermelhas de cor natural e resistentes Pedras de afiar marca "FERRUNDUM" um artigo 100% nacional e melhor que as estrangeiras. Madeiras de todas as qualidades, cimento ferro, cal, areia etc.

Caixa Postal 126 — Fones 2213 e 5543 — SANTOS

AGENCIAS EM: UTINGA, BOTUCATÉ, IPAUSSE

Companhia Jaraguá de Armazens Gerais

Séde: SÃO PAULO Largo do Café, 14 — 1.º Andar Tel. 6-4848
6-4852 — Telegr. "Guagerais"

Filial: SANTOS: Rua Marquez de Herval, 23 a 33 — Armazens e
Escritório — Tel. 7205 — Telegr. "Guagerais"

Como o Petróleo Ajudou a Vitória

"Flame Over Britain", um livro em que Sir Donald Banks relata as atividades do "Petroleum Warfare Department" — As muralhas de chamas que a Inglaterra preparara para a sua defesa — Sucesso em incendiar o mar — O "fogo grego" que salvou Bizâncio — Os lança-chamas e o "sopro do Dragão" — Fido e Pluto, a dissipação dos nevoeiros e os oleodutos submarinos.

JOSE CAÓ

Terminada a guerra, foram divulgadas na Inglaterra sensacionais informações sobre realizações secretas dos ingleses durante os terríveis dias da conflagração. Assim é que, como um meio de deter a invasão que parecia iminente, os ingleses tinham arquitetado e realizado um gigantesco plano de defesa, baseado no uso de chamas em larga escala, aproveitando os seus vastos estoques de petróleo e essências combustíveis. Ao longo da costa que confronta com a Europa, em todos os pontos por onde poderiam vir os alemães, os ingleses tinham preparado uma espetacular surpresa: o oceano em volta, literalmente, sem figura de retórica, se transformaria num mar de chamas se ousassem singrá-lo as hordas invasoras. Deixando Hitler de se arriscar à temerária aventura, não tiveram os ingleses oportunidade de pôr à prova a sua diabólica defesa e as formidáveis barreiras de chamas foram aproveitadas depois da guerra apenas para esplêndidos shorts cinematográficos.

Outras dessas realizações, aliás de importância transcendental para o êxito das tropas aliadas nos períodos críticos do início da invasão da Europa, foi a construção de oleodutos submarinos, atravessando a Mancha, os quais garantiram um suprimento constante de combustível aos exércitos combatentes, permitindo-lhes manter o ritmo do ataque até o desmoronamento definitivo das defesas germânicas.

Também realização digna de nota relacionada com o uso das chamas foram as experiências realizadas com o objetivo de dissipar os nevoeiros, sobretudo nos campos de aviação. Tais experiências, conhecidas sob o nome de FIDO (Fog Investigation Dispersal Operation), foram coroadas de sucesso, permitindo o salvamento de incontáveis vidas de bravos combatentes do ar nos últimos estágios da guerra.

Ainda neste capítulo ocupam lugar preponderante os lança-chamas, introduzidos na última guerra pelos alemães, mas aperfeiçoados até um grau extremo de eficiência pelos ingleses e americanos.

Descrevendo tôdas estas atividades, concernentes ao emprego bélico do petróleo e seus derivados, vem de aparecer na Inglaterra um livro interessantíssimo, sob o título "Flame Over Britain" de autoria de Sir Donald Banks, um dos pioneiros do aproveitamento dos grandes estoques de combustível como um meio de defesa contra a invasão e um dos entusiásticos dirigentes do "Petroleum Warfare Department". É uma condensação do que se contém nesse livro o que se vai ler nas linhas abaixo.

O emprego das chamas, ou mais precisamente, a ameaça do seu emprego, foi um dos fatores que mais influíram para que Hitler não tentasse a invasão da Inglaterra. Além dos perigos conhecidos da terra, da água e do ar, havia, influindo sobre o espírito dos comandantes e soldados germânicos, a ameaça misteriosa do quarto elemento, o fogo, que devia irromper de toda a parte: dos campos, das florestas, das estradas, das cidades, dos rochedos e até do próprio mar. Pilotos alemães de reconhecimento contavam histórias de experiências realizadas em pontos desertos das costas britânicas, em que sempre havia enorme massas de chamas, estendendo-se sobre grandes extensões, elevando-se a alturas inacreditáveis, como reproduzindo o inferno na terra. O sistema de defesa da Inglaterra pelas chamas nunca foi chamado a provar a sua eficiência, mas talvez não seja demais afirmar que a simples notícia da sua existência, detendo os nazistas nas bordas da Mancha, tenha salvo o país de uma catástrofe.

O emprego das chamas acudiu ao espírito dos ingleses como uma solução ideal para dois problemas: o da defesa em si, e o da inutilização de vastos depósitos de petróleo que urgia evitar a todo custo caíssem em mãos do inimigo, se este chegasse a desembarcar.

Mas demos a palavra a Sir Donald Banks para que ele relate o nascimento da idéia: — "Certo dia recebi um chamado telefônico de Sir Horace Wilson, Secretário do Petróleo, acerca de um assunto urgente e importante que ele tinha em mãos. Geoffrey Lloyd era um desses raros tipos de administrador que apreciam inovações e cultivam entusiasmos. Exemplos como o seu são refrescantes como o encontro de uma fonte de água cristalina no deserto. Naquela tarde de junho de 1940, ele esplendia de vitalidade, explicando como, baseado nas experiências de Lord Hankey na guerra anterior, tinha concebido a idéia de usar os vastos estoques de petróleo que havia no país. Se o inimigo invadissem a Inglaterra, isto colocaria os ingleses na contingência de empreender uma destruição de petróleo em larga escala. Não seria porventura possível, a um só tempo, efetuar essa destruição e mergulhar o invasor num oceano de chamas? Estávamos desesperadamente necessitados de armas contra tanks, e a ex-

periência da Polônia e da França mostrara que o pânico se apodera do espírito dos homens mais fortes quando se vêm obrigados a enfrentar de mãos vazias esses monstros de aço. Além de constituir uma poderosa arma anti-tank, o emprêgo inteligente dos estoques de petróleo passaria a ser também um fator importante de alevantamento moral, fortificando o espírito de luta dos ingleses. Enquanto Geoffrey Lloyd passeava pela sala, descrevendo, cheio de entusiasmo, esse tema fascinante, acudiu-me ao espírito a lembrança de um film de Alexandre Korda sobre a tentativa de invasão da Grã Bretanha pelos soldados de Felipe II. E exclamei :

— Caramba ! Isto é Drake redívivo ! São os navios de fogo contra a Grande Armada ! Fogo sobre a Inglaterra !

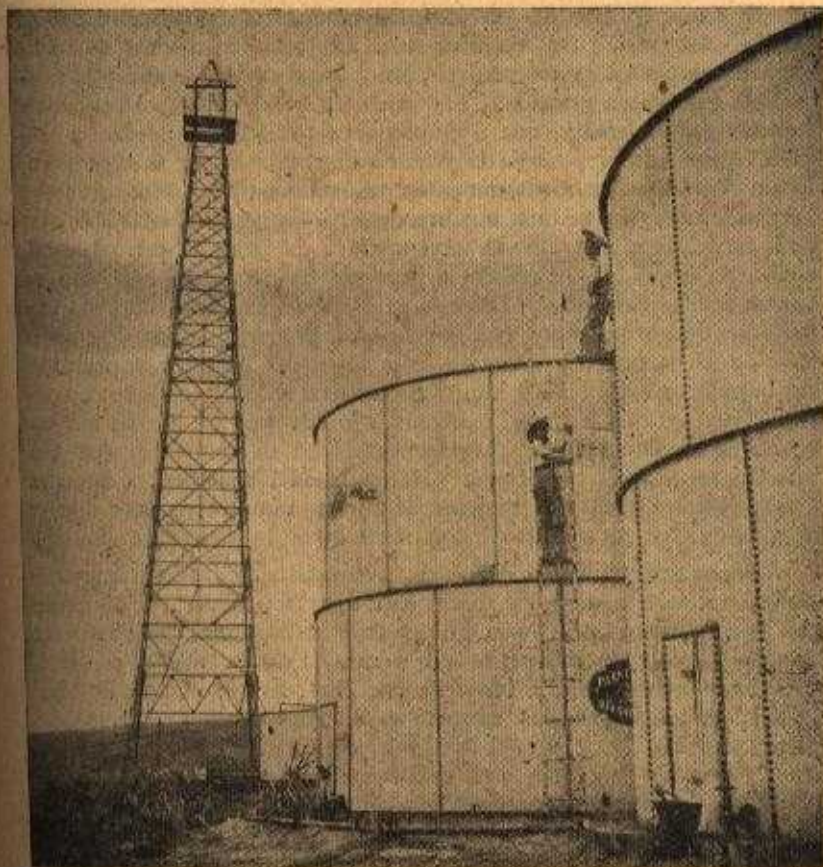
Geoffrey Lloyd alargou o sorriso. E, já inteiramente empolgado pela idéia : — Sim ! Chamas em toda a Inglaterra, irrompendo dos rochedos, brotando das sebes e dos bosques, rolando pelas encostas dos morros ! Sem dúvida, torraremos o invasor e o jogaremos ao mar !

A 9 de julho de 1940 estava criado o "Petroleum Warfare Department", que foi instalado em três pequenas salas, com meia dúzia de funcionários. Era um campo inteiramente novo que se abria à inventiva e à capacidade de ação dos seus dirigentes. Tudo tinha, que ser feito desde o começo e feito rapidamente.

Lord Hankey, que também estava integrado no novo Departamento, relendo a obra de Gibbon "Declínio e Queda do Império Romano", teve sua atenção despertada pelas referências ali feitas ao "fogo grego" de Bizâncio, a que se atribui a libertação de Constantinopla em dois terríveis assédios que sofreu. "O principal ingrediente dele, diz Gibbon, era a nafta, ou betume líquido, um óleo leve, coeso e inflamável, que jorra da terra e pega fogo logo que entra em contáto com o ar. A nafta era misturada, não sei por que métodos ou em que proporções, com enxôfre e com uma resina vegetal. Dessa mistura, que produzia uma violenta explosão e uma fumaça espessa, saía uma chama firme, que não somente subia perpendicularmente como também se alastrava com igual furor para baixo e em sentido horizontal. A água, longe de extingui-la, fazia recrudescer a sua violência. Areia, vinho ou vinagre eram as únicas substâncias capazes de abater a fúria daquele poderoso agente, que era empregado com igual sucesso em terra ou no mar, em batalhas ou em sitios. Geralmente, era jogado de grandes caldeirões do alto das plataformas ou das ameias, ou lançado, por meio de flexas e javelinas, em projéteis de aço e ferro aquecidos ao rubro. Algumas vezes era utilizado pelos navios de guerra da época. Escorria então de tubos de cobre engastados, com fantasia e engenho, na boca de monstros selvagens esculpidos na proa das galeras, e que pareciam assim vomitar uma torrente devastadora de fogo líquido".

A descrição de uma arma tão potente, cujo segredo foi guardado durante quatro séculos pelos imperadores bizantinos, e à qual deviam eles a inviolabilidade da sua capital e o poder de sua esquadra, naturalmente excitou o espírito inventivo de Lord Hankey que, observando a semelhança existente entre o petróleo e aquela misteriosa substância, deu início a numerosas experiências com óleo fervente. A ignição espontânea do "fogo grego" em contato com o ar não é propriedade do petróleo, que também não possui alguns dos outros característicos da mistura descrita por Gibbon. As outras substâncias entenderam-se, portanto, as investigações do "Petroleum Warfare Department". Entretanto, apesar das inúmeras tentativas feitas para desvendar o clássico mistério, muito embora se saiba que o fósforo oferece espontânea ignição e o magnésio incandescente é inextinguível pela água, e sem embargo de terem as realizações daquele Departamento ultrapassado, finalmente, o que se objetivava com as pesquisas para a descoberta da composição do "fogo grego"; o fato é que o segredo da velha fórmula de Kallinikos de Heliópolis ainda desafia o moderno investigador.

O primeiro resultado prático dos trabalhos do "Petroleum Warfare Department" foi a concepção e realização do que se veio a chamar "Flame Traps", ou sejam "Armadilhas de Chamas". O esquema era muito simples. Geralmente, tratava-se de um caminho, em cujos lados corriam canos perfurados. Estes canos eram ligados a um depósito de petróleo, que ficava a certa altura. De um posto oculto de observação, um elemento da "Home Guard" espreitava a presa. A um sinal seu, jatos de petróleo, impelidos às mais das vezes pela simples força da gravidade, jorravam das perfurações dos canos e molhavam o tank, caminhão ou outro veículo ou tropas que transitassem pelo caminho. Um "cocktail" Molotov atirado pelo guarda fazia o resto: o alvo se transformava numa fogueira infernal. Alguns melhoramentos foram depois introduzidos estabelecendo-se um processo de controle de um ponto de observação mais distante e um sistema de ignição automática do combustível, afim de que fossem menores para os soldados da "Home Guard" as possibilidades de imolação. Grande engenhosidade foi utilizada para camuflar os canos. Geralmente, eram eles dispostos no caminho de modo tão inocente que milhares de pessoas os devem ter visto sem sonhar sequer com a sua verdadeira utilidade. Centenas de "armadilhas de chamas" foram montadas, para o que o Governo contou com o devotado esforço dos empregados das Companhias de petróleo, cujos serviços foram colocados ao dispor da Nação da forma mais generosa. Esse corpo de servidores desempenhou papel saliente nos preparativos para a defesa, realizando notáveis serviços e grangeando a admiração e a confiança das autoridades militares e do povo. Em certa ocasião, o Marechal Montgomery, que se encontrava no comando do Sudeste,



TANQUES DE PETRÓLEO BRASILEIRO — A gravura nos mostra dois grandes depósitos de 159.000 litros de petróleo nacional, existentes nos campos de Candeias, um dos maiores produtores de óleo até agora descobertos e onde se encontra o chamado "Poço-campeão" — o C-26, cuja produção inicial chegou a 1.800 barris de 159 litros diários!

ficou tão entusiasmado com o trabalho de um dos seus representantes, que imediatamente o promoveu a major, não sendo ele nem sequer soldado raso!

Entretanto, os primeiros frutos do trabalho do Departamento que realmente tiveram o apoio e a aprovação entusiástica das forças armadas foram as "iogassas". Cerca de 40.000 foram instaladas em toda a Inglaterra. A facilidade de sua montagem e a eficiência dos seus efeitos eram de molde a indicar o seu amplo aproveitamento naqueles dias difíceis. Nada mais simples do que uma "flame fou-

gasse": um tambor de petróleo enterrado, com uma cobertura de pedras por cima. Ao verificar-se a explosão, as pedras se transformam em outros tantos projetis, lançados em tôdas as direções como de uma gigantesca granada. Tão eficiente engenho foi posteriormente copiado pelos alemães, que o empregaram na Russia, durante a retirada, e em certos pontos da frente ocidental. Com a experiência, foram introduzidos melhoramentos no combustível. Nos primeiros tempos, empregava-se uma mistura de 40% de petróleo e 60% de gás; mais tarde, veio a ser usada uma mistura de alcatrão, petróleo e cal, conhecida como 5B. Também o processo da detonação experimentou vários aperfeiçoamentos. Deve-se registrar aqui que muitos dos melhoramentos introduzidos nos engenhos e processos objeto dos trabalhos do Departamento deveram-se a sugestões partidas de inúmeros colaboradores espontâneos, numa demonstração da fertilidade do espírito inventivo dos ingleses, que entrou numa fase de intensa efervescência após Dunquerque. Aliás, em tôdas as vezes em que uma invasão seriamente ameaçou a "Home Land", a astúcia, a inventiva e a agilidade mental dos ingleses desabrocharam em recursos e obras de toda espécie, no sentido de dominar a situação e rechaçar o inimigo.

Dezenas de milhares de barris foram distribuídos às tropas especializadas encarregadas da montagem das "fougasses". Tão treinadas se tornaram essas tropas, que podiam instalar uma "fougasse" dez minutos depois de alcançado um local. Posteriormente, em 1941, quando os gregos invadiram a Grécia, considerável número de "fougasses" foram instaladas naquêl pais, com apreciáveis resultados para a defesa.

A idéia de "tocar fogo no mar" ocupava um lugar predominante, assim no espírito dos técnicos, dos cientistas e das autoridades militares, como na imaginação do homem da rua. Numerosas experiências foram levadas a efeito. Procurava-se saber, principalmente, que quantidade de petróleo seria necessária para a obtenção de um efeito compensador, e descobrir-se um método de alimentar a chama, a fim de tornar a barreira efetiva. A princípio, as dificuldades pareceram insuperáveis e numerosos fracassos tornavam as perspectivas bem sombrias. Entretanto, depois de árduos esforços, a 24 de agosto de 1940, o que parecia impossível foi realizado. Nas praias de Solent, reuniu-se uma luzida comitiva de militares e autoridades do Governo. Do alto de um rochedo desciam dez canos, que mergulhavam mar a dentro bem abaixo da superfície. E dez vagões tanques, onde se ligavam os canos, despejavam óleo numa média de doze toneladas por hora. Um sistema de espoletas de sódio e petróleo foi utilizado para a ignição. Poucos segundos após o sinal para o início da operação, uma parede de chamas de tal intensidade rompeu da superfície do mar que foi impossível aos assistentes se manterem nos rochedos onde se encontravam. O calor era pavoroso e o próprio mar começou a fer-

ver. Estávamos num "glorious day" de verão e, no céu azul, gigantescos rolos de fumaça subia ma cetenas de metros. Nisto, o aviso de "aviões inimigos à vista" foi irradiado de Portsmouth. Era muito tarde para esconder a experiência que, assim, teve de continuar. No dia seguinte, o comunicado de guerra germânico dizia que as cidades da costa sul da Inglaterra tinham sido atacadas com excelentes resultados e que incêndios em grande escala tinham sido observados nas visinhanças de Portsmouth.

A demonstração oficial tinha resultado num sucesso fenomenal e causou muita animação nos altos círculos oficiais. As experiências continuaram, uma vez que as condições normais da costa inglesa são muito diferentes das que excepcionalmente se apresentaram naquêl dia de sol claro. Entretanto, conseguiu-se chegar a conclusões satisfatórias. Foi aprovado um plano para a efetivação de 50 milhas de barreiras marítimas de chamas, as quais, após várias reduções, tornadas aconselháveis em virtude do curso ulterior da guerra, foram finalmente fixadas em 10 milhas, abrangendo os pontos mais vulneráveis. O Exército estava rapidamente se preparando e ansioso para representar um papel algo mais importante do que uma simples defensiva. Entrementes, os alemães invadiam a Rússia, mudando, assim, todo o curso da guerra. A surpreendente resistência dos russos aliviou a Inglaterra. As possibilidades de invasão do território britânico se desvaneciam velozmente, tornando-se cada vez mais remotas. Não obstante, a defesa de chamas da costa inglesa representou o seu papel naqueles dias históricos, concorrendo para descoroçoar o ânimo dos nazistas, ao mesmo tempo em que fortificou o espírito de defesa da Inglaterra.

Numerosos outros usos para o petróleo nas artes da guerra foram estudados e postos em prática pelo Departamento. Assim, por exemplo, as trincheiras anti-tanks de petróleo flamejante, o emprêgo de gigantescas colunas verticais de chamas como armas anti-aéreas, processos para destruição rápida de aeródromos que caissem em poder do inimigo, etc.

O SOPRO DO DRAGÃO

O primeiro instrumento de que se tem memória construído para projetar à distância um líquido incendiário foi usado pelos espartanos 424 anos de Cristo, segundo se lê em Tucídides. Depois, só em 1702, é que o exército prussiano fez uso de uma espécie de serpente que podia projetar uma massa líquida incandescente a cerca de 40 passos. Entretanto, as experiências não foram além. Ulteriormente, na primeira guerra mundial, ainda os alemães usaram lança-chamas (Flammenwerfer); em dramática surpresa, contra os franceses em Melancourt, em fevereiro de 1915 e contra os ingleses em Hooge, em

julho do mesmo ano. Depois disso, ambos os lados começaram a estudar e desenvolver essa arma, e vários tipos de lança-chamas foram usados esporadicamente no decorrer da campanha. Eram empregados, contudo, em pequena escala, principalmente devido às dificuldades que o seu transporte acarretava.

Em 1940, o mundo estremeceu à notícia de que os alemães haviam conquistado, num assalto-relâmpago, a fortaleza belga de Eben-Emael, façanha que precedeu a fulminante travessia do Mosa e do Canal Alberto. Naquêle assalto, como foi revelado depois, além do emprego de paraquedistas, o uso de lança-chamas concorreu decisivamente para o rápido colápsio da fortaleza, muito embora o surpreendente sucesso se tenha devido mais à surpresa tática do que à eficiência das armas empregadas. O fato, entretanto, estimulou os ingleses, que se voltaram mais atentamente para as possibilidades da nova arma. As preferências dos técnicos e dos militares se fixaram no tank lança-chamas e dois tipos principais foram produzidos, os "Wasps" e os "Crocodiles", que demonstraram a sua grande utilidade nos campos de batalha. Em junho de 1943 Churchill, à vista dos tests realizados, aprovou o tank lança-chamas como uma arma regular do exército inglês. Fator de importância fundamental para o êxito de um lança-chamas é a qualidade do combustível usado, da qual dependem, em alto grau, o alcance e os efeitos do jato. Numa disputada competição, os cientistas de um e outro lado do Atlântico tiveram sucesso em produzir dois tipos de combustível que, embora semelhantes em seus efeitos, diferem radicalmente em seus elementos constituintes. A proporção que os ataques contra a Alemanha e o Japão cresciam de intensidade, milhares e milhares de toneladas desses combustíveis choviam nos campos de batalha. Quanto ao combustível inglês, o seu principal constituinte era o stereato de alumínio, e era ele conhecido como FRAS (Fuel Research Aluminium Stereate). A base do combustível americano era formada por ácidos naftênicos e de óleo de palma. Recebeu ele o nome de Napalm. Cada um desses combustíveis tinha suas vantagens peculiares, mas seu efeito incendiário era praticamente o mesmo. Não existem cifras oficiais relativas ao gasto de Napalm pelos americanos, mas deve ter sido prodigioso. O Napalm formava a base das terríveis bombas M.6, que tanta destruição levaram a Tóquio e a outras cidades japonesas, em pesados raids aéreos. O consumo de FRAS no território europeu, jorrando dos "Crocodiles" e dos "Wasps", não foi menos formidável. Cerca de dez milhões de galões desse líquido foram fabricados. No período de pesquisas em torno desses dois combustíveis, tôdas as precauções foram tomadas para esconder os resultados do inimigo. Nas conversações telefônicas eram eles designados sob o nome em código de "o sopro do Dragão". A sua existência só foi revelada durante a invasão da Normandia e os efeitos foram surpreendentes. Espalhou ele a surpresa e a desmora-



A JORNALISTA QUE TOMOU BANHO DE PETRÓLEO — Aspecto do Poco da Ilha em Itaparica no Estado da Bahia, quando a jornalista Petronilha Pimentel procurava abrandar o jato possante da "ulha negra" para o formidável banho no petróleo de sua terra.

lização entre os alemães, tal como fizeram os tanks na última guerra. Não puderam os nazistas descobrir contra-medidas para neutralizar a poderosa arma. Seus resultados foram impressionantes. O grande alcance dos jatos tornava os tanks lança-chamas praticamente invencíveis. Quando verdadeiras cascatas de fogo líquido choviam sobre as "pill-boxes" e as trincheiras, o inimigo cedia imediatamente. A morte provocada pelas chamas é horrível de ser contemplada, e o efeito psicológico obtido levou a grande número de rendições em massa. Assim, paradoxalmente, o "sopro do Dragão" salvou milhares de vidas.

FIDO E PLUTO

A 26 de setembro de 1942, Winston Churchill dirigiu a Geoffrey Lloyd o seguinte ofício, que era quase um ultimátum :

10 Downing Street, Whitehall

É de grande importância que sejam descobertos meios de dissipar os nevoeiros nos aeródromos a fim de que os aviões possam aterrissar em segurança. Providencie para que experiências completas com esse objetivo sejam realizadas com toda urgência pelo "Petroleum Warfare Department". Deve-se-lhe dar todo auxílio necessário. W. S. C."

Tratava-se de um campo inteiramente novo a ser pesquisado. Sir Donald Banks, segundo conta, correu à Enciclopédia Britânica a ver o que ali se dizia sobre o assunto... Todos os caminhos que se apresentaram foram tateados. Considerou-se a possibilidade da precipitação dos vapores d'água por meio de descargas elétricas. Uma variante dessa idéia também considerada foi a de se lançar no ar areia eletricamente carregada. Pensou-se na possibilidade de condensar a névoa fazendo-a atravessar por grandes volumes de som com o emprêgo de baterias de sirenes anti-aéreas ou por meio de vibrações super-sônicas. Cogitou-se igualmente, de varrer o nevoeiro do ar por meio de cortinas d'água. Em suma, inúmeros expedientes com base científica foram tentados. No final das contas, depois de numerosas experiências, a preferência nos técnicos se fixou no uso do calor. Tínhamos pensado anteriormente em cozinhar os alemães em petróleo fervente. Pois bem, iríamos scozinhar agora a atmosfera !

O resultado final das locubrações e experiências foi a concepção de um sistema de canos dispostos ao longo das pistas de aterrissagem, através dos quais circulava petróleo. Alguns dos canos eram perfurados a pequenos intervalos, e por esses buracos se escapava petróleo em estado de vapor. Mediante um engenhoso processo, esse petró-

leo era queimado. A aerodromo era, assim, balisado por fitas de chamas. O calor produzido era bastante para dissipar o nevoeiro no quadrado limitado pelas chamas, permitindo que as aeronaves aterrisassem em segurança.

A 19 de julho de 1943, Geoffrey Lloyd endereçava a Churchill um ofício em que dizia :

"Enfim, tivemos sucesso, pela primeira vez na história, em encontrar meios para dissipar os nevoeiros, de modo a que os aviões possam aterrissar com segurança, de acôrdo com o seu urgente ofício de 26 de Setembro de 1942".

Logo depois, quinze grandes instalações dessas, conhecidas sob o nome de FIDO (Fog Investigation Dispersal Operation) foram montadas nos aerodromos-chave da Inglaterra, e, no período final da guerra, prestaram os mais assinalados serviços à aviação, salvando vidas sem conta de pilotos aliados.

A outra grande realização britânica no que diz respeito ao petróleo foi o que os ingleses pitorescamente denominaram de PLUTO (Piper-Lines Under The Ocean), e que vem a ser os oleodutos submarinos, atravessando o canal da Mancha, e que permitiram um suprimento constante de combustível às forças aliadas durante a invasão e nas batalhas que se seguiram até o colapso final das hordas nazistas.

AOS NOSSOS REPRESENTANTES

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS
ENCARGOS A UM OUTRO COMPA-
NHEIRO E COMUNICA A NOSSA
——— DIREÇÃO. ———

Natal de 1947

LOTERIA FEDERAL

1.º PRÊMIO	3.º PRÊMIO
5 MILHÕES	3 MILHÕES
<i>de cruzeiros</i>	<i>de cruzeiros</i>
2.º PRÊMIO	4.º PRÊMIO
4 MILHÕES	2 MILHÕES
<i>de cruzeiros</i>	<i>de cruzeiros</i>
5.º PRÊMIO	1 MILHÃO
	<i>de cruzeiros</i>

BRIGADEIRO JOÃO MANOEL

Palestra feita às praças do 3.º B.C.C., pelo
Maj. FELICISSIMO DE AZEVEDO AVELINE

Soldados.

Prosseguindo hoje a série de palestras sobre grandes vultos da nossa História, cabe-me falar-vos sobre a figura brilhante de um eminente chefe militar brasileiro.

Refiro-me ao General João Manoel Mena Barreto, morto heroicamente à frente de sua tropa, a 12 de Agosto de 1869, no ataque à cidade de Peribebuí, atingido, juntamente com o cavalo de sua montada, por uma bala de artilharia, no momento preciso em que, no cumprimento de seu dever militar, de sabre em punho, assaltava os entrincheiramentos paraguaios.

Senhores

Felizmente, não é na história do Brasil que vemos chefes militares, por trás de uma política de conquista, agirem na sombra dos políticos, com o fim de levarem a nação à guerra, e darem assim asas a seus pendores mavórcios. O Brasil, em que pese a certas afirmativas levianas de alguns escritores mal informados, jamais foi à guerra com o objetivo de escravisar povo algum e, muito menos, derramar inutilmente sangue da humanidade. Sempre fomos obrigados à guerra, e isso mesmo dease recurso extremo só lançamos mão, após se esgotarem todos os meios dignos de evitar o derramamento de sangue.

Jamais chefe militar brasileiro algum se vangloriou das vitórias, muitas delas espetaculares, que obteve sobre seus adversários em campo raso, algumas até com inferioridade de meios.

Essa a mais bela tradição que pode honrar as forças armadas de Um Povo, e capaz de fazer bilhar de pura glória a memória de seus chefes ilustres.

Nasceu João Manoel Mena Barreto a 7 de Julho de 1824, na cidade de Porto Alegre, capital da mais nova Província do Brasil, e que as contingências geográficas determinaram logo fosse o campo de batalha da jovem nacionalidade. O Brasil mal surgia no concerto das nações e, seus filhos vindos de todos os recantos da Pátria, patrioticamente, acorriam às campinas do Rio Grande do Sul, e delimitavam com sangue as fronteiras de nossa terra.

Foram seus pais o Marechal João de Deus Mena Barreto, visconde de São Gabriel, e Da. Maria Joaquina de Almeida.

Assentou praça como voluntário no 1.º Regimento de Cavalaria da Córte a 1.º de Julho de 1.839, com quinze anos incompletos, e já a 4 de Julho de 1.841 era transferido para o 2.º regimento de Cavalaria, marchando para o Rio Grande do Sul, então convulsionado pela grande e sangrenta revolução de 1835.

Foi promovido a alferes em Maio de 1842, tendo neste posto tomado parte, sempre ao lado das forças legais, que eram afinal as forças do Brasil, na Campanha Farroupilha.

Em Setembro de 1846 foi promovido a tenente, e em Agosto de 1849 a capitão.

Quando foi da invasão do Estado Oriental pelo General Francisco Pedro de Abreu, Barão de Jacuí, cooperou em 1850, fazendo parte das forças que operaram entre Quaraim e Bagé.

Fez a campanha do Uruguai, de 4 de Setembro de 1851 a 4 de Junho de 1852.

Em Abril de 1855 foi promovido ao posto de Major, tendo feito parte da Divisão Imperial Auxiliadora em Montevidéu, servindo no 3.º Regimento de Cavalaria, de 25 de Novembro de 1854 a 20 de Dezembro de 1855.

Em Fevereiro de 1863 foi promovido a Ten. Cel. e designado para o comando do 1.º Regimento de Cavalaria da Córte, o mesmo regimento onde, vinte e quatro anos antes, assentára praça como voluntário.

Em Fevereiro de 1865, quando Francisco Solano Lopes, o sanguinário, megalomaniaco e despótico senhor do Paraguai, ousou invadir a nossa terra João Manoel Mena Barreto, o já experimentado chefe de Cavalaria, recebe no Rio de Janeiro a missão de comandar o 1.º Batalhão de Voluntários, e com êle marcha para a fronteira a 5 de Março. Melhor escolha não poderia ter sido feita. Um nome já legendário de cavaleiro audaz, herdeiro das tradições de uma família de bravos soldados, um chefe enfim, para guiar a guapa mocidade brasileira, que de todos os cantos do Império acorria às armas, em defesa do sólo sagrado da Pátria

Eram os Voluntários da Pátria: — os cearenses destemidos, os baianos heróicos, paranaense, paulistas, — brasileiros de todas as províncias do Império, abnegados e valentes, cujas ações até hoje não tiveram de nossos historiadores o relevo que merecem. Era a mocidade do comércio e das escolas, era Andrade Neves, Dionizio Cerqueira, Paulo Alves, João José de Oliveira Freitas, Antonio Ernesto Gomes Carneiro, e tantos outros, fina flor da mocidade, que não se pejava então de "a paisana", "de sobre-casaca e cartola", entrar em fôrma.

ombro a ombro com os cadetes, para fazer exercícios militares, preparando-se, assim para a defesa da Pátria.

A mocidade vibrante que formou o 1.º de Voluntários marcha para o Rio Grande do Sul e a 10 de Junho de 1865, chega a desgarnecida cidade de São Borja, sob o comando de João Manoel. Constituído embora de recrutas, protege a retirada das famílias daquele abandonado recanto do Brasil, livrando-as da sanha assassina da legião de barbaros que, se apoderára da cidade de São Borja, onde um reduzido número de soldados brasileiros lhes impoz merecida resposta. De seu valor e bravura deveriam ter constantes provas, durante os cinco longos anos daquela malfadada guerra.

Em fins de 1865 era promovido a coronel, tendo assumido o comando do 4.º Regimento de Cavalaria.

Em março de 1866, recebeu ordem de recolher-se ao Rio de Janeiro, designado para o comando do 1.º Regimento de Cavalaria.

Acessa então a luta no Paraguai, João Manoel Mena Barreto, apesar da honrosa comissão de que estava investido, todavia não se sentia bem na Côte, e pediu para seguir para o campo da luta.

Foi designado então, para o 4.º Corpo de Caçadores a Cavalo e logo em seguida como coronel, comandante da Primeira Divisão de Cavalaria do Segundo Corpo de Exército, a 24 de Dezembro de 1866.

Começa então nova fase da atuação de João Manoel na campanha do Paraguai, oferecendo-lhe oportunidade de pôr à prova todo o seu valor militar de chefe de cavalaria, capaz e destemido.

Iam ter início as operações para o sítio de Humaitá.

A 1 de Junho de 1867 foi promovido a Brigadeiro.

A 21 de Outubro de 1867 João Manoel, com sua cavalaria, toma parte no combate de Tatafiba; a 29 deste mês no de Potreiro Obella; e na madrugada de 2 de Novembro deste ano ocupa a posição de Taii, onde foi logo em seguida erguido um forte que recebeu a denominação de São Gabriel, em homenagem ao Barão de São Gabriel, o bravo Marechal de Campo João Propício Mena Barreto, o herói de Paisandú.

Recebeu em seguida o general João Manoel a missão de fazer explorações até o rio Tebicuarí, numa distância de mais de vinte leguas, arrebanhando gado e cavalos para a alimentação e serviço das tropas em operações, regressando a Taii a 29 de Novembro.

A 13 de Dezembro nova expedição exploradora comandou João Manoel, tendo avançado de novo até o Tebicuarí, batendo a fôrça inimiga que aí se encontrava, e arrebanhando gado.

A 9 de Fevereiro de 1868 recebe João Manoel em seu quartel general — 1.ª Divisão de Cavalaria — situado a meio entre Taii e Pilar, a visita de Duque de Caxias, o comandante em chefe.

A 4 de Junho João Manoel recebe de Caxias, a missão de, comandando um destacamento de 1500 cavaleiros e quatro bocas de fogo, fa-

zer um reconhecimento até o rio Jacará. João Manoel parte na tarde desse mesmo dia e regressa a 8 ao acampamento, depois de cumprida a missão, tendo travado vários encontros com os paraguaios.

A 9 de Junho tendo os paraguaios, cerca de meia noite, abordado dois navios da nossa esquadra — o Barroso e o Rio Grande — que se achavam fundeados junto ao Taii, João Manoel informado do fato, imediatamente acorreu com sua gente em auxilio dos nossos navios, tendo posto os paraguaios em fuga, depois de tremenda refrega que sustentaram a bordo com as guarnições daqueles vasos de guerra.

Ao iniciar-se a marcha ao longo do rio Paraguai, para o Norte, que estava marcada para o dia 17 de Agosto de 1868, mas que Caxias, o general amigo do soldado e que com a tropa sofria as intemperies a cavalo e sem alimentar-se horas a fio, adiou para o dia 19, quando o tempo melhorou, João Manoel comandando a sua 1.ª Divisão de Cavalaria, formou no 1.º Corpo de Exército, ao mando do Brigadeiro Jacinto Machado Bitencourt.

Na noite de 9 para 10 de Dezembro João Manoel com sua tropa passa do Chaco para a margem esquerda do Rio Paraguai.

A 11 de Dezembro de 1868 fere-se a sangrenta batalha de Avaí, tendo João Manoel com sua Divisão e mais dois batalhões de Infantaria, o 28.º e o 51.º de Voluntários, acometido o flanco esquerdo dos Paraguaios em cumprimento da missão recebida.

A 17 de Dezembro João Manoel, por ordem de Caxias, fez uma exploração do terreno para leste, tendo regressado às onze horas da noite.

A 21 de Dezembro, no ataque à posição de Píkisiri, João Manoel com sua Divisão, fórma na segunda coluna, do comando do General José Luiz Mena Barreto, segundo informa o General Tasso Fragoso na sua magnífica "História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai".

Reforçado após com duas brigadas de infantaria e com o 14.º Batalhão de Infantaria e uma bateria de artilharia, no mesmo instante em que Caxias ataca a colina de Ita-Ibaté, João Manoel Mena Barreto lança-se contra a retaguarda das trincheiras de Píkisiri. Demos aqui a palavra ao próprio general, transcrevendo sua parte de combate: "Vendo empenhadas as colunas de combate na minha esquerda, de liberei romper o assalto ao centro do entrincheiramento inimigo. Afegurou-se-me que, rompendo a linha inimiga que tinha pela frente, e tomada a primeira boca do fogo, fácil seria a tarefa de levar de vencida o adversário".

Inicia-se a ação. "As brigadas de Infantaria, continua João Manoel, se sucediam indo uma de proteção à outra; a cavalaria, da mesma forma, alternava com aquelas as suas formidáveis cargas; mostravam-se lindas na bravura e levantaram bem alto a honra das armas imperiais.

Assim fui tomando uma a uma as bocas de fogo inimigas, matando e aprisionando a tropa que as guarnecia e apoiava, numa distância de meia legua de trincheiras, até que surpreendido pela noite, fui forçado a dar por terminado o combate. Trinta e duas bocas de fogo de todos os calibres e espécies, de calibre 32 para baixo, três bandeiras, inúmeras porções de munição de guerra de artilharia e mortuetaria, mais de 600 espingardas, pela maior parte de fuzil, e o resto belga, carros, carretas, etc., sobre um campo onde morderam a terra mais de 800 inimigos, entre os quais se encontravam dois oficiais superiores e 20 subalternos, e 200 prisioneiros, — são os trofeus de vossa vitória”.

A 27 de Dezembro João, sob o comando pessoal de Caxias, toma parte no ataque à posição de Ita-Ibaté.

Tomada de Angustura a 29 de Dezembro, e entrada em Assunção, ocupada na noite de 1 de Janeiro de 1869 por um destacamento de 1.700 homens comandados pelo Cel. Hermes da Fonseca, e estava assim terminada a Dezembrada.

Eis o julgamento de Caxias sobre João Manoel, então: “Não posso nem devo deixar de fazer expressa menção do Exmo. Snr. Brigadeiro João Manol Mena Barreto, que se havia tornado notável no ataque do potreiro Ovelha e na aquisição de Taíi, onde nos fortificamos, desenvolveu tanta perícia e galhardia, executando as ordens que de mim recebera para atacar o inimigo na linha do Pikisiri, e tantos trofeus e vantagens nos fez ganhar nesse ataque, que seu nome ficou registrado por maneira gloriosa nos annais da presente guerra como um dos generais que nela mais se enobraceram”.

A 16 de Abril de 1869, assumia em Luque o comando geral das forças em operações contra o governo do Paraguai, o Conde d’Eu, genro do nosso grande imperador D. Pedro II, em virtude de Caxias, por motivo de doenças, ter-se retirado para o Brasil.

Nova fase da luta ia começar.

“Nas heróicas tropas que se acham reunidas sob o meu comando, tem posto o Brasil suas mais caras esperanças. Cabe-nos por um último esforço, conseguir plenamente o fim que pôs a Nação Brasileira as armas na mão: restituir à nossa querida Pátria a paz e a segurança indispensáveis ao pleno desenvolvimento de sua prosperidade”, — com estas palavras assumia o honrado príncipe consorte as responsabilidades da direcção da guerra.

Ao apelo do jovem marechal acodem à luta os velhos chefes caejados da guerra com Osório à frente e, nessa valente equipe de velhos guerreiros, não podia deixar de formar João Manoel Mena Barreto. Coube-lhe então o comando da 1.ª Divisão de Cavalaria, no novo conjunto de forças reagrupadas.

A 18 de Maio de 1869 foram expedidas ordens para o deslocamento do Exército, para a região de Pirajú-Tacuaral.

A 21 partiu João Manoel no comando de sua Divisão e mais da 2.ª e 6.ª Brigadas de Infantaria e do 2.º Regimento de Artilharia, que constituíam uma coluna, cujo comando lhe foi confiado, e que marchava como vanguarda do 1.º Corpo de Exército. A 25 de Maio, ao dissipar-se a nevéa densa, tendo atingido Pirajú, avistava João enormes montanhas azuladas — as celebres Cordilheiras — para aonde, numa fuga sinistra, seguia Solano Lopes com os restos de seu exército.

A 31 de Maio partia João Manoel em nova missão de reconhecimento. Demos aqui a palavra a Tasso Fragoso para descrever o que foi essa operação. "*EXPLORAÇÃO DE JOÃO MANOEL MENA BARRETO PELA FRALDA DA CORDILHEIRA, CONTRA O TEBICUARI E A FERRO DE IBICUI*". No dia seguinte ao em que o general Camara batia o major Galeano à beira do Aguaraí-Guassú, diz Tasso Fragoso, o Conde d'Eu fazia partir na direção de sueste, em serviço de exploração, a 1.ª Divisão de Cavalaria, sob o comando do General Mena Barreto. Pela última organização feita, ela devia compôr-se de três brigadas, a saber: 1.ª, 2.ª, e 9.ª. João Manoel diz que levou consigo seis regimentos de Cavalaria (3.º regimento e os corpos provisórios de guardas nacionais n.ºs 1, 2, 16, 17 e 24) e uma bateria de quatro bocas de fogo de calibre 4, sistema La-Hite, do capitão Luiz Pedreira de Magalhães Castro, pertencente ao 1.º regimento de artilharia a cavalo.

Sua missão era: reunir as numerosas famílias que constava existirem nas proximidades de Vila Rica e Ibitimi, subtrai-las ao domínio de Lopes; completar, se necessário, a destruição da fábrica de ferro de Ibicui; e reconhecer o terreno ao Sul da posição de Lopes, por onde, como veremos, terá o exército de avançar mais tarde.

O Capitão de engenheiros Francisco de Moraes Jardim acompanhou a coluna, encarregado do reconhecimento topográfico e da inspeção da fábrica.

Na noite de 30 de Maio, acampava João Manoel com a sua divisão reunida em frente a Cerro León, meia legua ao sul de Pirajú. Às 6 e 45 minutos da manhã de 31 de Maio a marcha na direção de Paraguarí, sempre acompanhando pelo lado de oeste a linha ferrea. Às 10 e um quarto fez alto à margem esquerda do Iuquiri, e um pouco além de Paraguarí, para dar descanso aos animais. À 1 hora prosseguiu a marcha; caminhou três quilômetros pela linha férrea e depois tomou a estrada que margeia a Cordilheira. Às 4 horas e cinquenta minutos acampou em Mbobicuá, um pouco adiante do ponto em que começa a estrada de Valenzuela. Distância percorrida: 25.792 metros.

No dia seguinte (1.º de Junho), continuou para a frente. Às sete horas e sete minutos penetrou a picada ou desfiladeiro de Sapucaí,

denominação dada a um córte feito em um contra-forte da Cordilheira de Ibitirapê, para facultar mais tarde a passagem da linha ferrea. Tinha dois quilômetros de extensão. Era defendida na parte central por uma trincheira, provida de um fosso de dez palmos de largura e oito de profundidade, e de uma linha de abatases, e guarnecida por trinta homens sob o comando de um tenente.

Os clavineiros da vanguarda puzeram pé em terra e atacaram-na rapidamente. Abriu-se a machado uma brecha nos abatases. O inimigo teve de ceder; deixou mortos o comandante e suas praças.

Continuou-se a marcha por algum tempo no rumo de leste, pela estrada de Vila Rica, depois tomou-se a de Ibitimí, por ser a melhor. Começaram a aparecer familias paraguaias que se recolhiam a Ibitimí e Vila Rica por ordem de Lopes.

"No extremo estado de miséria, o aspecto dessa gente era o mais contristador que se pode imaginar; mulheres, crianças e alguns velhos de muita avançada idade achavam-se cumulados juntos aos bosques, em mal abrigados ranchos de palha, ou em carretas, em quasi completa nudez, mostrando nos semblantes sinais evidentes de fome, de frio e de desanimo. Espalhados por toda a parte foram-se reunindo a nós, que consideravam como seus salvadores".

Após um percurso de onze quilômetros e oitocentos metros, deteve-se João Manoel, às 10 e meia da manhã, em um potreiro na costa Pocú. Às 12 e três quartos abalou de novo e atravessou outros desfiladeiros. Nesses, de pouca extensão, buscou o inimigo resistir, mas foi batido pelos clavineiros a pé da vanguarda. Fizeram-se vinte e oito prisioneiros. O resto dos 50 homens, que enfrentaram a coluna salvou-se com a fuga. A artilharia e a bagagem atravessaram a picada com dificuldade, apesar dos desvios e reparos feitos na ocasião.

Às 5 e onze minutos acampou-se no lugar denominado Piraiusú, depois de vencidos mais oito quilômetros e oitocentos metros. Distância percorrida no dia 1.º de Junho: vinte quilômetros e seiscentos e vinte e cinco metros.

No dia 2 de Junho João Manoel abalou às seis horas e três quartos da manhã; às 10 e um quarto parava na vila de Ibitimí para descansar, depois de vencer seis quilômetros e setecentos metros. Ibitimí estava abandonada; os habitantes haviam se retirado, por ordem de Lopes, para Vila Rica ou para os matos vizinhos. Os deste último grupo correram presurosos ao encontro dos brasileiros, pedindo-lhes "abrigo e proteção". A uma hora e trinta e seis minutos da tarde, prosseguiu-se a marcha em direção a Vila Rica; depois das cinco horas acampou-se numa grande varzea. Ficára em Ibitimí uma brigada, sob o comando do coronel Bentó Martins de Menezes, com ordem de aí permanecer até que o grosso transpuzesse o Tebicuari-mi. Como o comandante da 1.ª divisão projetasse regressar por Ibiçuí, convinha-lhe

guardar a entrada do caminho que para lá conduz, a qual demora um pouco a leste de Ibitimí.

A vanguarda, sob o comando do coronel Manoel de Oliveira Bueno, continuou a marcha no dia 2 até o Tebicuari-mi, distante do estacionamento do grosso cerca de duas leguas, e daí participou que o rio estava de nado e o inimigo entrincheirado na margem oposta. Distância percorrida no dia 2: vinte quilômetros e novecentos e trinta metros.

Em vista da informação do coronel Bueno, João Manoel retrogradou na manhã de 3 de Junho para Ibitimí. À noite despachou um de seus vaqueanos com partes para o Conde d'Eu, mas êle regressou "alta noite", por ter encontrado uma trincheira em caminho e receiar que adiante houvesse força inimiga.

Na manhã do dia seguinte (4), o comandante da divisão fez partir com a mesma missão, pela estrada de Ibicuí, o alferes Luiz Lopes da Rosa, seu ajudante de ordens "convenientemente escoltado". Às dez horas da noite de cinco, êle estava de regresso, com ordens do Conde d'Eu para que João Manoel voltasse pela estrada de Ibicuí, trazendo consigo as famílias que se haviam apresentado.

No dia seis às sete e meia da manhã, João Manoel pôs-se em movimento na direção de Ibicuí. Marchou pela estrada de Vila Rica até 4.200 metros de Ibitimí, abandonou essa estrada e tomou a de Ibicuí. Deixou para trás o Coronel Bento Martins, com o 17.º corpo (tenente coronel João Clemente Godinho), para fazer a retaguarda e proteger a grande massa de famílias que se haviam juntado aos brasileiros.

Às três e meia da tarde de seis, João Manoel acampou em um grande potreiro, depois de haver atravessado alguns desfiladeiros e percorrido 11.454 metros.

No dia 7, rompeu de novo às seis horas e seis minutos da manhã, avançando por desfiladeiros e poteiros; às 8 e 50 saía na vasta planície que se desdobra até o rio Paraguai. Às 10 e 37 minutos acampava junto às vertentes do Ibicuí, a uma legua do passo deste nome, afim de esperar a retaguarda. Distância percorrida 16.320 metros.

Na noite de 7, apresentou-se no acampamento o alferes Francisco Rodrigues Portugal, ajudante de ordens do coronel Bento Martins de Menezes. Vinha informar da parte deste coronel que não lhe seria possível juntar-se ao grosso naquela noite, por causa do grande número de famílias que o acompanhavam. A 8 regressava o dito alferes para junto de seu chefe, com ordem de João Manoel para que êle se reunisse ao grosso "a todo custo", quando lhe foi interceptada a passagem na picada de Sapucaia. Voltou e deu conhecimento do fato a João Manoel.

"Conclui disto — escreve este general — que o inimigo se havia interposto entre mim e aquele coronel; e resolver para acudir-lhe, e marchar, foi obra de momento. Era meio dia. Às 2 da tarde estava eu na boca da picada Sapucaia a braços com o inimigo, que entrincheirado me esperava. Estava perfeitamente defendido, porque, para chegar-se à guarnição de abatizes e trincheiras que de muito havia feito, tínhamos de descer um forte desfiladeiro.

A posição era fortíssima, mas tratava-se de salvar os companheiros que nos ficavam à retaguarda. Dispondo os clavineiros dos corpos de cavalaria, com a reserva de lanceiros a pé, porque o terreno não permitia marchar-se a cavalo, mandei que rompesse o combate.

Os nossos soldados carregavam como uns bravos; a artilharia que eu levava despejava metralha incessantemente, e entre os vivas à Nação Brasileira, ao Imperador e ao general em chefe, em menos de duas horas montões de cadavers inimigos juncavam a picada, a posição era nossa, avançando a artilharia por cima dos cadaveres inimigos e tomando-se duas bandeiras. Duzentos mortos e alguns prisioneiros, e duas bandeiras, que apresento a Vossa Alteza, foram os troféus desta luta desigual, tendo respeito ao terreno e às armas que se encontravam, pois lutávamos com infantaria e artilharia.

Os prisioneiros informaram numerar seiscentos homens a força que enfrentou o grosso da divisão e estar Cabalero adiante, na saída da picada, com mais 1500, de infantaria e cavalaria, o que se confirmou num reconhecimento feito pelo coronel Buenos, no qual êle perdeu o cavalo e ficou ferido seu filho, o alferes Inácio de Oliveira Buenos.

A vista disso — prossegue João Manoel — e mais das informações, dados pelos mesmos prisioneiros de que desde às dez horas da manhã já o coronel Bento Martins havia sido arrojado para longe do campo de combate, julguei dever retirar-me, o que efetuei com regularidade e ordem, sem que o inimigo ousasse perseguir-me até quem do rio Cañabê, que dista do Campo de combate duas leguas".

No dia 9, João Manoel continuou a marcha de regresso em direção a Paraguari e foi acampar duas leguas "antes de chegar a este arroio".

No dia 10, alcançou Paraguari. A 11, pela manhã, abalou para Pirajú. Encontrou em marcha, às 8 e meia, uma divisão de infantaria sob o comando do coronel Herculano Sanchez da Silva Pedra, mandada em seu auxilio, e meia hora depois o generalissimo que lhe vinha ao encontro.

A força expedicionária era precedida por uma coluna de velhos, mulheres e crianças, de mais de 4.000 pessoas, cujo aspecto indicava os últimos limites da desgraça e dos padecimentos.

Quanto à parte da missão de João concernente à fábrica de ferro de Ibicuí, na manhã de 8 de Junho, e antes de receber a notícia de estar o inimigo no desfiladeiro de Supucaí, tinha o comandante da 1.ª Divisão de Cavalaria enviado à fábrica de ferro um destacamento de 50 homens, sob o comando do capitão Maurício Julio da Costa.

O destacamento passou pela vila de Ibicuí, e às 12 e três quartos alcançou a fábrica, após um percurso de cerca de 35 mil e setecentos metros. A força que a guardava, composta de 30 praças, havia se retirado pela manhã, só tinham ficado dois velhos e cerca de 30 mulheres.

Todos os edifícios da fábrica foram entregue às chamas, depois de examinados, quebrando-se primeiramente a machado tudo o que por tal meio podia ser destruído”.

Eis aí, senhores, em síntese, os magníficos resultados alcançados pela exploração executada pela 1.ª Divisão de Cavalaria, ao mando do general Mena Barreto.

Vejmos agora a ação deste bravo chefe na Manobra de Peribebuí:

Recebida a missão de flanco-guarda do Exército, o General João Manoel parte com seu destacamento composto da 1.ª Divisão de Cavalaria, menos o 3.º Regimento de linha, da 8.ª Brigada de Infantaria, da ala direita do 1.º Regimento de Artilharia e da ala esquerda do Batalhão de Engenheiros, ao anoitecer de 28 de Julho, tendo ao amanhecer de 29 chegado a Paraguari. A 30 ultrapassou cerro Portenho, e a de Agosto atingiu Ibitimi, ponto de seu primeiro destino. A 7 a flanco-guarda de João Manoel marcha junto ao 2.º corpo de Exército, pela estrada de Valenzuela, subindo a cordilheira.

A 12 de Agosto de 1869 dá-se o ataque à vila de Peribebuí, defendida por 1.800 paraguaios fortemente entrincheirados ao mando do Tenente-coronel Pablo Cabalero. Atacaram-na 20.900 aliados, comandados por experientados chefes. Ante a superioridade esmagadora dos atacantes, os bravos paraguaios cederam o terreno palmo a palmo. João Manoel recebe de Osório a missão de atacar com uma coluna cujo primeiro escalão era composto do 10.º Batalhão, o segundo do 1.º Batalhão e o 16.º, e o terceiro do 3.º e 8.º Batalhões e 46.º de Voluntários da Pátria. Foi aí, à frente do 10.º Batalhão que vanguardava a coluna de ataque, “já no fim da peleja, quando se ouvia o toque de “cessar fogo”, afirma Dionisio Cerqueira, “que caiu mortalmente ferido um dos nossos mais bilhantes generais — o brigadeiro João Manoel Mena Barreto, elegante e belo tipo de fidalgo, com a bravura tradicional da sua família. Foi uma das maiores perdas sofridas pelo Exército, que assistiu compungido ao enterro do chefe querido, da igreja da cidade! Mais tarde seus restos mortais foram transferidos para o Cemitério da cidade do Porto Alegre, sua terra natal. A 8 de Setem-

bro de 1946, numa impressionante cerimônia cívica, foram os mesmos transladados para o Panteon Riograndense construído no cemitério da capital gaúcha.

Assim cessou a ação de um bravo soldado, e que maiores serviços poderia ainda prestar ao exército e à Pátria.

Mistér, porém, é que, as gerações de hoje e as que nos sucederam, jamais esqueçam os exemplos de João Manoel, paradigma de chefe, incansável na ação, bravo na peleja, impavido no ataque.

Soldados do 3.º Batalhão de Carros de Combate. Moços que tivessem o privilégio sem par de servir sob a Bandeira do 3.º Batalhão de Carros nesta hora magnífica de uma alvorada de paz, nesta hora em que o Brasil espera de sua mocidade toda a dedicação e amor para consolidar as vitórias de seus aviadores, marinheiros e soldados, rudemente conquistadas nos céos da velha Europa, nas águas do Atlântico e nas escarpas do Apeninos, na mais tremenda luta de que há memória nos anais da história, rememorei com orgulho as ações de vultos como João Manoel Mena Barreto.

Camaradas. Cultuando nossos antepassados, estudando-lhes a vida no desenrolar da história, a uma conclusão chegamos: Nossa Pátria, mau grado as vicissitudes amargas por que tem passado, seguirá ufana sua trajetória brilhante.

O Brasil que foi grande no começo de sua independência, que consolidou a posse de suas fronteiras e a liberdade de seu povo com o sangue de seus generais, marinheiros e aviadores, há de marchar para a frente, altaneiro e respeitado, nas horas amargas que o destino reservar ao nosso Povo, num só bloco, acima dos regimens políticos, e somente com o patriotismo de todos os que nasceram sob as dobras de nossa Bandeira.

"O MOBILIÁRIO ELEGANTE" de COSS BO CZAR

Dormitórios, salas de jantar e de visitas, conjuntos estofados, copas laqueadas, tapetes, congoleus e peças avulsas. Representante do afamado colchão de molas "BRASIL". A mais bem montada mobiliadora do Sul de Minas — Av. Pres. Vargas n.º 9.

Moderno e variado sortimento de fazendas e confecções finas para cavalheiros, senhoras e crianças.

"CASA COSS BO CZAR"

Modelos das melhores fábricas do país. — Manteaux, casacos, peles, blusas, etc.

Av. Pres. Vargas, n.º 19 — Fone 106 — T. Corações — Minas

Como estudar para fazer o concurso de admissão à Escola de Estado Maior?

Cap. Nilton Freixinho
Aluno da E.E.M.

II

A — GEOGRAFIA DO BRASIL

S U M A R I O

I — GENERALIDADES :

O programa, método geral de estudo, fontes de consulta básicas.

II — A ANALISE :

A Terra, o Homem, a Produção, a Circulação das riquezas.

III — A SINTESE :

Evolução econômica do Brasil.

I — GENERALIDADES

a) — Em artigo anterior tivemos ocasião de mostrar ao leitor a necessidade de realizar um planejamento para preparar-se ao concurso de admissão à E. E. M. Aos que por ventura não o tenham lido seria aconselhável tomar conhecimento do seu conteúdo pois que, nele, encontrarão as nossas idéias básicas e gerais sobre o assunto.

Tentaremos esboçar um planejamento para o estudo da *GEOGRAFIA DO BRASIL*.

B) — O programa. Questões já propostas.

O primeiro passo do candidato constará em tomar conhecimento do programa, para que possa ter uma idéia de conjunto da matéria a ser trabalhada. Em seguida é aconselhável não só para satisfazer uma curiosidade muito justa, como também para melhor orientar seus esforços, conhecer as questões já propostas nos concursos anteriores. Abaixo transcrevemos algumas questões desta natureza :

- 1929 — Sistema Orográfico do Brasil.
- 1930 — 1) Nossas questões de limites na Zona Temperada.
2) Causas e conseqüências das imigrações nas duas Américas.
- 1931 — Apreciação do sistema hidrográfico brasileiro sob o ponto de vista econômico.
- 1933 — Imigração moderna para o Brasil — Causas e conseqüências.
- 1939 — a) Principais riquezas animais, vegetais e minerais do Brasil e sua distribuição no Território Nacional.
b) Formas atuais da exploração destas riquezas, bem como seu consumo interno e externo.
c) Meios de transporte de que se dispõe para a circulação destas riquezas.
- 1940 — A mineração no Brasil. Sua preponderância econômica no regime colonial. Situação Atual — Possibilidades futuras.
- 1941 — O problema das comunicações brasileiras.
- 1942 — O café e o açúcar : Evolução da sua cultura e distribuição da produção pelos diferentes Estados.
- 1943 — A borracha — sua influência na Economia nacional.
- 1944 — Evolução Econômica do Brasil.
- 1945 — Sistemas ferroviários e rodoviários. Sua importância político-econômica nas relações estaduais e internacionais.
- 1 — E você candidato à EEM ?
- 2 — Quer saber onde encontrar a documentação para o estudo da Geografia do Brasil ?
- 3 — Deseja ter uma idéia geral, como encara e desenvolver as diversas questões propostas no *SEU* exame ?
- 4 — Você que não é candidato, deseja ter uma idéia sobre a *POLÍTICA DO DO PETRÓLEO* ?
- 5 — Pois leia este artigo, que foi escrito para resolver *SEU* problema.

C) — *Método geral de estudo.*
Fontes de consulta básicas.

O estudo da GEOGRAFIA, requer um método um tanto diferente daquele exposto para a História do Brasil.

A documentação não é fácil de ser encontrada, ou melhor, acha-se muito esparsa. Não há propriamente um compêndio, ou vários que se completem, que tratem do assunto por forma a oferecer uma perspectiva geral, fato tão importante no estudo de um assunto desta natureza.

O candidato deverá êle mesmo elaborar suas notas. Será, antes de tudo, *pela leitura cotidiana dos jornais e revistas especializadas* que o estudante encontrará substância para o seu trabalho.

Torna-se necessário que o oficial organize seu arquivo de documentação pelo recorte dos artigos publicados nos diversos periódicos, devendo iniciar êste trabalho logo que tenha decidido fazer o concurso de admissão à EEM. Desde então deve procurar obter a seguinte documentação básica para o estudo de Geografia :

- 1 — Geografia do Brasil : — DELGADO DE CARVALHO (adquirir a edição mais recente possível. Até o presente momento é a de 1943 — Cia. Editora Nacional. São Paulo).
- 2 — Geografia Regional do Brasil — DELGADO DE CARVALHO — 1943 (Cia. Editora Nacional. S. Paulo).
- 3 — Geografia Humana do Brasil — PIERRE DEFFONTAINES — Publicação do Cons. Nac. de Geografia.
- 4 — BRASIL — Publicação anual do Ministério das Relações Exteriores — Divisão Econômica e Comercial. São interessantes os volumes desde 1940-41.
- 5 — BOLETIM DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — Publicação mensal. Adquirir os números a partir do momento que iniciar a organização da documentação.
- 6 — REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA — Publicação do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 — Rio de Janeiro. Tomar uma assinatura.
- 7 — Geografia do Brasil — AROLDO DE AZEVEDO — Cia. Editora Nacional (2 tomos) — 1944.
- 8 — O OBSERVADOR ECONÔMICO — Revista mensal de assuntos econômicos — Avenida Presidente Wilson, 198 — Rio de Janeiro — Tomar uma assinatura.
- 9 — O DIGESTO ECONÔMICO — Publicação mensal.
- 10 — A RODOVIA — Rio de Janeiro — Praça Mauá — Edifício "A Noite" — 10.º andar.
- 11 — ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — Publicação do Conselho Nacional de Estatística.

Não há dúvida que isto será um pouco dispendioso, mas para um estudo eficiente da matéria em questão, êste é um caminho.

No entanto para bem compreender a Geografia do Brasil em todos os seus aspectos, *é necessário situar nossa posição no quadro mundial, pois do contrário chegaríamos a um conceito errôneo, sobre a riqueza e as nossas possibilidades econômicas.* Torna-se necessário ter à mão um compêndio de Geografia Mundial de assuntos econômicos, para que o oficial possa ir consultando paralelamente às leituras que fizer sobre os assuntos nacionais.

Podemos sugerir as seguintes obras :

- 1 — ANUÁRIO DE ESTATÍSTICA MUNDIAL — Publicação do Centro de Estudos Econômicos — Av. Presidente Wilson, 231 — Rio de Janeiro.
- 2 — Economic Geography of South America — By R. H. Whitbeck — New York 1940, Mc Graw Hill Book.
- 3 — LATIN AMERICA by Preston James — Odissey Press Inc. — New York, 1942.
- 4 — COMPÊNDIO DE GEOGRAFIA e COMPÊNDIO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA — Antônio Matoso — Livraria Sá da Costa — Lisboa.
(À venda na Livraria Odeon — Rio).
- 5 — GEOGRAFIA ECONÔMICA — Alfredo Ellis Jr. — Editora Atlas — Rio (*)

II — A ANÁLISE

PARTE I

Fisiografia brasileira, com estudo especial do Maciço Brasileiro, das grandes planícies que o separam dos Andes e Maciço guianês, das bacias hidrográficas, das possibilidades e dificuldades das comunicações.

Introdução ao estudo geo-econômico das grandes bacias.

* * *

Esta parte pode ser dividida em 8 capítulos : — Geologia — Relêvo e clima do Brasil — Hidrografia do Brasil — Estudo Especial da Bacia Amazônica — Estudo Especial da Bacia do São Francisco — Estudo Especial da Bacia do Paraná — Estudo Especial da Bacia do Paraguai — Estudo Especial da Bacia do Uruguai.

NOTA IMPORTANTE — Para os candidatos que pela primeira vez tomam contáto com o assunto, lhes seria mais proveitoso e mais agradável que da PARTE I só estudassem a parte física (inclusive do Estudo Especial de cada Bacia), prosseguindo o trabalho normalmente até ultimar a ANÁLISE. Depois então retomariam a PARTE I e completariam o estudo das Bacias sob os pontos de vista geo-econômico e antropogeográfico, já empregando os conhecimentos adquiridos.

CAPITULO I

GEOLOGIA — RELEVO — CLIMA DO BRASIL

O candidato antes de iniciar este capítulo deverá fazer uma recordação da geologia, que teve ocasião de estudar no curso secundário.

Fontes de consulta : Brasil — 1942; Delgado de Carvalho — Geografia do Brasil.

CAPITULO II

HIDROGRAFIA DO BRASIL

Trata-se de estudar a rede hidrográfica do Brasil, em linhas gerais. A síntese de quatro páginas publicadas em "Brasil — 1942" será suficiente, se completada pela opinião de Delgado de Carvalho em "Geografia do Brasil".

Pelo estudo deste capítulo o candidato procurará ter uma idéia da extensão de nossa rede fluvial e do nosso potencial de energia hidráulica e sua distribuição geográfica.

Aconselhamos a aquisição do MAPA DA DIVISÃO MUNICIPAL COM O SISTEMA HIDROGRAFICO DO PAÍS — publicado pelo Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas — Rio.

CAPITULO III

VEGETAÇÃO DO BRASIL

Uma vez conhecidos o Relevo, a Hidrografia e o Clima do Brasil, podemos estudar a VEGETAÇÃO, pois o revestimento vegetal é uma resultante sensível das condições de Clima e solo.

Nas publicações "Brasil 1941 e 1942" o candidato encontrará uma síntese de 5 a 8 páginas sobre o assunto.

CAPITULO IV

ESTUDO ESPECIAL DA BACIA AMAZÔNICA

É necessário primeiramente definir a expressão : *bacia hidrográfica*. Cada rio possui uma bacia hidrográfica. Todos conhecemos bem o objeto "bacia". Pois bem. A bacia fluvial é também uma depressão ou recipiente geográfico que contém todas as águas formadoras de um determinado Rio. O que limita uma Bacia são as linhas divisoras d'água.

Portanto para definir uma bacia hidrográfica é necessário determinar o contorno orográfico que serve de "divortium aquarum".

O Mapa que indica as principais linhas do *Relêvo do Brasil* define as grandes Bacias Fluviais.

O esquema abaixo esclarece bem, o que se deve entender por Bacia Hidrográfica :

Em face do significado da expressão Bacia Fluvial, fácil é verificar que as Bacia do Amazonas, Paraguai, Paraná e Uruguai — estas três últimas formando a Bacia Platina — abrangem além do Brasil grandes extensões territoriais de outros países Sul-Americanos. Póde também o leitor constatar que das grandes correntes fluviais que cortam nosso solo, somente o Rio São Francisco possui uma Bacia Hidrográfica inteiramente nacional.

Portanto, para fazer um estudo completo da Bacia Amazônica, tornar-se-ia necessário entrar na parte relativa à Geografia da América, estudando sob todos os pontos de vista, a região denominada "montanha" dos seguintes países : Colombia, Peru e Bolívia.

No entanto, por uma questão didática, o candidato, quanto às questões geo-econômicas, *deverá estudar das Bacias do Amazonas, do Paraguai e do Paraná, apenas a parte relativa ao território brasileiro*. Posteriormente quando dedicar-se à Geografia da América do Sul, terá então a oportunidade de completar o estudo.

* * *

COMO FAZER O ESTUDO DE UMA BACIA

Há um método muito simples e que dá bons resultados :

1.^a Fase —

1) Inicialmente procura-se delimitar a Bacia, definindo seu contorno orográfico. No caso do Amazonas teríamos :

Ao Norte — Serras de Parimá, Paracaima, Tumucumaque.

A Oeste — Sistema Andino : cordilheira mais ocidental.

Ao Sul e Leste — Chapada dos Parecís — Serra S. Jerônimo — S. Caiapó — Serra do Pirineu — Espigão do Mestre.

2) Procura-se depois ter uma rápida notícia da extensão territorial da Bacia e dos Estados políticos que abrange.

3) Em seguida estuda-se sob a forma descritiva o Rio que deu o nome à Bacia. Aí devem ser encarados os seguintes aspectos das características fluviais : Nomenclatura — Direção Geral. Sentido da corrente. — Questão das fontes. — Extensão. — Declive. — Volume. — Largura. — Profundidade. — Regime. — Afluentes. — Potencial hidráulico. — Navegabilidade.

2.^a Fase — Terminado este trabalho descritivo da natureza física da Bacia, coloca-se o HOMEM vivendo no meio geográfico analisado.

Passa-se então a estudar :

1) As vantagens que a natureza lhe oferece : recursos minerais, recursos vegetais e recursos animais.

2) A circulação da riqueza : vias de comunicações ; sistemas de transportes : fluviais, terrestres, aéreos e sua articulação com os transportes marítimos.

3) A vida do homem : sistema político ; aspectos sociais.

APLICAÇÃO DO MÉTODO PARA A BACIA EM ESTUDO

Nos limitaremos a traçar o sumário e a indicar as fontes de consulta.

— SUMÁRIO —

1 — O RIO AMAZONAS e sua Bacia — Delgado de Carvalho — Rev. Bras. Geog. n.º 2 — 1942.

2 — O SOLO DA AMAZÔNIA — Fróes de Abreu — Rev. Bras. Geog. n.º 2 — 1942.

3 — O RELEVO DA AMAZÔNIA — Pedro Moura — Rev. Bras. Geog. n.º 3 — 1943.

4 — Plantas Úteis da Amazônia — Rev. Bras. Geog. n.º 2 — 1942.

5 — Transportes na Amazônia — Moacyr Silva — Rev. Bras. Geog. n.º 3 — 1943.

6 — A conquista da Amazônia, os fundamentos econômicos de sua ocupação e seu futuro :

a) a luta entre Espanhóis e Portugueses; b) Primeira fase da exploração : as missões religiosas; c) A grande exploração da Amazônia : História Econômica da Borracha; d) Póde a Amazônia ser conquistada ?

Fontes de consulta : História Econômica do Brasil, Tomo II — Roberto Simonsen; A exploração Amazônica, Araújo Lima — "Revista Brasileira de Geografia" n.º 3 — 1943; Brasil — 1941 e 1942; A conquista do Brasil, de Roy Nash (Brasileira); A Região Norte — Cap. Amauri B. de Lima — "A Defesa Nacional", n.º de Outubro de 1946.

Como síntese : Amazônia Brasileira (Seleções) — Cap. Octávio Alves Velho — "Revista Militar Brasileira", n.º 3 de 1944.

CAPÍTULO V

ESTUDO ESPECIAL DA BACIA DO SÃO FRANCISCO

Conhecido um método geral para realizar um estudo desta natureza, a tarefa torna-se mais fácil. A fonte de consulta básica para este capítulo é a Monografia do Sr. Luiz Flores de Moraes Régio. In-

felizmente esta obra acha-se esgotada. Póde no entanto ser encontrada nas Bibliotecas dos Estados e do Rio de Janeiro ou no Conselho Nacional de Geografia à Praça Getúlio Vargas.

No entanto existem outras obras também aconselháveis sobre o assunto. Podemos sugerir :

- O Rio da Unidade Nacional : Orlando de Carvalho (Brasília).
- O Rio São Francisco — Augusto de Miranda (Brasília).
- O Rio São Francisco — Proença (Biblioteca Militar).
- Geografia do Brasil e Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho.

O trabalho póde ser desenvolvido segundo as linhas gerais do seguinte sumário :

- 1 — O Rio São Francisco e sua Bacia.
- 2 — Os recursos minerais : Ferro, ouro, quartzo hialino, cobre, bauxita, salitre. Os combustíveis minerais : Petróleo, "Chamel Coal". O potencial hidráulico e sua utilização.
- 3 — A Pecuária e a Agricultura. A Indústria do Algodão e do Carvão.
- 4 — O Rio São Francisco como via de comunicação. Articulação dos sistemas de transportes fluviais, ferroviários e rodoviários. A ligação Norte-Sul. A ligação com a Bacia Amazônica. A ligação com os Portos de Salvador, Vitória e Rio de Janeiro. A circulação dos produtos.
- 5 — A Colonização da Bacia. O aproveitamento do São Francisco como : 1) via de comunicação; 2) fonte inesgotável de água para irrigação; 3) núcleo produtor de energia elétrica.

CAPITULO VI

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA BACIA DO PRATA —

O Rio da Prata é formado pelas águas das bacias do Paraná (e seu afluente Paraguai) e do Uruguai. É um vasto estuário com 250 km de largura na entrada do Oceano Atlântico e a profundidade de 30 a 40 metros.

As bacias do Rio Paraná e seu afluente e do Rio Uruguai formam a BACIA DO PRATA.

Este vasto sistema hidrográfico intercomunica-se com as águas da Bacia Amazônica por intermédio da ligação do Rio Paraguai com o Guaporé.

As águas que correm no Rio da Prata em busca do Oceano têm, portanto, sua origem, nas geleiras dos Andes, no Planalto Brasileiro e na Serra do Mar.

Feita esta pequena exposição podemos apresentar um SUMÁRIO para o estudo do presente capítulo.

- 1 — Rio Paraná e sua Bacia

2 — Recursos econômicos da Bacia do Paraná : a) Pecuária; b) Café; c) Erva-Mate; d) Madeiras.

3 — São Paulo — o maior centro industrial da América Latina e sua posição na Bacia do Paraná.

4 — Os transportes na Bacia do Paraná — A rede de navegação fluvial. — O sistema ferro-rodoviário. — Ligação do Vale do Paraná com os portos do Atlântico : Santos, Paranaguá, Florianópolis — Porto Alegre. — Ligação entre a Bacia do Paraná e a Bacia do Paraguai : A E. F. Noroeste do Brasil. A posição da Bacia do Paraná na ligação Arica-Santos. — As aerovias.

Fontes de consulta : — "Brasil 1941 e 1942"; Delgado de Carvalho : Geog. do Brasil e Geog. Reg. do Brasil; "Economic Geog. South America", "LATIN AMERICA", "Ensaio de Geografia Humana Brasileira" — Pierre Monbeig. "Oeste Paranaense" — Lima Figueiredo — Publ. Conselho Nacional de Geografia.

CAPITULO VII

ESTUDO ESPECIAL DA BACIA DO PARAGUAI

— SUMÁRIO —

1 — O Rio Paraguai e sua Bacia.

2 — Recursos econômicos da Bacia : Pecuária; a extração da Erva-Mate; a mineração.

3 — Os transportes na Bacia do Paraguai. A rede fluvial da Bacia. O Rio Paraguai e sua função na circulação das riquezas para o Estado de Mato Grosso e para o país que tem o nome do Rio que o atravessa de Norte a Sul. A ligação da Bacia do Paraguai com o Planalto Boliviano : A E. F. Corumbá — Sta Cruz de La Sierra. A transcontinental Sul-Americana Santos — Arica. O escoamento do Petróleo do Oriente Boliviano. Fontes de consulta — As citadas no capítulo anterior, e ainda : Ten. Cel. Lima Figueiredo — Rev. Brasil. Geog. n.º 1 — 1943; Rev. Bras. Geog. n.º 2 — 1943.

CAPITULO VIII

ESTUDO ESPECIAL DA BACIA DO URUGUAI

— SUMÁRIO —

1 — O Rio Uruguai e sua bacia.

2 — Recursos econômicos da BACIA : Pecuária; trigo; erva-mate; madeiras.

- 3 — Os transportes na Bacia do Uruguai. Ligação entre a Bacia do Paraná e a Bacia do Uruguai. Ligação entre a Bacia do Uruguai e os portos do Atlântico no Brasil. A rede ferroviária e a localização de Santa Maria.
Fontes de consulta — As citadas no cap. VI.

PARTE II

— RECURSOS VEGETAIS —

Nesta PARTE terá o candidato de estudar a importância dos recursos vegetais como um todo, na economia nacional.

Inicialmente deverá conhecer a evolução da Agricultura no Brasil. Para isso aconselhamos a leitura do "Brasil 1940", página 95. Em seguida, lançando mão das estatísticas publicadas quer nos volumes do "Brasil", quer no "Anuário Estatístico do Brasil", o oficial estudará a importância relativa da produção vegetal do Brasil, no quadro geral de nossas atividades.

Realizado este trabalho está o candidato em condições de enfrentar os três capítulos que compõem esta parte :

- Alimentos tropicais;
- Produtos oleaginosos,
- Fibras vegetais.

* *

CAPITULO I

ALIMENTOS TROPICAIS

A) — O CAFÉ

Sumário :

- 1 — Um pouco da origem do café no Brasil;
- 2 — Porque representa o café papel tão importante na nossa vida político-financeira; seu valor no volume total de nossas exportações;
- 3 — Regiões produtoras de café no Brasil;
- 4 — Produção e exportação nacionais; a super-produção; tipos de café; portos exportadores;
- 5 — Produção mundial de café; países produtores;
- 6 — Consumo mundial; países importadores;
- 7 — Síntese da História Econômica do café : 1.º período : do início até 1906; 2.º período : de 1906 a 1929 — política de valorização de preços; 3.º período : 1.ª Fase : — a defesa de preços de 1929 a 1937; 2.ª Fase : — política da concorrência de 1937 a 1939;

3 — Produção Sul-Americana da ERVA; Comércio mundial; mercados interno e externo; portos de escoamento do produto industrializado;

4 — O mate na economia Regional e Nacional.

Fontes de consulta — As citadas no Capítulo VI/Parte I.

D) — *AÇÚCAR E ALCOOL ANIDRO*

Sumário :

1 — Evolução da indústria do açúcar no Brasil;

2 — Estado atual da indústria açucareira;

3 — Distribuição dos produtores no Brasil; comércio interno;

4 — Comércio mundial de açúcar; produtores e consumidores.

Exportação Nacional; portos de saída do produto; nossos mercados.

5 — Função do Instituto do Alcool e Açúcar;

6 — O Alcool Anidro.

Fontes de consulta — As citadas no Capítulo VI/Parte I.

CAPITULO II

PRODUTOS OLEAGINOSOS

SUMARIO :

A) — Óleos vegetais :

1) Carço de Algodão — 2) Oiticica — 3) Mamona — 4) Babaçu — 5) Linhaça.

B) — Cêras

C) — Síntese — Os óleos vegetais e as cêras na economia Brasileira. Centros produtores. Portos exportadores. Comércio mundial. Nossos consumidores. A industrialização das sementes oleaginosas em território nacional. Vantagens da exportação do produto industrializado.

Fontes de consulta — Brasil 1941 a 1942; Delgado de Carvalho; "O Brasil e os Óleos Vegetais" — publicação do Ministério da Agricultura.

CAPITULO III

FIBRAS VEGETAIS

SUMARIO :

A) — Generalidades : a importância das Fibras Vegetais na Economia Nacional.

B) — O ALGODÃO :

1) Generalidades — 2) Rápido esboço histórico da evolução do comércio do algodão no quadro econômico-financeiro do Brasil : 1.^a Fase : — Prosperidade — 1810 a 1830; 2.^a Fase : — Decadência — 1832 — 1864; 3.^a Fase : Ressurgimento 1865 — 1875; 4.^a Fase : — Nova Decadência 1875 — 1934; 5.^a Fase : — Segundo Ressurgimento 1934 — 1939 — 3) A cultura do algodão no Brasil; distribuição geográfica das zonas produtoras; produção de algodão no Brasil; consumo nacional do algodão em rama; exportação do algodão em rama — 4) Produção mundial do algodão em rama; Comércio mundial; países produtores e consumidores; posição do Brasil no quadro internacional do comércio do algodão em rama. 5) A industrialização do produto no Brasil; fiação e tecelagem; a indústria de tecidos e sua distribuição geográfica; os sub-produtos de algodão : óleo de linter e "hull-fibre"; comércio de tecidos e de sub-produtos do algodão; nossos consumidores : o mercado latino.

C) — JUTA

D) — LINHO

Fontes de consulta — as citadas no Cap. VI/Parte I.

PARTE III

RECURSOS MINERAIS

INTRODUÇÃO — O homem retira do sub-solo os minerais de que necessita para garantir sua subsistência e cercar sua vida do máximo conforto possível. Os recursos mais importantes que o sub-solo oferece ao homem, até o presente momento são : 1) o carvão mineral — 2) o petróleo — 3) o ferro — 4) os fosfatos — 5) os sais de potássio.

Os dois primeiros fornecem a energia, elemento indispensável à civilização, e outros sub-produtos importantíssimos destinados às indústrias. O terceiro constitui a estrutura de todas as construções e máquinas. Os fosfatos e os sais de potássio são a chave de uma agricultura eficiente, econômica e rendosa : são os adubos minerais.

Um país que *controla* em volume suficiente estes cinco produtos minerais, possui a *riqueza abundante* : EE.UU., Rússia, Inglaterra !

A luta pela posse de qualquer um deles determina a guerra.

O oficial terá a oportunidade de verificar, que destes cinco elementos essenciais à grandeza de uma nação só possuímos em abun-

dância e em condições economicamente exploráveis dois deles : o ferro e os fosfatos. Portanto, não somos um país tão rico em minerais como se costuma propalar.

Nesta PARTE III, faremos um estudo sobre os combustíveis e os metais necessários à indústria bélica. Deverá ser também focalizado rapidamente o problema dos explosivos.

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Os recursos minerais na economia brasileira.

(Ver "Brasil" 1941, pg. 243 e "Brasil" 1942, pg. 103)

CAPÍTULO II

COMBUSTÍVEIS MINERAIS

A) — CARVÃO MINERAL

SUMÁRIO : — 1) Generalidades — 2) Regiões carboníferas do Brasil — 3) Produção, consumo e importação do carvão. — 4) Reservas carboníferas do mundo; produção e consumo mundiais — 5) Utilização do carvão nacional na grande siderurgia : o coque — 6) Conclusões.

Fontes de consulta : "Brasil" 1941 e 1942 — "Combustíveis" de Janot Pacheco, Editora Alba — "O Combustível na economia Universal" de Pires do Rio — "Riqueza Mineral do Brasil" de Froes de Abreu — "O Observador Econômico e Financeiro" pg. 18 do n.º XCIII — Delgado de Carvalho — "Geografia do Brasil".

B) — LÍNHITO — Fontes de consulta — idem.

C) — TURFA — Fontes de consulta — idem.

D) — XISTOS BETUMINÓSO — Fontes de consulta — idem.

E) — PETRÓLEO

SUMÁRIO : — 1) Generalidades : Petróleo natural; petróleo sintético; sub-produtos — 2) O Petróleo, distribuição mundial dos poços, países produtores — 3) Produção e consumo mundiais; necessidades do Brasil — 4) O Petróleo no Brasil; O Conselho Nacional do Petróleo; Distribuição geográfica dos poços economicamente exploráveis; Baía, Terra do Petróleo; Produção atual; o futuro. 5) A política do petróleo — 6) Conclusões.

Fontes de consulta — As citadas na letra A — Revista "Diretrizes" de 12 Nov. 142.

Sobre a verdadeira situação do Petróleo no Brasil as publicações que circulam no Brasil, fazem somente ligeira referência. No entanto o candidato poderá solicitar ao Conselho Nacional do Petróleo — Avenida Presidente Wilson, 164 — Rio, as informações de que necessitar.

Neste capítulo, o item 5, é muito interessante no momento, para nós brasileiros. Como subsidio para os nossos leitores, esboçaremos um desenvolvimento do assunto :

A POLITICA DO PETRÓLEO

A) *Generalidades* — O combustível vem a ser uma substância que, por sua oxidação em presença do oxigênio do ar, fornece calor, calor esse em condições de ser utilizado para fins industriais, principalmente para produção de força. Portanto, o combustível é uma fonte de energia.

O HOMEM utiliza atualmente diversos combustíveis : petróleo, carvão mineral, etc. A nação que *possuir* combustível possui riqueza. Exemplo : E.E.UU., Russia. A nação que *controlar* o combustível também possui riqueza. Exemplo : a Inglaterra. Consequentemente, quem controla ou possui combustíveis é rico por controlar e distribuir a energia necessária ao acionamento da civilização do século XX. Há, portanto, no mundo, uma POLITICA DE COMBUSTÍVEIS. Os combustíveis hoje utilizados são *controlados* pelo grupo anglo-saxônico, portanto não é de admirar que este grupo domine os demais povos do planeta até que se venha a descobrir um novo combustível de maior rendimento que os adotados hoje e que não esteja sob o controle do citado grupo.

A energia pode também ser obtida pela força hidráulica nos países de grande potencial hidro-elétrico (Russia, Canadá, Brasil, etc.). No entanto, a montagem de uma usina-elétrica num país não totalmente industrializado, como é o nosso caso, depende do "concordo" das grandes potências industriais, construtoras da complexa maquinaria empregada na produção de tal energia. Montar uma usina hidro-elétrica capaz de fornecer uma energia mais cara que aquela que pode ser importada não é solução economica ao problema... A chave da questão permanece ainda na politica dos combustíveis, particularmente na POLITICA DO PETRÓLEO.

Como argumento à nossa opinião, citaremos o caso característico da ARGENTINA. Esta nação possui apenas uma das energias nobres : o petróleo; no entanto, por *controlar* 68% do óleo que consome oferece ao mundo uma situação econômica privilegiada.

Concluindo : os países que *dependem* de combustíveis, jamais poderão possuir a tão falada independência econômica e, conseqüentemente, nunca formarão entre as grandes potências militares !



B) — *Fases distintas da transformação do petróleo em combustíveis produtores de energia.*

Desde a extração do petróleo até o emprego de seus sub-produtos, há um ciclo de 3 fases :

1.^a fase — *produção ou extração*; 2.^a fase — *industrialização ou refinação*; 3.^a fase — *Transporte e distribuição dos produtos acabados.*

1.^a Fase — A produção consiste em localizar, extrair e preparar o petróleo para ser industrializado. Por *preparação* entende-se a operação que tem por finalidade livrá-lo das impurezas que encerra ao sair do poço : água salgada, areia, etc. É então o petróleo bruto levado para as refinarias que devem em princípio ser localizadas próximo aos centros de consumo. **A PRODUÇÃO DO PETRÓLEO BRUTO É LIVRE.** Ninguém a controla.

2.^a Fase — Pela refinação, o petróleo fornece quase 700 sub-produtos. Nesta fase está a chave do problema. **QUEM REFINA O PETRÓLEO CONTROLA OS PREÇOS E SUA DISTRIBUIÇÃO.** A industrialização do petróleo no mundo não é livre. Está *presentemente* na mão do grupo anglo-saxônico. A montagem das grandes refinarias em qualquer parte da terra depende do consentimento de tal grupo, pois também êle controla a produção do maquinário necessário — vendendo-o pelo **PREÇO** que lhe convier...

O "trust" do petróleo se manifesta nessa fase.

A instalação de destilatória num país independe da existência de petróleo no mesmo. Sendo esta questão a primordial é claro que só se deve pensar em extração do petróleo em nação possuidora de poços, depois de resolvido o problema das refinarias.

Citaremos para elucidar a questão três exemplos decisivos. Devemos ter no Brasil uma política petrolífera segura e decidida, para evitar qualquer desastre. O "mundo" já se enriqueceu muito à custa do nosso sub-solo e nós até hoje "ficamos a vêr navios". Torna-se necessário analisar os exemplos vivos que temos ao nosso lado. Aproveitando experiências da Venezuela, do Uruguai e da Argentina, não nos será difícil encontrar o rumo certo.

A *Venezuela* é o maior exportador de petróleo do mundo, entretanto é um dos países mais pobres da terra; industrialmente nulo, politicamente um enigma. Porque? Porque a Venezuela não controla sua produção petrolífera. As refinarias não são nacionais.

O *Uruguai* não possui uma só gota de óleo em suas terras. Mas seu governo montou uma grande destilaria e esta passou a abastecer o país. O óleo bruto é importado livremente e ali industrializado, transformando-se em energia barata para mover suas indústrias e desenvolver seus meios de transporte.

A *Argentina* apresenta o terceiro caso típico.

Esta nação descobriu seu primeiro campo petrolífero em 1907*. Até 1922, a indústria petrolífera permaneceu em estado anêmico, quando então o governo resolveu instalar suas próprias refinarias. O Estado passou a controlar os preços do combustível, determinando sua baixa. Dêsse controle sobre os preços advieram os maiores benefícios para economia nacional. A Agricultura mecanizada desenvolveu-se rapidamente, o custo das utilidades manufaturadas no país baixou e a riqueza passou a circular em condições favoráveis. Hoje a Argentina produz e destila cerca de 68% das suas necessidades de óleo. Caso necessário, pôde dispensar perfeitamente a importação do que lhe falta, adotando medidas adequadas de racionamento. (*)

Dêstes três exemplos conclui-se claramente que A REFINAÇÃO É A CHAVE DO PROBLEMA.

3.^a Fase — O transporte e a distribuição do produto acabado constituem uma fase importante particularmente na questão de preços. Torna-se necessário ao país produtor e refinador de óleo, possuir os meios de transportes próprios e adequados, tais como navios-petroleiros, trens-petroleiros, viaturas-cisterna, automóveis, etc. Portanto, desde o poço até à bomba de gasolina que fornece o combustível ao particular, é necessário um completo equipamento para seu transporte e distribuição, equipamento este que deve ser propriedade do próprio produtor, para fugir aos efeitos do "trust" dos transportes.

(*) — N. da Red. — V. a secção "Revistas em Revista" de nosso n.º de Junho de 1946.

C) — *Conclusão* — Só as nações que *controlam* as fontes estão em condições de dominar seu próprio destino. O Brasil deve resolver o mais breve possível seu problema petrolífero. Possuímos um vasto mercado interno capaz de sustentar as despesas oriundas da instalação de 1 ou 2 grandes refinarias. Com o petróleo transformado em energia barata poderemos resolver nosso problema máximo: os transportes. O petróleo aqui extraído e aqui refinado produzirá o combustível barato, fonte de uma energia quase gratuita, diminuirá as distâncias dentro do extenso território nacional. Dizem que "governar o Brasil é abrir estradas". Mas, estradas sem combustível barato é objeto para ricos.

Com seu petróleo o Brasil poderá mecanizar sua agricultura, única fórmula para concorrer vantajosamente com seus produtos nos mercados internacionais. Poderá acionar suas usinas para transformar seu minério de ferro em máquinas de máquinas.

CAPÍTULO II

FERRO E SIDERURGIA

SUMÁRIO — 1) Noções sucintas sobre a metalurgia do Ferro. 2) Regiões ferríferas do Brasil — 3) Reservas de ferro do Mundo e do Brasil — 4) Tipos de Minérios de ferro de Minas Gerais — 5) Exportação do minério de ferro — 6) A Cia. Vale do Rio Doce. A Siderurgia. — 7) A Cia. Siderúrgica Nacional.

Fontes de consulta — "O Brasil", 1941 e 1942; Delgado de Carvalho — "Geog. do Brasil", "Economic Geog. South America"; "LATIN AMERICA"; "Riqueza do Brasil"; "O Observador Econômico e Financeiro" n.º XCIII; "Amplio inquérito sobre o problema do ferro no Brasil".

CAPÍTULO III

OUTROS MINERAIS

SUMÁRIO — Manganês, Cobre, Zinco, Alumínio, Níquel, Cobalto.

CAPÍTULO IV

ADUBOS MINERAIS

SUMÁRIO — 1) Generalidades — 2) Nitratos naturais — 3) Fosfatos 4) Sais de Potássio.

CAPÍTULO V

FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS

SUMARIO — 1) Pólvoras de base simples — 2) Pólvoras de base dupla — 3) Matérias primas básicas : celulose, glicerina, toluol, ácido nítrico — 4) A fábrica de Piquete — 5) A bomba atômica e os minérios de urânio.

PARTE IV

RECURSOS ANIMAIS

A produção animal e sua distribuição.

CAPÍTULO I

ASPECTOS DA CRIAÇÃO ZOOTÉCNICA NO BRASIL.

SUMARIO — 1) Generalidades — 2) Introdução dos rebanhos — 3) Gado existente no Brasil. 4) Situação internacional dos rebanhos.

CAPÍTULO II

INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ANIMAIS

SUMARIO — 1) Carnes — 2) Laticínios — 3) Banha e Sebo industrial — 4) Couros e Peles.

Fontes de consulta para PARTE IV — "Brasil", 1941 e 1942 — "Geografia" — Delgado de Carvalho; "Economic Geog. South America"; "LATIN AMERICA"; "A Conquista do Brasil" de Roy Nash (Brasília).

PARTE V

*ESTUDO ESPECIAL DA COSTA BRASILEIRA**A) Morfologia*

SUMARIO — 1) Generalidades — 2) Elementos característicos dos tipos de costas — 3) Comentário sobre o rebaixamento e elevação do litoral brasileiro.

*B) Estudo sobre os portos**C) Descrição do litoral*

SUMARIO — 1) Litoral Septentrional — 2) Litoral Oriental — 3) Litoral Meridional.

Fontes de consulta para PARTE V — As citadas na PARTE IV.
 "Geologia do Brasil" — Ministério da Agricultura
 "Conquista do Brasil" — Roy Nash (Brasileira).

PARTE VI

ETNOGRAFIA

CAPÍTULO I

ESBOÇO ETNOGRÁFICO

SUMÁRIO — 1) O Índio — 2) o Africano — 3) o Europeu —
 4) Mestiços.

CAPÍTULO II

RECENSEAMENTOS

SUMÁRIO — 1) Generalidades — 2) Densidade Demográfica —
 3) População rural e urbana. 4) População Estrangeira — 5) Imigração : controle da imigração ; áreas potenciais de colonização.

Fontes de consulta — As citadas na PARTE IV, e ainda : "A Cultura Brasileira" de Fernando de Azevedo, publicação do Instituto Brasileiro de Geografia. "Unidade Étnica" — João Lira Filho; "Mapa da Densidade Demográfica do Brasil" — publicação do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas — Rio. "Recursos Econômicos e movimento das populações" — Roberto Simonsen, do livro "Ensaio Social, Político e Econômico", publicação da Federação de Indústrias de São Paulo; "Populações" — Prof. Mortara — Rev. Bras. Geog., n.º 4, ano VII.

PARTE VII

GEOGRAFIA DAS COMUNICAÇÕES BRASILEIRAS

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

SUMÁRIO — 1) Características das vias brasileiras de comunicações — 2) Predomínio das forças marítimas sobre as forças continentais — 3) O Atlântico e os transportes marítimos.

CAPÍTULO II

REDE FERROVIÁRIA

SUMÁRIO — 1) Generalidades sobre os transportes ferroviários : o problema de bitolas ; o material rodante ; a tração

elétrica como solução ao nosso problema — 2) Rede ferroviária mundial — 3) Características dos sistemas ferroviários brasileiros; sua extensão; classificação regional dos transportes ferroviário.

CAPÍTULO III

NAVEGAÇÃO FLUVIAL

SUMARIO — 1) Rede fluvial do Brasil — 2) Bacia Amazônica, Bacia do São Francisco, Bacia do Prata e os transportes fluviais. 3) Articulação dos transportes terrestres e transportes fluviais.

CAPÍTULO IV

PLANO GERAL DE VIAÇÃO NACIONAL

SUMARIO — 1) Histórico — 2) Características do PLANO — 3) Situação atual da rede de viação nacional — 4) Plano Rodoviário — Características.

Fontes de consulta — "Introdução à Geografia das Comunicações do Brasil" de Mário Travassos — Liv. José Olímpio; "Vias Brasileiras de Comunicações" de Max Vasconcelos — Publicação do Conselho Nacional de Geografia; "Economic Geography of South America"; "LATIN AMERICA"; "Estatísticas das Estradas de Ferro do Brasil", publicação da Inspetoria Federal das Estradas — Av. Graça Aranha, 62 — Rio. — "Plano Geral de Viação Nacional" publicação do Ministério da Viação e Obras Públicas, contendo o relatório da Comissão organizadora do Plano — 1934; "Plano Rodoviário Nacional" publicado na Revista "RODOVIA" — Dezembro de 1943 — Edifício A Noite — 10.º andar — Praça Mauá — Rio de Janeiro; "A conquista do Brasil" de Roy Nash (Brasileira) — "Geografia dos Transportes" — Revista Brasileira de Geografia, Ano III, n.º 2; "Diretrizes essenciais dos Transportes Ferroviários" — Jorge Leal Burlamaqui — publicado em "RODOVIA" — Maio — 1946.

PARTE VII

GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

SUMARIO — 1) Faixa de Fronteira — 2) Fronteiras do Brasil; extensão; cidades e outras povoações — 3) Densidade demográfica de fronteira; terras habitadas e desabitadas.

CAPÍTULO II

SUMÁRIO — Transportes dentro da fronteira-faixa e sua ligação com o resto do país.

CAPÍTULO III

SINTESE HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Fontes de consulta — "Revista Brasileira de Geografia"; Delgado de Carvalho, "Geografia do Brasil"; "Brasil", 1941 e 1942; Lima Figueiredo, "Limites do Brasil"; "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial" — José Carlos de Macedo Soares, Edit. José Olimpio — Rio, 1939.

PARTE VIII

GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS

CAPÍTULO I

SUMÁRIO — 1) Histórico da Indústria Nacional — 2) Indústria e Auto-suficiência — 3) Os mananciais de energia; os combustíveis; a energia hidráulica.

CAPÍTULO II

PRINCIPAIS INDÚSTRIAS NACIONAIS

SUMÁRIO — 1) Indústrias extrativas vegetais : borracha; madeiras, mate; óleos, cêras e fibras — 2) Indústrias extrativas minerais : o manganês; o ferro — 3) Indústrias fabris : indústria de tecidos; indústria de vestiários; indústria siderúrgica. Fonte de consulta : Delgado de Carvalho, "Geog. do Brasil"; "Brasil" 1941 e 1942 — "LATIN AMERICA".

PARTE IX

O COMÉRCIO BRASILEIRO

SUMÁRIO — 1) A exportação — 2) A importação — 3) A relação entre a importação e a exportação — 4) Conclusões.

Fontes de consulta — as scitadas na PARTE VIII.

PARTE X

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL

Fontes de Consulta — Delgado de Carvalho "Geografia Regional do Brasil — "Divisão Regional do Brasil" — publicação do Conselho Nacional de Geografia.

III — A SÍNTESE

PARTE ÚNICA

A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Quando o candidato terminar o trabalho de ANÁLISE, estará de posse de uma documentação valiosa, porque foi organizada a custo do esforço pessoal, uma obra em que teve oportunidade de imprimir sua própria orientação, enfim uma OBRA PESSOAL.

Convém assinalar que só este método de trabalho oferece resultados compensadores. *Só se aprende pelo processo ativo.* Aprendemos fazendo. Não é somente pela leitura que adquirimos a CULTURA. É necessário *ler pouco e meditar muito*; anotar, concatenar os assuntos de acordo com nosso gosto, nosso temperamento, nossa personalidade. Enfim, *construir qualquer coisa!* Só o resultado concreto de um esforço realizado, anima o homem a prosseguir na tarefa árdua de procurar a perfeição. Nas profissões manuais isto é fácil. Entretanto, no trabalho intelectual, pela sua natureza, torna-se difícil obter a materialização de muitas horas de labuta. Isto no início pôde desencorajar o estudante. Portanto, é necessário para obter melhor rendimento, CONSTRUIR ALGO para estimular o EU.

Será, pois, pela confecção de pequenos resumos, pela elaboração de ensaios e redação de monografias sobre os diversos capítulos, após a leitura das diferentes fontes de consulta indicadas, que o candidato terá a oportunidade de fazer "o seu trabalho aparecer", enfim ver criada a SUA OBRA.

Durante a ANÁLISE o oficial estudou com detalhe todos os assuntos exigidos pelo programa.

Agora torna-se necessário ter a visão de conjunto, para abarcar com um só golpe de vista todo o vasto panorama que se descortina nestes 400 anos de atividades humanas no solo brasileiro. *Torna-se necessário descobrir o essencial — o principal e abandonar o secundário — o acessório.*

Mas o trabalho de Análise o obrigou a descer ao detalhe, a viver dentro do turbilhão dos acontecimentos, fazendo-o perder a perspectiva geral dos fatos e quem não a possui é cego e o cego carece de

um guia de ampla visão, que só a ALTURA proporciona. É preciso ganhar *altura*, desapegar-se dos detalhes, procurar um *bom ponto de vista*, para que possa fazer a SÍNTESE, objetivo único de todo trabalho de ANÁLISE realizado.

O candidato já está em condições de elaborá-la. Mesmo assim transcrevemos um sumário para o assunto.

A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

SUMARIO — 1) Ciclo do Pau Brasil — 2) Ciclo do Açúcar — 3) Ciclo da Mineração — 4) Ciclo do gado — 5) Ciclo da monocultura do café — 6) Ciclo da Borracha — 7) A Policultura — 8) A industrialização — 9) O Futuro.

Fontes de consulta — História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen (Brasiliana); "Brasil" 1942; "Desenvolvimento da civilização material no Brasil" — Afonso Arinos de Melo Franco — Publicação n.º 11 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Rio, 1944; O trabalho elaborado pelo candidato durante a "ANÁLISE".

* *

N O T A S

- (1) — Todas as publicações do Conselho Nacional de Geografia, podem ser adquiridas na sede deste Conselho à Praça Getúlio Vargas n.º 14 — 5.º andar — Edifício Serrador — Rio de Janeiro. Os pedidos devem ser dirigidos à Secretaria Geral do Conselho e podem ser atendidos pelo Serviço de Reembolso Postal. Quanto aos demais livros podem ser obtidos por intermédio da Secção de Venda de Livros de "A Defesa Nacional", diretamente ou pelo reembolso.
- (2) — Todas as vezes que o candidato consultar *Delgado de Carvalho*, deve também manuseiar as obras de *Aroldo de Azevedo*, pois que os dois autores se completam.
- (3) — Já tínhamos redigido este artigo, quando chegou às nossas mãos a obra "Passado e Presente da Economia Brasileira" de Paranhos Antunes (Bibl. Militar) indiscutivelmente trata-se de um trabalho que deve ser lido por todos os que são candidatos à E. E. M., pois ali, estes oficiais, encontrarão diversos pontos exigidos pelo programa, abordados com rara felicidade.

ASSUNTOS DIVERSOS

BOLETIM

Guia do Candidato à E. E. M.

— Houve, há tempos, como publicação oficial da Escola de Estado-Maior, o "Guia do Candidato", do qual eram assinantes não só os Officiais que o desejassem, como ainda, compulsoriamente, diversas Unidades e repartições. Por motivos vários foi suspensa essa edição, e perdeu assim o Exército um esplêndido meio de aperfeiçoamento dos seus quadros.

Atualmente, grande é a dificuldade com que luta a officialidade, não só em matéria doutrinária como ainda em questões de minúcia pertinentes a processos de combate e de emprego de armas.

Julgamos, assim, de maior oportunidade, não só o restabelecimento da divulgação dos ensinamentos da E. E. M., no sêio de toda a officialidade, mesmo não brevetada, como ainda que se estendesse tal medida aos cursos da E. A. O. À semelhança do já vitorioso Boletim Técnico da Diretoria de Engenharia, seria de desejar que outras Diretorias organizassem publicações informativas nesses moldes, particularmente a Diretoria de Armas e a de Motomecanização.

Apelando para o processo mimiográfico ou litográfico, se escassos forem os recursos das imprensas tipográficas disponíveis, seria essa pelo menos, uma solução de emergência, enquanto não saem os novos regulamentos decorrentes da reestruturação geral do Exército e da instrução em particular.

— oOo —

2 — O PETROLEO

Prosseguindo na série de palestras em tórno do palpitante e decisivo problema de política do petróleo, que se vêm realizando no Clube Militar, occupou recentemente sua tribuna o Coronel ARTUR CARNAUBA.

Figura das mais destacadas da intellectualidade militar patricia, e que, infelizmente para a instituição armada, se

acha afastado da atividade, o conferencista revelou que o merecido descanso conseguido após brilhante carreira, tem-lhe sido utilíssimo no fornecer o tempo e ensejo necessários para abordar palpitantes assuntos ligados à Defesa Nacional. E abordar com o patriotismo, o ardor e a vivacidade de raciocínio que antes caracterizava sua participação diária nos trabalhos da caserna, de Estado-Maior ou das escolas em que tanto brilhou como mestre.

O resumo histórico-econômico da evolução brasileira realizado pelo Cel. CARNAUBA, firmemente esteiados em preciosas citações e corroborado com opiniões de abalizados estudiosos, máxime J. F. NORMANO, NELSON WERNECK SODRÉ e ROBERTO SIMONSEN, foi modelar. O mesmo se pode dizer, do ponto de vista pelo menos cultural, da análise vigorosa e inclemente que fez da civilização contemporânea, tocando nos pontos cruciais do capitalismo internacional e do imperialismo econômico.

Na parte relativa propriamente à política petrolífera, o conferencista subscreveu a base antes expedida pelo ilustre ex-Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, ou seja, a ultranacionalista, que não admite nem de longe a interferência estrangeira na solução de tão vital aspecto da economia brasileira.

Cumpru que tão profícuo debate prossiga, do modo mais amplo possível, e, como apelou o conferencista, "através da imprensa, do rádio e da prosa pública".

A opinião pública deve ser largamente esclarecida a respeito de uma questão que diz tão de perto com a segurança, o progresso e a felicidade do país, e não apenas de um reduzido grupo de determinada classe.

Cremos, porém, que se impõe uma precaução da mais alta relevância: — a discussão deve ser feita com o apoio esclarecido da técnica para se obterem resultados eficientes e práticos. Do contrário, cair-se-á no terreno perigoso da demagogia, da exploração de politiquice, e mesmo de injúria pessoal.

Semelhantemente ao que já dissemos em relação a outros assuntos, será tão errado e injusto considerar "comunista todo aquele que se opõe à cooperação norte-americana" como acobardar de "impatriota ou venal" o que favoreceu essa hipótese.

Só o equilíbrio, a ponderação e o frio disernimento dos pontos essenciais do aproveitamento do petróleo, prospecção, exploração, refinação, distribuição, — poderão conduzir a uma

solução de real benefício para o Brasil e para seus filhos. E é isto o que todos os patriotas desejam sinceramente.

Vejamos os recursos necessários à grandiosa obra que nos propomos empreender e quais as nossas possibilidades. Vejamos também as vantagens e os inconvenientes de cada solução possível, para só depois tomar uma decisão. E, seja esta qual fôr, resguardemos o patrimônio moral e material da Nação, não pensando apenas no dia de hoje, mas no legado que deixaremos aos nossos descendentes.

AOS REPRESENTANTES

**A DIREÇÃO SOLICITA PROVIDÊNCIAS
JUNTO AOS TESOUREIROS DAS UNIDA-
DES OU AOS ASSINANTES COM RELA-
ÇÃO AO PAGAMENTO DAS ASSINATU-
RAS DO CORRENTE ANO.**

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor;
Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço;
Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos com-
panheiros que servirem em guarnições longin-
quas. "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo
sistema reembolsável qualquer livro das livrarias
_____ desta capital. _____

Os regulamentos RIPQT, R.O.T. (1.^a, 2.^a, 3.^a partes) e I. S. C. remetemos com abatimento de 10 % — Para maior facilidade procure as folhas de pedidos em nossos números anteriores.

A DEFESA NACIONAL
MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL LTDA.
FERRO GUZA — CARVÃO MINERAL — ESTANHO E MANGANEZ
USINA SIDERÚRGICA EM MOGI DAS CRUZES
(ESTADO DE SÃO PAULO)
ESCRITÓRIO: — RUA FLORENCIO DE ABREU, 337
Telefs.: 2-9516-3-5789

*Inaugurado o segundo alto forno da Usina Siderúrgica de Mogi das
Cruzes* LL

A única usina do gênero existente no Estado — A solenidade foi presi-
dida pelo governador do Estado



Aspecto parcial do alto forno, vindo-se, à direita, o governador do Estado e demais altas autoridades.

A Usina Siderúrgica de Mogi das Cruzes, um dos maiores empreendimentos no Brasil, no campo da indústria pesada, dispõe, de mais um alto forno para produção de ferro gusa.

É o segundo forno da empresa e tem a capacidade de produção de 60 toneladas diárias. Eleva-se assim a 120 toneladas a capacidade produtiva da Usina dirigida pelo Sr. Gladston Jafet sendo, igualmente, de 60 toneladas por dia a produção do forno anteriormente existente.

Merece, por outro lado, registro o fato de ser, a Usina de Mogi das Cruzes, a única no gênero existente no Estado, o que releva o impulso que vem tomando a siderúrgica em São Paulo.

REVISTAS EM REVISTA

TURMA DA ESCOLA MILITAR — 1919 CONVITE

Por motivo do transcurso de 25.º aniversário de ingresso do Oficialato do Exército Nacional, os oficiais em serviço na Guarnição Militar do Rio Grande do Sul, resolveram comemorar a auspiciosa data de 30 de Dezembro, com a realização do seguinte programa:

- 1.º — Missa por alma dos camaradas falecidos.
- 2.º — Almoço de Confraternização.
- 3.º — Mensagem de solidariedade aos camaradas da Força Expedicionária Brasileira.

Tomando a iniciativa das comemorações, os signatários deste, estimam que a realização do programa acima seja efetuado nas cidades de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Campo Grande, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém.

Agradecemos antecipadamente a adesão que receberem dos camaradas de turma, dos demais oficiais das Forças Armadas, Nacionais e Estrangeiras amigas, bem assim o valioso apoio que lhes queiram dar as autoridades civis e militares.

Porto Alegre, 15 de Novembro de 1944

INFANTARIA: —

Cel. Illydio Rômulo Colonia
Cel. Rinaldo Pereira da Câmara
Ten. Cel. Fernando Pires Besouchet
Major Heitor Lobato Valle.

CAVALARIA: —

Ten. Cel. Floriano Peixoto Keller
Ten. Cel. Nelson de Castro Senna Dias
Ten. Cel. Oscar Furtado de Azambuja
Ten. Cel. José Thomé Xavier de Brito
Ten. Cel. Osman Plaisant
Ten. Cel. Adherbal de Campos Silva

ARTILHARIA: —

Ten. Cel. Joaquim Justino Alves Bastos
Ten. Cel. Nabor Augusto Ribeiro
Ten. Cel. Fernando Bruce
Ten. Cel. Albibiades do Amaral Braga

Ten. Cel. Carlos Fabricio Silva
 Ten. Cel. Roberto Ramos de Oliveira
 Ten. Cel. Pedro Marques da Costa
 Major Mario Lopes de Mendonça

ENGENHARIA: —

Ten. Cel. João Tavares de Melo.



SWITLIK-MESBLA



FÁBRICA EM VICENTE DE CARVALHO

Pedem informações
 Rua do Passelo, 48-56

MESBLA

DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - P. ALEGRE
 B. HORIZONTE - RECIFE - NITERÓI - PELOTAS



*Modernize
 seu barco*
 com um

**Sea-Horse
 JOHNSON**

ACABAMOS DE RECEBER
 ALGUNS MODELOS DES-
 TES FAMOSOS MOTORES

PEÇAM CATÁLOGOS

MESBLA

RUA VISC. DO RIO BRANCO, 521
 Filial de Niterói

DA PROVINCIA

Alocução proferida pelo Cel. Rinaldo Câmara por ocasião do "almôço de confraternização", comemorativo ao 25.º aniversário de ingresso no oficialato da turma de 1919.

Quando, sol a pino, em meio de nossas jornadas de instrução, suarentos e empoeirados após longa etapa por caminhos sinuosos e ásperos, encontramos, à margem da estrada, sombra acolhedora e amiga, umedecida de frêsko manancial, interrompemos naturalmente a marcha. Realiza-se um alto. Dessedenta-se e refrigera-se a tropa. Novas energias são então, recobradas e no alegre convívio dos camaradas, recordamos o trabalho já realizado, as tarefas já vencidas, as canseiras passadas e refeitos e estimulados, concertamos novos planos, projetos novos, para em seguida, prosseguirmos com rejuvenescido vigor, rumo a outra etapa e mais outra, até o fim da marcha, cumprindo-se, dessa forma a missão assinalada.

Tenho para mim que êste quadro bem exprime com todo o seu realismo militar, o nosso peregrinar através dêsse quarto de século, de vida de soldados. E agora, à sombra dêsse fraternal convívio, partindo o mesmo pão, em tórno da mesma mesa, nêsse ágape de camaradagem, voltendo o olhar para o caminho percorrido, podemos recordar como foi longa essa etapa e quantas lutas, quanto esforço, quanto sacrifício foram dispendidos. E no entanto, parece-nos, que foi ontem ainda, que iniciámos a marcha rumo ao nosso ideal.

Um dia, como cavaleiros andantes, realizamos nossa vigília d'armas; três anos de vigília, de estudos, de exercícios, em pleno campo de instrução, sob a disciplina da missão indígena, que com intuição e entusiasmo sem par, plasmava o caráter militar de uma geração de soldados, legando ao Exército um pugilo de instrutores ardorosos, desembaraçados e entusiastas.

Ainda sôa aos nosos ouvidos, o acento másculo de uma voz, que mesmo longe da tropa, era sempre de comando, a nos adverter: — "Levanta a cabeça, rapaz!", querendo dessa forma, talvez, indicarnos não apenas a postura ereta do soldado, mas o perfil moral possuído de todo o sentido vertical que o animava e nos devia animar pela vida em fóra. Com que intuição pedagógica, soube agir sempre, pelo exemplo entusiasta e coerente, a missão indígena, explorando os menores fatos de nossa vida cotidiana, para tirar dêles ensinamentos militares, capazes de nos impressionar e levar à imitação e à prática futuras. Muito particularmente, peço licença, para abrir aqui um parêntesis

e prestar todo o preito de amizade, de admiração e respeito, que devo ao meu então Comandante de Pelotão, o aspirante ODILIO DENYS, tipo marcado de soldado, vocação militar personificada, cujo exemplo tenho sempre diante dos olhos, ao ser investido de nova missão.

Como foram duros estes trabalhos! Em compensação, quanto proveito redundou para nós próprios e para a Classe! Só hoje, da altitude e do ponto de vista em que estamos colocados é que bem podemos avaliar os inestimáveis benefícios prestados ao Exército por tão abnegados pioneiros. De volta do campo de instrução, exaustos, eis-nos agora ante complexo dilema: sem saber o que digerir nem como digerir, sob aquêle calor tropical: Si nossa indigesta "gororoba", ou as não menos indigestas integrais, as famigeradas diferenças e as estratosféricas épuras de nossos amigos Gouveia, Odilon, Sinésio, Américo e Pio Borges, últimos representantes daquela escola de poetas futuristas que foram os Euler, os Leibnitz, os Monje e os Comte. Tempos penosos na verdade, nosso verdadeiro noviciado, do qual entretanto, não podemos deixar de recordar sem profunda saudade. Bons tempos aquêles em que sentíamos estreito parentesco com Nun'Alvares e D. Quixote...

Afinal, um dia, fomos armados cavaleiros. E a cada um de nós se afigurava então, um cavaleiro medieval, um cruzado sonhando lindos sonhos de cavalaria andante, evocando as figuras de Galaaz e dos cavaleiros da Távola-Redonda, parecendo-nos escutar a fórmula clássica: "Deus te faça bom cavaleiro", enquanto banhavam água benta a espada, batendo com ela três vêzes, os golpes sagrados sobre o elmo. Que simbólica se afigurava nossa espada, há pouco benta na capela de Santo Inácio. As virtudes militares se revestiam de sentido sobrenatural. E dessa aliança estreita entre a cruz e a espada, nossa alma voava dos sonhos da cavalaria andante para as realizações napoleônicas, sublimando-se afinal, no ideal do Rei São Luiz. Sentiamo-nos poetas, soldados, monges — heróis integrais, cujos itinerários estavam balisados pela cruz de Galaaz, cruz de Malta, cruz de Cristo — três cruzeiros indicando um caminho rumo à perfeição...

Depois dêsses sonhos, a realidade: nossa estréia no Corpo, os primeiros contatos com a instrução da tropa, após o ingresso na E. A. O. Novas etapas de nossa vida, que foram aos poucos apurando o senso de responsabilidade, aprimorando a cultura, retemperando o caráter na luta de todos os dias. A E. A. O. constituiu, sem dúvida, um marco bem assinalado na vida de todos nós. Por melhor informados que estivéssemos sobre a literatura militar de após-guerra, toda nossa cultura, era ainda livresca, teórica e foi com verdadeira surpresa que deparamos um dia com o "método dos casos concretos", com questões puramente de aplicação, solucionadas objetivamente, à luz dos quatro fatores da "indecisão" como diziam os gaiatos. "C'est en forgeant qu'on deviendra forgeron". Dest'arte nosso senso tático foi-se

desenvolvendo, graças ao espírito e ao método "eminentemente pedagógicos da missão militar francesa, a quem tanto deve o Exército. Mas quanto nos custou esta adaptação. Lembro-me ainda de uns versos muito espirituosos do poeta da turma, o saudoso e inteligente capitão Novaes, vitimado em São Paulo, por ocasião da revolução de 32. Lamentava-se ele :

Agora tudo mudou...
Melhoras não vejo em que,
Depois que veio o Corbé
Ensinar guerra estrangeira.
O canhão é "Saint Chamond",
O fuzil é complicado
E anda sempre engasgado
Como quem tem catarreira.

Eis' surge o Lott, infalível
Com ataque de enxaqueca,
Pondo a gente de muqueca
Com ver-lhe a calva expressiva.
E quando todos desejam
De um bom repouso, a propina,
Ele empurra sabatina
Sobre a tal de "defensiva".

Em seguida vem Paranhos
Com V. B. e com morteiro
Cacetear o mundo inteiro
Co'a tal de nomenclatura.

E Jourdan, sempre geitoso,
Tem pelo plano relêvo
Uma afeição, um enlêvo,
Que não pôde disfarçar...
A gente fica de pé;
Ele firme, agüenta a mão :
Lá vai substituição
Té o cabra desmaiar !...

Mesmo o Branzildes, senhores,
Magrinho como um caníço,
Co'um telefone de enguiço,
Lá vem p'ra cima de *moi* !...

Quer que eu faça ligação
Com três bambús e um barbante
Até o Morro do Girante
Passando por Camboatá.

Amzalak, o tirano,
Filho de turco, mascate,
Pensa qu'eu sou abacate
P'ra esborrachar-me no chão !
Pespega a gente a cavalo ;
Quer que se salte tronqueira,
Mais um fôssco e uma ladeira,
Sem por no cepilho a mão !...

Mestre Pessoa Leal
Apezar da fama boa
Só ensina cousa atôa
Como giro de "horizonte",
E um tal de "Norte Lambert",
Depois : Relêvo do sólo,
Garupa, garganta e sólo,
Ravina, talweg e monte !

Seu Canrobert qu'eu pensava
Ser um rapazz escoreito,
Nem por nada dá um geito
No tema a se resolver.
A negrada sua grosso.
Cança o bestunto e resmunga
Cõ'a tal de Pirassununga
E as pontes p'ra defender.

E concluía saudoso :

Oh ! que saudades que eu tenho
Do tempo da calça branca
Quando a besteira era franca
E se jogava gamão !
Hoje está tudo perdido :
É tema por tãda a parte,
É perneira, é talabarte
É "ordem" do pé p'ra mão !

Depois, meus camaradas, mais outro lanço — os três longos anos
que constituíram o nosso curso de Estado Maior. Ascensão mais

ingreme, pontos de vista mais elevados, horizontes mais amplos, em consequência esforço muito maior, para afinal, atingirmos o divisor de águas de nossa vida mlitar. Exaustão, cansaço, desânimo, revezes, vitórias — eis-nos afinal, no pico da montanha. E quantos tombaram no caminho ! Nêsse instante, nosso pensamento se volta saudoso e reverente para êles, para aquêles bons companheiros de lutas, por cujas almas ainda há pouco sufragamos, suplicando-lhes a misericórdia divina. De pé meus camaradas, evoquemos seus nomes : Aderbal da Costa Oliveira, Alexandre José Gomes da Silva Chaves, Aníbal Gomes Ribeiro, Atila Silveira de Oliveira, Augusto Franco Neto, Dulcídio Schimelpfeng Pereira, Floriano de Menezes, Homero da Silva Guimarães, Júlio Tavares, Mario Tamarindo Carpenter, Nelson Palmeiro Pinto Dias, Raimundo Antônio Bastos de Campos, Raimundo da Costa Lima, Renato José de Freitas, Rubens de Melo e Souza, Sadi Aydos e Valentim Coelho Portas Junior.

Temos, também presente nesta hora os nossos, valorosos companheiros, que com tanto denodo se batem nos campos de batalha na Europa, levando tão alto o sagrado emblema da Pátria, perpetuando nossas gloriosas tradições militares, enchendo-nos de inveja e de um santo orgulho e nada para si ambicionando a não ser alguns palmos de terra para enterrar os seus mortos pela liberdade do mundo. Outra vez meus camaradas, de pé, evoquemos os nomes dêstes predestinados da glória : General Osvaldo Cordeiro de Farias, Coronel Geraldo da Camino, Coronel Osvaldo de Araujo Mota, Tenente Coronel Nestor Penha Brasil, Tenente Coronel Luiz Braga Muri, Tenente Coronel José de Souza Carvalho e Tenente Coronel Arquimino Pereira.

Ignoramos se nos será dada outra oportunidade de celebrarmos êsses episódios de nossa vida vocacional; por isso mesmo, queremos exgotar todo o seu conteúdo sentimental.

Conta-se que, de uma feita, o puerelo de Assis, movido por igual impulso, apesar de morto já para o mundo, não pôde reprimir o desejo de ver seus irmãos de ideal congregados franciscanamente, em torno de si. E manifestou então, ao gigantesco e estouvado Irmão Leão, denominado por antítese o "Cordeirinho de Deus", a vontade ardente de vê-los todos reunidos, num ágape campestre, à sombra das frondosas árvores do bucólico vale da Umbria. E nem deviam faltar àquela adorável comunhão espiritual, as suas abnegadas colaboradoras, as angélicas irmãs Franciscanas. E era de ver, alegria celestial, o místico intercâmbio de carinhoso afêto, a caridade cristã, que então reinou naquêlê dia.

Em companhia de nossas colaboradoras de trabalhos, aqui encontramos-nos nós também, movidos de igual espirito, evocando passagens que nos são tão caras, nos estimulando mutuamente, estreitando vínculos desta sã camaradagem que nos une desde os bancos escolares.

Nem o próprio Deus-Homem deixou de experimentar essa humana exigência de convívio e união espiritual com aqueles que tanto amava. Vendo um dia aproximar-se o termo da sua missão, antes que seus companheiros de ideal se dispersassem pelos quatro ângulos da terra, reuniu-os o Cristo, em torno de uma mesa e, naquêlê instante memorável, partindo com êles o pão, em sua Onipotência, transubstanciou-o em seu corpo, sangue, alma e divindade, criando dessa forma o mistério augusto da Sagrada Eucaristia, expressão máxima, do amor de um Deus às suas criaturas.

Meus camaradas, desta comunhão espiritual sairemos também nós sem dúvida, com energias bastantes para assumirmos o compromisso solene de continuarmos até o último alento de vida, a pelejar o bom combate, pelas causas de Deus, da Pátria, fiéis até o fim à nossa vocação, com zelo de apóstolos, sempre animados daquêlê mesmo fogo sagrado que iluminou e aqueceu os nossos corações no dia de nosso compromisso.

E agora, ainda sob a doce impressão da celestial mensagem da noite de Belém, formulamos a todos os camaradas, presentes e ausentes, e suas Exmas. famílias, os melhores votos de felicidade pessoal e próspero Ano-Novo, votos êstes extensivos à S. Excia. o nosso preclaro chefe e prezado amigo, Exmo. Sr. General Salvador Cesar Obino e sua Dgm^a. consorte, aos quais nos confessamos sumamente desvanecidos pela honra de sua comparência a esta soleniade. E agora, meus camaradas, depois dêste alto tão confortador, reajustado o nosso equipamento espiritual, retomemos a marcha, com o mesmo elan, rumo ao nosso ideal :

Por DEUS — pela PÁTRIA e pelo EXÉRCITO.

a) *Rinaldo Pereira da Câmara*

CASA IABRUDI

Calçados, fazendas, armarinhos, artigos de luxo, objetos para presente, aparelhos de vidro e louças em geral, secção de brinquedos

JOSÉ IABRUDI

Av. Getúlio Vargas, 29. — Tel. 7 — TRÊS CORAÇÕES
MINAS

Trinta e nove Batalhão de Caçadores

Cap. HUGO DE SA CAMPELO FILHO

O Brasil viveu um difícil momento de sua história no período que vai de Agosto de 1942 até Maio de 1945, correspondente à sua participação no último grande conflito mundial. De todos os setores de suas atividades foram exigidos grandes esforços e grandes sacrifícios, para que nossa Pátria pudesse cumprir os compromissos que assumiu com seus Aliados e cuidar eficientemente da defesa de seu território.

Coube ao Exército uma grande tarefa. Se de um lado precisava cuidar da preparação da Força Expedicionária, tinha também, que pensar na organização de novas Unidades para a defesa do País, especialmente dos pontos que mais facilmente poderiam ser atingidos pelo inimigo em toda nossa extensa costa.

Foram, com este objetivo, criadas numerosas Unidades e na Infantaria de nosso Exército surgiu o 39.º Batalhão de Caçadores.

Sua sede foi a histórica cidade do Rio Grande, que no passado já serviu também como baluarte na defesa do extremo sul do Brasil.

À nova Unidade coube, durante a Segunda Grande Guerra, a vigilância de extenso trecho da costa meridional, do Rio Grande ao Chuy.

Grande responsabilidade, pois em última análise, sua missão colocava-a como a sentinela única daquelas paragens.

Para levá-la à bom termo, muito foi preciso do Comando e a tropa, em dedicação e esforço. Houve necessidade de destacar uma Sub-Unidade para a Vila Siqueira (Casino) e um Pelotão para a antiga Vila de S. José do Norte.

Estes efetivos, verdadeiros postos de vigilância de nossa fronteira marítima, enfrentaram duros dias de rigoroso inverno no litoral sulino, onde a chuva, o frio e a rija ventania, se fazem sentir quasi sem interrupção.

É bem verdade que o perigo de um ataque de grandes proporções àquela região, foi sempre muito remoto; mas ações isoladas do inimigo, visando lançar o pânico entre a população litorânea, ou ações tipo "comandos", verdadeiros raids, para a destruição das instalações portuárias, ou das destilarias da Ypiranga S.A., ou do grande frigorífico da Swift, talvez tenham estado nas cogitações do adversário e seus U-boats também foram assinalados nas águas daquele trecho de nosso litoral.

É preciso que, em apoio da viabilidade da execução das hipóteses, que acima atribuímos como podendo ser executadas pelos nazistas, seja lembrado o desembarque que em plena praia oceânica, fizeram fuzileiros e marinheiros da Esquadra revoltosa de 1893 e que, uma vez em terra, lançaram-se ao ataque da cidade do Rio Grande, só não tendo coroado seu intento, dada a resistência que a mesma apresentou.

Durante os dias de expectativa que viveram os infantes do 39.º, contaram sempre com a cooperação do 7.º G.M.A.C., que estava encarregado da defesa da barra.

Esta, na ocasião, representava um objetivo de importância capital para o País. É que uma vez danificada a formidável obra constituída pelos extensos molhes de pedra existentes à sua entrada, o acesso ao porto do Rio Grande se torna extremamente difícil, quíça impossível, especialmente com mau tempo, o que ocorre com frequência, especialmente no inverno.

E também, a realização de uma ação visando a destruição destes molhes, ou sua danificação, talvez não tivesse estado fóra das previsões nazistas, porque com isso, teriam privado o País do escoadouro marítimo para os produtos gauchos e destinados, quer às populações brasileiras de outras regiões, quer em auxílio de guerra às forças aliadas.

Conseguiriam ainda, com uma destruição parcial das obras da barra riograndina, ou a deposição de minas nas águas de seu canal, privar a Esquadra brasileira, ou as belonaves das Esquadras Aliadas, do acesso fácil a um porto, onde suas Unidades poderiam dar descanso às tripulações e refazerem-se em água e viveres.

Teve, portanto, o 39.º B.C. uma importante missão na última guerra: à vigilância e a defesa dos objetivos que acima enumeramos."

E os dias consumidos em cumpri-la serviram para criar, dentro da Unidade, laços seguros de sã camaradagem entre seus integrantes, bem como construir um acentuado e bem orientado espírito de corpo.

Servi no 39.º B.C. durante o ano de 1946, depois de cumprida a sua importante missão. Tive, porém, nesse período, a oportunidade de assinalar o que acima registro e verificar o justo orgulho dos oficiais, sargentos e praças que tiveram a sorte de pertencer à subunidade que esteve destacada no litoral durante a guerra.

Senti, ainda, a satisfação com que me mostravam os quadros com as fotografias e os nomes dos oficiais, sargentos e soldados que de lá partiram para integrar a FEB na Itália, como querendo dizer que através deles o 39.º também tinha comparecido à frente principal do nosso Exército na guerra.

Como a Paz sua missão terminou e, voltando o Exército aos efetivos anteriores ao deflagrar da guerra, a Unidade ficou sem efetivo.

Há, porém, um fato que encerrou sua trajetória, curta e eficiente,

entre as Unidades de nossa Infantaria, com verdadeiro e significativo valor.

Significativo porque serviu para evidenciar o alto nível militar do 39.º B.C. Em dias de Outubro de 1946, recebia o Btl. em seu velho e histórico quartel, a visita de S. Excia, o Sr. Gen. Gerhardt, do Exército dos Estados Unidos da América do Norte, que comandou forças de seu País na arremetida final contra a Alemanha e se encontrava visitando, naquela ocasião, os corpos de tropa sediados no Rio Grande do Sul.

O 39.º recebeu-o com as honras devidas e executou demonstrações militares, que grangearam do ilustre visitante elevada referência.

Esta foi feita em documento endereçado à S. Excia, o Sr. Gen. Gustavo Cordeiro de Farias, Cmt. da 3.ª Região Militar e transcrita em Bol. Interno do Batalhão.

O militar norte americano assim se expressou sobre o 39.º: "Unidade superior em todos os aspectos".

Foi um verdadeiro fecho de ouro para a existência da brilhante corporação, considerando a personalidade que o formulou e que ao lado de outras referências e citações, recebidas em varias ocasiões de autoridades militares brasileiras, serviram para tornar o 39.º B.C. uma das Unidades mais destacadas entre as que foram criadas durante a guerra, para servir como sentinelas da fronteira marítima do Brasil.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" Recebeu no período de 20 de Setembro a 20 de Outubro de 1947, As Seguintes Publicações

- 1 — Revista Ejercito — N.º 91 — Agosto — 47. Espanha.
- 2 — Revista Tradição — N.º 1 — Julho — 47. Petrópolis
- 3 — Revista Militar Del Perú — Junho — 1947 — N.º 6. Perú.
- 4 — Revista Orientacion — N.º 18 — Julho-Agosto — 47. Uruguai.
- 5 — Revista Brasil Território Federal do Iguaçu — N.º 1 — 1947 Rio.
- 6 — Military Reveiw — N.º 7 — Outubro — 47. Americana.
- 7 — Revista Ejercito Y Armada — N.º 81 — Setembro — 47. Argentina.
- 8 — Revista Brasil Açucareiro — N.º 3 — Setembro — Rio.
- 9 — Revista Boletim Jurídico Militar — N.º 1 e 2 — Janeiro — Fev. México.
- 10 — Revista Boletim de Informações — Rio.
- 11 — As Atalaias da Guanabara — Rio.
- 12 — Boletim Histórico — N.º 28 — Julho 1947. Uruguai.
- 13 — Revista Medicina Militar — N.º 3 — Julho a Setembro —

NOTÍCIAS MILITARES

ACÓRDO MILITAR

— Os governos dos E.U.A. e do Canadá, pretendendo continuar em tempo de paz a cooperação que mantiveram durante a guerra, estabeleceram um acôrdo militar, pelo qual asseguram a defesa comum, utilizando, inclusive, o mesmo tipo de uniforme e o mesmo equipamento militar. Comentando êsse acôrdo, diz o "Times", de Londres: "A escala da guerra moderna, e o alcance das armas, tornam impossível organizar a segurança partindo da base nacional. E' preciso tomar as medidas práticas internacionais e as medidas regionais indispensáveis. Uma defesa não coordenada, e portanto imperfeita, não contribue para a estabilidade; o sistema dos acôrdos regionais é uma medida essencial para o sistema internacional de segurança coletiva."

ARMAMENTO E MATERIAL

— O S. I. americano acaba de construir cinco tipos de cozinhas móveis, para emprêgo nas regiões árticas. As parêdes são de madeira compensada, revestidas de celotex com janelas de vidro plástico duplo. A pintura é branca e o equipamento interior compreende compartimentos embutidos, jogos de panelas, aquecedor e lanternas a gasolina.

— Em substituição á conhecida ração C, o Ministério da Guerra dos E. U. A. acaba de adotar uma nova ração, designada por E. Contêm sete latas, sendo uma de pão, três de carne, duas de biscoitos e uma de frutas. Possui tabletes para purificação de água e outros que servem como combustível, para aquecimento da refeição. E' acondicionada em caixa que pesa 2,3kgs.

— Na Austrália foi ensaiado um "jeep voador", fixando-se uma fuselagem e uma hélice de autogiro á viatura. Lançada de um avião que a rebocara, poudo a mesma aterrisar em espaço restrito, graças ao dispositivo autogiro.

— O lança ponte Churchill é constituido por um tank sem torre, no qual se transporta uma ponte metálica de 10,40 ms. de comprimento, com capacidade para 40 ton. de carga e formada por duas passadeiras. Esta ponte é controlada e estendida mediante acionamento de um largo braço manejado por piston hi-

dráulico disposto no interior do tank. Para lançá-la, o "tank" instala-se a conveniente distância do obstáculo, o braço sustém a ponte, levanta-a verticalmente e, depois, ponte e braço são deslocados para a frente, até caírem sobre o obstáculo. Em seguida, o braço é desligado e a ponte fica pronta para ser utilizada.

— O governo argentino tem adquirido, na Tchecoslováquia, material bélico que os observadores apontam como parte dos excedentes de guerra vendidos pelos E. U. A. aquêlê país.

— Tratando da classificação e características dos modernos carros de combate o Ten. Cel. José Angosto assevera, na revista espanhola "Ejército", n.º 89: "A antiga classificação em carros leves, médios e pesados foi superada. Fala-se hoje de dois tipos de carros: um, o carro de combate próprio das Grandes Unidades encouraçadas; outro, o carro de combate da Infantaria, englobado em Unidades independentes e que, de acôrdo com as circunstâncias, serão afetos ás D. I.

AVIAÇÃO

— O problema da aterrissagem em nevoeiro tem provocado experimentação de processos diversos, sobretudo porque os empregados até agora exigem somas vultosas, só compensadoras em tempo de guerra. Dêsses processos, hoje vamos apontar mais dois, empregados durante a última guerra; o FIDO e o sistema GEE. O primeiro consiste na pulverização de gasolina em chamas, ao longo das linhas laterais da pista de aterrissagem, pulverização esta feita por meio de tubos pelos quais se bombeia gasolina por pressão. No segundo emprega-se o SC/51, que funciona por meio do rádio; indica-se, com êle, não só a direção como a própria trajetória da aterrissagem.

— A asa voadora AW-52, produção britânica, é um aparelho sem cauda, em forma de V e impulsionado por duas potentes turbinas de gás que o tornam apto para vôos a grandes altitudes e com extraordinária velocidade.

— Os aviões de ligação L-15A e L-12 são dois novos tipos encomendados para as Forças Terrestres dos E. U. A. Ambos são de construção metálica, podem ser rebocados á guisa de planador e permitem rápida adaptação de esquis ou flutuadores. Um traço particular do segundo é possuir asas que se rebatem, facilitando o transporte.

— O avião XC-99 é o maior do mundo. Foi construído para transportar 400 homens, 335 padiolas ou 45000 kgs. de carga. E' hexamotor, com 55,5 ms. de comprimento e capaz de

desenvolver velocidade superior a 480 kms. por hora. Constitue uma versão do B-36, adaptado ao transporte.

— O XB-46 é um novo avião a jacto de bombardeio médio. Mede 32 ms. de comprimento e é movido por quatro motores a reação.

— Na costa do Pacífico serão realizadas experiências para aterragem automática de aviões, por meio do aparelho GCA (aterragem controlada de terra) ligado ao piloto automático. Nessas provas, o controle automático dos aviões será substituído pelo radar.

— O XF2R-1, novo avião de caça é acionado por uma turbina a gás com hélice e um impulsor a jacto, na cauda. Foi incluído na classe dos aviões de 800 kms/h.

— O governo argentino encomendou á companhia inglesa Gloster Aircrafts, aviões Meteor, de propulsão a jato.

— As Forças Aéreas Norte-Americanas dispõem de dez fábricas de construções aeronáuticas de reserva. São de propriedade do governo, como parte do programa para manter os E.U.A. industrialmente preparados para qualquer caso de futura necessidade.

— As praias da Florida estão sendo usadas como aeródromos pelos pilotos particulares e turistas.

— A última versão do famoso "Corsair" é o modelo F4U-5, avião de caça e bombardeio.

— O México está organizando sua primeira Cia. de tropas transportadas pelo ar.

— Anuncia-se que a fábrica italiana Caproni começará, em breve a construção de aviões destinados á Argentina.

— Informa-se que a Argentina está conseguindo um plano de aviação; adquiriu nos E. U. A. 129 aviões e peças, no valor de três milhões de dólares, além de 10 helicópteros adquiridos na casa Bell. Informa-se, ainda, que o referido país importou da Inglaterra, em 1946, veículos e aviões num total de 4.577.935 libras e que, no corrente ano, lhe serão entregues aviões de bombardeio no valor de 4.500.000 libras.

— O Gen. George C. Kenney, Cmt. da Aviação Estratégica dos E.U.A., em artigo publicado no número de Agosto da "Military Review", afirma: "Em essência, a Aviação Estratégica está procurando desenvolver três pontos fundamentais para seu emprego :

1) A concepção das missões em qualquer estado atmosférico, realizadas, não como vôos de experiência mas como operações normais.

2) A concepção da flexibilidade absoluta de todos os elementos — homem avião e equipamento — que constituem as unidades.

3) O conceito de que os oceanos e as extensões terrestres já não constituem obstáculos e de que a Força Aérea é agora uma arma de política internacional como qualquer outra Força de nossa segurança nacional."

— O Thunderjet P-8A mantém o recorde norte americano de velocidade com 996 kms/h.

— XF15C, acionado por um reator e um motor alternativo, é o primeiro avião naval com empenagem em T.

— A designação de Força Aérea dos Vermelhos foi substituída pela de Força Aérea dos Soviéticos, como se deu para o Exército e Marinha.

CAVALARIA

— Do artigo do Cel. José M. Silveira, publicado na revista uruguaia "Orientacion" e transcrito em "Military Review", nº 3: "Do papel tradicional da Cavalaria, teve preponderância o combate; esta e outras operações (faz alusão a ações da Cavalaria Russa, antes descritas) demonstram que a Arma não se anulou com a intervenção do avião e do carro, mas continua tendo missões próprias e tudo depende de se fazer uma combinação acertada." E mais adiante: "Para que a Cavalaria possa ser empregada com êxito, face á potência de fogo que é lógico esperar, deve contar, de acôrdo com o terreno onde vai atuar, com unidades bem dotadas de metrahadoras, armas contra carros e anti-aéreas, carros blindados e de combate. "E' lógico, portanto querermos introduzir idéias novas na tática da Cavalaria e de dotá-la de armamento moderno, mas sem abrigar a esperança de motorizar ou mecanizar todo seu conjunto, visto que será muito difícil a nosso país fabricar motores e obter combustível".

* DEFESA CONTRA BOMBAS ATÔMICAS

— Está sendo construída na Noruega a primeira fábrica capaz de resistir á ação da bomba atômica. Trata-se de estabelecimento destinado á produção de salitre e água pesada. A fábrica será subterrânea, estará concluída dentro de dois anos e seu custo foi orçado em 14 milhões de dólares.

DEFESA CIVIL

— Uma comissão de peritos designada pelo governo sueco declarou que as novas armas e a situação externa obrigam a Suécia

cia a manter um sistema de defesa civil, em tempo de paz. A comissão propõe a construção progressiva de abrigos anti-aéreos em tôdas as localidades com mais de 30.000 habitantes, abrigos esses cuja capacidade deve somar dez a vinte por cento da população. Nas escolas já foi iniciada a instrução para a extinção de incêndios e socorro aos feridos.

ENSINO MILITAR FRANCES

— Na França o ensino militar superior compreenderá sucessivamente três graus: uma Escola de Estado Maior, para formar os oficiais do E.M. das diferentes Armas; uma Escola Superior das Forças Armadas, destinada a preparar os oficiais para o exercício do Comando e um Colégio de Defesa Nacional e de Economia de Guerra.

INDÚSTRIA MILITAR

— A Direção Geral de Fabricações Militares, na Argentina, realiza convênios ou constitue sociedades mixtas com empresas privadas. Sob tais condições, a Direção já se acha empenhada na produção de aços especiais, na industrialização do álcool, na produção de borracha sintética, na industrialização do crômo e seus derivados, na exploração de minérios de enxôfre e na obtenção do cobre. A instalação de uma fábrica de motores e os trabalhos para obtenção de alumínio, chumbo, zinco, sódio etc. já estão planejados naqueles moldes, pela referida Diretoria.

— Foi criada no Paraguai, por decreto de Janeiro último, a Direção de Indústrias Militares.

INSTRUÇÃO MILITAR

— Conta o relatório do Cmt. em Chefe das forças terrestres dos E.U.A.: "nossos soldados possuíam certa vantagem física e mental, mas isto complicava os problemas de treinamento. Para conservar seu interesse, e mantê-los fisicamente absorvidos, foi necessário criar novos processos; assim, construíram-se aldeias inteiras semelhantes àquelas em que teriam que fazer frente ao inimigo, a fim de familiarizá-los a pelear casa por casa. No treinamento de infiltração, avançavam em marcha rastejante, sob fogo real das mtrs., sendo surpreendidos pelas explosões de carga de TNT, para acostumá-los ao ambiente, ao ruído e á sensação da batalha e, assim, poderem atuar calmamente, com juízo perfeito, indiferentes ao barulho, á confusão e á surpresa."

MARINHA

— O submarino alemão de bôlso conhecido por "Biber", tinha 9 ms. de comprimento, transportava dois torpedos de 55 cms., desenvolvia 6,5 nós e podia submergir a 46ms.

— A Marinha Colombiana conta com um novo barco, o Almirante Padilla, entregue pelos E. U. A.

ORGANIZAÇÃO MILITAR

— Segundo o Armored Cavalry Journal a Rússia possui o maior Exército do mundo, com 3 milhões de homens em armas, apesar de haver desmobilizado 17 milhões de seu efetivo de guerra. Seguem-lhe a China, com 2.700.000 a Grã-Bretanha com 1.500.000 e os E. U. A. com 1.100.000.

— Tudo indica que a organização das D. I. norte-americanas sofrerá importantes modificações tais como: criação de um Btl. de carros e de um Grupo de Artilharia Anti-Aérea ambos autônomos; acréscimo de 50% da potência de fogo, aumentando-se, especialmente, o número de obuzes; redução dos G. C. para nove homens; acréscimo de uma quarta Companhia e de uma Seção de Pontoneiros para o B. E.

Exército Brasileiro

PÁTRIA LATINA

— Em comentário sobre o livro "La Patrie Latine", de Nicolas M. Rubio, publica-se em "Revue de Defense Nationale" de Maio último: "É a história da Latinidade reduzida a seus traços essenciais. Segundo o autor, a época dos Estados separados já passou. França, Argentina, Itália, Espanha, Chile, etc., são realidades com as quais é preciso contar. As perspectivas mundiais estão por assim dizer, restringidas, e a necessidade de uma comunidade latina se impõe."

**TRANSCRIÇÕES DE ARTIGOS DE OFICIAIS
BRASILEIROS**

— "Instrução na Cavalaria", do Ten. Cel. Enio da Cunha Garcia, da Missão Militar Brasileira no Paraguai, publicado em "Revista de las Fuerzas Armadas", daquele país num. 68 e 70).

— "Problemas de instrução" extrato do livro do Maj Alvaro Braga, publicado no num. 73, da Revista de las Fuerzas Armadas (Paraguai).

JURAMENTO A BANDEIRA

Palavras pronunciadas na solenidade do "Juramento à Bandeira" dos convocados do Tiro de Guerra n.º 45, de São José dos Campos, São Paulo, em 10 de Novembro de 1946, pelo 1.º Ten. Leopoldo Freire.

Soldados de São José dos Campos: Acabais de assumir o COMPROMISSO MILITAR. Atentai bem para o juramento que tão solenemente pronunciastes. O vosso ilustre chefe municipal e orientador de vossa formação militar quis engalanar esta praça e promover um ambiente festivo, para que as vossas palavras tivessem ressonância maior, testemunhadas por vossos patricios mais ilustres.

Guardai bem, em vossa memória, o sentido de vosso juramento, perante o "Auri-verde pendão de nossa Terra". Prometestes "dedicar-vos, inteiramente, ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defendereis, com o sacrifício da própria vida". Soldados, esculpi estas palavras, indelévelmente, em vossa consciência cívica, não há melhor programa para o soldado e para o cristão. "Dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria". Que bela promessa!

Pátria! Que é Pátria? Pátria, meus camaradas, é algo que não se define, propriamente, mas um sentimento inato mais ou menos despertado em qualquer homem, segundo a sua educação e formação cívica. Mesmo e selvícola disseminado, outrora, abundantemente, por estas ubertosas terras, ao combater o inimigo que penetrava em seus domínios, para lhe tirar a pesca ou perseguir a caça, muitas vezes defendia sua pátria "com sacrifício da própria vida". Muitas têm sido as explicações do conceito de Pátria oferecido por cidadãos notáveis, destacando-se, entre todas, a formulada pelo insigne Rui Barbosa.

Este próprio companheiro que vos fala, dirigindo-se, em 1940, aos jovens da nossa terra, assim procurou explicar a compreensão dessa força geratriz de nossas energias cívicas:

"Pátria é o cruzeiro do Sul, alto e luminoso, que desenha, em nossos céus, o símbolo da nossa fé; é o Atlântico, que algum dia os brasileiros percorrerão, condignamente, em todas as direções, levando, aos outros povos, a demonstração da

nossa pujança irreprimível e conduzindo à ilustre Europa encanecida, a interpretação da mensagem de cultura civilizada que nos enviou em 1500, nas alviçareiras náus cabralinas; é o Amazonas turbilhonante e imenso, gigantesco espelho em que se mira o infinito, profeta natural da grandeza de nosso futuro; é o São Francisco, o "Rio-Santo", símbolo perene da nossa união eterna, murmurante e poético, nos planaltos mineiros, trovejador e indômito em Paulo-Afonso soberba; é a Mantiqueira majestática, as Agulhas-Negras alterosas, apontando para o alto, o infinito; são as mimosas cochilas gaúchas, sonhando com as montanhas, com saudade das planícies; é o potencial imensurável dos seringais da Amazônia, dos cacauais da Baía, dos cafezais de São Paulo e do Espírito Santo, dos pinheirais do Paraná; são os algodoads paulistas, os canaviais fluminenses, os engenhos pernambucanos, o mate paranãense; são níquel e o quartzo goianos, o ferro, as gemas e o ouro mineiros, o carvão catarinense, o petróleo baiano; são os minuanos sulinos, os pantanais insalubres, as enchentes fluviais; são os mucambos, as favelas, as secas do nordeste, com o abraçamento do sol, a infecundidade da terra desprezada da chuva, o perecimento das culturas, a dizimação dos animais, a miséria geral, as emigrações dolorosas, terríveis provocações a que Jeová submeteu aqueles seus filhos heróicos; é o gemer agreste da lira rústica dos trovadores sertanejos os celebradores ignaros de amores fatais, heroísmos bárbaros, tragédias desconcertantes, anseios desconhecidos; é a inspiração arrebatadora e cósmica de Castro Alves e o suspirar blandicioso e comovente da alma tristonha de Casemiro de Abreu; é o palpitar do sentimento da raça e a modulação da voz telúrica, na alma harmoniosa de Carlos Gomes e a vibração das grandes idéias universais, no verbo leonino de Rui; é a cultura da ciência, no espírito indagador de Oswaldo Cruz, e os encantos da arte, nas telas admiráveis de Pedro-Américo; são as harmonias profundas da língua portuguesa e o consólio infinito da religião cristã; a Pátria é, ainda, o magnífico poema da História, a cantar na epopéia dos Bandeirantes, em frente dos quais as fronteiras fugiam temerosas, e a ribombar heróicamente em Guararapes, Tonelero, Monte Caseros, Tuiuti, Humaitá, Riachuelo, Paissandú, Itororó; é a figura impressionante e veneranda de Pedro II, "aguardando, sereno em seu jazigo, a justiça de Deus, na voz da História": são as espadas flamejantes de Caxias e Osório, Barroso e Tamandaré, garantindo a nossa integridade territorial, nossa unidade política e conduzindo, a outras plagas, o Auri-



Verde Pendão, enfunado de glórias, como símbolo do Direito, o restaurador da liberdade; é o sangue generoso de Antônio-João; derramado dramaticamente no cumprimento do dever, são os gemidos lancinantes dos coléricos, na retirada épica da Laguna".

Pois bem, meus camaradas de São José dos Campos, são essas riquezas, essas tradições, essas glórias, esse patrimônio moral, que prometéis defender "com sacrifício da própria vida".

Em vosso juramento, prometestes, com igual destaque, defender as nossas instituições. Os representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, nos deram, há pouco, a Lei-Básica que estabelece as nossas instituições, num clima de liberdade, democracia e disciplina. Sem disciplina, meus senhores, não é possível o exercício da liberdade e da democracia.

Todavia, soldados de São José dos Campos, atentai bem para as côres do horizonte, no dia em que pronunciáis o vosso juramento. Nos ambientes geral e particular, existe um profundo desequilíbrio político econômico social. Não é fácil afirmar que os dias que correm sejam mais promissores que aqueles de 1939, que nos conduziram à maior das catástrofes.

Parece a humanidade não ter chegado ainda ao epílogo desse imenso drama ou tragédia, que vem sendo representa-

do em todos os mares e em tôdas as latitudes. Houve mudança de atores, variou a roupagem dos cenários, mas o espetáculo continua. Silenciaram os canhões, mas movimentam-se os quadros diplomáticos. Não sabemos se é possível paz, sem um clima de sinceridade e confiança. Parece que as luvas dos embaixadores mal encondem as mãos que os generais trazem zem quentes, ainda, do fragor das batalhas.

No panorama, interno, parece haver maior das crises: a crise do caráter. Talvez já seja tempo de fazermos alto no caminho, para pensar um pouco menos nas bolsas e nos milhões, para nos lembrar um pouco mais do Brasil. Para onde vamos? Não sabemos que mentalidade pode dar guarida ou contemplação aos promovedores de manobras altistas, aos que preferem ver perderem-se os gêneros, a vendê-los por preços que proporcionem lucros lícitos, aos especuladores das "luvas", aos que alteram os alimentos, aos falsificadores de remédios!

Onde as reservas morais do povo, para reagir a essa calamidade pública e pôr fim à ganância de seus exploradores? Já é tempo de os líderes se manifestarem e agir.

E' preciso que alguma força moral erga uma bandeira e congregate e guie os brasileiros.

Estamos em pleno século XX, da eletricidade, da velocidade, do rádio, da televisão, da penicilina, do radar, da libertação da energia atômica! E quais são os nossos problemas fundamentais ainda hoje? — analfabetismo, saúde, transportes, organização nacional, formação de técnicos, siderurgia, petróleo, etc. etc. ...

A nossa defasagem é enorme em relação aos outros povos. E' preciso trabalho, muito trabalho inteligente e sincero, para construirmos uma grande nação.

Não esperemos que outros povos, imperialistas de qualquer côr, ou mesmo sem côr, nos surpreendam a claudicar numa trajetória medíocre e nos perguntem: "Brasileiros, que tendes feito de vossos 8 milhões e meio de Kms.2 de terras ubertosas, de imensos campos de pastoreio, das montanhas de minérios, das colossais fontes de energia hidráulica, das jazidas de petróleo, da maior das florestas?"

O espantallo da fome horroriza a muitos países. Nossa produção vegetal cai, dia a dia. Embora já muito elevados, os preços dos alimentos são tabelados, e muito onerados pelos intermediários, enquanto os demais artigos sobem ao sabor dos produtores e intermediários. O salário do operário e

do artesanato sobe desproporcionalmente ao dos agricultores. A lavoura não pode competir com a indústria e, como resultante, o abandono dos campos e congestionamento das cidades, o problema da habitação, a queda da produção agrícola a maior exploração em preços; os lavradores abandonam os campos, ou porque o trabalho das fábricas, parece mais vantajoso ou porque a zona rural não oferece as condições mínimas de transporte da produção, de saúde, de instrução e de abastecimento geral.

Todavia, sem pão, não pode haver ordem, e a nossa organização periclitava apresentando um flanco descoberto e indefeso à infiltração do inimigo soez e sempre alerta.

Assim acontecendo, as nossas instituições não estarão garantidas, enquanto acabais de jurar que haveis de defendê-las a todo tranze.

Por força da nova regulamentação dos Tiros de Guerra, a maioria dos convocados aqui presentes é gente da lavoura. E a palavra de ordem para vós, lavradores, não pode ser outra senão a de "produzir mais e melhor". Não abandoneis a vossa lavoura. Trabalhai, trabalhai que dias melhores hão-de-vir.

Para terminar, e na qualidade de representante da 2.ª R.M., na Inspeção do Tiro de Guerra n.º 45, devo manifestar publicamente a minha admiração pela maneira verdadeiramente patriótica e feliz com que Sr. Prefeito Sanitário, Dr. Pedro Mascarenhas, conduz a direção deste centro de instrução militar, mostrando, em cada ato seu, visão superior dos problemas de seus munícipes, compreensão sadia dos interesses da defesa nacional.

Estamos em presença de notável capacidade de trabalho a serviço de uma inteligência brilhante aliada à elevada compreensão da função pública.

Oxalá todos os administradores pensassem e agissem assim.

Aos sargentos instrutores, dirijo as minhas palavras de felicitação e contentamento, pelo êxito alcançado. Há sempre alegria quando se verifica que companheiros nossos honram a classe comum que tanto prezamos. Não há dúvida de que houve capacidade, trabalho, dedicação e colaboração.

Convocados de São José dos Campos:

A partir de agora, ingressais na reserva do Exército e este conta convosco. Passais a ser os herdeiros mais próximos das glórias conquistadas na Itália por companheiros vos-

sos nascidos nestas mesmas promissoras plagas. O sangue generoso de vários dêles humidecem as terras da Mãe-Pátria Latina, e as suas vidas lá ficaram em holocausto à liberdade. Que belo destino para um soldado!

Ireis vos entregar, inteiramente, aos vossos labores normais. Trabalhai com interêsse, procurai aperfeiçoar-vos, colaborai com vossos chefes. Exercitai as virtudes cívicas que aqui aprendestes. Fazei assim, e tereis honrado a memória de vossos bravos companheiros, cumprindo o vosso juramento e cooperado, eficazmente, para a sobrevivência do Brasil.

Leopoldo Freire, — 1.º Ten. — Regimento Ipiranga (6.º R. I.) — Caçapava — São Paulo.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos Officiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial», no período de 20 de Setembro a 20 Outubro de 1947

REGIME DE SUBSISTÊNCIA — (Passa ser)

A partir de 1.º de outubro próximo passa para o regime de subsistência o Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas.

O quantitativo de rancho será de Cr\$ 8,40.

Fica sem efeito o Aviso n.º 347, de 2. IV. 947.

Aviso N.º 1.034 — 29-9-47 — D.O. — 1-10-47.

CURSO DE PREPARAÇÃO DA E.T.E. — (Matrícula)

Considerando que, em fase do novo sistema, ora em estudos, para a formação de engenheiro militares, na Escola Técnica do Exército, poderiam ficar impedidos, súbitamente, de se inscreverem no Concurso de Admissão àquela Escola, oficiais que vêm se dedicando, sem prejuízo das funções normais, a estudos preparatórios para tal concurso, flados nas condições de posto e de idade ultimamente vigentes;

Considerando que vários outros oficiais aprovados em concursos anteriores, não lograram, até agora, por motivos diversos, obter matrícula;

Considerando que é de toda conveniência, estabelecido o novo sistema, adotá-lo, desde logo, sem discrepâncias;

Considerando, assim, que é justo dar-se, agora, uma final oportunidade para matrícula na E.T.E. aos oficiais nas condições acima citadas:

Resolvo modificar o disposto no Aviso n.º 314, de 25 de Março de 1947 estabelecendo o seguinte:

a) para matrícula no Curso de Preparação da E.T.E., em 1948, realizar-se-á, na primeira quinzena de Janeiro próximo, concurso normal de admissão, segundo Instruções a serem baixadas oportunamente;

b) admitir-se-á no referido concurso, a inscrição independente de condição de idade, de oficiais, capitães no mínimo, que, aprovados em concursos anteriores, não tenham ainda logrado matrícula;

c) no Curso de Preparação serão também matriculados, em 1948, os oficiais com matrículas já asseguradas, desde que, na época, satisfaçam a condição de posto exigida.

Aviso N.º 1.012 de 24-9-47 D.O. — 30-9-47

ISENÇÃO DE IMPOSTO DE SÊLO — (Comunicação)

Em aviso n.º 10 de 28-2-47 o Exmo. Senhor Ministro da Fazenda comunicou a este Ministério que está de acordo com os pareceres emitidos pela Procuradoria Geral da Fazenda Pública e pela

Diretoria Geral da Fazenda Nacional, ambas opinando que se estenda aos militares a isenção do imposto do selo previsto no § 3.º do artigo 52, das normas gerais do Decreto-lei n.º 4.655 de 1942. Resolve, pois, que seja adotada neste Ministério a conclusão dos pareceres acima referidos.

Aviso N.º 1.035 — 15-10-47 — D.O. — 17-10-47.

A MOBILIZAÇÃO FERROVIÁRIA — (Correspondência)

De acôrdo com o parecer do Estado Maior do Exército, declaro que a correspondência relativa à mobilização ferroviária e que se relacione simplesmente com remessa de ficha, comunicação de falecimento de reservistas, remessa de documentos militares dos falecidos e transferência de domicílio passa a ter caráter ostensivo.

Aviso N.º 1.000 de 20-9-47 — D.O. de 23-9-1947.

ETAPAS SUPLEMENTARES — (Consulta)

Em officio n.º 70-T, de 20-3-47, consulta o Comandante do C. P.O.R. de Curitiba se cabe aos sargentos matriculados no C.R.A. S., pertencentes a unidades sediadas fora daquela guarnição, direito à percepção de etapas suplementares, cumulativamente com as diárias de fora de sede a que fazem jus, por ser o curso de duração inferior a seis meses.

Em solução, declaro:

O art. 163 do Decreto-lei n.º 2.185, de 13-5-40, não admite o pagamento da etapa suplementar quando receberem os sargentos as diárias a que se referem os artigos 101, 104 a 107 e 113 do referido decreto-lei.

Aviso N.º 986 — de 17-9-47 — D.O. — 22-9-1947

LEI DO SERVIÇO MILITAR — (Autorização)

Tendo em vista a deficiência do número de praças candidatas a engajamento, autorizo, nos termos do art. 97, da Lei do Serviço Militar, os Comandantes de Regiões Militares a prorrogarem até três (3) meses o licenciamento dos reengajados, engajados e conscritos em número estritamente necessário para atender aos diversos encargos dos corpos de tropa e contingentes.

2. O número total de praças vencendo como engajadas, em cada corpo ou contingente, não deverá ultrapassar as percentagens estabelecidas no Aviso n.º 86 de 14 de Janeiro de 1947.

Aviso N.º 1.015 — 28-9-47 — D.O. 30-9-47.

VENCIMENTOS DOS GERENTES DE ARMAZENS REEMBOLSAVEIS — (Consulta).

Consulta o E.F. da 8.ª R.M., sobre a percepção de vencimentos da atividade pelos gerentes dos armazéns Reembolsáveis Regimentais, cujo regulamento foi aprovado pelo Decreto n.º 3.489, de 27 de Dezembro de 1938, em face do Decreto-lei n.º 8.013, de 29 de Setembro de 1945.

Em solução, declaro:

I — Aos oficiais da reserva ou reformados, exercendo as funções de gerentes de Armazens Reembolsáveis Regimentais, previstas no regulamento aprovado pelo Decreto n.º 3.489, citado, assiste direito às vantagens de que trata o Decreto-lei n.º 8.013, aludido.

II — As gratificações mensais fixas, pagas aos oficiais reformados ou da reserva, de acordo com a parte final do § 1.º, do art. 3.º, do Decreto número 3.489, mencionado, após a vigência do C.V.V. M.E., foram indevidas, devendo por isso, os mesmos sofrer carga da diferença entre a gratificação prevista pelo art. 205, § 2.º, do mesmo Código de Vencimentos e Vantagens, e a que hajam recebido, de acordo com o dispositivo acima referido do Decreto n.º 3.489, em causa.

Aviso N.º 1.016 — de 26-9-47-47 — D.O. — 30-9-47

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

O Depósito Central de Material de Construção, criado por Decreto n.º 23.198, de 11 de Junho de 1947, passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de Novembro de 1938.

Aviso N.º 1.017 de 26-9-47 — D.O. 30-9-1947

JOIA DE MONTEPIO — (Consulta)

Em Offício n.º 7 — Tes. de 6-1-1947 consulta o Tesoureiro da S.G.M.G. se devem os oficiais R/2 incluídos no Q.A.O. no posto de 1.º tenente pagar joia de monte-pio.

Em solução, declaro: Aos oficiais da reserva de 2.ª classe incluídos no Q.A.O., no posto de 1.º tenente deve ser cobrada, a título de joia, nos 12 primeiros meses, mais uma contribuição igual à fixada para esse posto, tal como foi resolvido no caso dos ex-alunos da Escola Militar comissionados no posto de primeiros tenentes.

Aviso N.º 1.036 — 15-10-47 — D.O. 17-10-47.

GRATIFICAÇÃO PARA O PESSOAL DE ENSINO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE T.R. DA 4.ª R.M.

1.º Ficam arbitradas da forma baixo as gratificações e diárias pro-labore ao pessoal de ensino do Centro de Instrução de Transmissões Regional da 4.ª Região Militar:

Gratificações mensais.		Cr\$
1 Diretor	300,00
4 Instrutores	150,00
Diárias:		
4 Sargentos monitores	4,00

2.º O pagamento das vantagens acima deverá ser feito a partir da data do início de funcionamento do Curso.

Aviso N.º 1.066 — 8-10-42 — D.O. — 11-10-47

CANDIDATOS A MATRÍCULA, NAS ESC. PREPARATÓRIAS.

É concedida a tolerância de um (1) ano, na idade dos candidatos à matrícula, em 1948, nas Escolas Preparatórias;

Aviso N.º 1.047 — 4-10-47 — D.O. — 7-10-47



Ecos da visita a Santos de S. Excia o Snr. Ministro da Guerra General Canrobert Pereira da Costa — Vendo-se S. Excia. na Base da da Aeronáutica daquela cidade acompanhado do Snr. Rubens Ferreira Martins, Prefeito Municipal, General Otávio Monteiro Aché, Comandante do destacamento mixto local e demais pessoas gradas.

O Snr. Prefeito ouviu de S. Excia a seguinte fraze expressiva para Santos:

“O militar se acautela da supreza, quasi sempre é ela segura factor de derrotas, devo confessar que em Santos fui verdadeiramente surpreendido com tudo que me foi dado ver e apreciar”.

NÚMEROS DE CANDIDATOS A MATRÍCULAS NOS CURSOS DE F.
DA E.S.E.

O número de matrículas, em 1948, nos diferentes Cursos de Formação da Escola de Saúde do Exército, é assim fixado:

De oficiais médicos	50
De enfermeiros	40
De manipuladores de Farmácia	10
De manipuladores de Radiologia	51
De manipuladores de Laboratório	10

Aviso N.º 1.049 — 4-10-47 — D.O. — 7-10-47.

I.D.F.

1.º Fica revigorado o disposto em o n.º 57 das I.D.F. aprovadas por despacho de 22 de junho de 1945.

2.º Torno sem efeito a letra b. da solução de consulta constante do Aviso n.º 334, de 15 de março de 1946.

Aviso N.º 1.050 — 4-10-47 — D.O. — 7-10-47.

LIMITE MÍNIMO DE ALTURA PARA O SERVIÇO MILITAR —
(Considerando)

Considerando que o limite mínimo de altura para praças, compatível com o serviço militar é de 1,55 m;

Considerando que o recrutamento normal de oficiais do Q.A.O. se fará, por força do Decreto-lei número 8.746, de 21-11-1946, dentre sub-tenentes e sargentos, cujo limite mínimo de altura compatível é o acima citado, declaro:

— que a altura mínima para ingresso no Q.A.O. é de 1,55 m (um metro e cinquenta e cinco centímetros.)

Aviso N.º 1.052 — 4-10-47 — D.O. — 7-10-47.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA AS 1.ª 2.ª 3.ª CIAS. MÉDIAS DE
MANUTENÇÃO.

As 1.ª, 2.ª e 3.ª Companhias Médias de Manutenção criadas pelo Decreto-lei n.º 6.844, de 1 de setembro de 1944, passam a ter autonomia administrativa, de acordo com o art. 23 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9-11-1938, a partir de 1-1-1948.

Aviso N.º 1.055 — 4-10-47 — D.O. — 7-10-47.

O Diário Oficial — N.º 226 — de 1-10-47 — (Pág 12.815)

Publica o aviso N.º 1.031. — Comunicando que em face de se achar esgotada a verba para o pagamento de ajudas de custo, e de não ter sido resolvido até a presente data o pedido de suplementação feito por este Ministério, deve-se proceder segundo as normas prescrita, neste Aviso.

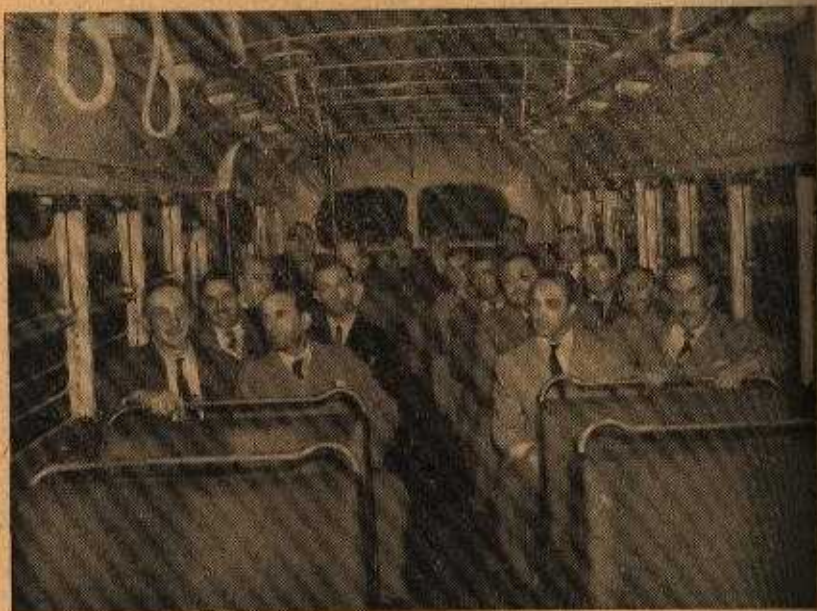
ERRATA: — A legislação publicada na revista de Agosto corresponde ao período de 20 de Junho a 20 de Julho, e na revista de Setembro ao período de 20 de Julho a 20 de Setembro.

O que representa para o progresso de São Paulo o Expresso Brasileiro de Viação Ltda.

O melhor e o mais perfeito transporte de pessoas, entre duas grandes cidades, São Paulo e Santos, é processado através da mais bela e arrojada via de rodagem do mundo, encontram-lo no grande Estado bandeirante, pioneiro do progresso no Brasil, graças à vontade realizadora, à inteligência, o espírito e a perseverança do SENHOR MANUEL DIEGUES, o homem que idealizou, realizou e consolidou o "*Expresso Brasileiro de Viação*", a maior e a mais eficiente empresa existente, no gênero, no Brasil e, quiçá, no continente sul-americano.

Do ponto de vista econômico e social, nenhum outro fator mais preponderantemente contribui para o fomento da riqueza e do bem estar humano do que os transportes baratos e eficientes.

Esta verdade dois homens compreenderam-na bem. Um ADE-



Interior dos "Coach" da "EXPRESSO BRASILEIRO DE VIAÇÃO LTDA.", sendo-se no primeiro plano na ponta esquerda, o sr. MANOEL DIEGUES, seu proprietário.

A DEFESA NACIONAL

MAR DE BARROS, que concebeu e construiu essa maravilha da engenharia rodoviária, a via Anchieta, que, vencendo a muralha da Serra do Mar, em incomparáveis lances de técnica, interligou o litoral e o planalto paulistas. — Outro, MANUEL DIEGUES, que, acreditando na missão civilizadora da magnífica via, confiando na pujança da economia do Estado e na capacidade de realização do povo bandeirante, sempre pronto em apoiar os cometimentos audazes e progressistas, houve por empenhar-se, com a totalidade de seus recursos e com uma fé robusta e inquebrantável no triunfo de suas idéias, em dotar São Paulo desta esplêndida empresa de transportes, que é o “EXPRESSO BRASILEIRO DE VIAÇÃO LIMITADA”.

E se aquele preclaro estadista não trepidou em empenhar imensos créditos para criar a via Anchieta, que a muitos pareceu obra temerária, tais as dificuldades a vencer em sua construção, ainda em meio, após mais de um lustro de ininterrupto trabalho, este eminente homem de negócio, por sua vez, não tergiversou em inverter corajosamente toda a sua fortuna na criação daquela grande empresa de transportes, cujos carros correm diariamente, de manhã à noite, com regularidade matemática, quaisquer que sejam as condições atmosféricas, milhares



A Frota do “EXPRESSO BRASILEIRO DE VIAÇÃO LTDA.” distendida no Vale do Anhangabaú em S. Paulo, no dia de sua inauguração.

A DEFESA NACIONAL

de pessoas trafegam entre as duas maiores cidades de São Paulo, em condições de conforto e segurança, jamais superados em qualquer parte do mundo.

Aproximar e afinizar as massas de povo de dois grandes centros urbanos, tornar mais efetivos os seus contatos, reduzir ao mínimo as variáveis do tempo, dar unidade social e política às populações das cidades disseminadas em vastas áreas geográficas, facilitado o fluxo e o refluxo dos moles humanos, que demandam o trabalho ou buscam o repouso, fomenta a indústria turística e o intercâmbio comercial, torna-se Santos como que um subúrbio de São Paulo, trazer a Serra para junto da praia, juntar o clima tropical ao temperado e, sobretudo, proporcionando ao homem o empolgante espetáculo da Serra de Paranapiacaba debruçada sobre a imensidão do mar, eis algumas das funções que, hoje, em São Paulo, cumpre, com insuperável eficiência, esse homem operoso e empreendedor que é MANUEL DIEGUES, com sua frota de "coach" modelos, conduzidos por motoristas seguros, senhores de seu ofício, conscientes de seus deveres e de suas responsabilidades.

Quem vê, com efeito, de quinze em quinze minutos, partir de



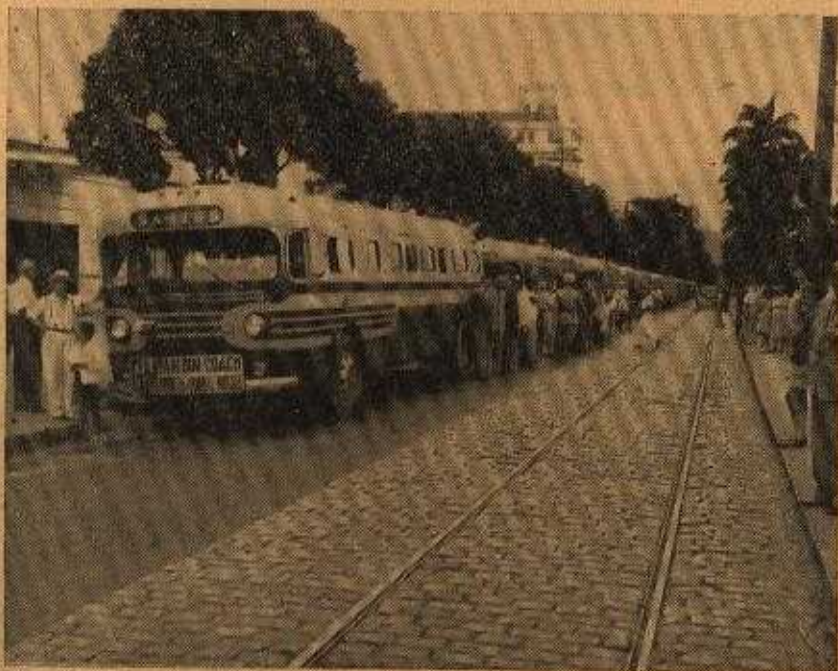
Outro aspecto da Via "ANCHIETA" vendo-se os ônibus do Exp. Bras. V. Itde, quando desciam a serra no dia de sua inauguração.

A DEFESA NACIONAL

São Paulo para Santos ou desta para aquela cidade, os ônibus do "EXPRESSO BRASILEIRO DE VIAÇÃO LTDA.", peçados de pessoas, nem sequer de longe supõe do formidável trabalho social e econômico que realizam e que só pode ser medido, ao fim de cada ano, através das análises estatísticas, pelos milhões de passageiros quilômetros transportados, pelos estímulos ao trabalho e a toda sorte de atividades produtivas que proporcionarão e que são o fundamento e a razão de ser de todo progresso material do Estado.

A magnitude de semelhante empreendimento, cuja extensão não se reduziu, por certo, à Via Anchieta mas que abrangerá, tão logo ultimada a via Anhanguera, áreas cada vez mais amplas e profundas, ressalta aos olhos mais leigos e afeta, de modo direto, a prosperidade, e bem-estar e a segurança do Estado.

Ninguém ignora, com efeito, o papel que as comunicações e os transportes, máxime, nos tempos modernos, representa, do ponto de vista estratégico e logístico. Na verdade guerra quer dizer transporte fácil e rápido, já de homens e de engenhos, já de munições e de abastecimentos.



Os "Coach" estendidos ao longo da Av. Cons. Nobias em Santos, no dia de sua inauguração.

A DEFESA NACIONAL



Vista externa dos modernos "Coach" da EXPRESSO BRASILEIRO DE VIAÇÃO



A DEFESA NACIONAL

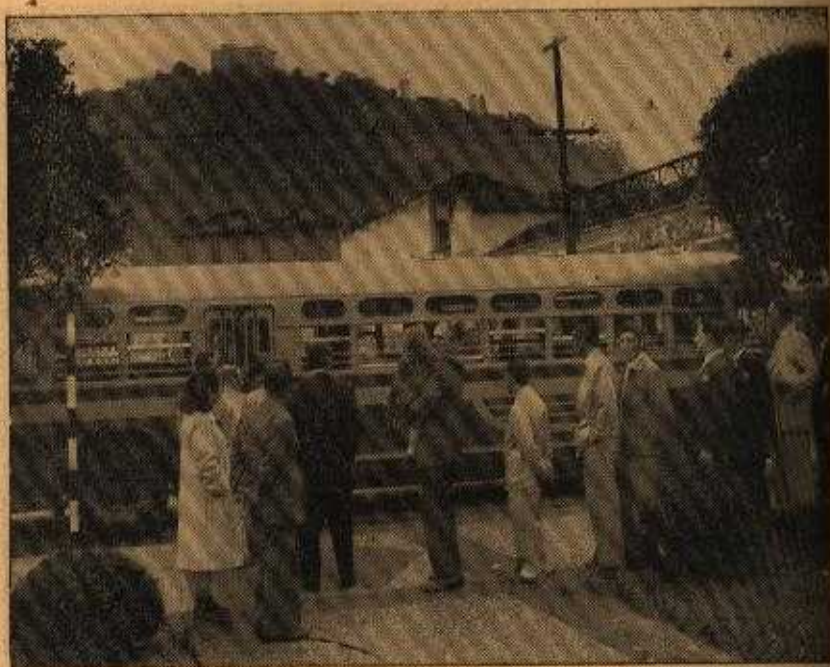


Aspecto no dia da inauguração em Santos com a presença de S. Excia. o Sr. Governador Ademar de Barros.



Aspecto no dia da inauguração no Vale do Anhangabaú, em S. Paulo.

A DEFESA NACIONAL



Luxuosos ônibus da EXPRESSO BRASILEIRO DE VIACÃO LTDA. que também faz o transporte de passageiros em Santos, com a respectiva "fila" de pessoas aguardando acomodar-se em suas confortáveis p. ltronas.





Trecho da "VIA ANCHIETA" que liga S. Paulo a Santos.

Os carros, pois, que, nos lides da paz, carregam os homens pacíficos de negócios, podem e devem necessariamente, na guerra, transportar soldados e equipamentos. São reservas militares, são veículos de combate, possibilitando instrumentos poderosos e flexíveis de manobra e de defesa.

MANUEL DIEGUES, pois, o homem que ontem, era modesto motorista, e que, hoje, é grande impulsionador dessa gigantesca indústria de transportes, sem similar no Brasil, não é simplesmente um formidável homem de negócios. É muito mais do que isso. É um patriota. É o comandante dum poderoso esquadrão de combate. É um legítimo soldado do Brasil.

Graças pois a iniciativa arrojada de um cidadão prestante, que numa afirmação do quanto vale o trabalho honesto e persistente em nossa terra, podemos contar, completando obra magnífica de engenharia que é a via Anchieta, com os ultra-modernos ônibus dessa empresa, que se sucedem de 15 em 15 minutos, facilitando de forma admirável o intercâmbio desses dois centros polarizadores da estrutura econômico-nacional.

Seus ônibus luxuosos e confortáveis, cortam todos os recantos da cidade com um serviço perfeito de transporte de passageiros, assegurando a Santos a primazia de possuir o melhor serviço de ônibus do Brasil.

Realçar iniciativas de tal magnitude que vem enriquecer o patrimônio de nossa terra, oferecendo ao público um serviço perfeito e confortável, é um dever que fazemos com prazer vendo-a enriquecida com elemento de tal jaez, que jogou no tablado do destino, o fruto de seus labores, seus haveres, num empreendimento dessa envergadura, que tão de perto diz com o progresso do país.



Colaboram neste número:

Cel. João V. Sayão Cardoso
Ten.-Cel. Mario Poppe de Figueiredo
Ten.-Cel. J. B. de Mattos
Cel. A. Sena Campos
Maj. Jardeir Fabrício
Cap. Gilberto Pessanha
Ten.-Cel. Franco Ferreira
Maj. Paulo Eneias da Silva
Maj. Victor Hugo de Alencar Cabral
Cap. Dr. B. H. A. Martins Ferreira
Cap. J. E. José Camerino
Ten. José F. Lima Serpa
Ten. Luiz Tabajara
Gen. Juarez Távora
Cel. J. B. Magalhães
Maj. Stoll Nogueira
Ten.-Cel. Olympio Mourão Filho
Maj. Feliciano de Avelino
Cap. Nilton Freixinha



Cr\$ 8,00